



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA

**O DELÍRIO PARANÓICO NOS SISTEMAS DE FREUD E JUNG:
CONTRIBUIÇÕES MÚTUAS E CONTRASTES**

Autor

FILIPE DE MENEZES JESUINO

Orientador

Prof. Dr. RICARDO LINCOLN LARANJEIRA BARROCAS

FORTALEZA

2008

FILIPPE DE MENEZES JESUINO

**O DELÍRIO PARANÓICO NOS SISTEMAS DE FREUD E JUNG:
CONTRIBUIÇÕES MÚTUAS E CONTRASTES**

Dissertação apresentada ao Departamento Psicologia do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.
Orientador: Prof. Dr. Ricardo L. L. Barrocas.

FORTALEZA
2008

Catálogo na Fonte

J58 o	Jesuino, Filipe de Menezes O Delírio Paranóico no Sistema de Freud e Jung: Contribuições Mútuas e Contrastes./ Filipe de Menezes Jesuino. -Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2008. 176 f. (Dissertação de Mestrado em Psicolo gia- UFC) 1. Freud, Sigmund - psicanálise I. Título CDD: 150.195
-------	--

FILIPPE DE MENEZES JESUINO

O DELÍRIO PARANÓICO NOS SISTEMAS DE FREUD E JUNG: CONTRIBUIÇÕES MÚTUAS E CONTRASTES

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia do Centro de Ciências Humanas da Universidade Federal do Ceará como requisito para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

Prof. Dr. Ricardo Lincoln Laranjeira Barrocas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará

Prof^ª. Dr^ª. Leônia Cavalcante Teixeira
Universidade de Fortaleza

Prof^ª. Dr^ª. Vlândia Jamile dos Santos Jucá
Universidade Salvador

Prof^ª. Dr^ª. Laéria Bezerra Fontenele
Coordenadora do Curso de Mestrado em Psicologia da UFC

A meus pais
os temporais, Geraldo e Marlúcia,
e o Eterno.

AGRADECIMENTOS

Aos meus orientadores, Ricardo e Wilson. Devo a eles muito do que aqui há de bom. Exemplos de amizade e intelectualidade a serem seguidos;

A minha família. Meus pais, minha irmã e minha avó que estiveram ao meu lado todos os dias, suportaram minhas preocupações e me ajudaram em tudo o que podiam;

A Sabrina, por tanta companhia, força, fé e dedicação;

Especial agradecimento às professoras que compuseram a banca de qualificação Dr^a Leônia Cavalcante e Dr^a Vlândia Jucá, pelos prestimosos comentários e, mormente, pela pronta solicitude em tempo de máxima urgência;

Ao meu amigo Nistai Nascimento que gentilmente participou da banca de qualificação e que contribuiu como referencial seguro da Psicologia Analítica, além da fraterna e infindável boa vontade;

À Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa (FUNCAP) pela bolsa de estudos que me foi concedida no decorrer de 23 meses. Sem ela, por certo, este trabalho seria menor;

Ao Prof. Vianney Mesquita, pela célere e brilhante contribuição à apresentação deste texto;

Aos meus colegas do mestrado em geral, especialmente as alegrias, idéias e angústias trocadas com os amigos Maíza, Kilvia, Socorro, Reginaldo e Iratan;

Aos professores do Mestrado, sobretudo às coordenadoras Fátima Severiano, Zulmira Bonfim e Laéria Fontenele;

Aos membros do CPLEP e todos que colaboram com o núcleo;

Aos amigos do CPA por compreenderem que não se pode deixar de ser o que se é;

A Heráclito Pinheiro, amigo confiável, pela interlocução indispensável e amizade irrestrita;

Aos amigos da Confraria Frei Junípero;

Ao amigo Dr. Pedro Henrique Saraiva Leão pelos aditamentos bibliográficos e vernaculares;

Aos integrantes do Grupo de Estudos das Obras fundamentais de Sigmund Freud, sobretudo ao orientador, Prof. Dr. Cristian Paiva;

À minha família ampla, pois sempre torcemos uns pelos outros.

Ao amigo, e poeta, José Alcides Pinto. *In memoriam.*

Deixo registrada uma homenagem a Carl Gustav Jung, Marie Louise von Franz, Sigmund Freud e Daniel Paul Schreber cujas obras abriram horizontes ainda por conhecer.

*“Legunt enim Scripturas
sed non intelligunt,
tenent membranas
et Christum,
qui in membranis est,
perdiderunt”.*

SÃO JERÔNIMO

(Lêem as Escrituras
mas não as compreendem,
têm as membranas
e o Cristo,
que está nelas,
perderam.)

DELÍRIO PARANÓICO NOS SISTEMAS DE FREUD E JUNG: CONTRIBUIÇÕES MÚTUAS E CONTRASTES

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo demonstrar as contribuições mútuas e contrastes fundamentais entre as teorias de Freud e Jung quanto ao delírio paranóico. Para alcançar esse objetivo, decidimos abordar individualmente as teorias e, por essa via, demonstrar os principais conceitos associados a elas para, apenas então, distinguir as principais contribuições entre os dois sistemas psicológicos a respeito do delírio. Em seguida, elucidamos como essas influências foram possíveis e de que maneira elas se originaram. As principais contribuições verificadas foram: a influência da noção freudiana de libido para a teoria de Jung, a importância da teoria junguiana dos complexos para a Psicanálise freudiana e seu interesse mútuo sobre as heranças arcaicas verificadas nos delírios. Constatamos que as diferenças no contexto e os inevitáveis pressupostos não impediram o diálogo e algumas contribuições importantes entre os dois pontos de vista. Os aportes, entretanto, somente foram possíveis com a recriação das noções de acordo com o contexto interno de cada sistema que, decerto, também se modifica no processo em sentido amplo.

Palavras-chave: Psicanálise freudiana, Psicologia Analítica junguiana, delírio, paranóia, sistemas psicológicos.

THE PARANOIAC DELUSION IN FREUD AND JUNG'S SYSTEMS: MUTUAL CONTRIBUTIONS AND CONTRAST

ABSTRACT

This thesis was made on the purpose of demonstrate the fundamental contributions and contrasts between Freud's and Jung's theories on the problem of the paranoiac delusions. To persecute this goal we have chosen to discuss the developments of both theories individually and, in doing so, demonstrate the primary conceits that were associated with them and then, finally, distinguish the main contributions between the two psychological systems. Afterwards we have shown how those influences were made possible and by which means they came to be. The main contributions verified were the inspiration of Freud's theory of libido to Jung's own, the importance of Jung's complexes theory to Freud and their mutual interest in the archaic inheritances verified in the delusions of the paranoiac patients. We have found that the differences in the context, and the inevitable presuppositions did not cripple a dialogue and some significant contributions between them. Notwithstanding, these contributions were made possible only by a recreation of the ideas according to the internal context of the system which, of course, is modified in the process.

Keywords: Freudian Psychoanalysis, Junguian Analytical Psychology, delusion, paranoia, psychological systems.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CONTEXTO DO PROBLEMA	16
2.1	Delírio e Paranóia como Problema Amplo	20
2.2	O Contexto da Parceria entre Freud e Jung	30
2.2.1	Contexto da Colaboração entre Freud e Jung: Esboço da Problemática	30
2.2.2	Embate com o Tema das Psicoses	34
3	DO CONFRONTO DE DOIS SISTEMAS A RESPEITO DE UM CONCEITO	40
3.1	Da Dignidade dos Sistemas Psicológicos	40
3.2	O Problema dos <i>Fatos</i>	46
3.3	Trans-Criação	50
3.4	<i>Tertium Comparationis</i>	51
3.5	Considerações Aplicadas	53
4	O DELÍRIO SEGUNDO A TEORIA FREUDIANA	56
4.1	A Teoria da Paranóia antes de Schreber	56
4.1.1	A Era das Neuropsicoses de Defesa	58
4.1.2	Da Interpretação dos Sonhos e da Teoria da Sexualidade Infantil	62
4.2.	O Caso Schreber e o Delírio na Paranóia	67
4.3	Depois de Schreber	71
3.3.1	Realidade: Conquista e Perda	72
4.3.2	A Relação-com-o-Objeto/Identidade	80
4.3.3	Mecanismo(s) Psíquico(s) da Paranóia	85
4.3.4	Cisão do Eu	89
4.4	Arremate	93
5	O DELÍRIO SEGUNDO JUNG	103
5.1	Estádios Iniciais	104
5.1.1	A Herança Psiquiátrica	104
5.1.2	Complexos de Tonalidade Afetiva e Relativização pela Função Psíquica	106
5.1.3	O Interesse da Psicologia Analítica pelo Diagnóstico	110
5.1.4	Delírio e Paranóia	111
5.2	Psicologia Analítica e Delírio	114
5.2.1	Aspectos Gerais da Teoria do Delírio	116
5.2.2	Aspectos teóricos específicos do delírio patológico	128
6	CONTRIBUIÇÕES, CONTRASTES... E PRESSUPOSTOS	139
6.1	Libido: pulsão e energia	141
6.2	Sobre os Complexos	153
6.3	Heranças arcaicas: Verdade e Criação no Delírio	156
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS	165

1 INTRODUÇÃO

O legado deixado pelos fundadores da Psicologia ao final do século XIX e início do XX constitui, ainda em nossos dias, um campo problemático do conhecimento, sobretudo quando dirigimos atenção ao espírito de nossa época. Como herança nos foi concedido, na forma de interesse científico, um campo de conhecimento que antes constituía um segmento da Filosofia. Não era sua exclusividade, porém. Também a Teologia e a moderna Medicina, bem como as artes e a opinião comum, dedicaram-se ao intrincado tema da alma e suas feridas. Somente com o advento da Psicologia científica, porém, fez-se a exigência de ao mesmo tempo restringir a alma à observação de seus fenômenos e buscar para eles um modelo de entendimento, sem recorrência à metafísica nem sua redução a um epifenômeno dos processos fisiológicos. Herdamos uma Psicologia psicológica!

As peculiaridades de seu objeto, no entanto, constituem problema *sui generis*, pois o risco de confundi-lo com o método ou com a teoria é grande. E não é sem razão. Toda a produção do espírito humano constitui por si mesma objeto de nossa ciência e isso foi condição para a proliferação de um grande número de teorias, muitas delas efêmeras, e para o surgimento das dificuldades em estabelecer fronteiras com outras disciplinas e circunscrever seu método. Tal questão torna-se ainda mais severa quando consideramos a ação psicológica.

A intervenção que, em seus primórdios, teve a clínica, herdada da Medicina, como modelo principal, foi profundamente problematizada e refinada. Hoje, sobretudo em virtude da relação com os avanços da Psicofarmacologia e das políticas públicas de saúde, encontra-se ainda em estado de intensa reavaliação. Hodiernamente destaca-se a necessidade de manter bases firmes do objeto, método e teoria de nossa disciplina para que seja possível integração e articulação e, talvez mais que todo o resto, legitimidade do saber psicológico entre os vários conhecimentos que constituem o campo acadêmico e científico.

Nesse contexto, dirigimos nossa atenção para um problema clínico que vem exigindo atenção não apenas dos psicólogos, mas também de todos os que se dedicam, de alguma forma, ao sofrimento psíquico: o delírio paranóico.

Podemos rastrear até ao *pecado da hybris*¹ (ὕβρις), nos textos homéricos, uma preocupação com determinados aspectos da natureza humana que resultaria na noção moderna de paranóia. Na Antigüidade, essa designação dizia respeito a algum tipo de perturbação do espírito humano vinculado à intervenção de agentes transcendentais. O sentido do termo grego *παράνοια*, aproxima-se de

¹ *Hybris* é a pretensão humana de superar os próprios limites e, assim, assemelhar-se aos deuses. O que, normalmente, era considerado pecado mortal de acordo com a tradição da mitologia grega. (cf. PESSOTI, 1995, pp.18-19)

perturbação do juízo, demência, loucura². Esta delimitação de eventos observáveis, todavia, equivale apenas de maneira indireta às concepções científicas da psique que surgiriam nos sécs. XIX e XX. Como nos adverte Antônio Gomes Penna (1991), todo olhar para o passado de uma noção científica é realizado anacronicamente. Ao observar a história, o pesquisador é conduzido por seus interesses a fim de encontrar, nessas brumas, o lampejo criativo e os elos de compreensão que lhe possibilitem dar avanço ao conhecimento.

A noção científica da paranóia surgiu no século XIX. Era compreendida, então, como um conjunto de “delírios sistematizados”. (MATOS, 1898). Sem dúvida, a vinculação da idéia de delírio à paranóia era ainda mais antiga, já presente nas primeiras incursões da Psiquiatria moderna (PESSOTI, 1994). Ao final do séc. XIX, Kraepelin definiu a paranóia como entidade clínica, assinalada por um sistema delirante dotado de certa coerência interna, diferente da *daementia praecox* (mais tarde esquizofrenia), marcada pela desconexão mais acentuada das idéias.

A Psicologia ocupou-se, já em seu surgimento, dos males e sofrimentos da alma, sobretudo no campo clínico. Para a delimitação deste último, numerosas correntes se diferenciaram, distanciando-se do modelo médico e entre si. Na tenção de encontrar uma via psicológica de entendimento e de atuação diante da aflição psíquica surgiram alguns dos mais importantes sistemas psicológicos que até hoje nos servem de referências e ainda são aprofundados e estudados.

A paranóia e os delírios sistemáticos, contudo, ainda constituem dificuldade para os psicólogos até os nossos dias. Ocupa não apenas o profissional que trabalha nos hospitais ou centros de atenção à saúde em geral, mas também ao consultório particular com significativa frequência. A Psicologia, se é que podemos referi-la no singular, busca hodiernamente novas estratégias, leituras originais do problema em razão de diversos fatores, como as novas apresentações do sofrimento, as novas áreas de atuação, as modificações científicas e políticas. Não nos devemos esquecer, porém, de que até mesmo um gênio inovador da magnitude de Newton era “simplesmente” um anão que apenas viu ao longe quando em ombros de gigantes.

Impulsionados pela imensa e inesgotável dificuldade de lidar com os delírios e pela não rara incidência desse fenômeno na clínica, propusemos um estudo ao mesmo tempo entranhado nas circunstâncias contemporâneas e retrospectivo. A própria questão psicológica pelo sentido ou funcionamento do delírio não seria possível sem sólidos alicerces. Como notou Bachelard, “na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo”, ao que acrescenta que “se não há pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente, nada é gratuito, tudo é construído”. (1996, p.18). Se existe, hoje, um problema psicológico, ele se fundamenta em uma “psicologia”, um sistema

² Παρά significa “incorreto”, “anormal”, mas também, “ao lado”, “semelhante”. Νοια vem de νοος, um conceito difícil de se delimitar no grego, cujo campo semântico abrange nossos termos “mente”, “espírito”, “sabedoria”, “modo de ver”, “alma” ou “disposição da alma” e, também, “vontade”, “desejo”. Trata-se, portanto, de um vocábulo antigo, não um conceito científico desde o início. Seu significado não pode ser delimitado plenamente, em sua origem, por uma linguagem científica.

ou ao menos uma teoria que permita formar questões com clareza. E essa é a orientação de qualquer pergunta que valida uma pesquisa legítima.

Segundo Umberto Eco, o investigador deve “apetrechar-se com uma ferramenta intelectual, os modos de operar, para resolver problemas inscritos num território concretamente definido a desbravar planejada e metodicamente” (1977, p.9), para poder, com isso, realizar “um trabalho científico sério e rigoroso”. (ECO, 1977, p.226). Uma vez que acreditemos no valor do que Eco testemunha, e isto é fato, não podemos perder de vista as determinações bachelardianas.

Em nosso caso, a pergunta firmou-se em dois supedâneos, pois tentamos apresentar aqui contribuições mútuas e contraste entre as noções de delírio de Freud e de Jung. Essa referência advém, inicialmente, do confronto com o fenômeno do delírio na clínica psicológico-analítica. Apenas isso já é razão o bastante para estabelecer meta de pesquisa.

A importância tanto da Psicanálise quanto da Psicologia Analítica como sistemas que dão sustentação – de acordo com as exigências de Bachelard – às questões psicológicas sobre as afecções psíquicas são o outro fator fundamental. Freud e Jung forneceram teorias e métodos que se desenvolveram ao longo da história, firmando as bases da Psicologia como ciência autônoma. Diante de tal valor, referimos com justeza essa como sendo a principal razão da escolha deste caminho de pesquisa e da elaboração deste texto. Somente observando o contexto histórico, podemos ter a justa dimensão da importância a que nos referimos.

Por essas razões, nosso apoio na Psicanálise e na Psicologia Analítica não apenas pareceu justificado. Também nos afigurou imprescindível centrar esforços em nos aproximar da precisão conceitual reclamada por Freud e por Jung. No trabalho de contrastar para fornecer acurácia à noção de delírio segundo esses autores, não tencionamos destituir a distância que os separa em um sincretismo teórico. Pelo contrário, a questão que se nos impôs foi justamente verificar até que ponto vão as semelhanças e as divergências entre ambas. Adicionalmente, inquiremos: qual julgamento poderia ser acertado quanto aos aportes realizados de uma a outra corrente psicológicas com referência ao conceito de delírio? Como eles foram possíveis e por que teriam sido necessários?

Desde o estágio mais primitivo de sua obra, Freud já se ocupava do problema da “paranóia”, segundo a delimitação de Kraepelin que se fixou à época. Freud, cujos trabalhos se concentravam sobremaneira no tema das neuroses, ocupou-se então em expandir sua teoria em formação também para o campo das psicoses. A paranóia e o delírio que lhe era característica ocuparam Freud desde os rascunhos que enviara a Fliess até seus derradeiros textos, deixados incompletos. Seu trabalho inovador foi capaz de fornecer uma compreensão com a qual a Psiquiatria do século XIX sequer sonhava, ainda que longe de constituir explicação completa e definitiva sobre o problema.

Já Jung, tão logo se formou, trabalhou como psiquiatra clínico no hospital psiquiátrico de *Bürgholzli*, no qual não apenas acompanhava casos de neuroses como também tinha que cuidar diariamente de pacientes psicóticos muito graves. Jung divergiu do espírito essencialmente materialista

que dominava a Psiquiatria da época para dar início à sua teoria psicológica. Também ele, desde os estudos experimentais, no início de sua carreira, até algumas de suas últimas conferências ao fim da vida, retornava ao tema da psicose, dos delírios e seus demais sintomas. Circunscrevia incessantemente o problema, refinava os conceitos, sofisticava seu ponto de vista.

Em tempo, Freud e Jung não foram alheios aos trabalhos um do outro. De fato, colaboraram durante anos por meio de cartas, encontros pessoais e em suas publicações. A atenção ao problema das psicoses em geral, e da paranóia em particular, destacou-se em suas discussões³. Ambos compartilhavam o interesse em compreender os fenômenos psíquicos, com ênfase nas patologias, como via do desenvolvimento de um trabalho clínico. Chegaram a organizar um grupo de estudos sobre o tema da paranóia (FREUD, 1969d) e a interferir criticamente nos trabalhos um do outro, tanto por correspondências como em suas publicações. Dentre outros fatores, foi justamente a publicação do texto *Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de paranóia (daementia paranoides)* (FREUD, 1975f) e, pouco depois, aquela da segunda parte de *Transformações e símbolos da libido* (JUNG, 2001) que ensejou severa ruptura teórica. As conseqüências foram a rápida deterioração da relação pessoal entre os dois e o fim de sua colaboração científica mais direta. Tamanha foi a cizânia que, sem maiores cuidados, seríamos conduzido à hipótese de que não haveria qualquer correspondência possível entre os dois sistemas psicológicos. Ressaltemos, porém, que, mesmo posteriormente ao desacordo declarado, Freud e Jung ainda reconheciam a influência mútua de seus trabalhos. Dá-nos testemunho o próprio Freud em relato autobiográfico:

Jung [1907] explicou alguns dos estereótipos mais enigmáticos (observados) em dementes pondo-os em relação com históricos das vidas de pacientes (...) Posteriormente, em 1912, a indicação convincente de Jung das analogias de amplas conseqüências entre os produtos mentais dos neuróticos e dos povos primitivos levou-me a voltar minha atenção para aquele assunto. (1975i, p.77).

Jung, por sua vez, também se referiu às contribuições de Freud. Em suas memórias, declarou: “Olhando para trás, posso dizer que sou o único que prosseguiu o estudo dos dois problemas que mais interessaram a Freud: o dos ‘resíduos arcaicos’ e o da sexualidade.” (1986, p.86).

Eis aqui o problema que se impõe para todo aquele que tenha interesse em verificar as respectivas contribuições de Freud e Jung: compreender de que forma os conceitos foram assimilados, ou seja, verificar até que ponto o uso de um termo corresponde conceitualmente à sua elaboração original. Pretendemos verificar isto em relação ao delírio. Ao se referirem à paranóia ou ao delírio, estariam Freud e Jung em comum acordo quanto ao fenômeno de que tratavam? Tanto a declarada proximidade de seus trabalhos quanto a cisão que ocorreu posteriormente nos indicam uma questão metodológica que requer, no mínimo, séria reflexão, antes que se realize uma aproximação entre as duas abordagens. Perguntamos sobre as contribuições das noções de Freud à teorização de Jung e vice-versa. Interessamos, sobretudo, investigar a maneira como as contribuições foram operadas e como os

³ O que pode ser verificado em suas cartas e nas referências de seus trabalhos, sobretudo aqueles do período de 1907 a 1912.

conceitos e descobertas de um foram assimilados pelo outro. Nosso intuito é estabelecer, sobretudo, um contraste entre as duas posições; explicitar os limites das conexões entre elas de forma que o diálogo estabelecido preserve o rigor metodológico para cada qual dos campos do conhecimento. São essas questões que nos esforçamos por explicitar e a responder neste trabalho.

No segundo capítulo, cuidamos de traçar um percurso retrospectivo da noção de paranóia, observando, com finalidade psicológica, como o problema fora abordado no decorrer da história até o período em que surgiram a Psicanálise e a Psicologia Analítica. Do período de fundação dos sistemas, apresentamos como se manifestou a colaboração entre os dois autores, o que os motivava e que posicionamento geral tinham em relação ao trabalho um do outro. Também expomos a ênfase que deram ao tema da paranóia e do delírio e as linhas gerais de ruptura de sua parceria.

No terceiro segmento, tratamos da dignidade devida aos sistemas psicológicos e apresentamos um modelo segundo o qual possamos confrontá-los, sem que se percam suas especificidades. Questionamos a noção de fato psicológico e apresentamos uma forma de obter um termo de comparação entre as noções de paranóia e delírio nos dois sistemas. O objetivo desse percurso é evitar os sincretismos ao máximo, preservando a legitimidade dos saberes. Delineamos, com isso, a necessidade de compreender com o máximo de solidez o conceito, tanto de acordo com a Psicanálise quanto com a Psicologia Analítica, para, somente, procedermos ao escrutínio de suas semelhanças e divergências.

Os dois longos capítulos seguintes – o quarto e o quinto – apresentam o conceito de delírio segundo Freud e Jung, respectivamente. No primeiro deles, a exposição é feita com um sentido histórico, acompanhando, até certo ponto, a evolução do entendimento do delírio na obra de Freud. O intuito maior, porém, é delimitar mais ou menos o sentido geral da compreensão do delírio segundo Freud levando em conta, especialmente, as sofisticções tardias do conceito em sua obra, com a reafirmação do delírio como tentativa de cura e como “construção”. Em referência a Jung, apresentamos a herança que recebeu do saber psiquiátrico e como seu entendimento passou a uma apreciação psicológica. Imprimimos também ênfase à delimitação, já na maturidade de sua teoria, como processo normal perturbado.

O sexto módulo trata propriamente do contraste a que nos propusemos desde o início da investigação. Nele distinguimos algumas das contribuições principais entre os dois sistemas articulando entre as duas concepções e aprofundamos a comparação desses pontos, indicando pontos de apoio epistemológicos e metodológicos de ambas as posições. A discussão centra-se no conceito de libido, de complexo e das reminiscências arcaicas.

Em último lugar apresentamos algumas considerações finais sobre o problema estudado, bem como perspectivas futuras.

Não poderíamos deixar de mencionar a importância do apoio recebido para a realização da pesquisa que deu origem a este texto. Em primeiro lugar a orientação do Prof. José Wilson Vasconcelos Jr. que foi inestimavelmente prestimosa. Sua profunda e acertada leitura da obra de Jung,

suas publicações esclarecedoras e discussões proíficas para a revisão de alguns pontos de vista foram *conditio sine qua non* para a feitura do trabalho. Co-orientou este trabalho e seu nome apenas não consta enquanto tal nos créditos oficiais em decorrência de impedimentos burocráticos.

Gostaríamos de mencionar, também, a participação do Prof. Nistai Nascimento, cujos comentários quando da admissão do projeto foram um contraponto necessário e elucidativo para o juízo do que estávamos produzindo.

Também enunciamos que a bolsa de estudos fornecida pela Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa (FUNCAP) foi um fator decisivo. Ficamos gratos pelo incentivo e pela enorme ajuda que isso significa. Esperamos que as bolsas de estudo possam continuar auxiliando novas pesquisas.

Procedamos, agora, ao texto de nosso trabalho.

2 CONTEXTO DO PROBLEMA

O cérebro de que você fala, uma vez que é sensível, existe apenas na mente. Eu gostaria de saber se você considera razoável supor que uma idéia ou coisa existente na mente ocasiona todas as outras idéias e, se você pensa assim, como surgiu a própria idéia de cérebro?
(BERKELEY, *Three Dialogues between Hyla and Philonous*)

Os temas do delírio e da paranóia se entrelaçam historicamente e se aproximam da discussão quanto à loucura em geral. Esta é, aproximadamente, tão antiga quanto a História da Humanidade. Na qualidade de problema filosófico, remete às origens da Antigüidade e do ponto de vista religioso, é preocupação ainda mais remota. Ao abordarmos a cultura humana ampla e retrospectivamente, constatamos a larga abrangência dessa questão entre os diversos povos, sob as mais variegadas acepções. O início da abordagem científica, todavia, coincidiu com os primórdios da Medicina psiquiátrica, por volta do século XVII.

Apenas muito recentemente, o delírio e a paranóia passaram ao campo psicológico, sobre o qual incide o nosso interesse. A origem do que podemos reconhecer como uma Psicologia das afecções teve como precursores alguns médicos e iminentes, como Charcot e Bleuler. Estes abriram caminhos para a fundação de uma “Psicologia médica”, na medida em que problematizavam a fragilidade das teorias e dos métodos psiquiátricos de sua época. No final do séc. XIX e meados do séc. XX, outros médicos europeus insistiram no interesse psicológico e desenvolveram teorias, ou até mesmo sistemas psicológicos, que ainda hoje constituem instrumental de trabalho para os profissionais da área. Dentre eles merecem destaque Pierre Janet, da Escola de *Salpêtrière*; Aschaffenburg, de *Heidelberg*; o vienense Freud e o suíço Jung. Os dois últimos, sobre cujas obras este trabalho se concentra, desenvolveram pesquisas psicológicas e esforços clínico até a fundação dos sistemas da Psicanálise e da Psicologia Analítica, respectivamente.

Na época em que Freud e Jung iniciaram seus trabalhos, a psicopatologia psiquiátrica resultava de mais de dois séculos de dedicação sobre duas metas principais: a descrição e a classificação das doenças mentais e a delimitação de um fundamento anátomofisiológico para elas. A disciplina se encontrava fragmentada em numerosas escolas e em múltiplos sistemas nosográficos. Além disso, não se havia chegado a um consenso acerca das causas orgânicas dos fenômenos psíquicos⁴. Também neste campo eram variadas as hipóteses. Nada havia que se pudesse comparar à NeuroPsicologia hodierna. Quando Freud iniciou seus estudos, a Neurologia começara a ganhar destaque há poucas décadas e ainda enfrentava grandes dificuldades e críticas de outras correntes.

⁴ Isso se constitui pesquisa “de ponta” até hoje. Destacamos, porém que, à época, não havia um método organizado nem metas tão bem delimitadas como as da moderna Fisiologia.

O interesse psicológico no âmbito da psicopatologia era cercado de preconceitos. O conhecimento acerca da *alma*, até pouco tempo, era domínio exclusivo da Filosofia e da Teologia. Do ponto de vista científico, seus argumentos, evidentemente, não tinham sustentação. A Psicologia científica dispensava pouca ou quase nenhuma importância à psicopatologia, estudava sobretudo os processos básicos, por via experimental. Não tinha, portanto, interesse notadamente clínico ou terapêutico. Suas teorias não estabeleciam um método para a abordagem das doenças mentais⁵.

Freud elegeu as histerias como objeto primordial de seus estudos, interesse herdado do revolucionário trabalho de Charcot com a hipnose. Seu espírito investigativo rapidamente o conduziu ao estudo das psicopatologias em geral. As neuroses lhes eram familiares, e suas hipóteses, em pouco tempo, se confirmariam e se aperfeiçoariam. A experiência de Freud com a psicose, dentre elas a esquizofrenia (demência precoce) e a paranóia, era confessadamente limitada. Não obstante, deu grandes passos no entendimento do delírio paranóico. Esses avanços influenciaram a própria Psiquiatria durante anos⁶. Mais importante, já que este é um trabalho de Psicologia, foi sua contribuição para a clínica e psicopatologia de um ponto de vista psicológico⁷.

Carl Jung, por outro lado, era psiquiatra e trabalhava em um famoso hospital psiquiátrico suíço, o *Bürgholzli*, no início de sua carreira. Ali atendia não apenas pacientes neuróticos, mas também numerosos casos de psicose, para os quais os tratamentos eram muito limitados. Basicamente os doentes eram classificados, recolhidos do convívio social e mantidos em condição de subsistência. Jung tentou encontrar, com o auxílio dos conhecimentos psicológicos disponíveis à época e com investigação experimental, os fundamentos anímicos das afecções. Para isso, absorveu influências de filósofos, médicos, psicólogos experimentalistas e de muitos de seus contemporâneos, como Janet e Freud. Em seus estudos, conseguiu verificar que os fatores psicológicos que estavam na gênese das neuroses, bem como no funcionamento normal da psique, também poderiam ser constatados experimentalmente na maioria dos casos de psicoses mais severas. Sua teoria ainda estava nos primórdios quando enviou uma cópia de suas publicações para Freud, que lhe respondeu com uma carta, mostrando-se interessado.

A relação que resultou daí ensejou contribuições contínuas e um dos seus temas centrais era justamente a psicose. A parceria que veio a surgir entre Freud e Jung, porém, não logrou durar muito. As divergências e pontos de ruptura entre suas compreensões os conduziram a um afastamento que resultou na feitura de sistemas psicológicos separados. É forçoso admitir que, conseqüentemente,

5 Isso não quer dizer que elas não fornecessem subsídios para a constituição desses métodos. Jung apoiou-se em parte das teorias de James e de Wundt para a estruturação da Psicologia Analítica. O próprio Emil Kraepelin, grande sistematizador das psicopatologias, era discípulo de Wundt.

6 Cf. p.ex., HENDERSON; GILLESPIE. **Textbook of Psychiatry**. Oxford: Oxford University Press, 1962. Neste, a influência de Freud se faz notar, bem como as de Adler e Jung, sobretudo no capítulo referente às psicopatologias gerais. A teoria das pulsões ali se faz presente como recurso que fornece compreensão adequada para um grande número de sintomas e afecções.

7 Não pretendemos aqui afirmar que a Psicanálise seja uma Psicologia em sentido estrito. A querela acerca da Psicologia ou não da Psicanálise é tema vasto. Referimo-nos aqui, propriamente, ao sentido de um conhecimento possível. Psicológico no sentido em que Freud o afirmou que a Psicanálise é: "(3) uma coleção de informações psicológicas obtidas ao longo dessas linhas, e que gradualmente se acumula numa nova disciplina científica." (FREUD, 1975g, p.287).

quem quer que trabalhe segundo um dos dois métodos deva se manter completamente afastado do outro, pois cada um se sustenta sobre as próprias bases e delimita seus conceitos de maneira singular. A questão, em termos práticos, porém, não é tão simples.

Do ponto de vista do psicólogo, o delírio paranóico é um desafio histórico. Ele já preocupava, *mutatis mutandis*, os antepassados, há milênios. Tanto a estranheza do material como o modo atípico de articulação veemente e, também, o tom afetivo peculiar do discurso paranóico constituem motivos para discussões teóricas e dificuldades metodológicas formidáveis. Isso não se restringe à discussão científica, pois lidar com o indivíduo paranóico é uma dificuldade humana vasta. O que o sistema psicológico oferece ao trabalho do analista é um método que, por sua vez, é inextrincável da teoria. Por estar simplesmente informado desse método, ressaltamos, o indivíduo não está necessariamente preparado para ser analista. Sem essa informação, porém, certamente é inabilitado. *Tanto para Freud como para Jung, o analista é um investigador. Ele está fadado a desbravar cada caso e a rever os conceitos, tornando-os mais precisos, e ter a certeza de que esse trabalho é incessante.* O conceito é fundamental, mas apenas se ele é, ao mesmo tempo, preciso, articulado empiricamente e aberto a mudanças.

Ora, o interesse comum de Freud e Jung pelo tema da paranóia, suas influências mútuas e as referências não raras ao trabalho um do outro conduzem o analista, que se firma em qualquer das duas posições teórico-metodológicas, a um problema. Como é reconhecer um limite apropriado entre os dois sistemas? Afirmarções como aquela em que Freud reconhece o sucesso de Jung em analisar alguns dos sintomas mais complicados da psicose delimitam o problema quanto à possibilidade, validade ou necessidade de recorrer aos achados e conclusões advindos de outro sistema de compreensão.

Como recorrer ao texto de Jung, referido por Freud, para buscar esclarecimento para questões importantes? Novamente exprimimos que o mais sensato seria ignorar o outro sistema. De outra feita tornar-se-ia necessário investigar de que forma foi feita a apropriação ou, para utilizar um termo freudiano, a *naturalização* dos conceitos de um pelo outro. Tal não seria possível sem que se traçasse minuciosamente o eixo epistemológico de tal apropriação. Parte da bibliografia e da cultura acadêmica que se produziu a propósito da relação entre eles, contudo, não tomou nenhum desses caminhos.

Com certa regularidade, encontramos textos que aproximam o pensamento de Freud e Jung, revelando pontos em comum ou divergências. De fato, esses escritos indicam não haver maiores dificuldades em resolver as divergências entre os dois autores e pô-los em paralelo ou separá-los absolutamente. De acordo com tais atitudes, todo tipo de críticas é apresentado por parte das escolas psicanalíticas, por um lado, e pelo movimento conhecido como junguiano, de outra parte. Temos disso claro exemplo quando Coutinho Jorge (2000, p.18), em seu texto introdutório à Psicanálise, se refere em poucas linhas à apropriação junguiana do conceito de libido como deturpação da idéia freudiana, importante o bastante para ser mencionada e suficientemente simples para ser apropriada com escassas linhas.

No extremo oposto, basta-nos elucidar que certas correntes da Psicologia Analítica admitem as idéias da Psicanálise freudiana como referência complementar à obra de Jung, nos aspectos em que este supostamente não tenha fornecido material o suficiente. Exemplificamos esse argumento com o conhecido texto de Samuels, chamado *Jung and the post-junguianos* (1985). Nesse escrito o autor propõe a noção de “*unknowing junguianos*”, (junguianos que não sabem que o são) (pp.9-11). Esta delimita uma série de pensadores que, sem que necessariamente se dêem conta, abordam o problema analítico com conceitos semelhantes ou idênticos aos de Jung. Vários psicanalistas são referidos, como Winnicot, Bion, Klein e até Lacan! Além disso, Samuels menciona diversas correntes pós-junguianas, dentre as quais se destaca como elucidação de nosso argumento a corrente desenvolvimentista. Desta, Michael Fordham é figura proeminente e sua obra *Freud, Jung, Klein: the fenceless field* (1998) traz uma aproximação da teoria de Jung com idéias não apenas de Freud, mas também de outros psicanalistas como Klein e Winnicot. Nessa obra, Fordham colhe contribuições da Psicanálise e da Psicologia Analítica para a elaboração de um modelo de análise de crianças.

Alguns estudos, por assim dizer, chegam a questionar até mesmo o valor real de qualquer divergência, como pode ser observado no seguinte excerto:

O desacordo entre as diversas escolas da Psicologia, aqui, mais precisamente Psicanálise e Psicologia Analítica, é só um mal entendido no qual existem muitas pessoas, aquelas para o qual epistême não é gnôsis, que bem entendem uma e outra e que percebem que não há falácia, que não há mentira, que existe sim a realidade descoberta e dita sob prismas diferentes. (ARAÚJO, 2007).

Não encontramos nesses escritos a ênfase necessária para justificar uma ruptura teórica entre os dois pensadores. Mesmo nos casos em que o tema é problematizado, como no referido texto de Coutinho Jorge, as dificuldades são resolvidas com demasiada facilidade. A elisão da problematização mais profunda nos impede de afirmar se houve ou não consideração rigorosa. Segundo esse modelo, ao investigarmos o conceito freudiano de delírio paranóico, poderíamos muito bem nos remeter aos estudos de Jung e colher contribuições livremente, ou vice-versa.

Tanto pelas evidentes diferenças apontadas pelos próprios autores em suas obras como pela patente e muitas vezes extraordinária distância entre suas definições do delírio e da paranóia, não reconhecemos como válido aceitar esse intercâmbio sem maior discussão. Acreditamos que o modelo de entendimento de uma abordagem de Psicologia clínica extrapola o campo da pura intelectualidade e tem resultados práticos e éticos. Nosso ponto de vista, portanto, é diferente daquele que não reconhece importância nas divergências. Além disso, dadas as referências, às vezes obscuras e às vezes pouco precisas, da bibliografia especializada, cremos necessário proceder a um estudo ao mesmo tempo diferencial e aproximativo entre as duas noções de delírio paranóico. Talvez apenas assim seja possível estabelecer os limites e as proximidades reais entre o pensamento de Freud e Jung acerca deste tema. Interessam-nos, portanto, os pormenores epistemológicos da *naturalização* dos conceitos⁸.

⁸ No próximo capítulo, exporemos uma compreensão mais precisa que abordamos com o termo *trans-criação*. V. o item 3.3, *infra*.

Ao aprofundar a pergunta, somos levado à necessidade de deslindar algumas questões que determinam os eixos de nossa pesquisa.

Inicialmente devemos expor o interesse pela paranóia, que vem sendo sedimentado no decorrer dos tempos. Nossa ênfase deve incidir principalmente sobre o contexto em que as noções psicanalíticas e psicológico-analíticas foram fundadas, um período em que paranóia significava “delírio sistematizado”. Em segundo lugar, é necessário que façamos uma exposição mais detalhada de como sucedeu aproximação entre Freud e Jung e de seus interesses pelo tema da paranóia.

2.1 Delírio e Paranóia como Problema Amplo

A história nos fornece uma miríade de importantes referências ao tema da paranóia e do delírio. Podemos apontar questões sociais, religiosas, políticas, éticas, legais, médicas e tantas outras. Freeman anota sobre a dispersão do conceito:

*Paranoia has had multiple meanings. [...] The term has been used to refer to ordinary suspiciousness, to persecutory delusions, to persecutory delusions in combination with delusions of reference, to persecutory delusions in combination with grandiose delusions, and to all type of delusions.*⁹ (2004, p.10).

Nosso interesse, aqui, é especificamente psicológico, ou, mais precisamente, é o enfoque dado ao problema por Freud e Jung. Estes, porém, delimitaram suas próprias noções com base em um termo já carregado de sentido e de possibilidades históricas de entendimento que, em maior ou menor grau, devem ter influenciado suas produções.

Ao longo da História, verificamos duas atitudes principais distantes da aproximação psicológica. A primeira atribui substancialidade à alma e está, portanto, vinculada a todo um histórico de compreensão metafísica, ou pela Teologia ou pela Filosofia. Em contraposição, outra atitude, que subsiste na Medicina contemporânea, procurava derivar os fenômenos psíquicos da matéria, nomeadamente dos processos fisiológicos, tentando seguir o modelo de ciência natural que derivou da crítica kantiana. Foi em um meio que procurava seguir a segunda tendência que Freud e Jung se formaram e dele divergiram, como veremos.

O termo grego παράνοια nos leva a buscar no berço da civilização ocidental a origem da noção. A palavra deriva da combinação de dois radicais. Παρά significa “incorreto”, “anormal”, mas também, “ao lado”, “semelhante”. Νοια vem de νοος, cujo campo semântico abrange os significados de “mente”, “espírito”, “sabedoria”, “modo de ver”, “alma” ou “disposição da alma”, “vontade” e “desejo”.

⁹ “Paranóia tem tido múltiplos significados. [...] O termo tem sido usado para referir suspeitas ordinárias, delírios persecutórios, delírios persecutórios em combinação com delírios de referência, e com todo tipo de delírios”. (Tradução nossa).

Tratava-se, pois, em sua acepção original, de uma espécie de vontade ou espírito que existia em paralelo ao comportamento regular do indivíduo, mas que, diferente deste, apresentava algo de anormal ou incorreto. Na Grécia, onde o termo teve origem, não havia qualquer delimitação científica. Apenas podemos ter uma idéia geral do que significava essa “incorreta disposição da vontade” humana na Literatura, na Filosofia e nas raízes da Medicina.

Retomando a poesia homérica, encontramos o relato de uma possível παράνοια, no famoso discurso expiatório do herói Agamêmnon diante do grande Aquiles:

Muitas vezes os Dânaos fizeram-se amargas
 censuras, reprovando-me. Não sou culpado,
 mas Zeus, a Moira e a negroctâmbula Erínia; [...]
 Mas que fazer? Perpassa um nume e perfaz tudo:
 Ate, a filha maior do pai Zeus, atroz, multi-
 -enganosa. Pés lépidos, não pisa a terra;
 anda sobre a cabeça dos homens e ao cabo
 os arruína; um depois do outro, ela os burla e enreda.
 O próprio Zeus, como se diz, o mais potente
 entre os deuses e os homens, ela já iludiu. (CAMPOS, 2002).

O destino dos homens, segundo as epopéias, era traçado em maior medida pela ação de forças olímpicas. Os textos homéricos evidenciam que a atitude equilibrada do homem, justa com seus pares e cumpridora das atribuições sociais, era dádiva dos deuses. Da mesma maneira, forças divinas eram responsáveis pela perda da razão, dominavam o ser humano e o conduziam segundo a própria vontade. Os deuses poderiam insuflar a loucura em um indivíduo por simples capricho, mas, como regra, toda *Hybris* (ὕβρις) – orgulho desmedido e tentativa de se medir com os deuses – seria punida. Não havia propriamente uma “Psicologia”, pois o sistema religioso conduzia a noção de loucura e tudo o que era feito para evitá-la ou para curá-la era manter a prudência (σωφροσύνη), o respeito às coisas sagradas.

Com Hesíodo, essa atitude tornou-se significativamente diversa. Segundo Brandão (2004), aquele poeta apresentava a existência de duas tendências no homem, ambas conferidas pelos deuses. Uma delas seria a vida justa e temente aos deuses (Diké), que era premiada pelas potestades. A outra era a *Hybris*, o furor violento descontrolado, entregue à desrazão. Essa era punida com o oblévio. Cabia ao homem enfrentar a árdua vida de Diké ou os castigos de render-se à *Hybris*.

Nas tragédias, foram apresentados alguns conceitos de patologias que, com as devidas modificações, perduram até hoje. Mania, a loucura eufórica, e melancolia, a triste, acometiam as personagens trágicas. A insanidade, em Ésquilo, não passava do resultado da atuação de forças transcendentais, causas primárias de sua ocorrência. Para Eurípedes, porém, a loucura se definia em relação à razão. De fato, no caso de Medéia, “ocorre que toda essa racionalidade está a serviço de uma paixão avassaladora, que dirige a razão para um objetivo fixo, cogente, polarizante: causar o máximo de sofrimento a Jasão. Medéia é louca porque, obcecada pelo ciúme, não consegue mudar o rumo

de sua paixão”. (PESSOTI, 1994, pp.36-37). A loucura era, basicamente, a incapacidade de resistir às paixões e, por isso, perder a razão. Na tragédia *As Bacantes*, p.ex., evidenciou-se a possibilidade de uma perda momentânea da Diké, como disse Dioniso a Penteu¹⁰: “A mente outrora insana, agora a tens como devias”. (VIEIRA, 2003, p.99). Permanecia, porém, sem exceção, a influência dos deuses no estado de loucura. Todas as ocorrências presentes na referida tragédia fazem parte dos enleios e artimanhas de Dioniso. A paixão, para o extremamente justo, acometia-se com a fúria de um deus orgulhoso e vingativo.

Transpondo a literatura, encontramos no esforço de Hipócrates uma fundação do modelo organicista da loucura. Esta seria, segundo seu modo de pensar, um desarranjo cerebral provocado pela alteração no equilíbrio entre os diversos tipos de humores existentes no corpo. Cláudio Galeno, outro conhecido médico, também referiu ao soma a origem da insanidade, apesar de também vasculhar as relações causais entre os próprios fenômenos psíquicos. É com esses autores que, de fato, encontramos as primeiras referências à paranóia e ao delírio. Segundo Pessoti (1994), as “*paranóiai*” eram, para Hipócrates, sinônimo de “idéias insensatas”. O delírio, por sua vez, corresponderia à “fala inconseqüente ou absurda”. (PESSOTI, 1994, p.52). O *delirium* (*paraphrosyne*), como explicitado por Hipócrates, incluía tremores corporais e podia ser acompanhada ou não de febre. Galeno enfatizou que *paraphrosyne* seria um tipo de dano na autoridade imaginativa do indivíduo. Podia ocorrer em “a malfunctioning imagination and an improperly functioning reasoning. Sometimes it is in relation to one of those alone.”¹¹ (GALEN, p.191). Havia também, ainda segundo Galeno, o delírio ou delusão (*delusion* no inglês, *phantasma* no grego), entidade produzida pela imaginação e percebida durante o *delirium*. Mesmo depois que este cessava, porém, permanecia a recordação delusória. Galeno relacionava as ocorrências do *delirium* aos movimentos dos *pneumai*, os vapores presentes no corpo que eram responsáveis pela razão, imaginação, percepção e, também, pela loucura.

As teorias desses dois autores foram os primeiros passos na tentativa de explicar os fenômenos psíquicos como subprodutos da fisiologia do corpo. O contexto, porém, não garantiu uma dominância desse ponto de vista. De fato, como relata Meier (1999), a Escola de Cóos, fundada por Hipócrates, teve inaugurado um santuário do deus Esculápio após a morte de seu fundador. Galeno, ele mesmo, cultuava o deus da Medicina e acreditava no valor dos sonhos como expressão de uma realidade transcendental. Hipócrates, mais cético, ainda assim reconhecia na função de médico uma atribuição divina. Os rituais de cura nos templos de Esculápio, posteriores a Hipócrates e Galeno – relatados por Meier em sua obra – assomam como evidência de que o homem grego não podia prescindir de uma realidade espiritual metafísica.

¹⁰ Pessoti (1994) faz uma série de referências à noção de delírio nessa tragédia. Em princípio, somos forçado a não aceitar a indicação como correta. O trecho (Il.720-721) no qual ele alega que “o delírio é expressamente nomeado” (p.41) não apresenta termo que possa assim ser traduzido, como se pode atestar pelo cotejamento com o original em grego: Ω σεμνας πλακας ναιοντες ορεον, θελετε θηρασομεθα Πενθεως Αγαυην μητερ εκ βακχεθματων χαριν τ ανακτι θομεθα; ευ δ` ημιν λεγειν εδοξε, θαμνων δ` ελλοχιζομεν φοβαις κριψαντες αυτους. (VIEIRA, 2003, p.158).

¹¹ “um mal-funcionamento da imaginação e um funcionamento impróprio da razão. Algumas vezes relaciona-se apenas a um desses”. (Traduzimos).

O problema da existência de uma alma substancial ou de uma psique dependente do corpo já se destacava. Consistiu, sobretudo, tema de controvérsia entre os dois maiores expoentes da Filosofia grega: Platão e Aristóteles. Para o primeiro, alma era sagrada, imortal e de existência independente do corpo. Este nada mais seria do que um cárcere. De acordo com a Filosofia de Platão, a alma “é antes constrangida e entravada que ajudada por ele [o corpo] em sua ação. Com efeito, da atividade própria do homem, do pensamento e da vontade, só a alma é dotada”. (KOYRÉ, 1991, p.32). A verdade das coisas não poderia ser conhecida pelos sentidos, enganadores, apenas pela intelecção, ou melhor, anamnese, pois a alma era a portadora da verdade, ela mesma a conformidade humana com a essência divina das coisas. Nesta concepção, a loucura era uma dádiva divina e podia ser profética, ritual, erótica ou poética. As outras manifestações, até ali chamadas de loucura, melhor seriam tratadas como *ignorância*.

À idéia da alma imortal e substancial de Platão contrapunha-se a de seu discípulo Aristóteles, para quem aquela fazia parte da *natureza* do homem. Este era a matéria, ou causa material do homem, enquanto a alma seria sua causa formal. A morte do homem era morte de corpo e alma. Dessa maneira, para Aristóteles, “o ato próprio do homem, o pensamento, o conhecimento, não pode deixar de engajar *toda* sua natureza, isto é, seu corpo e sua alma, concomitantemente”. (KOYRÉ, 1991, p.37). Todo o conhecimento, para Aristóteles, advinha da natureza e, portanto, somente poderia ser adquirido pelos sentidos. Aquilo que não fosse percebido não poderia ser conhecido. Decorre daí que qualquer concepção de loucura não poderia ter como ponto de partida um mundo espiritual, mas deveria, tal como a prova da existência de Deus, partir da observação da natureza.

A tradição medieval teve duas vertentes principais para a abordagem da doença mental. A primeira, mais conhecida, era a doutrina demonológica da Inquisição católica. As teorias que daí derivaram embasavam-se epistemologicamente, sobretudo, na Filosofia Escolástica. Esta tinha como principal expoente São Tomás de Aquino, para quem a

[...] *essence (essentia quidditas) is distinguished from being (esse), while these are one and the same in God himself. Aquinas demonstrates that the highest necessary species in the hierarchy of created essences must be those **spiritual substances** not composed of matter and form but inherently bodiless, i.e., the angels. From them he distinguishes the intellectual substances or incorporeal subsisting forms which require a body for the completion of their species, namely, the human species*¹². (DILTHEY, 1989, p.59, grifo nosso).

A Filosofia Escolástica, asseverava a existência de um mundo espiritual e das almas como mais sublime aspecto da espécie humana, para o qual o corpo era apenas complemento. Ainda que tivesse inspiração aristotélica, neste aspecto aproximava-se da Filosofia Platônica. Atuavam no plano das substâncias

¹² “Essência (*essentia quidditas*) é distinta de ser (*esse*), enquanto os dois são um e o mesmo em Deus. Aquino demonstrou que as mais elevadas espécies, necessárias na hierarquia das *essências* criadas, deveriam ser aquelas **substâncias espirituais** não compostas de matéria e forma, mas inerentemente sem corpo, i.e., os anjos. Destes, ele distingue as substâncias intelectuais ou formas incorpóreas subsistentes, que requerem um corpo para completar sua espécie, nomeadamente, a espécie humana”. (Traduzimos).

espirituais tanto as forças divinas, que garantiam ao homem seu procedimento justo e de acordo com os preceitos da Igreja como também os demônios. O delírios eram o principal efeito da atuação demoníaca, segundo o *Malleus Maleficarum*, o tratado máximo de caça às bruxas. A este fazemos menção:

*the devil has fives ways in which he can delude anyone so that he thinks a thing to be other than it is. First, by an artificial tricks [prestidigitação] [...]. Second, by a natural method, by the application, as has been said, and interposition of some substance [...]. The third way is when in an assumed body he presents himself as being something which he is not [...]. The fourth method is when he confuses the organ of sight, so that a clear thing seems hazy, or the converse, or when an old woman appears to be a young girl. [...] His fifth method is by working in the imaginative power, and, by a disturbance of the humours, effecting a transmutation in the forms perceived by the senses, as has been treated of before [refere-se à imaginação advinda de alterações da memória], so that the senses then perceive as it were fresh and new images. And accordingly, by the last three of these methods, and even by the second, the devil can cast a glamour over the senses of a man.*¹³ (KRAMER; SPRENGER, 2002, p.134)

Até mesmo as substâncias tóxicas somente representavam um mal porque o Diabo as punha no caminho do infiel. Como resultado, todo aquele que sofresse de qualquer distúrbio perceptivo ou intelectual estava submetido aos caprichos do Demônio. As bruxas eram mensageiras do Diabo na Terra, o que incluía defender qualquer idéia antagônica à Igreja. Esta se julgava a única que era capaz de enfrentar a ação diabólica. À caça e execução de bruxas, que se seguiu, assomava-se uma prática de exorcismo e a necessidade de vigilância diária junto à Igreja. Havia, assim, um “método terapêutico” e outro “preventivo”. Interessa-nos a constatação de que essa atitude marcou época, com base na religião dominante e no modelo filosófico mais relevante daquela época.

Não apenas a Europa cristã tinha seu modo de lidar com a loucura. Também a cultura islâmica do período desenvolveu uma forma peculiar de tratar os problemas da alma e da loucura. A Medicina muçulmana, influenciada pelos trabalhos de Galeno e Hipócrates, produziu um sistema de atenção às afecções, com métodos psicológicos e explicações fisiológicas. Razi desenvolveu um modelo de sugestão para alterar as temperaturas e humores do corpo e com isso promover curas de estados patológicos. Najab ud din Muhammad estruturou um sistema descritivo-classificatório das patologias. Ibn Sina criou uma “Psicologia-fisiológica”. Esta incluía um método semelhante ao modelo junguiano de associação de palavras. Ibn dizia algumas palavras aos pacientes enquanto tomava seu pulso e era capaz, assim, de verificar mudanças na pulsação que ele associava com sentimentos internos. Daí era capaz de extrair alguma intervenção terapêutica. Enfim, os árabes trouxeram: “*a refreshing spirit of*

¹³ “[...] o Diabo tem cinco maneiras de deludir qualquer pessoa e fazê-las pensar que uma coisa é diferente do que é na verdade. Primeiro, por truques artificiais [prestidigitação] [...]. Segundo, por um método natural, pela aplicação, como foi dito, e interposição de certa substância [...]. O terceiro método é aquele no qual em um corpo assumido ele se apresenta como algo que ele não é. [...] O quarto método é quando ele confunde o órgão da visão, de maneira que o que é claro pareça distorcido ou o contrário, ou quando uma mulher velha parece uma garotinha. [...] Seu quinto método, é quando, trabalhando com seu poder imaginativo, e pelo distúrbio de humores, efetua uma transmutação nas formas percebidas pelos sentidos, como foi tratado anteriormente [refere-se à imaginação advinda de alterações da memória], de forma que os sentidos as perceba como se fossem novas imagens. E, de acordo, pelos três últimos desses métodos, e até mesmo pelo segundo, o Diabo pode conjurar um encanto sobre os sentidos de um homem”. (Traduzimos).

*dispassionate clarity into psychiatry. They were free from the demonological theories which swept over the Christian world and were therefore able to make clear cut clinical observations on the mentally ill*¹⁴. (IBRAHIM, 2002, p.8).

O modelo muçulmano não apenas antecipou como também era muito semelhante à Psiquiatria que se formaria na Idade Moderna. A tradição cristã a que se atrelara a Filosofia Espiritualista perderia força, sobretudo após o “crime de Galileu”¹⁵ e o conseqüente desenvolvimento das ciências naturais. Com a materialização do universo e sua progressiva dessacralização, o mundo passou a ser observado como passível de ser conhecido cada vez mais por via da observação da natureza. Este desenvolvimento afastava, ainda que não abolisse, as idéias metafísicas do plano do conhecimento racional válido. Ainda nos trabalhos de Galileu, Descartes e Newton, todos grandes fundadores da ciência moderna, a existência de um deus presente e atuante ainda era provada e provável, fosse pela insuficiência dos mecanismos, fosse por uma divinização da Matemática. As suas teorias e reflexões, porém, forneceram os eixos para a sedimentação de uma atitude que cada vez mais considerasse o mundo e suas leis de uma perspectiva puramente natural, dessacralizada¹⁶. O conhecimento da natureza ganhara abrangência e valor mais acentuado no espírito europeu. As leis físicas naturais extraídas da observação e racionalização da natureza agora deveriam valer, também, para o universo infinito. Com o advento da crítica kantiana, solidificaram-se as bases para a fundação própria do que ficou conhecido como “ciência da natureza” (*Naturwissenschaft*), cujos modelos primários eram a Física e a Química.

A materialização do universo e o valor exclusivo dado à observação da natureza como fonte de conhecimento é que demarcaram a fundação da Psiquiatria moderna e sua abordagem da loucura. Foucault (1991) asseverou que, decerto, a loucura já se mostrava dessacralizada desde o século XII, quando já se confinavam os doentes, como párias, dentro dos hospitais. A abordagem anatomofisiológica ganhou vulto ao lado das teorias de determinação social da loucura. Como vimos, porém, as correntes que atribuíam primazia ao espírito ou à matéria ainda coexistiram por muito tempo como dominantes do pensamento sobre as psicopatologias. O materialismo, porém, dominou o campo das ciências, por estabelecer a única referência para um entendimento válido da natureza experimentável. Do outro lado estavam as idéias resultantes da razão pura, que estabeleciam metafísica, e não conhecimento científico válido. Essas, porém, permaneceram por muito tempo no domínio da Filosofia e, até nossos dias, ainda encontram nesse campo e, mais livremente, na Teologia,

14 “um refrescante espírito de desapaixionada claridade para a psiquiatria. Eles estavam livres das teorias demonológicas que dominaram o mundo Cristão e foram capazes, portanto, de fazer observações clínicas acuradas dos doentes mentais”. (Tradução nossa).

15 Como é de conhecimento geral, Galileu foi condenado ao cárcere domiciliar durante os últimos anos de sua vida. Seu crime contra os preceitos da Igreja foi ter afirmado que a Terra se movia em torno do Sol, o que ia contra a cosmologia sagrada do catolicismo. Para detalhes, Cf. CAMPBELL. *The masks of God*. v.4. New York: Penguin Books, 1976, pp.573-574. Além disso, KOYRÉ. Galileu e a revolução científica do século XVII. In: *Estudos de história do pensamento científico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

16 KOYRÉ, A. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979. pp.255-257 e *passim*

seu espaço de atuação. À ciência exigiam-se observação, experiência, e esta estava, de início, inelutavelmente vinculada à matéria.

O resultado disso foi o surgimento de uma psicopatologia que “primeiramente teve que se libertar, com muito custo, dos laivos filosóficos, depois foi submetida a noções anatômicas esquematicamente rígidas”. (JUNG, 1995, p.422). A emergente Psiquiatria tencionava ser científica. Na perseguição dessa meta, colhia ensinamentos de Hipócrates e Galeno e modelos operativos da Medicina islâmica medieval, segundo os quais tentava se libertar das noções dominantes do espiritualismo filosófico-metafísico.

Júlio de Matos (1898), psiquiatra português, dirigiu óptica retrospectiva à história do delírio paranóico com suporte em contexto retrocitado. Segundo este autor, a paranóia seria reconhecida como “delírios sistematizados”. A primeira menção ao conceito, na reconstrução possível do ponto de vista psiquiátrico feita por Matos, data do séc. I, com os estudiosos Areteu e Celio Aureliano. Esses autores mantinham certa confusão entre as noções de “perseguidos” e “melancólicos” que Matos explica da seguinte forma:

Occupando-se dos melancolicos, escrevia, com effeito, o primeiro d'estes medicos [Areteu]: “Muitos receiam que lhes propinem venenos; os seus sentidos adquirem um redobramento de finura e de penetração que os torna suspeitosos e de uma habilidade extrema em verem por toda a parte disposições hostis”. Pelo seu lado, Celio Aureliano, fallando dos mesmos doentes, affirmava que muitos “experimentam uma desconfiança continua, um permanente receio de imaginarias armadilhas”. (1898, p.4).

Esses autores do primeiro século punham em relevo dois aspectos igualmente importantes, o emotivo e o intelectual. O primeiro aspecto se exprimia como estado de angústia e o outro se apresentava como concepção delirante que fixava o espírito. Os estudiosos que sucederam esse autor do primeiro século deixaram de lado cada vez mais o aspecto emocional. No séc. XVII, este aspecto fora praticamente preterido e o delírio era reconhecido como concentração da alma sobre uma idéia falsa, mais precisamente, como conjunto sistematizado de idéias enganosas.

Ainda segundo Matos, em França e nos Estados Alemães, a Psiquiatria avançou até o final da primeira metade do segundo século, desdobrando a noção de delírios sistematizados de formas diversas. Por um lado, buscavam delimitar e correlacionar os vários tipos de delírio, como o megalomaníaco, o de perseguição, o de referência e outros. Pelo outro lado, multiplicavam-se as categorias nosográficas que incluíam essa formação patológica. Dentre elas, destacam-se as seguintes: mania, melancolia, monomania, *Verrücktheit*, *Chroniche Wahnsin*, *Primare chröniche* e, por fim, Paranóia. As quatro últimas eram definidas como equivalentes, em extensão, à loucura sistematizada, podendo ser usadas sinonimicamente.

Matos assevera, ainda, que dois, entre outros, fatores determinantes para a preservação do termo Paranóia, para designar a entidade clínica delimitada pelos delírios sistematizados, foram a simplicidade do termo e sua origem grega, que o punham em par com as outras designações. Segundo ele, todavia, a razão principal teria sido a utilização do vocábulo, nos trabalhos de vários autores,

acompanhada de complementos que permitiriam uma descrição mais apropriada das suas peculiaridades, como Paranóia adquirida, Paranóia persecutória, Paranóia hereditária.

Formou-se, de acordo com Matos, um acordo tácito, ou ao menos subentendido, do que significasse a paranóia. Sua característica principal residiria na perturbação ideativa e na confusão conceitual, muitas vezes ativadas por erros sensoriais. Nesses casos, os delírios se sustentariam em uma base de apoio diuturna que, conseqüentemente, criaria um mundo fantástico, falsearia o juízo e suprimiria o senso crítico.

Kraft Ebbing, no ano de 1879, em tratado de Psiquiatria, apresentou um estudo sistematizado da paranóia que reafirmava seu sentido como loucura sistematizada na forma de idéias delirantes. Estas não teriam causalidade externa nem base emocional. Seriam produto do “inconsciente”, que, nos termos de Ebbing, referia-se ao substrato cerebral. A paranóia, pois, integrava o grupo das psicoses que, diferentemente das neuroses, caracterizavam-se pela lesão ou afecção cerebral de algum tipo. Esse autor classificou a paranóia em subgrupos de acordo com o conteúdo dos delírios (MATOS, 1989).

O tratado de Ebbing serviu de base para um dos maiores, senão o mais importante, sistematizadores da psicopatologia do séc. XIX, Emil Kraepelin. Seu trabalho foi fundamental. Sua classificação das patologias influenciou diretamente a abordagem inicial dos estudos de Freud e Jung, pois consistiam na referência cuja pesquisa de base era mais abrangente e, por isso, foi largamente aceita. Para ele, a paranoia se caracterizava pelo “*furtive development, resulting from inner causes, of a lasting, immovable delusional system that is accompanied by the complete retention of clearness and order in thinking, willing, and acting*”¹⁷. (BLEULER, 1976, p.517). Kraepelin não admitia uma compreensão psicológica das patologias. Valorizava em demasia o diagnóstico e o geral em detrimento absoluto do individual. (SILVA, 1979).

O último reformador que devemos mencionar é Eugen Bleuler, psiquiatra suíço e mentor de Jung em seus primeiros anos de profissão. Foi o responsável pelo conceito de esquizofrenia, que substituiu o de “demência precoce” de Kraepelin e subsiste até hoje. Bleuler compreendia que

[...] *the essence of paranoia is the **delusional system**, i.e. a structure of delusions that all have a certain logical connection and contain no inner contradiction, even though the logic is not in all cases compelling. That the delusion nevertheless strikes the normal person as not only insufficiently supported, but also as senseless, is due chiefly to the false premises and the shutting off of criticism. Year in and year out [...] the patients are pursued by a conspiracy of people, or they would have made great inventions, the practical elaboration and utilization of which is being hindered, or they are high servants of the crown, prophets, etc., who want to stabilish their claims*¹⁸. (BLEULER, 1976, p.518).

¹⁷ “desenvolvimento furtivo, resultante de causas internas, de um durável e inamovível sistema delirante que é acompanhado pela completa retenção da clareza e ordem do pensamento, vontade e ação”. (Traduzimos).

¹⁸ “a essência da paranóia é o *sistema delirante*, i.e. uma estrutura de delírios que têm uma certa conexão lógica e não contêm contradição interna, mesmo que a lógica não seja crível em todos os casos. Que o delírio ainda assim atinja a pessoa normal como não apenas insuficientemente embasado, mas também como sem sentido é conseqüência das falsas premissas e da abolição da crítica. Ano após ano os pacientes são perseguidos por uma conspiração, ou eles realizaram

A noção de Bleuler não dista demasiadamente do que já fora exposto por seus predecessores. Este, porém, demonstrou interesse pela compreensão psicológica, sem abandonar as causas fisiológicas da maior parte das psicopatologias, sobretudo as psicoses. Seu *Manual de Psiquiatria (Textbook of Psychiatry)* (1976) apresenta longo capítulo dedicado à introdução dos principais processos psicológicos que considerava relevantes para o exercício psiquiátrico. Essa atenção psicológica acarretou mudança significativa na acepção do delírio em relação aos seus predecessores. Não foi novidade afirmar: “*delusions are incorrect ideas created, not by an accidental insufficiency of logic, but out of inner need*”¹⁹, pois isso já fora asseverado por Kraepelin. Sua inovação foi assegurar que “*there are no other inner needs than the affective*”²⁰. (BLEULER, 1976, p.90). Os delírios, assim, seriam análogos da *crença*, seu aspecto psicológico. O paranóico só delira porque acredita, compulsoriamente, na idéia. De outra forma, simplesmente teria cometido um erro. A noção de afetividade em Bleuler abrangia tanto o aspecto anatomofisiológico quanto o psicológico. Com isso, Bleuler abria caminho para a pesquisa psicológica ao lado da fisiológica. Essa sua atitude transformou o famoso hospital de *Burghölzli* em um marco diferencial e deu espaço para as pesquisas de Jung, por um tempo, e apoio para os achados de Freud.

Este era, pois, o contexto no qual Jung e Freud deram início aos seus estudos. Enquanto o delírio tinha uma definição mais ou menos geral, exceto pela inovação de Bleuler, e apenas era categorizado de maneira diversa, a paranóia era um conceito, dentre muitos outros, que tentavam organizar os tipos de ocorrência patológica, mas, que tinham como resultado uma multiplicidade caótica de nomenclaturas. Menos do que ordenar o campo de estudo, essas variações o fragmentavam. Os trabalhos de Kraepelin – de grande importância classificatória e, portanto, diagnóstica – e de Bleuler – que fornecia bases compreensivas – eram muito recentes e não haviam conseguido, por si mesmos, imprimir ordem à confusão da Psiquiatria. Esta disciplina, por todas essas dificuldades, permanecia à parte do restante da Medicina. Um dos grandes problemas é que, em meio à proliferação das nosografias, não se havia chegado a um consenso da base fisiológica. Estudavam-se o cérebro, os humores corporais, o fígado e o coração. Mesmo com a emergência da Neurologia, a insipiência dominava a disciplina. Isso levava a um problema ainda mais significativo.

O abandono da causa espiritual e a pobreza das explicações fisiológicas não garantiam uma terapêutica satisfatória para as psicopatologias. O que se fazia regularmente era classificar o doente com um diagnóstico e isolá-lo do convívio social. Algumas técnicas mais ou menos alternativas, como banhos frios e mesmerismo, eram utilizados aqui e ali. A hipnose, porém, que vinha sendo utilizada no tratamento de histerias, apresentava poucos ou nulos resultados quando aplicada aos casos de psicose.

grandes invenções cuja elaboração e utilização prática esteja sendo impedida, ou eles são eminentes servos da coroa, profetas etc. que desejam cumprir suas reivindicações”. (Traduzimos).

19 “delírios são idéias incorretas criadas não por uma insuficiência acidental da lógica, mas de uma necessidade interna”. (Tradução nossa).

20 “não há outras necessidades interiores a não ser as afetivas”. (Tradução nossa).

Eis a opinião de Freud a esse respeito, expressa em *O Interesse Científico da Psicanálise* (1975), sua insatisfação sobre o trabalho realizado pelas investidas da Psiquiatria que buscava explicações fisiológicas do fenômeno anímico:

Há muitos fenômenos envolvendo as relações dos movimentos faciais - e outros movimentos expressivos - com a fala, bem como com muitos processos intelectuais (tanto em pessoas normais, como nas doentes), que até o momento escaparam à atenção da Psicologia por terem sido considerados simples resultados de distúrbios orgânicos ou de uma falha no funcionamento do aparelho mental. Refiro-me às 'parapraxias' [...], às ações casuais e aos sonhos das pessoas normais assim como às crises convulsivas, delírios, visões e idéias ou atos obsessivos dos pacientes neuróticos. Esses fenômenos, quando não foram inteiramente negligenciados [...], foram relegados à patologia e foi feita uma tentativa de encontrar-lhes explicações 'fisiológicas', embora estas fossem invariavelmente insatisfatórias. A psicanálise, pelo contrário, foi capaz de demonstrar que todos esses fenômenos podem ser explicados por meio de hipóteses de natureza puramente psicológica e encaixados na cadeia de fatos psíquicos que já conhecemos. Assim, se por um lado a psicanálise restringiu a área submetida ao ponto de vista fisiológico, por outro trouxe uma grande parte da patologia para a esfera da Psicologia. [...] As provas, nestes como naqueles, foram atingidas independentemente e demonstram que os processos normais e os descritos como patológicos seguem as mesmas regras. (p.200).

Com isso, Freud não apenas criticava a insuficiência do modelo psicofisiológico como também proclamava, em 1913, ter sido capaz de encontrar um nexos de significados com respaldo na descrição psicológica. A Psicanálise, teoria que apresenta esse sucesso, surgiu como método clínico, terapêutico, tentativa de intervenção psicológica. A paranóia, após as histerias, foram um dos primeiros grupos patológicos abordados por Freud e, até o fim de sua obra, os delírios ainda seriam um desafio analítico.

Jung, psiquiatra e pupilo de Bleuler, por sua vez, afirmou, em conferência de 1925, que

*At that time [primeiros anos do sec.XX] there was no psychological viewpoint to be found in the field of psychiatry. A label was put on each case; it was said to be a degeneration here, or an atrophy there, and then it was finished – there was nothing more to be done about it*²¹. (1989, p.19).

A falta de subsídios para cuidar de fato dos pacientes e, sobretudo, para compreender o sentido daquelas afecções na vida da pessoa levou Jung a estudar e publicar, em 1906, o estudo de um caso e paranóia. Nele, demonstrou a possibilidade de que as psicoses tivessem causa psicogênica e daí seus estudos prosseguiram para o estabelecimento de uma teoria psicológica sólida. Sua psicoterapia e sua teoria supunham que a psique “se comporta na medida em que possui uma fenomenologia própria, que não pode ser substituída por outra coisa qualquer. Através disso se comporta como fator biológico que pode ser descrito como qualquer objeto da ciência natural”. (JUNG, 1985a, p.86).

²¹ “Naquele tempo [primeiros anos do s. XX] não havia ponto de vista psicológico a ser encontrado no campo psiquiátrico. Um rótulo era imposto a cada caso; dizia-se haver uma degeneração aqui, ou uma atrofia acolá –então estava terminado, não havia mais nada a ser feito”. (Traduzimos).

Como fator biológico, porém, ocupa posição excepcional que lhe deve garantir legitimidade e não ser considerada um epifenômeno da matéria ou do espírito.

Com isso, sem abandonar o ideal de ciência kantiana, preservando seu lugar de ciência natural, Freud e Jung, cada um a sua maneira, buscou fundar um saber que também não poderia se fundamentar em explicações fisiológicas. Isso os remeteu à formulação de teorias próprias, psicológicas, de acordo com as quais apresentariam uma nova compreensão da paranóia e do delírio, que até hoje nos serve como referência.

2.2 O Contexto da Parceria entre Freud e Jung

Ao abordarmos a colaboração entre Freud e Jung, dois problemas se destacam como fundamentais: primeiramente, é necessário assinalar como ocorreu a aproximação entre as pesquisas dos referidos autores. Depois, devemos precisar como os temas do delírio e da paranóia surgiram no âmbito dessa parceria e qual sua importância. Com o final da relação, as discordâncias expressadas sobretudo em relação às teorias energéticas e à compreensão das psicoses [especificamente da paranóia e da demência precoce (esquizofrenia)], separaram-se em duas correntes de pensamento diversos. A herança deixada foram dois sistemas psicológicos cujas relações são tanto ou mais complicadas do que aquelas havidas entre seus fundadores.

2.2.1 Contexto da Colaboração entre Freud e Jung: Esboço da Problemática.

Em 11 de abril de 1906, Freud iniciou longa correspondência com Jung por meio de uma carta em que comentava o então recente texto junguiano sobre os experimentos de associação. Evidentemente, esse foi apenas o início do seu contato pessoal. A troca de idéias começou com as leituras dos textos um do outro. Encontramos, portanto, no interesse teórico o percurso até o exórdio da relação entre os dois autores. Este é o âmbito da relação que nos interessará – a discussão teórica e metodológica. Tratemos, inicialmente, do que ambos referiram de conhecimento da obra do outro até a prima missiva.

Na primeira publicação de Jung, *Sobre a Psicologia e patologia dos fenômenos chamados ocultos*²² (JUNG, 1994) já é possível encontrar esparsas referências à teoria freudiana. Naquele traba-

²² Esse texto corresponde à dissertação de Jung, publicada originalmente em 1902, com o título de *Zur Psychologie und Pathologie sogenannter okkulter Phänomene*.

lho, Jung estudou o caso de sonambulismo em uma jovem de 15 anos. Ela apresentava delírios e alucinações durante o estado sonambúlico que, à época, eram conhecidos vulgarmente como possessão por espíritos. Jung pretendeu, com seu trabalho, além de uma leitura psiquiátrica, contribuir com a ampliação dos “conhecimentos sobre as relações dos estados crepusculares histéricos com os problemas históricos e da Psicologia normal” (JUNG, 1994, p.27). Suas fontes estendiam-se desde os mais aclamados psiquiatras da época até filósofos como Kant e Schopenhauer.

Jung conjecturou que as manifestações automáticas de personalidades, os “espíritos”, correspondiam a divisões da consciência que constituía uma personalidade “subconsciente” (*sic*). Haja visto ter delineado a ocorrência de um funcionamento psíquico organizado (de alguma maneira) coexistindo com a consciência e nela interferindo, torna-se evidente o caminho da aproximação com as descobertas de Freud: “Se isto representa um paralelo aos resultados da pesquisa de FREUD sobre os sonhos, fica em aberto, pois não temos condições de julgar até onde a emoção mencionada pode ser considerada ‘reprimida’”. (JUNG, 1994).

Com o aprofundamento do estudo, Jung compreendeu que determinados conteúdos, quando reprimidos, permanecem atuantes em um nível subliminar e passam a existir de maneira “autônoma como personalidades automáticas”. (JUNG, 1994, p.86). A proximidade com as idéias de Freud tornou-se mais contundente, pois, para Jung, os sintomas alucinatorios e delirantes dos “estados crepusculares” da jovem desvelam o padrão dos conteúdos dissociados da psique consciente. Segundo Jung, Freud teria encontrado algo similar no funcionamento dos sonhos. A hipótese do inconsciente, portanto, foi o elemento de aproximação. A psique inconsciente deveria ser a chave para a compreensão das alucinações e delírios dos pacientes com os quais um psiquiatra deveria lidar.

Nada obstante, seria errôneo e apressado afirmar concordância plena entre as idéias de Jung e de Freud sobre o inconsciente. Em verdade, tal anuência não poderá ser cabalmente admitida, como veremos mais adiante. Por ora deveremos compreender que, dessa primeira aproximação, as investigações de Jung o levariam a dar ainda mais importância ao texto freudiano.

A despeito do preconceito de que as teorias de Freud eram vítimas, Jung encontrou no resultado de seus estudos alguns elementos que tornavam inevitável a aceitação de alguns de seus pontos de vista. Desde 1900, no exato início de sua carreira profissional, tomara conhecimento da obra de Freud, com a leitura de *A interpretação dos sonhos*. Anos depois viria a comentar sobre esse contato:

Estudei-o [o livro *A interpretação dos sonhos*] com a maior atenção e não entendi muitas coisas nele, as quais não eram nada claras para mim. Mas, em outras partes tive a impressão de que esse homem sabia realmente sobre o que estava falando. E pensei: “Isto é certamente uma obra prima... cheia de futuro”. (McGUIRE; HULL, 1982, p.250)

Foi ao longo de suas pesquisas realizadas com o auxílio do “teste de associação de palavras”, desenvolvido em seus rudimentos por Wundt e por Galton (JUNG, 1994), que Jung deparou uma série de evidências análogas aos achados clínicos de Freud. As “falhas” – fuga à instrução do teste,

latência de reação prolongada, omissão de resposta, bruscas alterações psico-galvânicas e esquecimento da resposta fornecida – eram registradas, mas Jung não se contentou assinalá-las como erros de associação. Pelo contrário, compreendeu que ali se manifestava a ação da parte inconsciente da psique. Jung constatou que essas falhas, quando investigadas a fundo, apresentavam um tipo de regularidade e ligavam-se a certos núcleos significativos, dotados de uma tonalidade afetiva específica, que variavam de pessoa para pessoa. Esses núcleos associativos inconscientes foram chamados por Jung de complexos²³. A própria consciência, aliás, organizava-se como um complexo abrangente, formado de um número muito grande de associações internas e cuja tonalidade afetiva correspondia às funções volitivas: o “complexo do eu”. Os demais complexos, inconscientes, seriam dissociados da consciência e, portanto, mantidos em condição subliminar na maior parte do tempo. Somente quando o estímulo se associasse fortemente ao complexo inconsciente, este interferiria na atividade consciente. Jung explica que:

Ainda que a associação, como se costuma dizer, esteja sob o livre arbítrio da pessoa experimental, e esta possa dizer o que quiser, ela não diz o que quer, mas é forçada a revelar o que deseja manter o mais oculto possível. Suas reações, portanto, não são impressões livres, mas “atos sintomáticos” [FREUD]. (1997, p.258).

A teoria dos complexos permitiu a Jung explicar fenômenos associativos não apenas nas pessoas ditas normais, mas também em pacientes histéricos, obsessivos e psicóticos. Observou que as vias associativas de respostas emitidas sob a ação de um determinado complexo coincidiam em muito com os mecanismos inconscientes explicados por Freud. Muitas das associações mais sintomáticas, como as relativas à forma sonora da palavra estímulo, os estrangeirismos, as referências (como citação de provérbios ou textos clássicos) e as perseverações (permanência da ação de um complexo nos estímulos subseqüentes), poderiam ser compreendidas à luz da Psicanálise. As falhas de associação, quando analisadas, revelariam o que a pessoa buscava ocultar ou, segundo a terminologia psicanalítica: o que era “reprimido”²⁴(*sic.*).

Com seu novo trabalho, Jung retomava a hipótese indicada na sua monografia sobre a jovem sonambúlica: determinados conteúdos dissociados da consciência aglutinavam em torno de si um conjunto de associações, constituindo uma espécie de personalidade autônoma e, portanto, inconsciente. A atuação do complexo sobre a consciência surgiria não apenas nas “falhas” das associações, mas também nos chistes, *lapsus linguae*, nos sintomas patológicos e, sobretudo, na atividade onírica.

Um dos textos do *Estudos Diagnósticos de Associação*, intitulado *Psicanálise e o Experimento de Associações* (JUNG, 1997, pp.304-332), coroa a relação entre a teoria dos complexos e a Psicanálise. Jung era de opinião que a Psicanálise operara significativos avanços no entendimento da histeria, o que

²³ Para detalhes, v. cap. 5, *infra*.

²⁴ Corresponde ao conceito de Freud para qual o termo designado foi, no original, *Verdrangung*, melhor traduzido como *recalque*, termo do vernáculo que vem sendo usado pelos estudiosos brasileiros da teoria psicanalítica. V. FREUD, 2004a, para uma discussão sobre a tradução do conceito. Quanto aos textos de Freud, substituiremos adequadamente o termo regressão por recalque sempre que se fizer necessário. Nas referências à Jung, preservamos o uso de “repressão”.

as escolas psiquiátricas e psicológicas não haviam realizado. Importava, para Jung, que Freud tivesse sido o primeiro a explicar as vias psicológicas da formação psicogênica da histeria, o que anteriormente era apenas suscitado²⁵. Também interessava para Jung, que nisso divergia radicalmente dos críticos de Freud, a possibilidade de confirmação da teoria psicanalítica pelo método a ela associado. Jung tomou essas aproximações como ensejo para tentar aproximar as possibilidades diagnósticas dos exames de associação com a técnica psicanalítica.

Jung veio a trabalhar sobre essas possibilidades na análise de uma senhora histérica, na qual confrontou o resultado dos exames com o trabalho clínico. As associações indicaram um complexo sexual, o que se confirmou em análise, como Jung explicitou:

Sua personalidade comum e sua personalidade sexual são dois complexos diferentes, duas consciências diferentes que nada querem ou nada devem saber uma da outra. [...] Representa apenas um passo para os exemplos clássicos de divisão da personalidade, sendo todos condicionados pelos mecanismos descritos. (1997, p.325).

Jung entendia que, em determinado momento, algum conteúdo sexual fora reprimido pela paciente e daí passara pelo processo de desenvolvimento de um complexo que aglutinou um grande número de conteúdos associados ao tema da sexualidade. Com isso, Jung punha grande proximidade entre seus achados e a obra de Freud. Demarcava-se, porém, uma grande diferença: o complexo sexual verificado na paciente era um dos tipos de complexo possíveis, não o modelo fundamental do complexo psíquico.

Com esses elementos, já fica indicado que a obra de Freud foi uma das mais importantes influências de Jung para a estruturação de sua teoria. Jung realizava com isso um ato de ousadia, defendia os argumentos de Freud enquanto o mundo psiquiátrico, no máximo, o considerava um tanto ou quanto estranho e anticientífico. Por outro lado, não podemos simplesmente afirmar que a teoria de Freud tenha sido plenamente assimilada por Jung. A teoria dos complexos trazia uma série de complicações para o pensamento psicanalítico. Além disso, Jung preservou influência expressa de autores que Freud criticava duramente, como Pierre Janet.

No quinto capítulo, em que abordaremos o desenvolvimento da teoria de Jung em relação aos delírios paranóicos, teremos oportunidade de tratar, com profundidade, da constituição da Psicologia Analítica. Por ora é importante que retornemos à primeira carta de Freud, na qual comentava os *Estudos Diagnósticos de Associação* que Jung lhe enviara para julgamento. Em seguida aos agradecimentos pela gentileza, Freud comentou:

*Of course your latest paper "Psychoanalysis and Association Experiments", pleased me most, because in it you argue **on the strength of your own experience** that everything I have said about the hitherto unexplored fields of our discipline is true. (FREUD; JUNG; MCGUIRE, 1979, p.3, grifo nosso).²⁶*

²⁵ Por Kraft-Ebbing, Bleuler e Charcot, por exemplo.

²⁶ "Certamente, seu último artigo, 'Experimentos de associações e Psicanálise', me agradou sobremaneira, pois nele você argumenta **na força de sua própria experiência** que tudo o que eu disse acerca dos até agora inexplorados campos de nossa disciplina é verdadeiro". (Traduzimos).

Deste breve comentário, podemos verificar que não apenas as afirmações de Freud confirmavam as pesquisas de Jung, mas que a recíproca era verdadeira. Isso se confirmaria pouco depois, na carta 11F, em que Freud afirmou a Jung que ele era:

*the ablest helper to have joined me thus far [...] and among my students in Vienna, who have the perhaps questionable advantage over you of personal contact with me, I know only of one who might be regarded as your equal in understanding, and of none who is able and willing to do so much for the cause as you*²⁷. (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1979, p.17)

O destaque dado por Freud, não apenas incidiu sobre a compreensão ímpar da Psicanálise que Jung demonstrara, mas também sobre sua capacidade de defendê-la. Por que Jung seria capaz? Seria apenas pelo seu entendimento? Não havia ao menos outro vienense, tão bom entendedor quanto ele? Devemos lembrar que, àquele período, a Psicanálise ainda não fora reconhecida no meio acadêmico, não contava com uma publicação periódica própria e era seguida basicamente por alguns poucos conterrâneos e congêneres de Freud. Jung era protestante, e não judeu como Freud, o que por si era motivo, no contexto em que viviam, para uma melhor aceitação. Esse pormenor – que tanto vem sendo enunciado – não era, porém, o único e talvez nem mesmo o mais importante.

Com o trabalho de Jung e a colaboração da Psiquiatria suíça, pareciam abrir-se as portas para os laboratórios de Psiquiatria e Psicologia e, com isso, o ingresso na academia. Isso era fundamental para Freud, que impunha uma “exigência de cientificidade estrita” (ASSOUN, 1983, p.40) para a Psicanálise. Além de tudo, Freud reconhecia que Jung fornecera significativa contribuição no campo das psicoses e que fora capaz de “provar” o inconsciente experimentalmente.

A carta freudiana de 11 de abril de 1906 representou, pois, a primeira manifestação de satisfação com o trabalho de Jung, e foi nesse contexto que teve início a colaboração entre os dois autores e, com essa explanação, somos lançado no volumoso compêndio de missivas legado pelos grandes pensadores. Com uma investigação desse volume e de algumas de suas obras, pretendemos traçar algumas linhas gerais sobre sua acirrada discussão relativa ao tema da psicose, notadamente da paranóia.

2.2.2 Embate com o Tema das Psicoses

Não tardou na correspondência entre Freud e Jung que o tema da psicose ganhasse destaque, sobretudo em relação à paranóia e à *dementia praecox*²⁸. O tema surgiu pela primeira vez em suas

²⁷ “o mais capacitado colaborador que se uniu a mim até agora. [...] e dentre os meus estudantes em Viena, que têm sobre você a questionável vantagem de um contato pessoal comigo, eu conheço apenas um que pode ser considerado seu igual em entendimento, e nenhum que esteja disposto a e seja capaz de fazer tanto pela causa quanto você”. (Tradução nossa).

²⁸ “Demência precoce”, termo utilizado por Kraepelin que, no início do sec. XX, passou a ceder lugar à palavra “esquizofrenia”, cunhada por Eugen Bleuler, que acreditava não se tratar de uma patologia mórbida como o vocábulo mais antigo denotava.

discussões na carta 8F, de dezembro de 1906 (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1979, pp.11-13), na qual Freud escreveu que deveriam pensar também sobre quais outras patologias, além da histeria, também demandavam tratamento e poderiam receber contribuição da Psicanálise. Enunciou: “*I have often treated cases verging on the psychotic or delusional (delusions of reference, fear of blushing, etc.), and in so doing learned at least that the same mechanisms go far beyond the limits of hysteria and obsessional neurosis*”²⁹. (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1979, p.12). Era preciso investigação para saber até que ponto as diferenças entre os estados patológicos poderiam conduzir. Freud reconhecia, porém, que nesse campo sua experiência era escassa. Disse ele:

*I hope to learn a good deal from your long announced work on dementia praecox. I have still formed no definite opinion on the dividing line between dementia praecox and paranoia, still less concerning the more recent terms employed in the field [...] In this respect therefore I shall try to believe you.*³⁰ (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1979, p.13).

Em 1897, em *As neuropsicoses de defesa* (1975j), Freud analisara o caso de uma paciente psicótica, referindo sempre ênfase ao mecanismo psíquico do recalque. Este caso foi uma exceção à regra psicanalítica de até então. As primeiras observações dessa disciplina, que permitiram a formação de suas primeiras conceituações, referiam-se a casos de histeria, não incomuns ao contexto da época. O próprio Freud, em sua última revisão teórica (1975e), afirmou propriedade à Psicanálise no campo das neuroses e inadequação para o tratamento das psicoses. Esta limitação tinha por motivo fundamental a dificuldade ou impossibilidade da transferência no caso das psicoses. O conhecimento psicanalítico, portanto, sustentava-se sobre os alicerces do inconsciente e do recalque no estudo das histéricas, mas interessava-se, também, pelo estudo das psicoses desde o início. Não é difícil, pois, compreender por que Freud acreditava ser importante a opinião de Jung a esse respeito.

Jung trabalhava em um hospital de renome e era também discípulo de um dos maiores psiquiatras da época. Reconhecera a hipótese do inconsciente e a teoria do recalque como instrumentos valiosos para o entendimento das psicopatologias. Nesta não desprezível minudência, aproximava-se do pensamento de Freud: a despeito das diferenças entre as patologias um caminho para a compreensão das profundezas da psique fora aberto com os estudos sobre a histeria. No tema do inconsciente, concentrava-se a convergência entre os interesses dos dois autores³¹.

Jung discriminou, na carta 9J, que um dos fatores da discordância entre os dois era justamente porque trabalhava com “*uneducated insane patients, and on top of that with the uncommonly*

²⁹ “Freqüentemente atendi casos, que beiravam a psicose e o delírio (delírios de referência, medo de corar, etc.), e assim fazendo aprendi que os mesmos mecanismos vão muito além da histeria e da neurose obsessiva”. (Traduzimos).

³⁰ “Espero aprender muito com o seu há muito anunciado trabalho sobre a *dementia praecox*. Não formei ainda opinião definida quanto à linha divisória entre *dementia praecox* e paranóia, ainda menos a respeito dos termos mais recentes empregados no campo. [...] A esse respeito, portanto, devo tentar acreditar em você”. (Tradução nossa).

³¹ Essa observação é devida ao Prof. Ricardo Barrocas que, em orientação da dissertação em 13/04/2007, declarou que o interesse científico pelo inconsciente, à época em desenvolvimento, teria sido “o interesse comum que sustentou o trabalho em parceria, a despeito das divergências. Àquela época, qualquer apoio era importante para defender a radicalidade da noção de inconsciente”.

*tricky material of Dementia praecox*³² (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1979, p.14). O interesse de pesquisa de Jung surgira precisamente pela necessidade de se orientar em meio a numerosos casos de psicose. Não foi à toa que o ponto culminante de seus experimentos de associação foi a tese sobre *A Psicogênese das Doenças Mentais* (JUNG, 1990), na qual investigou o caso de uma paciente paranóica. Jung confirmou, com esse trabalho, que também os sintomas psicóticos podem ser reconstituídos com base na história do paciente e seus complexos delimitados. Complementou, afirmando que para o entendimento das evidências apresentadas,

FREUD já disse o essencial em seus trabalhos sobre a histeria, a neurose obsessiva e o sonho. Embora os conceitos aí expostos, nascidos de bases experimentais, não coincidam, em alguns pontos, com os de FREUD, o conceito de complexo de tonalidade afetiva talvez ultrapasse de algum modo as perspectivas freudianas. (JUNG, 1990, p.33)

O texto trazia críticas à teoria freudiana, não no sentido de negá-la, mas referia uma necessidade de revê-la ou complementá-la para a compreensão da psicose. Na referida obra, ficara expressa a crítica de Jung à teoria da sexualidade como fundamento universal para a etiologia das neuroses e psicoses. Jung admitia a atuação psíquica de outros complexos que, em certos casos, poderiam ser muito mais relevantes do que o sexual (JUNG, 1990). De fato, a ênfase da teoria de Jung recaía na dinâmica psíquica, possibilitada pelo conceito de afeto – herdado de Bleuler – e não nos achados freudianos propriamente ditos. Estes últimos eram compreendidos de acordo com a teoria dos complexos e, portanto, sob a luz lançada pela noção de tonalidade afetiva. Relegaremos, porém, a exposição mais detalhada da teoria de Jung em torno da paranóia ao capítulo cinco e, por enquanto, devemos nos ater aos elementos que ganharam destaque no comentário de Freud, encontrado na carta 11F.

Freud rendeu elogios ao livro e Jung, com o qual afirmou ter concordado em grande parte. Assinalou, adicionalmente, alguns pontos de discordância. Primeiramente, criticou a leitura que Jung fez da realização onírica dos desejos, que lhe parecia não levar completamente em conta o problema da sexualidade. Este também não teria sido abordado propriamente como etiologia e disso derivou a segunda crítica de Freud. Ele afirmou que o recurso à hipótese levantada por Jung de que um fator tóxico, e portanto fisiológico, pudesse estar ligado à disposição psicótica, deixava de lado a importância tão grande que ele – Freud – conferia à sexualidade. Além disso, Jung asseverara em seu texto que a paciente cuja análise fora exposta em *Comentários Adicionais sobre as Neuropsicoses de Defesa* (1975j) sofria de demência precoce. Freud se contrapôs ao afirmar que considerava o diagnóstico como verdadeiramente de paranóia.

A sexualidade é o motivo central das duas primeiras críticas. De fato, Freud já afirmara a Jung:

Your writings have long led me to suspect that your appreciation of my psychology does not extend to all my views on hysteria and the problem of sexuality, but I venture to

³² pacientes pouco educados e insanos e, acima de tudo, com o material incomum e traiçoeiro da *Dementia Praecox*. (Traduzimos).

*hope that in the course of the years you will come much closer to me than you now think possible.*³³ (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1979, p.5)

De fato, como veremos mais adiante, as noções de sexualidade nos dois autores eram diferentes, como também divergia o valo que lhe era atribuído. A divergência a respeito da sexualidade viria a ter influência significativa em seu conflito futuro.

O terceiro pormenor indicado por Freud, referente à diagnose, também retrata a pré-história dos desenvolvimentos das obras. Para Jung, a diferença entre paranóia e demência precoce era

*[...] only a difference in nomenclature. With “Dementia” praecox one should on no account think first of imbecility (though that can also happen!), but rather of a **complex-delirium with fixations**. Paranoia is built up exactly like Dementia praecox, except that the fixations **is restricted to a few associations**; with few exceptions, clarity of concepts remains unimpaired*³⁴. (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1979, pp.21-22).

Essa explicação foi cabível para tentar aproximar o diálogo dos dois, pois, em uma carta pregressa, Freud afirmara: “I have still formed no definite opinion on the dividing line between dementia praecox and paranoia”. (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1979, p.13). Freud, no entanto, como se verá, continuou a trabalhar em uma diferenciação entre paranóia e outras afecções. Jung cada vez *menos* se importaria com as nomenclaturas psiquiátricas, reduzindo, ao fim, os diagnósticos clínicos simplesmente a neuroses e psicoses.

Como a discussão sobre a sexualidade, esta ainda teria bastante fôlego como tema de discussão entre os dois autores. De fato, Freud ainda trataria da necessidade de explicar o “elemento paranóico da demência”. (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1979, p.35). Em abril de 1907, Freud enviou a Jung um pequeno artigo manuscrito, em que apresentava comentários sobre o funcionamento específico da paranóia, indicando alguns mecanismos especiais, como a projeção, formas específicas de repressão (*sic., repression*) e a retirada do afeto do mundo para um estádio auto-erótico. (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1979).

Jung por várias vezes redargüiu com suporte em sua experiência e Freud sempre contra-argumentava, promovendo a troca de idéias que durou por cerca de cinco a seis anos. Os principais temas da discussão eram a definição de libido³⁵, as relações energéticas (libidinais) nos casos de paranóia³⁶ (e demência precoce) e a definição própria da paranóia e do mecanismo de formação de delírios³⁷. A discussão, evidentemente, levou a mudanças de pontos de vista das duas partes e a diver-

33 “Seus escritos há muito me levaram a suspeitar que sua apreciação da minha Psicologia não se estende a todas as minhas opiniões sobre a histeria e o problema da sexualidade, mas eu me aventuro a alimentar esperanças de que no curso dos anos você se tornará muito mais próximo de mim do que creê possível hoje em dia”. (Traduzimos).

34 “apenas uma diferença de nomenclatura. Com ‘demência’ precoce não se deve pensar de imediato em imbecilidade (ainda que isso também possa ocorrer!), mas em um complexo-delírio com fixações. A composição da paranóia é exatamente a mesma da demência precoce, exceto que a fixação é restrita a poucas associações; com poucas exceções, a claridade dos conceitos é preservada”. (Tradução nossa).

35 Cf. FREUD, JUNG, McGUIRE, 1979, p.ex, cartas 5F, 12J, 17J, 39J, 169F, 282J.

36 Cf. *Op.cit.* Principalmente as cartas 17J, 22F, 23F, 24J, 25F, 30F, 40F, 79J, 101F, 121J, 122F, 214J, 282J.

37 Sobre esses dois aspectos Cf. *Op.cit.* Sobre tudo as missivas 8F, 20F, 21J, 25F, 29J, 76F, 79J, 83J, 98J, 99F, 100J, 101F, 122F, 148J, 214F, 218F e 234F.

gências nem sempre sanadas. A discussão teórica na correspondência perdeu espaço progressivo para questões políticas e pessoais nos seus últimos anos; entretanto, foram justamente duas obras publicadas na revista *Jarbuch* em que se concentraram os argumentos centrais de sua cisão teórica.

Freud lançou as *Notas Psicanalíticas sobre um caso de Paranóia (Dementia Paranoides)* (1975f), o famoso caso Schreber, onde, enfim, foi capaz de apresentar com detalhes consideráveis o mecanismo da paranóia sobre o qual há muito refletia. Ali abordava a gênese da paranóia, seu modo de defesa e os caminhos de formação dos diversos tipos de delírio. Também elucidou, em um adendo publicado pouco depois, a importância da relação entre o conteúdo dos delírios e a mitologia e os sistemas religiosos dos povos primitivos.

Na segunda parte de seu texto *Transformações e Símbolos da Libido*³⁸, pouco posterior ao caso Schreber, Jung criticou duramente o texto de Freud, que dera avanço à sua noção de libido com a explicação de uma fixação no estágio homossexual-narcísico. Jung afirmara que não era possível explicar a demência precoce pelo conceito de libido como compreendido por Freud e propôs um abandono da noção descritiva da libido por uma compreensão genética.

No texto *Narcisismo: uma Introdução* (FREUD, 2004), Freud considerou um enorme equívoco a compreensão de Jung acerca da sexualidade. Reafirmou que a retirada da libido sexual, investida na realidade para um estado de narcisismo, seria mais que suficiente para que se manifestassem os sintomas da paranóia ou demais psicoses. Nesse trabalho, Freud aprofundou sua noção de libido narcísica e fixou as bases de uma nova organização das classes de patologias na Psicanálise: as neuroses de transferência e as neuroses narcísicas.

Jung, por seu lado, abandonou o movimento psicanalítico em defesa de suas idéias. Não obstante, as referências ao trabalho freudiano permaneceriam em toda a sua obra, ainda que muito raramente nos últimos anos de seu trabalho. Jung consideraria, a partir daí, o modelo da Psicanálise como reducionista, ou seja, um modo de conhecimento que “nada mais exige de uma explicação senão a redução do desconhecido ao conhecido e do complexo ao simples”. (JUNG, 1990, p.163). A redução dos fenômenos psíquicos às componentes sexuais era para Jung demasiado estreita. Trabalhou, então, pela sistematização de uma teoria energética que não fosse causalista, mas finalista, que permitisse as ocorrências psíquicas como *devir*. Somente assim, seria possível reconhecer nos delírios ocorrências típicas da alma humana e, com isso, universalizar a compreensão da psique para a abrangência de todos os seus fenômenos.

Jung, porém, não deixou de reconhecer em Freud um dos gênios mais inovadores da ciência, justamente por ter trazido para o campo científico a noção de inconsciente. Também assegurou ter herdado de Freud os problemas da sexualidade e o das reminiscências arcaicas como importantes vias de sua pesquisa.

³⁸ Este livro foi totalmente revisado por Jung para sua quarta edição, no início da década de 1950. No prefácio dessa edição, intitulada *Símbolos da transformação* (*Symbole der Wandlungen*), Jung explica que amadureceu durante quatro décadas as idéias da publicação original. Referimo-nos, neste texto, à tradução inglesa da primeira edição, inédita em língua portuguesa, nomeada *Psychology of the unconscious*.

Freud, por outro lado, abandonou boa parte dos conceitos junguianos a que conferia algum reconhecimento, com críticas circunstanciais, em seus trabalhos. Sob seu ponto de vista, Jung tornara-se um místico ou profeta que tentava delinear caminhos de vida espiritual para seus pacientes, em vez de analisá-los. Não admitiu o abandono da sexualidade por Jung que, ao seu ver, propusera uma noção de libido não sexual, o que, naturalmente, era um absurdo em termos psicanalíticos. Os estudos da paranóia tiveram continuidade com a teoria exposta no caso Schreber sem que Freud tenha reconhecido válidas as críticas de Jung.

Freud não deixou, porém, de reconhecer a influência significativa de Jung, ainda que de maneira resumida, mesmo em textos tardios, posteriores ao rompimento de suas relações pessoais. Em *Além do Princípio de Prazer* (2005) e *Um estudo autobiográfico* (1975i), por exemplo, Freud ainda reconhecia as contribuições do colega suíço, principalmente a respeito dos recursos que forneceu para o entendimento dos sintomas patológicos mais graves.

As duas principais influências advindas da Psicologia Analítica incidiram diretamente sobre o entendimento freudiano das psicoses. Em primeiro lugar, foram os estudos e apontamentos de Jung com a teoria dos complexos que lançaram luz sobre o sentido e a psicologia dos processos psicóticos, em relação aos quais Freud se queixava de parca experiência. O outro aspecto destacado, a analogia com temas arcaicos, ensejou a produção freudiana sobre o que ele reconheceu como “verdades históricas” que se manifestam no delírio e que representam a herança dos antepassados.

A complexidade da relação extrapola a simples separação. Delimitamos dois sentidos em que parecem ter se efetivado as contribuições entre Freud e Jung. O primeiro foi a inspiração direta. p.ex., o início da obra de Jung foi influenciado pela idéia freudiana de repressão; a Psicanálise freudiana, pela teoria dos complexos. Isso não implica, nem poderia implicar, uma apropriação acrítica, mas uma “naturalização” dos conceitos com sustentação nos pressupostos individuais.

A segunda forma de contribuição foi pela oposição. Exemplifiquemos: por não aceitar o conceito de libido freudiana como explicação suficiente para as psicoses, Jung se viu constrangido a desenvolver uma compreensão própria de energia psíquica. Freud, por outro lado, dedicou pelo menos uma parte de seu livro sobre o narcisismo a esmiuçar os detalhes de sua teoria para contrapor os argumentos de Jung.

Verificaremos, no decorrer deste texto, se essas supostas contribuições se efetivaram e se contribuíram para o desenvolvimento de suas concepções acerca do delírio paranóico. Cremos que o que resultou do entrelaçamento entre os pontos de vista decorreu de uma “ilusão de contigüidade entre as noções” o que não impediu necessariamente algumas aproximações legítimas entre os dois conceitos de paranóia. Segundo essa hipótese, o valor da colaboração recíproca não foi ou pode ser negado, pois resulta tanto em um aperfeiçoamento dos sistemas quanto em uma demarcação mais precisa entre suas idéias.

Para abordar as contribuições e contrastes entre as teorias de Freud e Jung acerca do delírio paranóico, entretanto, devemos dispor de um método adequado e, uma vez que tal não há, procedemos a uma discussão acerca desse importante elemento de nosso trabalho.

3 DO CONFRONTO DE DOIS SISTEMAS A RESPEITO DE UM CONCEITO

A pesquisa bibliográfica, certamente, fornece material investigativo mais do que suficiente para que realizemos o estudo das influências entre Freud e Jung em relação ao delírio com satisfatório rigor. Referindo exclusivamente às obras de Freud e Jung, já teríamos referências numerosas. Sopesar toda a bibliografia disponível hodiernamente seria tarefa desmesurada, haja vista a abundância de produção relativa ao tema. Diante de uma vastidão de material, acreditamos que a tarefa de selecionar os textos por via de uma exploração inicial exige um método, visto que essa escolha deve se fundamentar sobre um ponto de vista já razoavelmente delimitado, fruto de reflexão epistemológica. A escolha de um texto é, no máximo, tão importante quanto o modo como nos apropriamos dele. Reconhecemos, portanto, como condição indispensável para a consecução da pesquisa, a delimitação de um método³⁹. É necessário indicar com exatidão como pretendemos realizar os estudos e qual será o eixo condutor desse esforço. Com tal objetivo, ocuparemos o leitor com a exposição de nosso método ao longo de algumas páginas.

3.1 Da Dignidade dos Sistemas Psicológicos

A proposta de confrontar as compreensões de Freud e Jung acerca do delírio não tenciona solver fronteiras, tampouco indicar uma abordagem superior ou “mais correta” que a outra. Ousamos ficar livres, ao menos em princípio, para formular o modo da ocorrência de uma proximidade ou divergência entre as teorias no decorrer de nosso estudo. Nosso ponto de partida é o reconhecimento de que Psicanálise (freudiana) e Psicologia Analítica (junguiana) constituem, como nos foi ministrado pelo Prof. Dr. Ricardo Barrocas⁴⁰, sistemas psicológicos autônomos. Estes devem ser entendidos, de acordo com Marx & Hillix (1990), como interpretação e organização de uma série de fatos e teorias que os compõem. Segundo esses autores, não há, todavia, em nenhuma Psicologia, fatos bastantes para estabelecer um sistema sólido. Resulta que o sistema psicológico tem como função primordial “*dirigir o cientista em seu estudo*, de modo que seus esforços possam ser utilizados com

³⁹ Entendido no sentido original de μέθοδος, ou seja, “caminho de busca”, cujo campo semântico se aproxima do que preferiríamos chamar de “orientador de trabalho”, em contraste com o termo vulgarizado de “metodologia”, entendida como técnica.

⁴⁰ O que é evidência nas aulas da hoje extinta disciplina Teorias e Sistemas Psicológicos do curso de Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará.

a maior eficácia para um conhecimento subsequente”. (MARX; HILLIX, 1990, p.97). Essa direção não é dada para a ciência ou para a Psicologia em geral, mas, unicamente, para aquele sistema delimitado. Em termos gerais, indica, assim, “que problemas devem ser estudados” (MARX; HILLIX, 1990, p.97) e o modelo segundo o qual se pode solucioná-los. Nada disso, contudo, é equacionado de maneira absoluta e final ou paradigmática.

Em se tratando de sistemas diversos, não temos como aceitar *a priori* a idéia de que o conceito de delírio tenha igual sentido e opere uma mesma meta de pesquisa em cada uma das duas abordagens, referindo-se, assim, a um mesmo conjunto de abstrações. Observamos que, até mesmo no desenvolvimento interno da Psicanálise, o sentido do delírio como sintoma, se modifica significativamente, acompanhando suas constantes descobertas e reviravoltas teórico-metodológicas. O que não dizer, pois, da distância entre as definições freudiana e junguiana portadoras do mesmo nome.

Esta questão emerge significativa por não nos identificarmos, aqui, com ideal positivo que credita ao *fato* científico uma objetividade pura e, com isso, entende o investigador como “um ser ideal que faz uma radiografia da Natureza com total imparcialidade” (THUILLIER, 1994, p.17). Concordamos com Thuillier, no argumento de que qualquer pesquisa, e mais, que toda observação científica requer um quadro teórico. A observação pura da natureza não fornece os *factos*; haja vista que apenas o espírito capaz de articular uma problemática consegue converter a “queda da maçã”, da lenda associada a Newton, em um problema de pesquisa, ou o *globus histericus* em um enigma que estaria na base da fundação de um novo saber. Sem tal fato objetivo, neutro e imparcial, que sirva até mesmo como solução para as contendas teóricas, resta-nos admitir que

O pesquisador que é de fato um pesquisador (quer dizer, que não se contenta em aplicar “receitas” já conhecidas a domínios um pouco diferentes) não pode saber se os conceitos que emprega serão sempre adequados; se os instrumentos que utiliza serão bastante eficazes; se as questões que coloca são judiciosas; se todas as hipóteses auxiliares a que deve recorrer ficarão de pé etc. Existem *riscos*, portanto. Nenhuma Instância Metodológica Suprema oferece garantia de sucesso [...] mas esse estatuto desconfortável é justamente o estatuto de pesquisa. E pode ser qualificado como *normal*. (THUILLIER, 1994, p.19).

Resulta disso que concordemos com Natorp, em sua assertiva tão cara a Piaget, do “facto de a ciência não poder ser compreendida senão como *fieri*. Só esse *fieri* é o facto. Todo o ser (ou objecto) que a ciência tenta fixar deve dissolver-se de novo na corrente do devir, e só dele, que se tem o direito de dizer: ‘ele é (um facto)’” (*apud* PIAGET, 1991, p.13). Esse “fazer contínuo”, obstinado exercício de pesquisa e revisão dos conceitos, define o modelo do avanço do conhecimento, orienta as pesquisas e questiona as críticas e contribuições oriundas de outras fontes. Isso é feito por meio de uma delimitação conscienciosa de seu objeto e de toda a sistemática metodológica implicada. Os conceitos devem ser continuamente revistos, reordenados e precisados sempre e de novo na medida em que o trabalho avança, assim, o desenvolvimento da ciência, que se ocupa de suas próprias possibilidades de conhecimento, entende-se como uma corrente no *devir* e, assim, retiramos a estabilidade dos *factos* pelo abandono da “mitologia do Olhar Objetivo”. (THUILLIER, 1994, p.17).

Segundo Freud, o trabalho de pesquisa do analista vincula-se estreitamente à prática da clínica, aliás, na execução da Psicanálise, “pesquisa e tratamento coincidem”. (1974e, p.152). Ao acompanharmos o posicionamento de Freud e tomar a Psicanálise como exercício, certificamo-nos, ao mesmo tempo, de que essa atuação demanda pesquisa, cujos resultados sempre de novo se refletem no trabalho. O eixo desse trabalho investigativo Assoun nos indica de maneira reveladora, na *Introdução à epistemologia freudiana* (1983). Com supedâneo no programa fundado em um monismo radical, que recusa a distinção entre as *Geisteswissenschaften* (ciências do espírito) e *Naturwissenschaften* (ciências da natureza) e reconhece apenas as últimas como *Wissenschaft* (ciência), Freud impunha, assim, ao saber que fundava, uma meta comprometida com o monismo radical e com o reducionismo, segundo o qual “o organismo é exaustivamente investigável em conformidade com o método físico-químico”. (FREUD, 1975e, p.54). Neste projeto científico, a significação (*Bedeutung*⁴¹) assume o lugar de explicação, atuando como requerido pela tradição científico-filosófica, i.e., como redução causal. Segundo esse ponto de vista, todo evento pode ser entendido como efeito de uma determinada causa, o que coalesce com a idéia de sobredeterminação. Freud, sobre essa base inicial, deve também fazer valer sua atitude agnóstica, segundo a qual há um limite para o conhecimento. Além deste, apenas resulta o *inconsciente*. Este atua, na teoria, como elo perdido entre o mundo físico e o mundo psíquico (ASSOUN, 1997) e deve, portanto, ser central em sua meta de explicação reducionista das ocorrências psicológicas. Remeter-se, porém, a um inconsciente parece apontar um paradoxo epistêmico para a Psicanálise, que se propõe a dizer acerca do “insciente”⁴² (*Unbewussten*), incognoscível, ao mesmo tempo que a trabalhar com um modelo interpretativo-explicativo e, assim, dentro do campo de uma ciência dos fenômenos. É por via metodológica que Freud sana esta dificuldade e com isso fica assente a importância de todo o seu edifício metapsicológico.

No trabalho contínuo do exercício psicanalítico, quando se estabelece um bloqueio da investigação analítica, é necessário recorrer à feiticeira (metapsicologia). Freud atesta: “Sem especulação e teorização metapsicológicas – quase disse ‘fantasiar’ –, não daremos outro passo à frente. Infelizmente, aqui como alhures, o que a Feiticeira nos revela não é muito claro nem muito minucioso”. (FREUD, 1975e, p.103). Esta medida metapsicológica é o supra-sumo da racionalidade freudiana, segundo a qual “as idéias, ao invés de serem convenções postas sobre o material, são investidas da objetividade do *trabalho de racionalidade* que as torna possíveis, e, ao mesmo tempo, é condicionado por elas”. (ASSOUN, 1983, p.96). É necessário, pois, para dar avanço ao saber psicanalítico, fantasiar, ou seja, transpor o registro da consciência, permitindo que o inconsciente aponte os cami-

⁴¹ Devemos o esclarecimento da problemática que envolve a tradução desse termo não apenas à indicação de Assoun (1983, p.50), mas também às aprofundadas discriminações semântico-etimológicas, do Prof. Barrocas. A tradução vulgar, comumente compartilhada pela tradição psicanalítica, é *Interpretação*; entretanto, o termo *Bedeutung*, do alemão, melhor seria traduzido (incluindo-se os aspectos teóricos) como *significação*, entendida como *exigência exegetica*. Em razão desta querela, fez-se necessário o esclarecimento. Daqui por diante, não mais.

⁴² Mais uma vez, agradecemos ao zelo conceitual-terminológico do prof. Barrocas. “Insciente” seria um vocábulo mais apropriado do que inconsciente para designar o campo semântico de *Unbewussten*, que indica o que é desconhecido, aquilo sobre o que nada se sabe. Fica, pois, como ressalva em razão da sua importância semântica para o contexto.

nhos e descaminhos. O represamento do avanço do trabalho de análise e da exposição do material observado demanda o recurso à metapsicologia, uma fantasia que articula a pura especulação com as evidências clínicas. O trabalho, porém, não é interrompido aí, pois resta ao psicanalista debruçar-se sobre essa “feitiçaria” com espírito crítico e todo o repertório conceitual de que se disponha em busca de traçar os caminhos de uma formulação teórica.

Nesse sentido, o fazer psicanalítico incorre em riscos incessantes, pois, em contraste com as ciências naturais, que primam pela estipulação de todas as suas premissas de base, por medidas escalares e precisas, a Psicanálise *freudiana* recusa-se a uma fixação apriorística de suas premissas. Sua realidade de pesquisa é indicada pelo irrefreável trabalho de racionalidade metapsicológica, ou seja, o analista é informado pela *prática da clínica* e, com isso, a atividade da psique inconsciente não pode ser desprezada. Nas palavras do autor de *A interpretação dos sonhos*, a Psicanálise “se atém aos fatos de seu campo de estudo, procura resolver os problemas imediatos da observação, sonda o caminho à frente com o auxílio da experiência, acha-se sempre incompleta e sempre pronta a corrigir ou a modificar suas teorias”. (FREUD, 1974e, p.304). Esse compromisso com o material clínico obriga o psicanalista a operar com um conjunto de conceitos imprecisos, enevoados e incompletos. Eles funcionam como orientação ao trabalho, não estabelecendo uma técnica que possa ser aplicada sem riscos para suas próprias fundações.

A concepção de Jung a respeito do saber psicológico tem orientação prática semelhante, mas é diversa em muitos pontos. Ele entende que o conceito de ciência moderna é hiperbolicamente impregnado do modelo defendido pelas ciências naturais, ou seja, o ponto de vista materialista com método centrado nas possibilidades de medição dos fenômenos observados e matematização das noções. Foi demandado à Psicologia, nesse contexto, apresentar o mesmo método de observação, registro e validação dos dados se se pretendia fazer científica. O saber psicológico, no entanto, se apresenta singularmente eivado de preconceitos, subjetivismos e projeções⁴³. (JUNG, 1991). Não à toa, seus conceitos costumam incorrer em mal-entendidos e desacordos com recorrente frequência. O método das ciências naturais e “exatas” não se pode aplicar completamente à Psicologia – que trata de um fenômeno volátil, sempre a escapar por entre os dedos – uma vez que ela carece de um ponto de apoio externo, como aquele reclamado por Arquimedes⁴⁴.

A ciência natural em geral reconstitui o meio físico no psíquico e, assim, encontra na Matemática, no número e na medição, um critério, externo ao fenômeno, de objetividade. A

43 Entendida aqui no sentido junguiano. Vasconcelos Jr. (1999) explica que: “O conteúdo da projeção, bem como o ato projetivo, são fatores psíquicos inconscientes. A projeção é uma formação do Inconsciente na qual há transporte de um conteúdo subjetivo para o objeto, surgindo ao eu como inerente ao objeto” (p.116) Deve ser lembrado, ainda, que “todas as relações com o objeto imergem em um mar de vinculações projetivas” (*loc.cit.*, p.117).

44 Arquimedes, conhecido como o pai da Física mecânica, teria apresentado a necessidade de um ponto de apoio externo ao homem para que fosse realizado um movimento. Ao discutir com seus interlocutores, teria dito: “Dai-me um ponto de apoio e eu moverei a Terra”.

Psicologia, por outro lado, somente pode reconstituir o psíquico na própria alma⁴⁵. Assim, não pode haver conhecimento acerca do psíquico, mas apenas *no* psíquico e, por essa razão, cabe à nossa “pobre ciência especulativa”⁴⁶ explicar *ignotum per ignotius* (o desconhecido pelo mais desconhecido). A Matemática, ao invés de em critério de validade, converte-se em problema de pesquisa para o psicólogo, fazendo parte de seu objeto de estudo⁴⁷. A Psicologia vê-se, então, sujeita a uma descrição aproximativa e indireta dos fenômenos observados e a precisão que não encontra na medida (escalar⁴⁸) e nos números, “só pode ser substituída pela *precisão do conceito*”. (JUNG, 1991, p.412). Dedicar esforços à busca dessa justeza é primordial, visto que representa nossa única via segura apenas na medida em que “o pesquisador individual se esforce em dar a seus conceitos solidez e precisão, o que pode ser feito discutindo o sentido em que emprega o conceito, de modo que todos estejam em condições de entender o que pretende exprimir”. (JUNG, 1991, p.385).

Uma vez que a Psicologia depende da precisão dos conceitos verbais, a primeira tarefa que cabe ao psicólogo é a de observar e descrever os fenômenos,

[...] estabelecer conceitos-limites e conferir-lhes nomes sem se preocupar se os outros têm ou não uma concepção diferente a respeito do significado deste termo. A única coisa que se deve considerar é se o termo empregado concorda ou não, em seu uso geral, com o conjunto de fatos psíquicos por ele designados. (JUNG, 2000b, p.44).

Estes conceitos devem funcionar como abstrações das relações observadas e, portanto, o seu nome deve constituir “não mais que um mero algarismo e, seu sistema conceitual não mais do que uma rede trigonométrica recobrimdo uma determinada área geográfica”. (JUNG, 2000b, p.44). É necessário distinguir as palavras dos fenômenos observados, diferentemente da hipóstase conceitual do pensamento medieval e da *communis opinio*, que não distingue entre o aspecto explicativo e o denotativo do conceito.

Não podemos nos esquecer, porém, de que todo “processo psíquico, na medida em que pode ser observado como tal, já constitui em si uma ‘teoria’, i.e., uma visão ou concepção (*Anschauung*), e a reconstrução desse processo, no melhor dos casos, não passa de uma *variação*

45 Entenda-se alma, do latim *anima*, como utilizada por Jung, sinônimo de “psique”. Esta remonta à origem grega. Nos textos originais de Jung encontra-se em alemão “*Seele*” ou inglês “*soul*”. Entenda-se, pois, porque os termos psique e alma são usados de maneira intercambiável.

46 Como Koyré (1991) diz sobre a ciência histórica e que podemos aplicar à Psicologia neste contexto.

47 Cf., p.e., FRANZ (1974) e, da mesma autora, *Adivinhação e sincronicidade*. São Paulo: Cultrix, 2001. De Piaget, cf. *A Gênese do Número na Criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971; também nos volumes indicados nas referências as seções referentes à epistemologia da Matemática e à gênese dos números. Ver também, de Jung: *Considerações teóricas sobre a natureza do psíquico*, in: JUNG, 2000b e, também, do mesmo autor, 1991 e 1999, nas referências bibliográficas.

48 É necessário salientar que a Psicologia Analítica não carece absolutamente de um sistema de medida de intensidade energética. Pelo contrário, em *Energia Psíquica* (1999b), Jung explicou que caso não houvesse medição possível, o ponto de vista energético deveria ser abandonado. Acusou dois níveis de avaliação. O primeiro por via do sistema subjetivo de valores, da função sentimento, avaliações de intensidades energéticas operadas por parte de cada indivíduo em particular, limita-se ao campo dos valores conscientes e indica apenas uma intensidade relativa de um conteúdo em relação a outro. Há também o sistema objetivo de valores, que, pela observação do número de constelações produzidas por um complexo e da frequência com que ocorrem, pela intensidade de fenômenos afetivos concomitantes, como as reações somáticas, é possível avaliar, com um teste de associações ou com a análise dos sonhos, por exemplo. Nunca, entretanto, se faz realizável uma medição *escalar*, ou seja, por convenção de uma escala absoluta.

da mesma visão ou concepção”. (JUNG, 1986a, p.78). Tal reconstituição, pois, pode não passar de uma tautologia ou, o que é ainda pior para a atividade científica, afastar-se da especificidade do fenômeno, substituindo-o por outro, e perdendo, assim, a singularidade. Por essa razão, Jung ressalta seu compromisso com o método empírico,⁴⁹ afirmando que nunca se deve perder de vista o fenômeno observado em qualquer circunstância. Conseqüentemente, o modelo explicativo que reduz os processos psíquicos a um princípio comum se mostra incompleto e, sob certo aspecto, inadequado, ao reduzi-lhes a significação, pois se trata de material simbólico e, como tal, aberto à polissemia *ad infinitum*.

O que deve ser feito, segundo a proposta de Jung, é o oposto, – ampliar-lhe o significado, de forma que seja possível circunscrever uma função psíquica, por assim dizer, vazia, mas sem nunca perder de vista a imagem manifesta. Eis o sentido, em linhas bastante gerais, de um dos mais importantes postulados antinômicos com o qual a Psicologia Analítica trabalha: “o genérico não importa perante o individual e o individual não importa diante do genérico”. (JUNG, 1999b, p.5). No exercício do seu trabalho, notadamente a clínica, visto que identifica sua obra como a de uma psicologia prática, o analista deve estar sempre aberto a novos problemas e disposto a abandonar seus pressupostos teóricos, sempre que necessário. Todo e qualquer fenômeno psíquico, por mais difícil ou incompreensível que pareça, deve ser acolhido, mesmo que para isso o sistema deva ser modificado. O método, aqui, jamais deve constituir camisa-de-força. O sentido do *feri* junguiano, por nós apenas esboçado, segue, pois, a linha indicada por William James:

Tem-se de extrair de cada palavra o seu valor de compra prático, pô-lo a trabalhar dentro da corrente de nossa experiência. Desdobra-se, então menos como uma solução do que como um programa para mais trabalho, e mais particularmente como uma indicação dos caminhos pelos quais as realidades existentes podem ser *modificadas*. As teorias, assim, tornam-se instrumentos, e não respostas aos enigmas sobre as quais podemos descansar. Não ficamos de costas para elas, movemo-nos adiante, e, na ocasião, fazemos a natureza retornar com a sua ajuda. (JAMES, 1985, p.20).

Verificamos, com isso, que não é errado tomar os sistemas de Freud e Jung como ciência-processo⁵⁰, uma vez que o *dever*, a revisão conceitual e o trabalho de crítica, que inclui as crises, não apenas são aceitos, são regra de seus métodos. Prova disso é que, ao final de suas obras (e de suas vidas), os dois autores ainda as compreendiam em processo. Como bem indicou von Franz (1974), Jung deixou trabalhos ainda inacabados, como o problema da relação psique-matéria. Freud, por seu lado, indicou, em seus últimos textos, a necessidade de precisar ainda melhor o problema da possibilidade de uma transferência em ao menos alguns casos de psicose (1974e) e também a necessidade de melhor compreender o material produzido segundo o ponto de vista econômico (1974e), apenas para citar alguns exemplos. Ambos, nos estertores de suas obras, ainda se debruçavam sobre questões-limite.

49 Não confundir com o empirismo britânico de Locke e Berkeley ou com o empirismo lógico do início do sec. XX. Considere-se pelo aspecto do modelo empírico médico, que haure conhecimento da experiência prática. Em Psicologia Analítica, leia-se da prática da clínica.

50 São as disciplinas para as quais o trabalho de crítica epistemológica não é deixado (apenas) ao encargo dos filósofos, mas incluído na própria disciplina, cujo método se ocupa, com efeito, de uma atividade de reorganização reflexiva. Cf. PIAGET, 1991, pp.14-18 e IDEM, 1980, pp.53-60.

Ipsa facto, estipulamos como alvo metodológico trabalhar com cada um dos sistemas em sua própria dignidade, em separado, e vasculhar em ambos o desenvolvimento do conceito de delírio. Nosso intuito é o de elucidar os momentos de superação e redefinição do conceito ao longo do *fieri* de suas obras, enfatizando o período de sua colaboração direta.

3.2 O Problema dos *Fatos*

Ao tratarmos de delírio, contudo, aparentemente caímos no equívoco positivista do qual nos tentamos afastar, praticamente na forma de uma contradição performativa. Isso porque damos a entender que o delírio seja *dado* na natureza como *fato* neutro sobre o qual pudéssemos nos debruçar, ora com um, ora com outro sistema. É necessário reconhecer que não há conceitos que impliquem essa plena objetividade. Com o intuito de evitar um crasso erro epistemológico, devemos encontrar um ponto de conexão no tocante ao conceito de que devemos tratar, ou abandonar a meta de um confronto entre os sistemas.

Freud admitiu que, no início do trabalho de fundação de um conhecimento, não podemos dispor de definições precisas. O trabalho científico deve ter início com a descrição dos fenômenos, que, em seguida são “agrupados, ordenados e correlacionados entre si. Além disso, é *inevitável* que já ao descrever o material, apliquemos sobre ele algumas idéias abstratas obtidas não só a partir das novas experiências, *mas também oriundas de outras fontes*”. (2004, p.145, grifo nosso).

O posicionamento de Jung, de certa forma, aponta na mesma direção, quando se reporta ao fundamento das divergências entre seus trabalhos: “A oposição entre Freud e eu repousa essencialmente na diferença de pressupostos básicos. Pressupostos são *inevitáveis* e porque são inevitáveis não se deve dar a impressão de que não os tenhamos” (1989, p.329, enfatizamos). A esse argumento, lembremo-nos também de que Jung via a necessidade de se definir cientificamente os termos para afastá-los de seu entendimento vulgar, pleno de preconceitos e subjetivismos.

O espírito da época em que está inserido, a atitude pessoal, a formação pregressa, tudo isso influencia a forma segundo a qual o estudioso orienta seu trabalho e delimita seu objeto, quer dizer, os *factos* de que se ocupa. Para que tornemos mais claro esse problema, podemos recorrer a autores que, em outros contextos, chegaram a observações algo semelhantes.

Thomas Kuhn, o renomeado epistemólogo, em sua obra mais conhecida, *A estrutura das revoluções científicas* (2003) adverte para o fato de que a incomensurabilidade⁵¹ de duas escolas em

⁵¹ Sobre incomensurabilidade, nos termos de Kuhn, é importante lembrar que se trata de uma divergência fundamental entre dois pontos de vista científicos que não concordam quanto às premissas de base, aos problemas que devem ser investigados pela ciência ou às soluções apresentadas para eles.

uma ciência em crise⁵² decorre, em grande medida, da não-existência de um algoritmo neutro sobre o qual basear os dois pontos de vista. Quando disputam por validade nesse campo, a persuasão é o fator determinante para a escolha entre as teorias. Na Matemática e na Lógica, “as premissas e regras de inferência são fixadas desde o início” (2003, p.247), e isso constitui um critério para a verificação dos resultados. É essa precisão que, até certa medida, o paradigma fornece para o trabalho do cientista e do pesquisador. O núcleo da crise reside na discordância entre quais sejam as premissas ou qual seu sentido e aplicação. O problema é que não há um referencial neutro, objetivo, em relação ao qual compreender que uma das teorias esteja correta ou equivocada, pois elas falam de pontos de vista incomensuráveis. Kuhn questiona, então, que

Dois homens que percebem a mesma situação de maneira diversa e que, não obstante isso, utilizam o mesmo vocabulário para discuti-la, devem estar empregando as palavras de modo diferente [...] Se não podem nem se comunicar como poderão persuadir um ao outro? (KUHN, 2003, p.249).

De acordo com a lógica de seu argumento, é necessário questionar se é válido supor uma “mesma situação”, uma vez que indica divergência até mesmo na concepção de mundo de dois paradigmas diferentes. Nesse sentido ele acentua que os conceitos defendidos por escolas concorrentes resultam de definições dessemelhantes. Essa dificuldade, segundo seu corolário, não é meramente lingüística, pois o significado das noções partem das divergências *anteriores à utilização das linguagens* que “não obstante, refletem-se nelas”. (KUHN, 2003, p.250). A linguagem científica, sem a estipulação categórica da totalidade de suas premissas, incorre, inevitavelmente, na sustentação em um certo número de preconceitos e, portanto, não apenas é necessária a revisão contínua das noções, como também é impossível o recurso “a uma linguagem neutra, utilizada por todos da mesma maneira”. (KUHN, 2003, p.250).

Também Pierre Thuillier (1994), como há pouco referimos, caminha nessa direção ao reconhecer que já existe alguma teoria na fundação de todo problema científico. Para ele, o fato puro, completamente objetivo, que tem o poder de confirmar determinada teoria é ficcional, pois não se pode abolir completamente a ação do sujeito pesquisador. A crença de que os fatos “falam por si” seria uma noção primitiva, pois eles são inextrincáveis do método de investigação. Este, com fundações ao menos parcialmente subjetivas, está sujeito a transformações e reformulações, não servindo de critério último, estanque, para o trabalho de pesquisa segundo o método indicado. Assim, “nenhuma Instância Metodológica Suprema oferece garantia de sucesso... Mas esse estatuto desconfortável é justamente o estatuto de pesquisa. E pode ser qualificado como *normal*”. (THUILLIER, 1994, p.19).

Henri Poincaré (1995, pp.141-149) apresentou uma discussão concernente à discriminação entre fato bruto e fato científico, esboçada, sem muita precisão, na crítica nominalista de

⁵² Ou, também, em uma ciência pré-paradigmática. Lembremos que se estabelece uma crise quando da derrocada de um paradigma estabelecido, que resulta em uma disputa de escolas que apresentam uma incomensurabilidade de pontos de vista.

LeRoy. Segundo ele, “entre a impressão de escuridão, que a testemunha de um eclipse experimenta, e a afirmação ‘está escuro’, que essa impressão lhe provoca, é necessário fazer distinção. Num certo sentido, a primeira já é uma espécie de fato científico”. (POINCARÉ, 1995, p.143). Qualquer enunciado, portanto, por mais elementar, já constitui em si um fato científico, ou seja, uma constatação com acento em uma atividade de reflexão. Isso decorre do fato de que a linguagem é composta de um número limitado de formas de expressar os *atos brutos*, ou seja, as ocorrências tomadas em sua extrema individualidade. É necessário, pois que a linguagem seja sempre algo imprecisa e geral, partindo de abstrações. Ao assinalar “está escuro”, referimos não apenas a experiência do eclipse, mas um sem-número de outras experiências possíveis. Compreende, pois, que o fato científico é o fato bruto traduzido para uma linguagem cômoda. Resulta que o investigador não é totalmente livre para formular os fatos científicos, pois “sua liberdade é sempre limitada pelas propriedades da matéria-prima sobre a qual opera” (POINCARÉ, 1995, p.147). A criação do cientista se limita à linguagem na qual o fato bruto, necessariamente, se enuncia.

Trabalhemos um pouco sobre o seguinte exemplo:

Quando observo um galvanômetro, se pergunto a um visitante ignorante “A corrente está passando?”, ele vai olhar o fio, para tentar ver se passa ali alguma coisa; mas se faço a mesma pergunta ao meu assistente, que compreende a minha língua, ele saberá que isso quer dizer “O spot se desloca?”, e olhará para a escala. (POINCARÉ, 1995, p.145).

A tradução de um fato bruto em científico, como indica o autor, equivale à tradução de um fato científico de uma língua a outra. Daí podemos concluir que não apenas entre o leigo e o cientista ocorre uma incompreensão, porquanto “se comunicam em línguas diferentes”. Também entre os cientistas que não operam com o mesmo sistema de convenções, haverá uma incompreensão e a conseqüente tradução para uma linguagem acessível. O que torna possível essa tradução discutiremos adiante. Interessa-nos, por hora, o fato de a atitude convencionalista de Poincaré admitiu que, ainda tratando da tradução dos mesmos *atos brutos*, os fatos científicos delimitados não sejam apropriadamente reconhecidos pelo outro sistema, outra linguagem, de maneira apropriada. Por certo incorrerá terrível equívoco, se em uma das línguas uma palavra, também utilizada pela outra, for atribuída a um sistema de convenções totalmente diverso. Haverá, nesse caso, uma *ilusão de concordância em virtude do falso cognato*.

Ora, se retomamos os termos utilizados por Freud e Jung, eles consideram as intervenções singulares, individuais, sobre o método como *inevitáveis*! Podemos tomar como certo que havia divergências fundamentais nos trabalhos de Freud e Jung, que os levavam a uma delimitação conceitual diversa em relação tanto aos termos originais que aplicavam em seu trabalho ou quanto àqueles tomados de empréstimo das disciplinas adjacentes, todos eles algo modificados pelo exercício de seus métodos. A história de seu relacionamento nos dá conta dessas divergências desde o princípio.

Na carta de 29 de dezembro de 1907, Jung indicara a existência de uma dificuldade na comunicação entre os dois quase em tom de advertência. Explicitara, quanto ao seu uso da teoria freudiana, “*reserve and the hint of an independent judgement*”⁵³(FREUD; JUNG; McGUIRE, 1976, p.14) por sua parte, o que deveria incluir correções de alguns dos pontos de vista de Freud, pois lhe era impossível a concordância plena entre suas concepções. Justificou de maneira muito relevante:

*This may be because I. my material is totally different from yours. I am working under enormously difficult conditions [...] with the uncommonly tricky material of Dementia praecox. II. my upbringing, my milieu, and my scientific premises are in any case utterly different from your own.*⁵⁴ (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1976, p.14).

A advertência de Jung não caiu no vazio, pois constatamos que ainda antes, na missiva de 7 de Outubro de 1906, Freud reconheceu:

*Your writings have long led me to suspect that your appreciation of my psychology does not extend to all my views on hysteria and the problem of sexuality, but I venture to hope that in the course of the years you will come much closer to me than you now think possible.*⁵⁵ (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1976, p.5).

Anos depois, o resultado dessas divergências poderia ser verificado na asserção de Freud a respeito das idéias desenvolvidas por Jung a partir de 1912-13⁵⁶ que, segundo ele, poderiam ser qualquer coisa, exceto psicanálise: “Jung se afastou inteiramente da psicanálise. É claro que sou perfeitamente capaz de admitir que cada um tem o direito de pensar e escrever o que quiser, mas não tem o direito de apresentá-lo como uma coisa que não é”. (1975p). Tal crítica freudiana, publicada originalmente em 1914, tomava a teoria junguiana *in statu nascendi* como já plenamente diversa do saber psicanalítico, a despeito do reconhecimento outrora atribuído às suas contribuições. Por outro lado, a história também nos fornece evidências pouco discutíveis de uma rica e duradoura colaboração e parceria nas pesquisas. Se esse diálogo é reconhecido como contribuição, como os dois autores expressaram em seus trabalhos, é necessário que investiguemos, ainda, qual a “moeda de troca” de que dispunham. Primeiro apresentaremos como acreditamos que se processe a apropriação dos conceitos alheios, em geral. Em seguida, trataremos do valor de pesquisa de um termo de comparação e de nos posicionar quanto ao que lhes servia como tema central, ponto de partida para suas discussões.

⁵³ “reserva e indícios de um julgamento independente”. (Tradução nossa).

⁵⁴ “Isso deve ocorrer porque I. meu material é totalmente diferente do seu. Estou trabalhando com enormes dificuldades [...] com o material bastante arduo da Dementia Praecox. II. minha educação, meus antecedentes e minhas premissas científicas são, de toda maneira, totalmente diferentes das suas”. (Traduzimos).

⁵⁵ “Seus escritos já há muito me conduziram à suspeita de que sua apreciação de minha psicologia não se estende a todas as minhas concepções acerca da histeria e do problema da sexualidade, mas eu ousa esperar que no curso dos anos você se aproximará de mim muito mais do que hoje pode acreditar possível”. (Traduzimos).

⁵⁶ Corresponde aos seguintes textos de Jung: *Transformações e Símbolos da Libido* (2001) e às palestras introdutórias à Psicanálise que ele proferiu em 1913 (1989).

3.3 Trans-Criação⁵⁷

Freud indicou, ainda na *História do movimento psicanalítico* (1974f), a contribuição, advinda da Escola de Zurique, da teoria dos complexos e, também, dos achados de Jung a respeito da interpretação dos sintomas da esquizofrenia (pp.40-41). Esse constitui apenas um dos exemplos de suas referências não apenas a essas, mas também a outras contribuições advindas do trabalho de Jung e seus pares. Pelo lado de Jung, podemos exemplificar o reconhecimento às influências do saber psicanalítico desde o início de sua obra, notadamente dos conceitos de repressão⁵⁸ (e daí de um inconsciente psicológico), libido⁵⁹ e sobredeterminação dos sintomas.

Perguntamo-nos como pode ser dada a comunicação entre dois sistemas. De que forma um se debruça sobre a produção do outro e dele haure questões, soluções e novos enunciados, uma vez que operam em solos epistemológicos diversos?

Thomas Kuhn diz que não é impossível a comunicação entre dois paradigmas, mas, para que isso ocorra, *é necessário os interlocutores reconhecerem-se membros de comunidades intelectuais diversas, cujos instrumentais teóricos não lhes permitem “falar na mesma língua”*. Após essa crítica, e tendo reconhecimento de suas fundações, será necessário traduzir em sua linguagem a teoria do outro e, assim, ser capaz de operacionalizar as soluções, os problemas e, enfim, o mundo dessa língua estrangeira *em seus próprios termos*. Desta forma, quando finalmente consegue se apropriar do conceito do outro e lhe fornecer alguma operatividade dentro das relações de um sistema conceitual, já trabalha com um conceito modificado. Ao levarmos em conta o problema dos pressupostos, não é possível abandonar suas *inevitáveis* premissas, pois, já vimos, a crítica consciente é limitada. A tradução sempre estará condicionada pelos mesmos conjuntos de pressuposições de base que influenciam a delimitação dos fatos. Não deixa, porém, de acrescentar algo de novo ao sistema, bem como a observação empírica de uma forma geral.

Lembremo-nos do que escrevemos sobre os enunciados de Poincaré, ao exprimir que a constituição de um fato científico decorre de uma tradução dos fatos brutos em uma linguagem cômoda. Recordemos, ainda, que essa tradução equivale àquela que ocorre entre uma língua e outra. Essa leitura é análoga à de Kuhn na maioria dos aspectos. Ao incidir sobre os termos utilizados por

⁵⁷ Cf. CAMPOS, Haroldo de. *Deus e o Diabo no Fausto de Goethe*. São Paulo: Perspectiva, 2005. Adotamos o termo em alternativa a “tradução” uma vez que a discussão neste capítulo considera uma validade relativa do conceito de incomensurabilidade, como expresso por Thomas Kuhn. Campos nos diz o seguinte sobre a porção física da tarefa de traduzir: “Traduzir a forma, ou seja, o ‘modo de intencionalidade’ (*Art des Meinens*) de uma obra [...] quer dizer, em termos operacionais, de uma pragmática do traduzir, re-correr o percurso configurador da função poética, reconhecendo-o no texto de partida e reinscrevendo-o, enquanto dispositivo de engendramento do estudo, na língua do tradutor, para chegar ao poema transcrito, como re-projeto isomórfico do poema originário. O tradutor de poesia é um coreógrafo da dança interna das línguas”. (P.181). Considere-se que o uso do termo, aqui, não é literal, mas trans-criado para um contexto epistemológico.

⁵⁸ Cf. JUNG. *Estudos experimentais*. Petrópolis: Vozes, 1997. *Passim*.

⁵⁹ Cf. JUNG, 2001, 1995 e 1999b.

um outro sistema de convenções, é necessário que o pesquisador os converta “para sua própria língua”. Assim, é no jogo de relações significativas de seu próprio sistema que o problema adquire algum valor de “regra de ação”. (POINCARÉ, 1995, pp.139-41).

Poincaré vai mais adiante em sua reflexão acerca da tradução. Indica que na medida em que as sensações e impressões forem análogas entre os homens, e que a lógica fundamental também for análoga, é possível a tradução. Portanto, “a possibilidade de tradução implica a existência de um invariante. Traduzir é precisamente destacar esse invariante.” (1995, p.156). A natureza deste é reconhecida nas “relações entre os fatos brutos, enquanto os ‘fatos científicos’ permanecem sempre dependente de convenções”. (POINCARÉ, 1995, p.156). Questiona-se, porém, se a ciência nos permite conhecer esses invariantes e chega à conclusão de que somente os podemos reconhecê-los sob determinadas roupagens que se modificam com o decorrer do tempo *sem perder algo de fundamental que já foi adquirido*; porque, invariáveis e comuns aos sujeitos, revestem-se de um valor de objetividade e, assim, “assujeitam” o cientista, que não pode se referir a elas senão por lhes conceder uma nova roupagem, adquirindo assim um valor análogo ao de outras, anteriores ou posteriores.

Quer aceitemos ou não a hipótese dos invariantes – não vemos como resolver essa questão – parece-nos certo que ocorra alguma tradução ou a confecção de uma nova roupagem na apropriação de conteúdos. Não está distante da advertência freudiana quanto à assimilação da teoria junguiana dos complexos pela sua disciplina. Relatou que ela não “mostrou-se capaz de fácil incorporação ao contexto da teoria psicanalítica. O termo ‘complexo’, por outro lado, foi naturalizado, por assim dizer, pela linguagem psicanalítica”. (1974f, p.41). Tampouco podemos dizer que Jung falhe em reconhecer esse trabalho. Um exemplo é o uso do termo “libido”, com referência à teoria de Freud, mesmo a rejeitando e reformulando a noção de energia psíquica desde seus aspectos mais elementares (JUNG, 1995).

Resulta que nos vemos na necessidade de observar, diante da indicação de influências inter-sistêmicas, como foi operada a “trans-criação” dos conceitos. É, no decorrer da consecução da meta fixada anteriormente, verificar o desenvolvimento do conceito em cada sistema independentemente, que essa tarefa deve ser realizada. A razão disso é a necessidade de apresentar o mais solidamente possível a *epistème* inerente a cada sistema para que acompanhamos o curso dessas traduções. Devemos, pois, tomar o conceito adquirindo por empréstimo já nos termos do sistema em que se naturalizou.

3.4 *Tertium Comparationis*

Resta, pois, a questão acerca de um termo de comparação entre os dois sistemas. Partindo da nossa proposta de escrutinar as contribuições mútuas entre os dois autores, já poderíamos nos dar por satisfeito com o método que delimitamos até o momento. Com ele, apenas, seremos capazes

de verificar o desenvolvimento do conceito de delírio em cada um dos sistemas e dar ênfase a quaisquer ascendências, referidas pelos dois autores, que influenciem o seu entendimento acerca do delírio. Corremos apenas o risco de que, no lugar de uma pesquisa, realizemos duas, independentes uma da outra. Além disso é possível que qualquer contraste entre a operatividade da noção de delírio nos dois seja dificultado por esse isolamento argumentativo. Desta forma, ainda que por motivos diversos do que moveria o empirista lógico a buscar o *fato* objetivo, devemos buscar um *tertium comparationis*, ou uma ‘moeda de troca’, para usar a expressão de Poincaré. Sabemos que é impossível encontrar uma realidade última que nos forneça esse *delírio em si e por si* e, portanto, devemos buscar alhures esse ponto médio de referência.

Recorreremos à noção de *perfil epistemológico*, de Bachelard (1974), para tentar chegar a uma posição metodológica. Segundo esse autor, uma psicologia do espírito científico poderia delinear os perfis epistemológicos das conceituações. Ele permitiria avaliar a ação efetiva das diversas filosofias associadas a uma determinada idéia em um certo espírito considerado no seu contexto. Cada uma dessas filosofias corresponde a um nível de desenvolvimento do conceito (p.171). O primeiro nível, em geral, corresponde a um realismo ingênuo, que, apenas *cum grano salis*, pode ser chamado de científico, pois não sistematizado, mas que já constitui um saber. Os demais níveis se organizam por uma série de relativizações, a partir do primeiro, realizadas com a destruição dos *obstáculos*, entendidos, *grosso modo*, como estádios de entendimento anteriores que, por assim dizer, se cristalizaram, e, com isso, perderam seu viço investigativo. Assim, uma nova noção ligada ao conceito deve se dar *contra* a anterior, destituindo-a e, ao mesmo tempo, vinculando-se dialeticamente a ela por via dessa oposição.

Ao explicar o funcionamento de duas concepções diversas do conceito de energia, Vasconcelos Jr.(2007) nos fornece excelente exemplo de dois níveis do desenvolvimento do conceito de energia:

A concepção mecânica constitui-se meramente causal, ou seja, sempre compreende o fenômeno como um efeito resultante de uma causa substancial. Pensa-se, aqui, em substâncias imutáveis alterando suas relações mútuas segundo leis determinadas. Já o enfoque energético tem caráter finalista, pois uma direção sempre aparece definida pela diferença de potencial (ddp) imanente ao processo energético. Entende o fenômeno, então, num sentido inverso, como que partindo do efeito para a causa, segundo a consideração abstrata de que no cerne das mutações fenomênicas, a energia conserva-se, produzindo entropicamente, num sistema definido, um estado de equilíbrio geral. Para um modelo, trata-se da ação progressiva da causa ao efeito, enquanto o outro considera o ordenamento regressivo de um meio para um fim.⁶⁰

As teorias do *flogisto* e do *ímpetus*, discutidas pelo autor, não se coadunam com a concepção energética *propriamente dita*, pois se fundam em premissas radicalmente estranhas umas às outras. As primeiras devem ser negadas, ou, em outras palavras, destruídas, pelas últimas. De acordo

⁶⁰ O texto, apresentado oralmente no encontro *Virtus: Encontros de Psicologia Analítica*, organizado pelo Círculo de Psicologia Analítica e realizado em 16 de março de 2007, no Conselho de Educação do Ceará, encontra-se atualmente no prelo e foi gentilmente cedido pelo autor para nossa consulta em pesquisa. Impossível, pois, a exegese rigorosa com numeração de páginas.

com Bachelard, e também com a exposição de Vasconcelos Jr., a despeito da divergência epistemológica e da impossibilidade de uma aligação operativa entre os níveis das teorias, estas continuam a existir e a operar no mesmo espírito científico.

Ora, traçar um perfil epistemológico no caso da Psicologia é um problema um pouco maior, pois a superação de uma teoria por outra não se dá como na Física. Nesta, podemos reconstituir as principais filosofias segundo as quais se compreende determinado conceito em uma espécie de reflexão histórica acerca de seu desenvolvimento. Em relação à Psicologia, temos que concordar com o Prof. Barrocas em sua argumentação: não é possível, para a Psicologia, que se configure um paradigma no modelo das ciências naturais. Penna (1997) explica que a Psicologia é dispersa em abordagens que se sustentam em “fundamentos epistemológicos diversos e utilizam metodologias que se distanciam entre si”. (p.25). Haurindo conhecimento de fontes várias e de disciplinas limítrofes, configuraram uma ciência dispersa para a qual não há possibilidade de unificação. Isso concorda com o posicionamento que adotamos desde o início, vinculado ao *feri* e a uma singularidade e auto-suficiência dos sistemas psicológicos.

Ao traçarmos o perfil de um conceito psicológico, o espírito e seu contexto devem corresponder à conformação epistemológica do sistema considerado, quase um perfil epistemológico de um sistema a respeito de determinado conceito. Referida falta de possibilidade de medidas escalares, porém, torna mais difícil que isso seja feito, mas acreditamos que o trabalho a que já nos propusemos – tratar do desenvolvimento do conceito de acordo com os dois sistemas tomados individualmente – pudesse nos fornecer esse perfil. Tal esforço, entretanto, não é nosso objetivo.

Desejamos, porém, em nossa busca do *tertium comparationis*, retroceder aos estádios de fundação (e antes disso) da Psicanálise e da Psicologia Analítica e buscar as “filosofias” correlacionadas ao conceito de delírio.

3.5 Considerações Aplicadas

Ao regredirmos em relação ao conceito específico do delírio (outros, como libido e inconsciente consistiriam problemas diversos e, provavelmente, muito mais críticos), encontramos na base de sua formação a psicopatologia psiquiátrica da época, que tinha como expoentes Emil Kraepelin e Eugen Bleuler. Ora, tanto o trabalho de Freud como o de Jung, em seu estágio de formação, diverge da psicopatologia psiquiátrica em nome de um saber propriamente psicológico nos seus termos. Como já vimos, os autores não concordam plenamente sobre o que é esse saber psicológico, mas ambos constataram que era possível e, ao menos para eles, necessário avançar por outras vias. Colheram do trabalho da psicopatologia psiquiátrica não só o termo delírio, mas tantos outros que

mais tarde iriam transformar ao longo de seus trabalhos de pesquisa. Eis o *tertium comparationis* que tanto buscávamos. Se tencionamos apontar um elemento referencial, onde não haja divergência, o encontramos *fora* do sistema conceitual de cada um, definido nos manuais de psicopatologia, e que, ambos, ao se apropriarem, traduziram de acordo como seus antecedentes, suas formações e o próprio sistema de preconceitos e disposições subjetivas.

Resulta dessa constatação a possibilidade de, além de dispormos de uma definição externa, encontrarmos um referencial fenomênico delimitado de acordo com esse conceito psiquiátrico. Este poderia ser o ponto ao qual referir com a segurança de que não há diferenças de interpretação incidentes sobre o diagnóstico. Neste caso, o famoso caso Schreber se adequa como uma luva. O relatório psiquiátrico, redigido e enviado à corte de julgamento do paciente, expõe⁶¹, com valor documental, posição diagnóstica em relação ao caso:

A partir da psicose inicial, mais aguda, [...] emergiu de um modo cada vez mais decisivo e, por assim dizer, cristalizado, o quadro paranóico que se vê hoje. Este quadro clínico sabidamente se caracteriza pelo fato de que, ao lado de um sistema delirante coerente mais ou menos estável, subsiste plena capacidade de reflexão e orientação. (SCHREBER, 1985, p.350).

As memórias de Schreber, exceto pelas revisões e intervenções editoriais, constituem material espontâneo que apresentam justamente o cerne do sistema delirante e o sofrimento com a patologia pelo ponto de vista de seu autor. Além disso, vasta documentação acerca do contexto da época, foi produzida, valendo mencionar, em posição de destaque, o fato de que ambos os autores se debruçaram sobre esse relato. Freud produziu sua mais renomeada obra sobre psicose, as *Notas Psicanalíticas Sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia [Dementia Paranoides]*. Jung, por sua vez, repetidas vezes fazia referência às memórias nas articulações apresentadas em seus textos. Além disso, o tema foi abordado até mesmo em suas cartas. Em nome de uma precisão teórica bem situada para o trabalho do pesquisador e do leitor, este se mostrou o caso mais apropriado.

A necessidade de debruçar-nos sobre um relato de caso vincula-se à atitude de ambos os sistemas, que optam por um saber sempre articulado com o fenômeno. Sem isso, as discussões podem permanecer extremamente dispersas. Pondo os dois sistemas frente a frente e elucidando a forma com que ambos se articulam com a fenomênica, esperamos conseguir observar, com maior precisão, o contraste entre eles. Com isso não propomos fazer um estudo detalhado do caso, o que fugiria ao escopo desta pesquisa, mas nos apoiar na referência ao fenômeno, sempre que esta for necessária. O *tertium comparationis*, fornecido pela noção psiquiátrica prévia e pelo material empírico por ela referido nos serve, pois, como ponto seguro de apoio para que o confronto se resolva pela operatividade dos conceitos.

⁶¹ O relato, redigido em 1899 pelo Dr. Weber, superintendente responsável pelo Asilo de Sonnestein, no qual foi internado o *senatspraesident* Schreber durante os anos finais de sua segunda e mais duradoura crise.

Resultam, enfim, três etapas do confronto que pretendemos operar entre os dois sistemas. Primeiramente, devemos abordar o conceito em questão com cada um dos sistemas isoladamente, assumindo, como regra, a observação criteriosa do seu método e da sua teoria. Com isso, buscamos a definição – entendida como processo de contínua revisão – do conceito segundo Freud e Jung em suas dignidades peculiares. Ao lado dessa etapa, uma segunda já deve ter início pois deverá ser incluída a elucidação zelosa à forma de apropriação dos conceitos que foram assimilados do outro sistema, influências referidas pelos próprios autores. Com isso fundaremos bases para explicitar o contexto e a forma com que esses conceitos foram assimilados, e a importância que tiveram em suas compreensões do delírio. Por fim, munidos de solidez na delimitação dos conceitos de delírio, procederemos a uma aproximação comparativa das principais influências. Para isso, teremos como ponto de apoio, na medida em que se faça necessário, a definição psiquiátrica e as memórias de Daniel Paul Schreber. Tal percurso não nos deverá fornecer critério de decisão sobre qual dos dois sistemas é mais correto ou eficaz, o que não é do nosso interesse. Fornecer-nos-á, esperamos, um termo de contraste entre seus *fieri*.

4 O DELÍRIO SEGUNDO A TEORIA FREUDIANA

O tema do delírio ocupou Freud desde os primórdios de sua obra. Sua investigação e sua produção foram constantes a este respeito. De fato, até seus últimos dias, ainda publicava com afã de pesquisador inveterado. Adotamos, para a investigação de sua obra, sua mesma exigência de trabalho para a análise dos sonhos – *travailler comme une bête* – ao mesmo tempo em que nos referimos quase exclusivamente aos seus textos, com raras e significativas exceções. Nosso intuito é evitar o máximo possível as revisões de outros autores.

Organizamos nossa exposição em quatro partes. Inicialmente, abordamos os primeiros estudos freudianos, em que a paranóia era concebida como neuropsicose de defesa. Em seguida, expomos as idéias presentes no “caso Schreber”, maior texto de Freud sobre a paranóia e ponto de transição em sua teoria das patologias. Em terceiro lugar, explicitaremos alguns dos desdobramentos das noções apresentadas até as *Notas* ao caso Schreber. Por fim, organizaremos o material apresentado com referência às derradeiras hipóteses de Freud sobre o delírio.

Concluimos que a evolução desta teoria nunca chegou a modificar a afirmação de que *o delírio é uma tentativa de cura*, restabelecimento e reconciliação entre as instâncias do aparelho psíquico⁶². O sentido dessa afirmação parte do conceito de defesa e culmina no entendimento do delírio como construção. Configurada pela corrente psíquica governada pelo Isso, aquela tenta estabelecer uma conciliação entre a verdade abjurada⁶³ (*Verleugnet*) na resolução do complexo de Édipo e o Eu-coerente.

4.1 A Teoria da Paranóia antes de Schreber

As primeiras referências ao delírio encontram-se nos rascunhos que Freud nomeou *H* e *K*. No primeiro, de 1885, Freud se apóia no conceito psiquiátrico de delírio considerado como disfunção intelectual. Ele o aborda, todavia, como um “*modo patológico de defesa*”. (FREUD, 1975k p.229). Freud ainda enfatizou que os delírios “devem ser conseqüências de distúrbios afetivos, e sua força deve estar radicada num processo psicológico”. (FREUD, 1975k p.229) e se impõem como principal sintoma da paranóia. Conseqüentemente, esta investigação constitui o eixo central da patologia aludida.

⁶² Assumimos a noção de que por aparelho psíquico devemos entender um modelo teórico para compreensão do fenômeno psíquico. Isto está de acordo com as indicações do próprio Freud no último estágio de sua teoria.

⁶³ Por abjuração remetemo-nos ao que Barrocas (2002) propõe para traduzir o termo alemão *Verleugnung* que alhures se verteu indevidamente por ‘desmentido’, repúdio e, até mesmo, renegação.

Não sendo, contudo, prerrogativa da paranóia, o delírio ocorre também na histeria⁶⁴. Ressaltamos, aqui, a impossibilidade de definir a paranóia pela ocorrência do delírio, ainda que a vinculação entre ambos seja dada de fato.

No trabalho de Freud, as teorias e descrições da psicopatologia psiquiátrica perdiam espaço diante da constatação de um conflito no plano dos *afetos*, os verdadeiros indicadores do processo psicológico. Este posicionamento se desdobrou na teoria da libido e das pulsões⁶⁵. Não podemos perder, portanto, esta orientação teórica cuja importância Freud enaltecia ainda em seus últimos textos (FREUD, 1975e).

Ainda conforme o *Rascunho H*, Freud distingue a paranóia como neuropsicose de defesa, ao lado da histeria, da confusão alucinatória e da neurose obsessiva. O agrupamento de tantas ocorrências diversas sob o mesmo princípio explicativo remetia a alguns questionamentos: por qual razão uma defesa resultava ora em paranóia ora em outra patologia? Qual seria a disposição psíquica característica da paranóia? Nenhuma dessas questões encontrou respostas simples.

Freud percebia apenas uma especificidade fundamental: parecia que, na paranóia, uma crítica desagradável e interna fora abolida com veemência, e ressurgira *desde o mundo externo* – do ambiente. A *localização* deste conflito mostrava-se diferente daquele observado nas demais neuropsicoses de defesa. Assim, o representante afetivo, abolido internamente, retornava como realidade externa, alheia ao sujeito em foco. Conseqüentemente, “o julgamento, a censura, era mantido afastado de seu Eu”. (FREUD, 1975k, p.230).

Freud esclareceu que uma modificação no sistema psíquico pode advir de causas externas ou internas. Quando esta situação é desagradável e sua causa é reconhecidamente interna, o sujeito em questão tende a afastar-se de quem possa aperceber-se disso. Por outro lado, ocorre o delírio quando adicionalmente não houver o reconhecimento da aludida modificação interior. Constata-se, destarte, que, no paranóico, o conflito permanece barrado interiormente, tudo parece advir de fora, para onde o conflito foi transposto. Como se trata de um *abuso do mecanismo de projeção* no processo de defesa, surgem o medo, hipocondríaco ou de perseguição, a megalomania, a erotomania e o ciúme patológico. A idéia delirante “é sustentada **com a mesma energia** com que outra idéia, intoleravelmente penosa, é rechaçada do Eu. Assim, essas pessoas [os paranóicos delirantes] *amam seus delírios como amam a si mesmas*”. (FREUD, 1975k, p.232, grifamos).

No Rascunho K⁶⁶ (FREUD, 1975k pp.241ss.), Freud afirmou que paranóia é uma aberração patológica “de estados psíquicos normais” de mortificação (FREUD, 1975k p.241). Este mecanismo

64 Cf. p.ex. FREUD, 1975k p.151 e 1975j, p.46, onde se pode ler: “o sujeito pode simplesmente recusar-se a reagir, pode não querer reagir ao trauma psíquico. Neste último caso, o conteúdo dos **delírios histéricos** freqüentemente revela ser o próprio círculo de representações que o paciente em seu estado normal rejeitou, inibiu e suprimiu com todas as suas forças”. (Grifo nosso).

65 Entende-se por afeto a manifestação psíquica mais primitiva da pulsão. É, portanto, economicamente significativo.

66 O Rascunho K é datado, originalmente, de 1986. É considerado um precursor do artigo “Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa”.

geral decorre da lembrança desprazerosa de uma experiência sexual recalçada⁶⁷ na infância, contra a qual é necessário se defender. O paranóico faz isso recusando crença à autocensura. O mecanismo de projeção sustenta essa descrença e, por sua ação, “o desprazer gerado é atribuído a pessoas que, de algum modo, se relacionam com o paciente”. (FREUD, 1975k, p.247). O retorno do recalçado se daria, pois, sob forma de fenômenos alucinatórios, cujo conteúdo é uma forma distorcida da autocensura. Tais fenômenos são consideradas estranhos pelo Eu⁶⁸, que é “impelido por eles a fazer tentativas de explicá-los, tentativas que podem ser descritas como delírios assimilatórios”. (FREUD, 1975k, p.247).

Esse tipo de delírio deveria ser compreendido, portanto, “como o início de uma modificação do Eu, [i.e.] expressão do fato de (ele) ter sido subjugado”. (FREUD, 1975k, p.248). A tendência desta patologia seria desenvolver-se em melancolia ou, em uma expressão mais grave, em delírios megalomaniacos, cessando apenas após uma “remodelação completa” do Eu. (Cf. FREUD, 1975k, p.248). Esta é a primeira definição própria do delírio, especificamente dos tipos assimilatório e megalomaniaco em que se encontra a tendência de remodelar forçosamente o Eu.

Destacamos alguns aspectos desses rascunhos. Em primeiro lugar, a existência de um vínculo entre delírio e reformulação do Eu subjugado. Retomaremos essas idéias adiante, haja vista sua importância para o entendimento metapsicológico da afecção paranóica. Enfatizamos, ainda, que a verificação do amor pelo delírio como, por si mesmo, estabelece um caminho que levará à teoria do narcisismo e, mais tarde, à cisão do Eu. Por fim, destacamos que a negação de crença à autocensura prenuncia a noção de “princípio de realidade”.

4.1.1 A Era das Neuropsicoses de Defesa

O período de trabalho sobre as neuropsicoses de defesa se caracterizou pelo esforço de Freud para traçar uma distinção suficiente entre as patologias que, na perspectiva descritiva, se mostravam distintos. O delírio atribuído à paranóia não poderia constituir traço demarcatório, porquanto se verificava também na histeria. É o que se ilustra na análise do caso Emmy von N. (FREUD, 1975c pp.79-126).

67 Na época do rascunho K, o recalque era compreendido como um mecanismo geral para as neuropsicoses de defesa. Não havia ainda a distinção, muito posterior, entre neurose e psicose e, muito menos, entre *Verdrängung* e *Verleugnung*.

68 Um grande número de conceitos de Freud é motivo de celeuma entre os autores e editores de língua portuguesa. Diversas traduções já foram adotadas para conceitos como *Ich*, *Es*, *Versagung*, *Verleugnung* etc. Não temos interesse em criar polêmica ou defender melhores traduções ou interpretações da maioria deles, exceto quando houver prejuízo para nosso trabalho. Na maior parte dos casos como aqueles referentes à segunda tópica, convencionaremos algum termo do vernáculo para nosso trabalho e, *data venia*, tomamos a liberdade de substituir as traduções diversas, até mesmo as das citações para uma melhor compreensão de nosso trabalho. Neste caso, trata-se do conceito cujo termo original é *Ich*. Utilizaremos sempre Eu (em caixa de título) como tradução, substituindo *eu* e *ego* encontrados em algumas fontes. Daqui por diante, indicaremos sempre os termos que forem compreendidos em nossas convenções.

Tratava-se de uma paciente histérica de 40 anos que, no início da análise, se apresentou facilmente sugestionável. Ela sempre apresentava um *estado de delírio* nas ocasiões em que seus traumas eram lembrados. “Havia uma **limitação da consciência** e uma compulsão a associar, semelhante à que predomina nos sonhos”. Nesta paciente, afloravam com facilidade as “alucinações e ilusões”. Ela se fazia “inferências tolas ou mesmo disparatadas”. (FREUD, 1975c, p.118. **Grifamos.**) Esta idéia de limitação da consciência era comum à época, sobretudo nos estudos de Pierre Janet (1990). Este a considerava como um *abaissement de tension mentale* (queda da tensão mental), idéia que se vinculava diretamente ao conceito de *double conscience* (dupla consciência). Esta foi retomada por Freud com base no texto de Breuer sobre o caso Anna O.

Breuer afirmou que os eventos dos estados normal e delirante da paciente ficavam separados na memória, *ainda que os conteúdos que se destacavam na atividade delirante se introduzissem aos poucos em sua conversa normal*. Ora atuava, a atitude considerada normal, que se articulava com os eventos do presente; ora dominava um delírio que não distinguia passado, presente e futuro. Sobre Emmy, de organização patológica semelhante, Freud afirmou: “somente num momento dessa gangorra psíquica foi que sua consciência normal, em contato com o tempo presente, mostrou-se afetada: foi quando me deu uma resposta oriunda do delírio e disse ser uma mulher que datava do século passado”. (FREUD, 1975c, p.119).

Com isso Freud referiu uma distinção notável em relação ao delírio paranóico. A “gangorra psíquica” era uma alternância entre dois estados psíquicos semelhantes a uma *double conscience*. Existiu, porém, um ponto de inflexão dos dois pólos do pêndulo, quando o conteúdo do delírio se apresentou no tempo presente. Em outras palavras, o *conteúdo do delírio passou a ser tema da consciência normal*, foi incluído no discurso subjetivo. A resolução de um tratamento de neurose deveria ocorrer justamente com a atualização na consciência normal do conteúdo que fora recalcado. Os conteúdos dos delírios eram resquícios da memória da paciente, das quais não tinha conhecimento consciente e que retornavam como sintoma. Somente com a atualização, na consciência normal, dessas memórias perdidas, haveria o alívio da tensão provocada pelo recalçamento e a diminuição do sintoma. Esse processo deveria ocorrer por intermédio de associações secundárias, que garantiriam uma “presentificação” do conteúdo do delírio. O detalhe crucial aqui é que esse conteúdo surgiu como parte do discurso do Eu. Na paranóia, em que o funcionamento é semelhante, o Eu não tem mais o poder de se reconhecer na imagem delirante, recebe de fora a censura interna, como se fosse *realidade*, objetiva, mas uma realidade com as características do delírio. No paranóico, a mulher do passado não seria barrada por uma amnésia da consciência, mas os conteúdos seriam reconhecidos pelo Eu como pertencentes a outrem.

No período em que foram publicados os *Estudos sobre a Histeria*, vigiam ainda a teoria do trauma e a terapia catártica, que visavam uma ab-reação de afetos recalçados. De acordo com essa concepção, havia possibilidade de rastrear o sintoma até suas causas, os conteúdos recalçados, ou a um substituto “simbólico” destes. O valor causal do recalcado, já nesta época, residia no *afeto*, e não em uma pura causalidade externa. Se algo proveniente do exterior podia provocar um trauma, era porque

se vinculara a uma carga significativa de afeto⁶⁹. Seria como resultado do jogo de afetos que qualquer evento interno ou externo ganharia força o bastante para a eclosão de uma patologia, seja ela um sintoma neurótico ou um lapso da vida quotidiana. A retenção do afeto seria a disposição do sintoma. Conseqüentemente, ao ser ab-reagido, o sintoma cessava. Isso não poderia ser feito por um simples ato de vontade, visto que as representações eram inconscientes, inacessíveis ou dificilmente acessíveis. Freud sintetizou a retenção do afeto da seguinte forma: “pode-se dizer que as representações que se tornaram patológicas persistiram com tal nitidez e intensidade afetiva porque foram negados os processos normais de desgaste por meio da ab-reação e da reprodução em estados de associação não inibida”. (FREUD, 1975c p.48).

Assim, determinada quota de afeto não é utilizada ou ab-reagida e tende, quando retida, a forçar seu caminho para a consciência. Anna O. (FREUD, 1975c), segundo Breuer, encontrou na fantasia imaginativa uma forma de aliviar a tensão provocada por um “excedente de energia mental” que se fazia presente pelo não-uso de suas faculdades intelectuais. Os devaneios que resultam desses estados imaginativos não são em si mesmos patológicos, uma vez que, tão logo sejam interrompidos, a consciência, *aparentemente* dividida durante o processo, volta ao seu funcionamento normal. O mesmo não sucede diante de uma *absce*ncce alucinatória, na qual a *cisão da consciência* é fatal. Nestes casos, ocorre algo semelhante a um devaneio, mas não há reconhecimento pela consciência. Permanece uma amnésia, ou confusão, que demarca uma cisão patológica.

Transponhamos esse raciocínio para o plano do delírio, histérico ou paranóico. Freud já indicara que no delírio paranóico existe uma *subjugação do Eu*. O resultado dela é sua transformação por uma atividade delirante forçada. Na histeria, há uma espécie de *absce*ncce ou estado hipnóide que isola as representações e os afetos, mas, quando eles se manifestam na consciência, o fazem de dentro, passam a integrar o discurso do Eu. Na paranóia, como na confusão alucinatória, a relação seria diversa. O contato com a consciência ocorre desde o início, como alucinação ou delírio, mas o Eu não reconhece um *caráter interno do conflito*, eles são realidade externa em último grau. Destaca-se, portanto, o mecanismo de projeção.

Já no texto referente às *Neuropsicoses de Defesa*, a divisão da consciência é apresentada como fenômeno secundário. Na histeria, seria primária uma “aptidão psicofísica para transpor enormes somas de excitação para a inervação somática”. (FREUD, 1975j, p.57). O material recalçado, quando não é convertido em representação fraca pela ab-reação de seu afeto, forma um segundo núcleo psíquico, inconsciente, que exercerá certa pressão sobre a consciência. No caso da histeria, a soma de afeto da representação forte encontra uma via somática em virtude de uma *disposição subjetiva* para operar essa passagem psicofísica.

Cada uma das patologias classificadas como neuropsicoses de defesa se distinguirá a partir daí por um tipo de disposição, ou aptidão, específica. Por essa razão, o histérico conversivo esbo-

69 Esse posicionamento foi mais bem definido anos depois, em *Tipos de Desencadeamento da Neurose* (FREUD, 1975f).

çaria seus sintomas no plano somático, enquanto o obsessivo manteria o conflito na esfera psíquica, por falta de aptidão de somatizar os sintomas. Na confusão alucinatória, a defesa seria mais poderosa e bem-sucedida⁷⁰, visto que tanto a representação incompatível quanto o afeto seriam abolidos como se nunca tivessem existido.

A confusão alucinatória merece maior atenção, pois seu modelo é semelhante ao da paranóia, desenvolvido posteriormente. Aquela resultaria de uma disposição patológica severa nos seguintes termos:

O eu rompe com a representação incompatível; esta, porém, fica inseparavelmente ligada a um fragmento da realidade, de modo que, à medida que o eu obtém esse resultado, também ele se desliga, total ou parcialmente da realidade. [...] este último evento é a condição sob a qual as representações do sujeito recebem a vividez das alucinações; assim, quando a defesa consegue ser levada a termo, ele se encontra num estado de confusão alucinatória. (FREUD, 1975j, pp.64-65).

Apresenta-se, aí, um tema muito importante para o desenvolvimento da teoria psicanalítica das psicoses em geral: a *perda* ou *fuga da realidade*. Conforme Freud, o máximo rigor de defesa se expressaria na confusão alucinatória. Nesta, a experiência não se transforma em representação fraca pelo recalque do afeto. Ao invés, o afeto e a representação seriam abolidos de um só golpe. Esse processo tem papel fundamental na teoria dos sonhos, o que é significativo, visto que o sonho é “uma psicose de curta duração”. (FREUD, 1975e, p.199).

Além disso, há outro importante prenúncio em *Neuropsicoses de Defesa. Na maioria dos casos até então investigados*, fossem de histeria ou de neurose obsessiva, a *redução interpretativa remota, inadvertidamente, a um conteúdo sexual* contra o qual o Eu se defendera. O resultado dessa situação seria a constituição do núcleo afetivo responsável, em primeira instância, pelo sintoma (psico) neurótico. Neste contexto, sexualidade não poderia ser compreendida como noção abstrata ou transcendental. Pelo contrário, tratava-se da sexualidade da *communis opinio*, tema tão polêmico e eivado de preconceitos à época, e que, não estranhamente, era fruto de muitas situações desconfortáveis e passíveis de recalque. Esse achado, efeito da redução analítica foi de importância axial para a passagem à teoria da libido.

A noção psicanalítica da sexualidade já remontava aos eventos mais primitivos da infância, desde o texto *Observações Adicionais Sobre as Neuropsicoses de Defesa* (FREUD, 1975j). Com efeito, Freud afirmou aí: “o recalque é o núcleo do mecanismo psíquico e, em ambas (neurose obsessiva e paranóia), o que foi recalcado foi uma experiência sexual da infância”. (FREUD, 1975j, p.171). Na mesma publicação, Freud expôs o caso de uma mulher jovem que apresentava quadro sintomático típico de paranóia. Delimitou seu posicionamento diante dele, da seguinte maneira:

Não tenho perspectivas de estudar a paranóia exceto em ocasiões muito isoladas, e porque acho possível que meus comentários possam encorajar algum psiquiatra

⁷⁰ Essa concepção muda radicalmente adiante, quando a histeria passa a ser a forma mais bem-sucedida de recalque e a psicose um *mal-funcionamento do desejo*.

mais bem situado que eu nesse assunto a conferir ao fator da “defesa” seu lugar de direito na discussão sobre a natureza e o mecanismo psíquico. Naturalmente, com base na observação isolada que se segue, não tenho intenção de dizer mais do que: “Este é um caso de psicose de defesa e, muito provavelmente, há outros classificados como ‘paranóia’ que também o são”. (FREUD, 1975j, p.165).

Freud não acreditava que seu trabalho de pesquisa, concluído até ali, fosse suficiente para explicar a ocorrência da paranóia em geral. O conceito de defesa fora delineado pelo estudo de outras patologias e, sob circunstâncias apropriadas, *poderia* (ou não) ser plenamente adequado aos casos tradicionalmente classificados como paranóia. A análise da referida jovem indicou que se tratava de uma neuropsicose de defesa. As vozes dos delírios e alucinações da paciente eram análogas à experiência infantil recalcada. A paciente, no decorrer de sua história, apresentou uma série de pensamentos e idéias autônomas que reclamavam sua atenção de maneira impositiva. Arrancavam-na, conseqüentemente, de sua atividade normal e indicavam o caráter sexual dos conteúdos.

Freud reafirmou a atuação da projeção e do retorno do recalcado diante da constatação de que a auto-acusação ressurgia como pensamentos em voz alta. Os “delírios assimilatórios” (FREUD, 1975k p.184) foram aqui nomeados “formação delirante combinatória”. Esta foi explicada como representações que chegam à consciência e “fazem exigências à atividade de pensamento do Eu, até que possam ser aceitas sem contradição” (FREUD, 1975j, p.172). Freud repete, assim, as idéias da subjugação do Eu e da exigência impositiva de sua reformulação. Anos depois, no *A Interpretação dos Sonhos*, ele reconheceu que a alucinação não se limitava a fenômenos patológicos. O sonho também apresenta alucinações e faz parte do funcionamento normal da psique.

4.1.2 Da Interpretação dos Sonhos e da Teoria da Sexualidade Infantil

De fato, o famoso texto *A Interpretação dos Sonhos*, de 1900 (FREUD, 1975a), aproximou os mecanismos da formação onírica e da psicose.

O sonho é um ressurgimento da vida anímica infantil já suplantada. Esses métodos de funcionamento do aparelho psíquico, que são normalmente suprimidos nas horas de vigília, voltam a tornar-se atuais na psicose e então revelam sua incapacidade de satisfazer nossas necessidades em relação ao mundo exterior. (FREUD, 1975a, p.517).

A formação dos sonhos ocorre de acordo com a via regressiva de excitação (libido). Ao invés da excitação dirigir-se para a extremidade motora, à semelhança da vida vígil, encaminha-se para a extremidade sensorial, produzindo uma *realização alucinatória do desejo*. Na vida desperta, de maneira geral, a via regressiva nunca ultrapassa os traços de memória, produz pensamentos e fantasias, mas não percepções alucinatórias. Freud conjectura a idéia de que na vigília existe uma corrente contínua de excitação psíquica no sentido da percepção para a extremidade motriz. No sono, por outro

lado, a excitação perceptual “não pode constituir obstáculo a uma corrente de excitação que flua em sentido oposto”, (FREUD, 1975a, p.498). Esse processo assemelha-se a uma exclusão do mundo exterior, que favorece a formação de um “mundo interior”, ou, ainda, da utilização de traços mnêmicos para a gênese de uma realidade que é idêntica à realização dos desejos.

Eis o que nos interessa. Em determinadas patologias, dentre elas a paranóia, a regressão até os sentidos, que de outro modo depende do estado de sono, ocorre mesmo durante a vigília. Ela consegue, de algum modo, sobrepujar a corrente contrária que vem da extremidade perceptual.

Minha explicação para as alucinações da histeria e da paranóia e para as visões nos sujeitos mentalmente normais é que elas de fato constituem regressões – isto é, pensamentos transformados em imagens –, mas os únicos pensamentos a sofrerem essa transformação são os que se ligam intimamente a lembranças que foram suprimidas ou permaneceram inconscientes. (FREUD, 1975a, p.498).

Está pré-formada, nessa hipótese, a existência de duas correntes de excitação coexistentes. Além disso, parece também estar indicada *a perda da realidade*, postulada posteriormente, pois, se o estado de sono parece uma exclusão mais plena do mundo exterior, *os estados patológicos deveriam ser uma exclusão de apenas uma parte desse mundo exterior*. Isso é confirmado no capítulo sobre a realização dos desejos. De início, existe no aparelho psíquico uma tendência para manter-se tão livre de estímulos quanto possível, descarregando-os pela extremidade motriz. As exigências da vida, porém, nem sempre são favoráveis a essa descarga, impondo limites que são a principal razão do desenvolvimento. No aparelho psíquico, a satisfação fica ligada a situações em que houve a descarga.

Na próxima vez que a necessidade for despertada, surgirá, de imediato uma moção psíquica que procurará [...] (reinvestir) a imagem mnêmica da percepção e reevocar a própria percepção, isto é, restabelecer a situação de satisfação original.⁷¹ Uma moção dessa espécie é o que chamamos de desejo. (FREUD, 1975a, p.516).

O desejo que bem funciona vincula-se a um caminho de satisfação já estabelecido. Sendl assim, sempre que o impulso do desejo se apresenta, atualiza o traço mnêmico da satisfação. Firmou-se, assim, um objeto de desejo e já não se trata de uma busca pela satisfação de qualquer forma. No início da vida, diante da necessidade, o estado de satisfação é reativado na extremidade perceptual. Isto caracteriza a realização alucinatória do desejo. Desta maneira, no entanto, a satisfação não sobrevém e, assim, a necessidade continua a pressionar o aparelho psíquico. Conseqüentemente, uma atividade constante da alucinação ou, uma nova ação específica, que faça a rememoração coincidir com a situação presente, se faz necessária. Assim, é formado o pensamento, a atividade psíquica abandona a realização alucinatória e converte-se em uma espécie de “ensaio” para uma ação ordenada, capaz de reduzir a tensão provocada pela necessidade. Ao final desse processo, fica estabelecida uma via que, movida pelas necessidades internas, é reconhecida em um mundo externo, e permite um julgamento da situação orientado para a satisfação. Isso inibe a atividade regressiva durante a vigília. No sono,

⁷¹ Lembramos ao leitor que o modelo de “satisfação original” para Freud é sempre sexual.

quando o estímulo externo é diminuído⁷² em sincronia com a obstrução da via motora, o mecanismo infantil da regressão retorna. Eis aí a proximidade entre a patologia e o sonho.

Freud afirmou que a atividade inconsciente luta por conseguir o controle da ação motora durante o processo de vigília e a censura contrapõe, sendo, portanto, a guardiã de nossa vida mental. Quando ocorre uma regressão alucinatória durante a vigília, deve haver uma falha ou ausência dessa censura. Parte da atividade se desliga do pensamento e retoma forma alucinatória, rompendo o sutil equilíbrio e a coerência de nossa atividade psíquica. Como expusera nos *Estudos sobre a Histeria*, aqui também encontramos duas correntes psíquicas coexistentes sobre as quais a censura mantém certo equilíbrio. Falha quando não consegue preservar o caminho progressivo da atividade psíquica, como no delírio. Freud atesta:

Os delírios são obra de uma censura que já não se dá ao trabalho de ocultar seu funcionamento; em vez de colaborar para produzir uma nova versão que seja inobjetable, ela **suprime brutalmente** tudo aquilo a que desaprova, de maneira que o que resta se torna muito desconexo. Essa censura age exatamente como a censura dos jornais na fronteira russa, que só permite que os periódicos estrangeiros caiam nas mãos dos leitores por quem tem o dever de zelar depois de colocar uma tarja negra sobre diversos trechos. (FREUD, 1975a, p.485, grifo nosso).

O pensamento de Freud é sólido e coerente. O delírio resulta de uma supressão da realidade, ou melhor, de parte da realidade, visto que resta outra porção referta de lacunas. O processo é análogo ao sonho, mas agora distinguimos as duas divergências fundamentais. 1. O sono, *conditio sine qua non* para a ocorrência dos sonhos, não é requerido para a ocorrência patológica; 2. enquanto no sono ocorre uma supressão da percepção do mundo externo como um todo, no processo patológico existe algum mecanismo que permite que a uma parte desse mundo externo seja negada a crença (para usar o termo antigo de Freud) ou, em termos mais contemporâneos, o *investimento*.

Essas explicações, porém, não são suficientes para demarcar o modelo preciso da paranóia em Freud. Simanke (1994) destacou isso desde um momento mais precoce, ao assinalar que: “no caso Emmy, fica evidente o quanto os fenômenos psíquicos da alucinação e do delírio concomitante – futuros ingredientes de uma teoria da psicose – encontram aqui uma vinculação íntima com a neurose em geral”. (SIMANKE, 1994, p.19). Nessa época, paranóia era neuropsicose de defesa, neurose e psicose não haviam sido distintas. Para atingirmos nossa meta, devemos ser capazes de fazer essa distinção ou reconhecê-la impossível no *opus* freudiano. A resposta, contudo, não é simples.

Com a teoria dos sonhos se enunciam as bases não apenas da metapsicologia, mas, também, de várias idéias freudianas acerca da psicose em sentido amplo. A semelhança entre psicose e sonho está na raiz da noção de *perda da realidade* e, também, da idéia reformulada da cisão do Eu ao final da obra. A atuação da realidade em oposição ao princípio de prazer prenuncia os *Dois princípios do acontecer psíquico* (FREUD, 2004) e a resolução do complexo de Édipo. A ocorrência de uma regressão

⁷² Evoquemos o fato de que ele não cessa plenamente, haja vista o recalque atuar mesmo no sonho e, também, as imagens oníricas serem atualizadas de acordo com as percepções de eventos externos concomitantes.

alucinatória em vigília apenas em alguns casos indica o caminho da delimitação, mais amadurecida, entre neurose e psicose, atrelada ao desenvolvimento da teoria das pulsões e do aparelho psíquico.

A teoria da sexualidade infantil, anunciada nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (FREUD, 1975m), serviu para localizar na história individual a fonte das fantasias e delírios dos adultos. Estes não poderiam, pois, ser considerados produtos arbitrários da imaginação do adulto, são determinados, “sem que ele soubesse disso, pelo acervo de impressões infantis, mas ainda nele atuantes”. (FREUD, 1975d, p.39). O núcleo do conflito psíquico fora transposto da ocorrência fatural para a fantasia, essa dotada de valor determinante e orientador da atividade psíquica. Daí, não mais seria necessário falar de um *trauma* ocorrido na infância, ou de uma *experiência sexual*, mas de *fantasias* traumáticas ou de experiência sexual. Essa idéia, porém, não aboliu o método clínico de reaver as fantasias de infância como recurso terapêutico. Freud chegou a acentuar que uma cura para o delírio advém (ou pode advir) da *revelação do material recalçado*⁷³. (FREUD, 1975d, p.45). A este respeito, consideremos duas características distintivas.

Em primeiro lugar, o delírio pertence ao grupo de estados patológicos que não produzem efeito direto sobre o corpo, mas que se manifestam **apenas por indicações mentais**. Em segundo lugar, é caracterizado pelo fato de que nele **as ‘fantasias’ ganharam a primazia, transformando-se em crença** e passando a influenciar as ações. (FREUD, 1975d, p.51. Grifamos.)

As tais fantasias, com origem infantil, tomam o lugar da crença, normalmente dirigida para a extremidade Pcp (perceptual). A fantasia delirante é uma realidade, ou, para melhor dizer, uma parte da realidade, visto que “toda fantasia é uma realização de um desejo”, na forma de uma “correção da realidade insatisfatória” (FREUD, 1975d, p.152); aproxima-se do processo onírico. Dessa forma, seu conteúdo manifesto indica uma porção latente que corresponde ao conflito e que se articula de acordo com o processo primário, pelos mecanismos de deslocamento e condensação. Além disso, “a relação entre fantasia e tempo é, em geral, muito importante. É como se ela flutuasse entre três tempos — os três momentos abrangidos pela nossa ideação. [...] Dessa forma o passado, o presente e o futuro são entrelaçados pelo fio do desejo que os une”. (FREUD, 1975d, p.153). Assim retomamos algo que já fora indicado no caso Emmy, e que também se apresentará no caso Schreber, a atemporalidade inconsciente. Na análise da *Gradiva*, de Jensen (FREUD, 1975d), foi explicitado que, mesmo os casos que remetiam a um passado histórico milenar, poderiam ser reduzidos ao passado pessoal e às fantasias infantis, e que ali encontrariam o seu sentido.

Com essas considerações, embora não haja ainda delimitação precisa do delírio estritamente paranóico, já é possível afirmar que ele está ligado às experiências infantis. É um “fantasiar” que assume valor de crença, e, portanto, de realidade. As fantasias, em si mesmas, fazem parte da *psique normal* não como delírios, mas como seu análogo não patológico, o devaneio. Este deriva do *brincar* infantil, uma espécie de “fantasiar” primitivo que inclui a ação no mundo externo, material. O

⁷³ Mais adiante, com a idéia de delírio como construção, tal revelação se explica como herança histórica da humanidade.

devaneio é sua transposição para a pura ideação, que, malgrado a formação de um mundo fantasioso, “mantém uma separação nítida entre o mesmo e a realidade.” (FREUD, 1975d, p.150). Essa distinção inexistente na patologia, a *realidade psíquica* assume um lugar em meio à realidade *material*, recebendo os restos de memória como exterioridade, projetada. A realidade externa perde, ao menos em parte, seu valor de critério para a satisfação. Fora da patologia, Freud diz que até mesmo a ação do “brincar” é privada de acesso à realidade material, e o espaço da fantasia “utiliza uma ocasião do presente para construir, segundo moldes do passado, um quadro do futuro”. (FREUD, 1975d, p.153). É no momento em que as fantasias se tornam intensamente profundas e poderosas que se assenta ao estado de eclosão de uma patologia, indicação econômica que foi retomada em um texto posterior, *Tipos de Desencadeamento da Neurose* (FREUD, 1975b), mas já destaca a importância da intensificação das fantasias, consequência da teoria da libido de 1905.

Desde antes de 1900, Freud se referia à libido sexual como *desejo psíquico*, distintamente de um impulso puramente somático. Foi nos *Três Ensaios*, porém, que melhor delimitou seu conceito. Ali, sobressai-se a diferença entre a libido sexual e a energia psíquica em geral, que pode ter outras formas, sendo dotada, pois, de caráter qualitativo. O fundamento para a diferenciação entre essas instâncias energéticas encontra-se, por um lado, na fisiologia, que indica uma diferença química especial entre os processos e, por outro, no trabalho de interpretação de análise de psicose e perversões, cuja redução sempre remetia a desejos sexuais latentes. Neste último ponto reside a ênfase dada para a libido *sexual*⁷⁴ pela Psicanálise: é a única pulsão significativa para o estudo e o entendimento das patologias, sendo, portanto, a única forma a receber interesse clínico. Do ponto de vista da fisiologia, Freud não restringia a fonte de *libido* às zonas genitais, pois reconhecia sua proveniência de múltiplas zonas erógenas. O grande valor desse conceito de uma energia qualificada e quantitativamente variável seria o de permitir “medir os processos e transformações ocorrentes no âmbito da excitação sexual”. (FREUD, 1975m, p.204). A estimação relativa de quantidades propiciada por essa noção punha a Psicanálise no campo das *Naturwissenschaften* (ciências da natureza), para as quais a medição é critério necessário.

O que Freud chamou nos *Três ensaios* de “libido do Eu” era a *libido de objeto*, ou seja, o substituto psíquico do *quantum* de libido auto-erótica que encontrara uma meta de satisfação nas representações do mundo externo. Há, por outro lado, a libido denominada *narcísica*, ou seja, aquela que fica retida no Eu,

⁷⁴ Aqui, nos desviamos de nosso modelo expositivo. Freud não apenas diferenciava a sexualidade de outros tantos processos como qualidade fisiológica, mas também psíquica. Assoun (1983) bem destacou os posicionamentos monista e fisicalista de Freud. Além disso, ao tratar do caso Schreber, indica a possibilidade de que as pessoas fiquem escandalizadas com suas constatações de ordem (homo)sexual. Como último argumento desta nota, lembramos que Freud censura a atitude de Jung, de afastar-se do ponto de vista sexual, acusando-o de abandonar, com isso, justamente o que a Psicanálise tem de mais precioso. Com isso reforçamos a idéia de que, quando Freud tratava de sexualidade, era exatamente isso que queria dizer, não alguma outra coisa para a qual poderia haver termo melhor. A sexualidade em Freud está, sim, relacionada ao que a Medicina tratava por sexualidade, i.e., genitalidade e concupiscência. No decorrer da obra delimita-se o estágio mais maduro do desenvolvimento libidinal aquele em que a função genital integra as pulsões das demais zonas erógenas em um objetivo comum.

O grande reservatório de onde partem as catexias de objeto e no qual elas voltam a ser recolhidas, e a catexia libidinosa narcísica do Eu se nos afigura como o estado originário realizado na primeira infância, que é apenas encoberto pelas emissões posteriores de libido, mas no fundo se conserva por trás delas. (FREUD, 1975m, p.205).

É do jogo entre esses recolhimentos e investimentos de libido no objeto externo em busca de satisfação e evitação de desprazer que se desenrola todo o desenvolvimento das configurações psicopatológicas, inclusive no delírio.

Em um anexo à carta 22 a Jung, datada de 1907, a tese central de Freud, a esse respeito, não apareceu significativamente modificada, mas organizada de forma semelhante ao que seria exposto no caso Schreber em 1911. Primeiramente, discrimina que a fantasia infantil despertada é de um “intercurso sexual com um homem”. Em segundo lugar, e não menos importante, quando o resultado da projeção é percebido, a reação do Eu é idêntica àquela apresentada diante da percepção do mundo exterior, uma tentativa de defesa contra a situação conflituosa por meio do recalque. Já que a projeção resulta da experiência que de início fora rejeitada como inadmissível, a reação de hostilidade e estranhamento por parte do Eu seria esperada. Há, porém, duas circunstâncias a garantir que o recalque não alcance o efeito que teria contra uma percepção de outra espécie: os fatos de que aquele indivíduo já tomara uma medida radical de defesa, negando reconhecimento a uma porção da realidade, e de que “*the delusion is so intense because it has the libido as its source. Delusion is a libido inspired belief in reality*”.⁷⁵ (FREUD; JUNG; MCGUIRE, 1976, p.40). O fragmento que se impõe na forma de delírio é uma situação fantasiosa de satisfação, o que é feito às custas da realidade exterior, rechaçada no processo de defesa. A libido retorna, portanto, ao Eu e daí constrói uma realidade *sui generis*.

4.2. O Caso Schreber e o Delírio na Paranóia

As *Notas Psicanalíticas Sobre um Relato Autobiográfico de um Caso de Paranóia (Dementia paranoides)* (FREUD, 1975f) fornecem o eixo de nosso trabalho. É o texto mais extensivo de Freud sobre a paranóia e, nele, em certa medida, já estão indicadas todas as linhas do desenvolvimento da teoria do delírio. Localiza-se no ponto de transição entre a admissão da paranóia como neuropsicose de defesa e como neurose narcísica.

É referido por Katz (1991) como um estudo atípico, visto que realizado fora do âmbito da análise e das possibilidades de transferência⁷⁶, que, em sua forma de apresentação seria singular por levar “a conclusões totalizantes”. (KATZ, 1991, p.46). No início da obra, Freud explica que é possível

⁷⁵ o delírio é tão intenso porque tem a libido como origem. Delírio é uma crença na realidade inspirada pela libido. (Tradução nossa).

⁷⁶ Como tão numerosos outros trabalhos de Freud, como aqueles sobre Da Vinci, Moisés, Gradiva de Jensen, Haizmann etc.

um estudo assim “indireto” porque os paranóicos possuem “a peculiaridade de revelar (de forma distorcida, é verdade) exatamente aquelas coisas que **outros neuróticos** mantêm escondidas como um segredo”. (FREUD, 1975f, p23, grifamos). Além disso, afirmou que para pacientes desse tipo não existia perspectiva de sucesso terapêutico, dando mostras de estar ciente das complicações transferenciais que logo mais modificariam a classificação das patologias.

O estudo, segundo modelo já consolidado, procurava “expor os conhecidos complexos e forças motivadoras da vida mental”. (FREUD, 1975f, p.53). Para isso recorreu-se ao modelo já estabelecido da interpretação, ferramenta explicativa essencial do método psicanalítico, “um procedimento intelectual que explica de modo interpretativo ou interpreta fornecendo a causa”. (ASSOUN, 1983, p.49). O relato de Schreber confirmava as hipóteses de Freud de que a paranóia, como as psicose em geral, estava regulada pela atividade sexual. Em suas memórias, o jurista alemão afirmava que “a voluptuosidade pode ser encarada como um fragmento do estado de beatitude dado antecipadamente aos homens”. (FREUD, 1975f, p.46). A vinculação do sistema delirante, tomado pelo doente como um jogo de forças transcendentais, à sexualidade, era expressa. A afirmação herdada do estudo das histerias e neuroses obsessivas aqui surgiu como pressuposto: o delírio também deveria poder ser reduzido às suas causas no mesmo sentido que se fazia com as demais patologias.

Os dois principais elementos do sistema delirante de Schreber eram os dramas da sua transformação em mulher (emasculação) e de sua relação com Deus. Ambos encontrariam seu fundamento no complexo paterno, um modo de relação infantil com o pai que se caracterizou, na história do doente, pela “rebeldia indomável e franca discórdia, mas, imediatamente após sua morte (do pai), assumiu a forma de uma neurose baseada em submissão abjeta e obediência tardia para com ele”. (FREUD, 1975f, p.75). Esse conflito estaria atualizado na relação paradoxal de submissão e simultânea insubordinação ao pai, cuja representação era atualizada na figura do seu antigo médico, Flechsig, do Sol e, por fim, de Deus. Nos últimos anos de sua vida, quando o conflito amainara, em decorrência de um certo restabelecimento, o complexo se manifestava na relação com Deus. Nesta última forma, “seu complexo paterno se achava, principalmente, afinado de maneira positiva, e que, na vida real, os anos finais de seu relacionamento com um pai excelente, provavelmente não foram tempestuosos”. (FREUD, 1975f, p103). Relacionar os dois eventos ao complexo paterno estava de acordo com a meta reducionista do trabalho de Freud. Remontava a causas no passado que, em última instância, se aproximavam da vida pulsional e, assim, da fronteira, difícil de lidar, entre os processos físicos e psíquicos. Além disso, esse trabalho contribuiu para que Freud estabelecesse sua teoria filogenética para a herança de experiências psíquicas.

A indicação do complexo não satisfazia, no entanto, a necessidade de explicitar o que havia de mais peculiar na paranóia, distinguindo-a de outras patologias. O elemento distintivo apontado por Freud foi *a forte defesa contra uma fantasia de desejo homossexual*, explicitada anos antes. Essa afirmação não tomava a posição de simples hipótese, mas de constatação “claramente identificável” nos casos de paranóia. O mecanismo subjacente dessa ocorrência Freud explicou segundo a teoria do desenvolvimento histórico da libido no âmbito psicogenético (ontogenérico) com a indicação da

existência de uma fase de narcisismo, entre o auto-erotismo e o amor objetal⁷⁷. Este estágio se desenvolve quando o indivíduo, partindo de sua condição auto-erótica, agrega as pulsões sexuais “a fim de conseguir um objeto amoroso; e começa por tomar a si próprio, seu próprio corpo, como objeto amoroso, sendo apenas subsequentemente que passa daí para a escolha de alguma outra pessoa que não ele mesmo, como objeto”. (FREUD, 1975f, p.83). Segue-se a escolha de um objeto externo com genitais semelhantes e, somente então, a heterossexualidade. A investigação permitiria, com suporte nos sentimentos de humilhação e desconsiderações sociais verificáveis na origem da paranóia, “deslindar as conexões com desejos eróticos sensuais relativos a indivíduos do mesmo sexo”. (FREUD, 1975f, p.82).

A homossexualidade que se desenvolve tardiamente implica que houve uma fixação da libido no estágio intermediário em que o objeto é aquele que porta genitália semelhante. Parte da libido não completara sua busca por um objeto de seu amor, pois permanecera ainda fixada em uma condição narcísica. Em nenhum caso, todavia, a corrente de libido homossexual cessa ao longo da vida, mesmo nos heterossexuais típicos. Nestes, aquelas tendências são “simplesmente desviadas de seu objetivo sexual e aplicadas a novas utilizações” (FREUD, 1975f, p.83) como o sentimento de fraternidade, de rivalidade e o laço com a humanidade de uma forma geral.

Quando há fixação em um ponto tão primitivo como o narcisismo, existe a disposição a uma sexualização dos “instintos sociais”, implicando uma dissolução das sublimações conquistadas e, de acordo com o princípio de constância, um aumento de investimento narcísico. Isso pode ocorrer como resultado de qualquer regressão, pois a fixação funciona como uma disposição a estabelecer determinado tipo de fluxo libidinal. Uma vez que os “paranóicos se esforçam por proteger-se *contra esse tipo de sexualização de suas catexias sociais instintuais*, somos levados a supor que o ponto fraco de seu desenvolvimento deve ser procurado em algum lugar entre os estádios de auto-erotismo, narcisismo e homossexualismo”. (FREUD, 1975f, p.85).

Uma circunstância de frustração posterior na vida do indivíduo, portanto, acarreta uma regressão para esse estado narcísico, com a sexualização das tendências sociais e, portanto, uma regressão que arranca a libido do objeto externo, e a restitui à corrente narcísica. Como decorrência desse desligamento de relações com o mundo externo há uma intensificação da atividade de fantasia. Freud afirmou que

[...] não é possível que esse desligamento ocorra exclusivamente na paranóia; tampouco pode acontecer que, em outra parte que ocorra, tenha as mesmas conseqüências desastrosas. É bem possível que o desligamento da libido seja o mecanismo essencial e regular de toda repressão.⁷⁸ (FREUD, 1975f, p.95).

⁷⁷ Esse mecanismo fora antecipado, de forma ainda pouco amadurecida, nos *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade*, como já vimos. Mais adiante abordaremos alguns desdobramentos posteriores do conceito; por hora, apenas o que concerne ao material apresentado em Schreber. Ressaltamos, porém, que a distinção entre auto-erotismo e narcisismo é revista adiante já em *A guisa de introdução ao narcisismo* (FREUD, 2004) e também, radicalmente, na segunda tópica.

⁷⁸ Segundo o período da teoria, entenda-se repressão (recalque) em um sentido amplo de *defesa*. É no final das *Notas sobre Schreber* que Freud indica a necessidade de encontrar um mecanismo análogo ao recalque para a paranóia. Além disso, nessa época, ainda não se distinguia o conceito de recalque do de inconsciente. Essa distinção teria início no artigo metapsicológico sobre o inconsciente e se consolidaria muito mais tarde em *O Eu e o Isso*.

Há uma diferença capital entre o processo da paranóia e das demais neuropsicoses de defesa. O que acontece nessas formas patológicas é que tão logo seja rejeitada uma representação, ou ainda, uma fantasia de desejo, surge um desligamento entre *libido do eu* e objeto. Em seguida, a pessoa “começará imediatamente a procurar um substituto para a ligação perdida e, até que esse substituto tenha sido encontrado, a libido liberada será mantida em suspenso dentro da mente, e daí dá origem a tensões e altera seu humor”. (FREUD, 1975f, p.96). Uma pessoa “normal” restabelecerá um novo laço com um objeto por via de uma sublimação e em outras psiconeuroses ocorrerá a formação de substituto sintomático. Na paranóia, porém, a libido permanece em sua forma narcísica e, ao formar o “substituto”, a libido do Eu não restabelece vínculos com o mundo externo. Não se converte, por conseguinte, em *libido de objeto*, mantém-se narcísica. A poderosa fantasia resultante impõe-se, tal como em um sonho, à percepção. No caso da paranóia, o vínculo com o objeto externo não sustenta a formação de substitutos; ele pode muito bem ser abandonado. O *desejo* não encontra sucesso em converter esse *quantum* de libido em libido do objeto sequer por via sintomática.

A realização da fantasia de desejo acontece de acordo com o mecanismo de projeção, segundo o qual “aquilo que foi internamente abolido retorna desde fora” (FREUD, 1975f, p.95). As configurações possíveis do delírio assim formado estão de acordo com as formas de negar a afirmação: “eu (um homem), o amo (um homem)” (FREUD, 1975f, p.85). O delírio de perseguição resulta da negação “eu não o amo – eu o odeio porque ELE me persegue”. (FREUD, 1975f, p.86). A erotomania resulta da seguinte inversão: “eu não o amo – eu a amo, porque ela me ama”. (FREUD, 1975f, p.86). Das formas de inversão “eu não o amo, ela o ama” ou “não sou *eu* quem ama as mulheres – *ele* as ama” (FREUD, 1975f, p.87), desenvolve-se o delírio de ciúme. A quarta e última modalidade é a da megalomania, o delírio de grandeza, no qual a libido é retirada de uma maneira muito radical do meio e é projetada no próprio Eu segundo a afirmação “eu não o amo, não amo ninguém, somente a mim mesmo”.

De forma resumida, podemos dizer que como disposição existe uma *fixação* no estádio referido. Daí, diante de uma situação crítica, é realizada a defesa, como uma ruptura severa com a realidade, ponto ainda crítico, pois corresponde ao que existiria de mais próprio na paranóia, sua forma particular de se proteger do conteúdo aversivo. A seguir ocorre o retorno do que foi expulso pela defesa, dado na paranóia de forma projetada. No caso de Schreber, ocorria como delírios do fim do mundo, o que indicava que a realidade fora destruída e que o mundo que agora se lhe apresentava era algo novo; um mundo reconstituído, mas confuso e repleto de conflitos, um mundo que dependia de um esforço por parte de seus delírios, que, em vez de ser o produto patológico “*é, na realidade, uma tentativa de restabelecimento, um processo de construção*”. Tal reconstrução após a catástrofe é bem sucedida em maior ou menor grau, mas nunca inteiramente”. (FREUD, 1975f, p.95). Assim, pela realização alucinatoria do desejo, há uma nova realidade que o Eu deverá, por meio do delírio, integrar de alguma forma com o que restava como realidade truncada, fendida.

O delírio de “fim do mundo” de Schreber constituiu motivo de autocrítica e questionamento de Freud. Ele considerou possível a crítica de que a retirada absoluta do investimento de libido no mundo externo implicava uma falha “total” dos investimentos do Eu no mundo externo. A hipótese de que a libido sexual fosse o mesmo que o interesse em geral e que sua retirada desligasse o indivíduo de sua relação com o mundo externo foi deixada de lado pelo fato de que o paranóico permanece em conexão com o mundo externo; entretanto, “o efeito que aquele lhe causa estimula-o a inventar teorias explanatórias”. (FREUD, 1975f, p.98). Assim, o interesse que emana de fontes sexuais permanece qualitativamente diverso daqueles relacionados ao Eu e, portanto, à preservação do indivíduo. Para sanar esta questão, Freud indicou a necessidade de desenvolver a teoria das pulsões, o que, de fato, foi feito em seguida.

A retirada do investimento no mundo externo com o conseqüente reinvestimento narcísico aproximava, no campo teórico, a paranóia da demência precoce (esquizofrenia) e da amênia de Meynert. Restou diferença, porém, pela distinta localização do ponto de fixação disposicional (mais primitivo na esquizofrenia e na amênia que na paranóia) e pelo mecanismo diverso de retorno do recalcado. Essa semelhança levou Freud a concordar com Kraepelin sobre tomar uma grande porção do que era reconhecido como paranóia pela Psiquiatria e agrupá-la com outras patologias, como a catatonia. A nomenclatura de demência precoce de Kraepelin, bem como o termo esquizofrenia de Bleuler, foi criticada. Freud tentou ainda usar o termo *parafrenia*, mas ele seria posto de lado adiante, restando esquizofrenia, como foi aceito na comunidade psiquiátrica nos anos subseqüentes. O grupo amplo dessas patologias logo mais seria nomeado de *neuroses narcísicas*, em oposição às neuroses de transferência, que abrangiam histerias e obsessões. Essa terminologia foi precursora da última que Freud utilizou, diferenciando psicanaliticamente neuroses e psicoses a partir de 1924.

4.3 Depois de Schreber

Como já destacamos, o caso Schreber foi o maior estudo específico da paranóia realizado por Freud. Daí por diante, exceto por textos menos extensos⁷⁹, não mais haveria um grande trabalho. A discussão já fora assentada com as *Notas* e, daí por diante, a pesquisa psicanalítica tomaria um eixo metodológico mais preciso, conduzido pela metapsicologia. Os objetivos de pesquisa fundados por Freud, de um modo geral, não foram abandonados, pois interessavam-lhe os problemas pertinentes à clínica. E o delírio estava entre eles.

⁷⁹ Como, por exemplo, *Um caso de paranóia que contraria a teoria psicanalítica* e a discussão sobre *Uma neurose demoníaca do século XVII*.

Mudaremos um pouco o eixo de nossa exposição daqui por diante. Com supedâneo nas *Notas*, podemos discriminar alguns núcleos de entendimento que nos permitem rastrear, no restante da obra, os principais aspectos que interessam para uma compreensão, re-interpretação ou modificação da idéia de delírio paranóico.

Inicialmente abordaremos a severa ruptura com a realidade e seu restabelecimento no processo paranóico. Isso exige avaliação do significado de **realidade** e como é possível “perdê-la” e “reconstituí-la”. Faz-se necessário estudar o princípio de realidade e a teoria das pulsões, a que ele se vincula na base. Outro pormenor a ser abordado é o conflito com uma fantasia de desejo homossexual na raiz da paranóia. Com o posicionamento diferenciado em relação à sexualidade que Freud desenvolveu, essa discussão remete à resolução do Édipo como modelo da escolha do objeto e da identidade do sujeito. Os resultados desse processo nos remetem diretamente ao mecanismo da paranóia. Ainda que não tenha deixado encerrada a sistematização do modelo da psicose, Freud deixou indicado o caminho por uma série de conceitos, como os de projeção, falha do desejo (*Wunschversagung*) e da cisão do Eu no processo de defesa. Acrescentamos que, mediante este último, Freud aproxima os grupos neurótico e psicótico, generalizando as funções psicológicas, conferindo-lhes distinções importantes. Por fim, trataremos da retomada da idéia do delírio como tentativa de cura apresentada como uma construção.

3.3.1 Realidade: Conquista e Perda

Freud já afirmara, a respeito dos sonhos, que somente ao acordarmos torna-se possível a crítica de que estivemos apenas pensando de forma peculiar e não vivendo ocorrências concretas. Da aproximação entre o sonho e os processos patológicos, tão caro à trajetória psicanalítica, a questão foi elevada a patamar mais abrangente: “toda neurose⁸⁰ tem sua conseqüência — e, provavelmente também a tendência — de desalojar o doente da vida real, afastá-lo da realidade”. (FREUD, 2004, p.65). Quanto à paranóia, desde as *Notas* ao caso Schreber, não apenas havia uma ruptura parcial com a realidade junto ao recolhimento narcísico da libido; o delírio de fim do mundo apontava para a ameaça de destruição ou perda cabal dessa realidade.

A perda da realidade foi uma hipótese aperfeiçoada na tenção de distinguir entre os grupos de neurose e psicose nos seguintes termos: nas neuroses, o Eu se posiciona ao lado da realidade, recalçando uma parte do Isso⁸¹; nas psicoses, o Eu se afasta de uma parte da realidade a serviço das exigências do Isso. A falsa impressão de que o afastamento da realidade somente ocorre na psicose foi

80 É necessário lembrar que, ao final de 1911, Freud começava a discriminar dois grupos de patologias: as *neuroses* de transferência e as *neuroses* narcísicas. Todas as psicopatologias, por assim dizer, estavam agregadas à designação de neurose.

81 No original, *Es*, ou *Das Es*, que traduzimos por “Isso”, posto no lugar da tradução mais comum: Id (do latim).

corrigida em um texto pouco posterior: “também nas neuroses há uma perturbação na relação entre doente e realidade”. (FREUD, 2007, p.127).

O recalque neurótico, em si mesmo, não afasta a realidade, mas a exigência pulsional. Somente o fracasso do recalque, e seu retorno, acarretam um afastamento da realidade, de forma a evitar o contato com a pulsão recalcada, que se associa à situação presente. Na psicose, por outro lado, a perda da realidade se encontra nos fundamentos. Também nela há dois momentos: no primeiro, “a realidade” é posta de lado e, no segundo, há um esforço de criação de uma “nova realidade” menos ameaçadora. De maneira resumida, “a neurose não renega a realidade, ela somente não quer tomar conhecimento dela; a psicose renega-a e procura substituí-la”. (FREUD, 2007, p.129). As diferenças principais entre os mecanismos são referidas aos primeiros estádios do conflito patogênico: como se posiciona o Eu entre Isso e o mundo externo. Este último pormenor nos dirige ao problema do mecanismo da psicose, que será deixado para a próxima seção. Por hora, abordemos o problema da realidade.

Segundo Simanke (1994), a afirmação da perda da realidade na psicose, “isolada do seu contexto [...] é, de fato, não só conservadora, como trivial”. (P.9). Para a Psiquiatria da época não poderia haver maior lugar comum; no entanto, Freud definiu o que, em termos psicanalíticos, deveria ser tomado pela idéia de “realidade”. Para um rigor satisfatório, urge expormos “o significado **psicológico** do mundo real externo” (FREUD, 2004, p.65, grifo nosso) e sua inclusão na teoria psicanalítica.

Freud assevera que, no início, o processo primário é o único que existe e sua tendência dominante é o princípio do prazer e do desprazer. “Tais processos aspiram à obtenção de prazer. Dos atos que possam provocar desprazer, a atividade psíquica se recolhe (recalque)”. (FREUD, 2004, p.65). Deixado ao livre curso do princípio de prazer, o indivíduo rapidamente encontraria extinção. Fez-se necessário configurar um sentido de orientação diante das interveniências do mundo externo para garantir a sobrevivência. O *princípio de realidade* surge, pois, em decorrência das *percepções endógenas*⁸² das modificações quantitativas que acompanham as percepções dos estímulos externos pelas vias sensoriais. Segundo esse princípio, o aparelho psíquico passa a não mais imaginar simplesmente uma realização de prazer (como ocorria na alucinação), mas uma situação *real*, ainda que seja desagradável ou menos prazerosa. O julgamento que distingue entre uma situação e uma fantasia foi chamado de *teste de realidade*.

O princípio de realidade traz como conseqüências o *desenvolvimento da atenção, da memória pré-consciente, da emissão de juízos, da ação coordenada sobre o mundo externo e do pensamento como ensaio de ação* que garante um retardo da descarga motora para uma situação mais favorável. O pensamento se desenvolveu de um *pensar inconsciente*, no qual a energia era livre (processo primário), para um *pensar consciente (pré-consciente)* pela fixação a restos de palavras. Com isso *a energia livre tornou-se ligada*, conferindo-lhe a estabilidade característica do princípio de realidade, instaurando um sistema de auto-preservação do aparelho psíquico.

82 Cf. o caso Schreber e, também, o *Esboço de Psicanálise* (1975c).

A substituição de um princípio pelo outro, porém, não abrange toda a extensão da psique. A substituição é *progressiva no decorrer da vida* e, além disso, uma parte da atividade psíquica permanece livre da ação do princípio de realidade. Trata-se do “*fantasiar*, que já se inicia com o brincar das crianças e mais tarde prossegue como *devanear*, deixando então de sustentar-se em objetos reais”. (FREUD, 2004, p.67). Desta forma, parte do Eu se diferencia em Eu-real, ou seja, uma *organização coerente* de acordo com a realidade. Outra parte constitui um Eu-prazer, que “só sabe desejar” e que continua insistindo, no decorrer da vida, em estabelecer uma realidade “onírica” de realização.

Entre essas duas dimensões do Eu impõe-se o *teste de realidade*, que funciona como avaliação de juízo. Do artigo de 1927 sobre *A Negativa* (FREUD, 2007), depreendemos que julgar real ou irreal é faculdade que está vinculada ao mesmo tempo à percepção imediata do mundo externo e a uma organização psíquica dos restos de memória. Toda representação advém de um investimento de carga sobre um estímulo perceptual. Efetivamente, toda representação por si mesma teve como condição uma percepção. “O primeiro e mais imediato objetivo do teste de realidade não é, então, encontrar na percepção real um objeto correspondente que foi imaginado, mas reencontrá-lo”. (FREUD, 2007, p.149). A percepção original é objeto de uma série de distorções (omissões, condensações, deslocamentos), antes de se representar na consciência. O *teste de realidade* deve julgar até que ponto as distorções sofridas nesse processo podem ser aceitas como realidade objetiva, e quando devem ser tomadas como pura subjetividade, não *reencontrável* na realidade percebida.

Constatamos que realidade não pode ser identificada com percepção. Não há dúvida de que sua organização depende dela, mas, por outro lado, é o princípio de realidade que ordena a ação e os pensamentos diante das percepções. É pela diferenciação desse princípio que se pode negar realidade a uma percepção como as que experimentamos nos sonhos. A alucinação onírica é *percebida*, mas, ao acordar sabemos que “foi apenas um sonho”.

O modelo de ocorrência desse teste de realidade e do reencontro do traço mnêmico na extremidade perceptual é esclarecido em *O Eu e o Isso* (FREUD, 2007), texto de 1923 cuja magnitude deriva da exposição da segunda tópica (Eu-Isso-Supereu⁸³). O sistema consciente (Cs) é explicado como uma região cortical do aparelho psíquico, sujeito a estímulos do exterior – percepções sensoriais – e a excitações do interior – sensações e sentimentos. Contra essas últimas, não possui qualquer proteção e, por isso, “as sensações de prazer-desprazer, que são um índice ou sinal da existência de processos no interior do aparelho, irão prevalecer sobre todos os estímulos exteriores”. (FREUD, 2007, p.153). Em virtude desse posicionamento e atuação liminar, o sistema Cs se diferencia dos demais, pois nele o processo de excitação não provoca mudanças permanentes, ou seja, ele *não retém representações*. A Cs, por assim dizer, é uma qualidade momentânea, não preserva memória. A detenção de traços mnêmicos é característica dos sistemas Pcs e Ics. Somente o que já foi percebido um dia pode ressurgir como lembrança.

⁸³ Supereu, no original, *Über Ich*. Preferimos esta tradução às demais encontradas em língua portuguesa: superego ou supereu.

Existem, contudo, diferenças significativas entre os dois sistemas de retenção de memória. No Pcs, os traços *estão conectados a representações de palavra*, ou seja, a restos de recordação de palavra ouvida, que não apenas podem representar percepções concretas, mas, *também, relações entre elementos psíquicos*, perfazendo diversos níveis de associação e abstração. O Pcs é o domínio da abstração e do pensamento articulado em linguagem. No Ics, por outro lado, *são retidas representações de coisa*, restos de recordações, ópticos em sua maioria, investidos de carga. Estes também podem se tornar material do pensamento. Neste tocante, Freud destaca que

[...] em geral, somente o material concreto do pensamento torna-se consciente e que não é possível dar uma expressão visual às relações entre os elementos, relações estas que justamente caracterizam um pensamento. Logo, o pensar por imagens é somente um tornar-se consciente bastante imperfeito e está de alguma maneira mais próximo dos processo inconscientes do que o pensar em palavras, sendo, sem dúvida, onto e filogeneticamente o mais antigo deles. (FREUD, 2007, p.34).

No inconsciente vigora o processo primário, os elementos se combinam, transferindo suas cargas livremente por via de deslocamentos e condensações. No Pcs, por outro lado, como efeito do recalque, quaisquer relações entre os elementos *fixam-se* às representações de palavra. Na paranóia, a consciência é tomada pelo processo primário.

Conforme a segunda tópica, corresponde ao Eu a organização psíquica que resulta da fixação da libido. Trata-se, naquele, da instância que age de acordo com os processos do Pcs/Cs, sendo dotada, pois, da ordenação típica do processo secundário. Em sua porção mais distante da realidade, contudo, o Eu *permanece* Ics. Aí, localiza-se o Isso, a porção do aparelho psíquico da qual o próprio Eu se diferenciou no contato com a realidade. O Isso

[...] contém tudo o que é herdado, que se acha presente no nascimento, que está assente na constituição - acima de tudo, portanto, as pulsões, que se originam da organização somática e que aqui [no Isso] encontram uma primeira expressão psíquica, sob formas que nos são desconhecidas. (FREUD, 1975e, p.169).

O Eu, portanto, é uma localidade de origem cortical “adaptada à recepção e exclusão de estímulos” e funciona como uma espécie de “escudo protetor”. (FREUD, 1975e, p.169). Em razão da sua localidade *sui generis*, ele se diferenciou do Isso, que serve exclusivamente às exigências pulsionais. Cabe ao Eu “ordenar temporalmente os processos psíquicos e *submetê-los ao teste de realidade*”. (FREUD, 2007, p.62). Além disso, este *é responsável por todas as demais conseqüências da instauração do princípio de realidade*. Em sua função de representante do mundo externo, submete porções cada vez maiores do Isso ao *processo secundário*, atando as exigências pulsionais dispersas e utilizando-se do processo de recalque. Essa conversão, porém, nunca é completa e o Isso sempre atua no decorrer da vida, não aceita ser negado em suas exigências. Por essas razões, o que é recalcado tende a retornar e pressionar constantemente o Eu.

Não existe um limite absoluto entre essas duas regiões, “há uma zona de transição em que ele (o Eu) se interpenetra com o Isso situado abaixo dele até o ponto em que ambos se fundem”.

(FREUD, 2007, p.37). O Eu, submetido ao mundo externo por um lado e às exigências pulsionais por outro, funciona como um guardião da realidade e sua função como um *Eu-coerente* é articular as exigências advindas de origens diversas, atar as pulsões parciais em uma relação organizada com o meio externo que possa, por sua vez, garantir uma satisfação das exigências que advém do Isso.

Recordemos agora que a função de julgamento (teste de realidade) é uma atribuição do Eu e que esse mecanismo depende da possibilidade de reencontrar um determinado traço de memória na percepção presente. Uma vez que a qualidade psíquica vinculada à percepção (Pcp) é o Cs, devemos ter ali uma espécie de ocorrência simultânea dessas percepções (mnêmica e presente), mas as especulações podem ser postas de lado em razão da evidência da afirmação de Freud:

Finalmente chegamos ao ponto em que o papel das representações de palavras se esclarece por completo. É por seu intermédio que os processos internos do pensar se tornam percepções. Tudo se passa como se a seguinte afirmação se comprovasse: todo o conhecimento provém de percepções externas. **Quando uma camada adicional de sobreinvestimento de carga é superposta ao pensar, os pensamentos serão, então, realmente percebidos como se fossem provenientes de fora e tomados, por essa razão, como reais.** (FREUD, 2007, p.36, grifamos).

As representações-de-palavra podem se tornar conscientes com facilidade e, então, reencontrar as representações da extremidade perceptiva, podendo ser, assim, assinaladas como reais. Ora, uma vez que a ocorrência de um determinado pensamento com seu (re)encontro no mundo externo, concede-lhe um sinal de realidade, este permanece no Pcs como *possibilidade* de reencontro na forma de representação de palavra. Isto lhe confere o poder de reconhecer o pensamento como real sem a necessária atualização do dado na percepção. A linguagem, função privilegiada dos sistemas Pcs/Cs, confere ao Eu uma coerência (processo secundário, energia tônica) sempre em metamorfose, visto que, diante das exigências internas e externas, é necessária rearticulação contínua para a sua preservação.

O investimento de carga nos órgãos dos sentidos é o que fornece imagem à representação. A libido atua, portanto, como núcleo da formação do Eu e da realidade. Em *Tipos de Desencadeamento da Neurose* (FREUD, 1975f), Freud enfatizara as causas precipitantes das afecções, dentre elas a paranóia. A primeira delas seria uma *frustração* advinda do mundo externo que põe em jogo os fatores disposicionais até então inoperantes, ou seja, desencadeia um processo regressivo na libido. A segunda causa corresponde a um esforço interno singularmente intenso para conseguir satisfação, em decorrência de modificações internas. Os resultados são semelhantes ao do primeiro caso, a ativação da libido fixada em um ponto disposicional. O terceiro grupo de causas refere-se a uma inibição no desenvolvimento, cuja diferença do segundo tipo é apenas prática. De fato, localiza-se em uma mudança entre o momento da vida em que se vive em um ambiente infantil para aquele da tomada de responsabilidades. No derradeiro tipo de causas, aparentemente não houve mudança externa alguma, simplesmente a “*quantidade* de libido em sua economia mental experimentou um aumento que *em si é suficiente* para perturbar o equilíbrio da saúde e estabelecer as condições necessárias para uma neurose”. (FREUD, 1975f, p.296). Em todos os casos, o fator primário é um impedimento da satisfação

que aumenta a atividade da via regressiva. Freud destaca: “o fator quantitativo não deve ser negligenciado em qualquer consideração das causas precipitantes da doença”. (FREUD, 1975f, p.297).

Com tudo isso, podemos afirmar que uma situação externa deve sua atuação como causa patológica a um certo montante de libido, movimentado por sua ocorrência. Todo estímulo perceptual se vincula a uma quota de libido e, *somente assim*, adquire o caráter de percepção. Isso implica a idéia de pulsão que está na fronteira do psíquico com o somático e, dessa maneira se justifica que a estimulação sensorial, por princípio, seja investida de carga, de “crença”. (FREUD; JUNG; MCGUIRE, 1976).⁸⁴

O contínuo estímulo dos sentidos recupera, por associação, aquele conjunto de representações, em sua maioria Pcs, que correspondem ao chamado princípio de realidade. Ele está de acordo com as metas do Eu e resulta, assim, em uma ação ordenada. Se não há, entretanto, por alguma razão, condições para essa ocorrência e se o Eu se encontra em situação de lidar com um conteúdo incompatível com sua *coerência*, algo diverso deverá ocorrer. Diante de uma experiência desse tipo, essa percepção encontrará associação com um conteúdo Ics, possivelmente um produto do recalque. Há, portanto, um acréscimo de carga nas representações que estão sob comando do Isso, um aumento de intensidade da atividade de fantasia, apartada do *princípio de realidade*. O Eu encontrar-se-á, assim, ameaçado. Isto já fora indicado na carta F22 (Cf. FREUD; JUNG; MCGUIRE, 1976, p.38): o aumento de *intensidade* da atividade das fantasias favorece a eclosão da patologia.

Ora, ao mesmo tempo em que o Eu se esforça por subjugar o Isso, este, não diferenciado, continua a pressionar o aparelho no sentido da satisfação. O recalque incide como uma pressão constante contra a manifestação de *uma parte* da atividade do Isso⁸⁵ e, na zona de fronteira, cria-se uma espécie de barreira do recalque, que é uma das formas do Eu se relacionar com o Isso. A outra forma de relação acontece por via do Supereu, como discutiremos nos tópicos seguintes. O mais importante, porém, desse contato é que: 1. há a possibilidade de que partes do Eu se tornem indiferentes novamente e impliquem um acréscimo de carga no Isso e, 2. o Isso é experimentado pelo Eu como um segundo mundo externo, o que Freud afirmou da seguinte maneira:

o Eu se enriquece com todas as experiências vividas do mundo externo, mas com relação ao Isso, que para ele se apresenta *como se fosse um outro mundo externo*, ele, em vez de se abrir a experiências, busca subjugar-lo. Ele não só drena a libido do Isso como também *transmuta em formações-de-Eu aqueles investimentos de carga que o Isso havia depositado nos objetos*. (2007, p.63).

Este corresponde à *nova realidade* construída pelos sintomas da psicose.

Em *Neurose e psicose* (FREUD, 2007, pp.93-102), a psicose é definida como “resultado de uma perturbação nas relações que o Eu mantém com o mundo externo”. (P.95). Freud aprofunda essa aproximação inicial com uma análise da “amênia da Meynert”, forma patológica que apresenta

84 No limiar mais profundo deve existir algum tipo de conexão entre psique e soma, mas não iremos discutir essa temática, muito extensiva, aqui. Cf. ASSOUN, 1997, sobretudo o primeiro capítulo do volume 1.

85 Lembramos que, na segunda tópica, inconsciente **não coincide** com recalcado. É necessário enfatizar, pois, de outra forma, nos vitimará o pré-conceito e não poderemos haurir da obra de Freud seu desenvolvimento às últimas conseqüências.

enorme confusão alucinatória. Freud reconhece que o vínculo com o mundo externo depende tanto dos estímulos advindos de fora como do nosso “mundo interno”, o conjunto de lembranças que guardamos do passado, especificamente referentes ao Pcs. Na psicose o Eu “cria onipotentemente um novo mundo externo e interno” (p.97), uma nova realidade⁸⁶. Esse novo mundo é erguido de acordo com o modelo de funcionamento do Isso, e a razão para que tal ocorra é uma *falha do desejo*⁸⁷ (*Wunschversagung*). Esta consiste em uma desvinculação do Eu em relação ao mundo externo. Na ocasião, Freud se perguntou sobre quais ocorrências infantis seriam condição para um rompimento tão severo com a realidade. Abriu, assim, novos rumos para a pesquisa psicanalítica.

Para solucionar seu problema, Freud remeteu ao desenvolvimento do Eu e do Supereu e à concepção de um mecanismo análogo ao recalque que estabelecesse *falha do desejo*. Por quê? Ora, o retorno do recalque implica vinculação com o objeto e busca de substituto no mundo externo. Esse vínculo é defeituoso na psicose. A falha implica o abandono parcial⁸⁸ da meta do desejo e resulta na retomada de uma realização alucinatória. Aqui, a libido é toda investida na percepção que advém do Isso pelo processo de fantasia. Nessas circunstâncias, Freud apresentou uma chave para o entendimento do delírio: “as análises com pacientes nos mostram que, em sua gênese, o delírio se apresenta como um remendo no lugar onde originalmente havia surgido uma fenda no relacionamento do Eu com o mundo externo”. (FREUD, 2007, p.97). Assim, a atividade do delírio passaria a sintoma psicótico por excelência.

Não tardou a surgir revisão das definições assim formuladas, visto que há muito Freud se deparara com evidências clínicas de um conflito com a realidade em todas as formas patológicas (Cf. FREUD, 2004, p.65). De feito, suas afirmações foram revistas em *A perda da realidade na neurose e na psicose* (2007, pp.125-134), texto do mesmo ano. Freud garantiu, então, que, na neurose, uma situação atual se liga com a representação recalçada originalmente; está, portanto, afastada da consciência pelo recalque secundário. Isso implica um acréscimo de investimento na fantasia que força seu caminho para a satisfação e produz um sintoma. Nas psicoses, pelo contrário, o afastamento da realidade já

86 Essa afirmação somente faz sentido se lembrarmos que o Eu, em sua porção mais inferior, se identifica com o Isso.

87 O Termo *Wunschversagung* foi traduzido na Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud (1975h) como “frustração do desejo”. Na nova edição (FREUD, 2007, p.97), surge como “duros impedimentos que a realidade impõe à satisfação do desejo”, tradução que parece ainda menos adequada. Na nota 13 desse texto, o tradutor comenta: “termo composto por *Wunsch* (desejo) e *Versagung*. Quanto a *Versagung*: ‘impedimento’; Alt.: ‘frustração’”. (p.101). A opção por “*impedimento à satisfação do desejo*” parece-nos inexplicável. Melhor seria *impedimento do desejo*, pois não há justificativa para a inclusão do termo *satisfação* [*Befriedigung* (Cf. FREUD, 2004, p.163)], que parece ter sido feita arbitrariamente. Quanto a essa tradução, concordamos integralmente com Barrocas (2007, p.183), pois a melhor expressão vernácula é mesmo “falha” ou “pane” do desejo. As conseqüências de um pormenor aparentemente tão insignificante são severas. Basta observar que, no caso de um impedimento de satisfação, a relação da pulsão com um objeto é preservada, mas existem fatores intervenientes impeditivos por parte da realidade externa, o que remete a uma ação do Eu para se posicionar. No caso de uma falha do desejo, essa relação deve estar necessariamente prejudicada, implicando uma discussão sobre um outro mecanismo que não o recalque, a falha no laço (*bindung*) de determinada(s) pulsão(ões) parcial(is) e, enfim, da desusão pulsional. Nem mesmo a crítica de que Freud também refere à neurose uma *Versagung* é razão para voltar atrás na precisão do conceito, pois, freudianamente, é plenamente aceitável conceber, em outro grau, um certo tipo de falha na neurose. Para isso, remetemos o leitor aos textos de Freud sobre o *Fetichismo* (2007), a *Cisão do Eu no processo de defesa* (Ibidem) e ao *Esboço de Psicanálise* (1975e) e às seções seguintes deste trabalho.

88 Pode parecer muito inadequado dizer “em parte” com supedâneo em uma leitura estruturalista da obra de Freud. Não é essa a nossa abordagem; tentamos fazer a leitura de acordo com seus próprios termos.

sucede no primeiro momento da defesa no qual “a neurose não renega a realidade, ela somente não quer tomar conhecimento dela; a psicose renega-a e procura substituí-la”⁸⁹. (FREUD, 2007, p.129). Na psicose uma ameaça advinda da realidade externa resulta em um posicionamento ao lado do Isso. Uma vez que não é possível satisfazer a demanda pulsional na configuração da realidade, esta deve ser abandonada. Com efeito, o desejo fica prejudicado pela abolição da realidade que lhe forneceria objeto. Na psicose, segue-se uma reconstrução da parte da realidade a que foi negado investimento.

O delírio, como delimitado em *Neurose e Psicose* faz parte dessa tentativa de reconstrução da realidade. Esse trabalho reconstitutivo utiliza-se dos traços de memória e das representações que foram formados na relação com o mundo externo e removidos da realidade. Os estímulos externos dos quais o Eu se afastou são substituídos na extremidade perceptual por uma situação alucinada, do mesmo modo que ocorre nos sonhos. A percepção isoladamente, porém, não estabelece realidade (sequer retém os traços de percepção). É preciso, primeiro, que se armazenem os restos de percepção como memória e que esses resíduos se articulem num sistema coerente. Normalmente temos o *princípio de realidade*, resultado de uma modificação do princípio de prazer no acordo com a realidade externa. Uma vez que o acordo entre o princípio de prazer e a realidade externa foi parcialmente desfeito, as percepções alucinatórias vêm se agregar à realidade esburacada. O delírio funciona como um esforço para estabelecer algum tipo de unidade a partir do encontro dessas “forças que estão em intensa oposição mútua”. (FREUD, 2007, p.129).

Na psicose, o Eu se encarrega de desinvestir o córtex do aparelho psíquico e, tal como no sono, isso implica que as cargas não dirigidas para ali intensifiquem a atividade de fantasia com tal carga que se produzem alucinações. A diferença é que no estado de sono a tendência de se afastar da realidade presente no aparelho psíquico se faz de forma sistemática, e o despertar põe fim a essa “psicose momentânea”. No processo psicótico propriamente dito, o desinvestimento de parte da realidade ocorre durante a vigília e, quando a atividade de fantasia chega à extremidade perceptual, não há nada lá (visto que os estímulos do mundo externo não recebem uma quota libidinal significativa) e aí ela funciona de maneira autocrática. Em todo indivíduo a fantasia representa uma tentativa de reconstruir a realidade. Quando, porém, o desejo não falho busca a realidade *testada* e, diante dela, resta uma fantasia como devaneio. A fantasia do neurótico atua como “castelos nas nuvens”, mas, inelutavelmente,

[...] sustenta-se sobre uma parte da realidade – naturalmente uma parte diferente daquela contra a qual a neurose precisa se defender. Essa parte da realidade é, então, dotada de uma importância toda especial e de um sentido secreto que, nem sempre apropriadamente, chamamos de *simbólico*. (FREUD, 2007, p.130).

Na psicose, por sua vez, *o desejo funciona mal, falha*, e, por isso, esse desejo simplesmente se dirige para a fantasia, que atua, então, como alucinação. Em vez de devaneio, temos delírio. Podemos

89 A realidade de que se trata é aquela da castração. Isto será discutido adiante neste capítulo.

até falar em “castelos nas nuvens”, mas é necessário considerar que as nuvens não são tão distantes para o psíquico; fazem parte de seu mundo *real*.

A importância de investigar o mecanismo que funciona como disposição a esse tipo de reação levou Freud a intensificar sua atenção aos primórdios da vida libidinal e à consolidação do aparelho psíquico. Buscou um mecanismo análogo ao recalque que atuasse na psicose e, também, melhor constituir seu modelo explicativo das ocorrências da primeira infância, período que enseja fantasias que estabelecem o modo de relação do sujeito com o seu objeto, ou, em outras palavras, sua “forma de desejar”. As pesquisas de Freud levaram-no, em seu texto *Fetichismo*, a lamentar haver se aventurado tão longe nas especulações ao delimitar neurose e psicose pela perda com a realidade, afirmando: “me equivoquei em minha caracterização da neurose e da psicose”. (FREUD, 2007, p.164).

O caminho para que verifiquemos essas modificações remete à discussão do problema da identificação e da relação com o objeto com esteio na resolução do complexo de Édipo e do complexo de castração. Assim estaremos, de um só golpe, reavendo o modelo dos eventos constituintes da infância e o problema da homossexualidade (e bissexualidade) que foi deixado como trilha pelo caso Schreber. Em seguida, discutiremos como Freud tentou resolver a necessidade de um mecanismo análogo ao recalque, também já presente, de uma certa forma, desde há muito em sua obra.

4.3.2 A Relação-com-o-Objeto/Identidade

Do mecanismo da paranóia e do delírio apresentado no caso Schreber, Freud enumerou uma série de fatores interligados que representavam, então, uma base mais primária para os delírios. A regressão para uma fase tão primitiva da história sexual quanto o narcisismo, o investimento no objeto referente ao mundo externo e a identidade do sujeito a partir de uma bissexualidade original, foram problemas legados à teoria que tencionamos avaliar, aqui, em suas conseqüências.

Por ocasião de suas descobertas a respeito do narcisismo, Freud foi capaz de organizar um novo sentido para os grupos patológicos. De um lado, teríamos as neuroses de transferências, marcadas pelo forte interesse no objeto e que, portanto, apresentava em seu funcionamento a possibilidade do investimento do próprio analista como objeto de amor por vinculação com o recalado. Por outro lado, havia as neuroses narcísicas, caracterizadas por um afastamento da realidade e uma reativação ou intensificação da libido auto-erótica. Devemos verificar como foi desenvolvido teoricamente o amadurecimento sexual correlato dessa perda de realidade, sobretudo após a proposição da segunda tópica.

Os modelos apresentados por Freud, de certa forma, sempre encontravam referência à sua teoria da sexualidade infantil. O desenvolvimento da teoria do complexo de Édipo e de castra-

ção foram os pontos fundamentais desenvolvidos nos anos que se seguiram, bem como o Supereu, herdeiro do complexo de Édipo. Nessa linha, Freud aprofundou também os problemas referentes ao homossexualismo (*sic.*), bissexualidade, narcisismo e desejo.

Para a consecução de nossos objetivos, lembremos, inicialmente, o que Freud escreveu no *Esboço de Psicanálise*:

O longo período da infância, durante o qual o ser humano em crescimento vive na dependência dos pais, deixa atrás de si, como um precipitado, a formação, no Eu, de um agente especial no qual se prolonga a influência parental. Ele recebeu o nome de *Supereu*. Na medida em que este supereu se diferencia do Eu ou se lhe opõe, constitui uma terceira força que o Eu tem de levar em conta. (1975E, p.171).

O complexo de Édipo e a forma de relacionamento com os pais se prolonga na vida do indivíduo como uma porção do aparelho psíquico que impõe exigências morais ao Eu, funcionando como uma consciência moral [*Gewissen*]. Essa porção do aparelho do psíquico diferenciada é o Ideal de Eu ou Supereu, que possui autonomia em relação ao Eu e que, como ele, está vinculado tanto à realidade como ao Isso, apesar de essa última vinculação ser mais estreita em razão do caráter mais inconsciente do Supereu. Ao longo da vida, implica exigências que o Eu, quando age de forma devida (FREUD, 1975e), deve atender conjuntamente com aquelas provenientes da realidade externa e do Isso.

A formação dessa parte do aparelho decorre da identificação com as figuras parentais. O estágio inicial do aparelho psíquico, no qual o Isso equivale a toda a extensão do aparelho psíquico e agrega toda a energia psíquica em si, é uma condição auto-erótica. Neste período, identificação e investimento objetal encontram-se indiferenciados. Desde a fase oral essa diferença começa a se estabelecer, e o Eu passa a reconhecer os investimentos objetais que pode tolerar ou abandonar. Diante disso, o Eu, agora mais consolidado, pode recorrer a uma ação motora de fuga ou mesmo ao recalque (FREUD, 1975n), nos estádios iniciais, porém, a única saída quando um investimento no objeto se configura como ameaçador “é retirar a catexia de percepção do objeto perigoso”. (FREUD, 1975i, p. 114). Esse expediente é acompanhado (ou sucedido) por uma identificação do objeto com o Eu. Não obstante essa ocorrência, o Eu não pode deixar completamente para trás a experiência de tais investimentos. Pelo contrário, “o Eu contém a história dessas escolhas objetais” (FREUD, 2007, p.41), que servem para a formação do Supereu.

Com o abandono das metas sexuais pela identificação, ocorre uma sublimação que toma o Eu como objeto. Tão grande é a importância dessa constatação que Freud avança a possibilidade de que esse movimento seja condição para qualquer outra forma de sublimação. Isso nos reporta à idéia pregressa de que a retirada da libido do objeto aumenta a intensidade da atividade da fantasia que tenta se impor, como resultado do acréscimo de investimento, “corrigindo” a realidade.

Com origem nessa *introjeção* (*sic.*) libidinal, é possível, porém, que ocorra algo que não é uma sublimação. Freud levanta a hipótese de que possa acontecer “uma des fusão pulsional das diferentes pulsões até então fusionadas”. (2007, p.41). Com esta hipótese, Freud lança as bases de uma

importante evolução de sua teoria, da qual a afirmação de que partes do Eu podem se indiferenciar, e voltar a integrar o Isso, é predecessora. Já apresentara a teoria de duas principais classes de pulsões em *Além do Princípio de Prazer* e, aqui, tornou explícita a cooperação entre elas, desde os organismos mais simples, nos quais as encontramos em um estado fusionado. Também no organismo humano, as pulsões parciais apresentam essa característica. Trata-se de suas teorias do dualismo e da fusão pulsional.

No desenvolvimento libidinal, o estágio mais elevado, o genital, implica um estado de cooperação das diversas pulsões parciais em uma meta comum. O Eu é o responsável pela atividade de laçar e unir (*Bindung*) as pulsões e, na medida em que o aparelho avança de estágio a estágio, submetendo porções cada vez maiores de pulsões ao processo secundário, elas atingem um estágio cada vez mais fusionado.

Desde o início, as pulsões de vida e de destruição já se encontram fusionadas, sempre atuantes, formando um princípio dual⁹⁰. Ainda submetidas a uma condição primária, entretanto, a vida pulsional é fragmentária não há fixação de metas em acordo com o princípio de realidade. É pela ação do princípio de realidade e pela diferenciação tópica de um Eu-coerente, que se configura uma organização mais ou menos estável para um grande número de pulsões parciais. Segundo esse processo, não apenas mais pulsões vão sendo enlaçadas, mas também uma fusão cada vez maior entre as pulsões de vida e de morte. O resultado é uma ação integrada, que possa satisfazer, ao menos parcialmente – normalmente de forma sublimada – um grande número de pulsões. Essa integração somente é possível devido à característica das pulsões de transmitir sua carga uma à outra.

De maneira mais sucinta, as pulsões são atadas na relação de desejo, que discutimos anteriormente. A afirmação de Freud a respeito da defusão de pulsões implica que esse estado já adquirido possa ser desfeito, ao menos parcialmente. Conseqüentemente, deve ocorrer perda do controle garantido pelo processo secundário e o modo primário de satisfação volta a predominar. Com isso, a configuração do desejo necessariamente sofre alterações, o que é de grande importância para a compreensão dos processos patológicos.

Os conceitos de progressão e regressão da libido são subsumidos nessa nova teoria. Devem ser entendidos, desde este ponto, como uma passagem de um estado de maior para um de menor fusão (regressão) e vice-versa (progressão). Na formação do Ideal de Eu, por exemplo, como decorrência da retirada de investimento sexual dos pais, ocorre uma defusão entre as pulsões de vida que são investidas no Eu e as pulsões de morte se separam e passam a fazer parte do Supereu. Estas passam a não ser mais dirigidas ao mundo externo, pois para isso é necessária a fusão com Eros, mas ao próprio Eu, enquanto a pulsão de vida segue outro caminho. O que não podemos esquecer é que esse processo deve ser compreendido em níveis de enlaçamento de pulsões, pois não implica uma defusão completa entre os dois grupos pulsionais, exceto, talvez, em alguns casos mais severos de psicose.

90 Cf. para o desenvolvimento dessa idéia, o texto *Além do princípio de prazer* (FREUD, 2005) e cap. 6, *infra*.

Também devemos recordar do estado de sono, no qual ocorre uma regressão intensa. Com o que apresentou no *Esboço* (FREUD, 1975e), não é difícil explicar o processo da seguinte forma: com o desinvestimento da percepção, a libido regride, ou seja, ocorre uma certa desfusão pulsional com um retorno da libido a uma condição narcísica, que, ao mesmo tempo em que realiza o desejo na alucinação, também pode insurgir como ameaça à integridade do Eu. Esse processo é ainda mais decisivo na psicose, em que uma desfusão, experimentada pelo neurótico apenas nos sonhos, se estabelece em vigília.

Podemos agora retornar à discussão sobre as identificações conseqüentes à retirada do investimento do objetos, notadamente das figuras parentais. Freud garante que, quando as identificações do Eu são demasiado fortes, ele pode se fragmentar em decorrência das resistências que as pulsões dessexualizadas erigem umas contra as outras. Esse mecanismo pode dar origem desde a uma patologia de múltiplas personalidades ou a conflitos não patológicos no interior do Eu.

Por trás do Supereu encontra-se a identificação do filho com os pais, para cuja compreensão deve ser levada em conta a triangulação da relação edipiana e a bissexualidade constitucional do indivíduo, pois, para a formação do Ideal de Eu, existe relação entre filho, pai e mãe. Freud aborda o desenvolvimento do menino e da menina em separado com suas peculiaridades individuais, mas aqui nos interessa o esquema em sua maior abstração.

Neste ponto, o compromisso epistemológico nos obriga a abrir um parêntese e questionar a legitimidade de tomar, sob um ponto de vista tão abstraído, as relações edípicas. Freud não o fez ou, ao menos, não o realizou completamente. É o que Barrocas atesta: “a referência aos processos interiores, por si só, já é cientificamente suficiente. Quando estes não são considerados, não se ultrapassa a dualidade estatística: normal-patológico”. (2007, p.200). Freud organizou modelos de leis psicológicas em um patamar significativamente abstraído, galiléico, no dizer de Barrocas, que acrescentou: “é através da teoria da bissexualidade e do complexo de Édipo *existentes em todo mundo* que se pode conceber a aludida unificação dos campos. Somente assim, se pode chegar à validade geral e incondicional das leis que concernem à ciência e não a interesses subjetivos particulares”. (BARROCAS, 2007, p.199). As bases de tal compreensão, Freud lançou; desenvolveu-as, até. Nunca, todavia, abandonou o dualismo epistemologicamente mais primitivo entre normalidade e patologia a respeito das escolhas sexuais.

Do ponto de vista do Édipo e da bissexualidade, Freud alcançara uma reversibilidade reclamada por sua teoria há tanto tempo. Permaneceu, porém, a necessidade de preservar o homossexualismo(*sic.*) como “anormal”, como desvio, por petição de princípio. Nesse aspecto, vem em nosso auxílio a noção de *perfil epistemológico*, de Gaston Bachelard (1974), da qual já tratamos superficialmente no capítulo anterior. Distinguem-se dois níveis do perfil do complexo de Édipo muito claros, um dos quais qualifica desde o princípio o desejo homossexual como desvio; no estágio seguinte, ambos os pólos são considerados necessários, referências da formação das relações de desejo e identidade. Neste

caso, sua diferenciação é psicogenética. Uma das implicações da compreensão nesse nível é a não existência de uma posição definida patológica como pressuposto, semelhança (homo) e diferença (hetero) são posições opostas que se definem por contraste e são necessárias e, portanto, normais.

Ancorar-nos-emos, sobretudo, na última forma, que consideramos mais abstrata. Não deixaremos, contudo, de notificar a ocorrência da concepção mais primitiva, por uma decisão metodológica. Nosso objetivo não é criticar nem melhorar Freud com este texto, mas explicitá-lo. Fazem parte da trajetória do autor tanto os seus avanços quanto seu conservadorismo.

A condição inicial da qual o complexo de Édipo se desenvolve é marcada por uma indiferenciação plena entre interno e externo, identificação e investimento no objeto e entre masculino e feminino. As partes que daí se diferenciam, tal como no princípio, nunca deixarão de atuar psicologicamente. Assim, a sexualidade do indivíduo é inelutavelmente masculina e feminina, e, em relação a cada um desses pólos, apresenta uma atitude ambivalente de identificação e rivalidade por um lado (ser) e desejo pelo outro (ter). No decorrer de seu desenvolvimento libidinal, a criança posiciona-se em relação ao par parental, retirando mais de um que de outro o investimento objetal. Dessa forma, “se as coisas são como devem ser”, um dos dois lados predomina como objeto de desejo e o outro como pólo de identidade e rivalidade com o Eu. Isso porque a relação parental remete a criança a uma relação ambivalente, pois há um investimento de objeto na mãe; a criança quer *tê-la* para si. Como interferência, no entanto, encontra a figura do pai que não somente quer *tê-la* também, como, de fato, é capaz de fazer isso, pois a mãe se satisfaz no pai e vice-versa. Assim, o pai é um rival para o garoto que deseja a mãe e ao mesmo tempo ele é aquilo com o que a criança se identifica e quer ser. Dita desta forma, a relação parece muito simples, mas, ao abordarmos pela perspectiva da bissexualidade original, reconhecemos que a identificação pode ser ou materna ou paterna. Fala-se, pois, de um complexo normal (identificação com o mesmo sexo) ou invertido (identificação com o sexo oposto). Em termos de consolidação de uma atitude de personalidade, porém, ambos podem ser dotados de estabilidade análoga. Com isso, queremos dizer que a fantasia de desejo homossexual já não pode ser causa suficiente ou, mesmo, que tenha relação direta com a paranóia (ou com qualquer psicose).

Se, por um lado, fomos levado a uma conclusão dessa natureza, por outro, no próprio volume *O Eu e o Isso*, Freud confirma o conflito com o desejo homossexual fazendo parte da dinâmica da paranóia persecutória. De acordo com o grau mais desenvolvido do perfil dessa noção em Freud, não asseveramos que o desejo homossexual não esteja presente na dinâmica psíquica paranóica. Está presente não apenas no paranóico como também em todo ser psíquico, visto que a bissexualidade é original como *constitucional*.⁹¹ Por isso mesmo, a existência de um desejo (ou fantasia de desejo) homossexual não é privilégio de uma ou de outra patologia: faz parte da própria ambivalência da relação com ambas as figuras parentais. É para o desenrolar e, sobretudo, a conclusão do complexo de

⁹¹ Com esse termo, subentende-se que está na base do psiquismo, não sendo prerrogativa de qualquer modo de organização psíquica em particular. Constitucional: inerente à organização física ou psíquica do indivíduo. Do francês *Constitutionnel*, *elle*: que constitui, forma a essência de qualquer coisa. Ref. ao latim *constitutio, onis*: Estado, condição, compleição.

Édipo que se dirige a atenção do nosso interesse pelo mecanismo da paranóia. Este interesse, por essas novas formulações de Freud, incidem sobretudo nas conseqüências de sua afirmação de que

Enquanto o Eu é, em essência, o representante do mundo externo e da realidade, o Supereu contrapõe-se a ele como o advogado do mundo interno e do Id. Os conflitos entre Eu e Ideal refletem, em última instância, *a oposição entre o real e o psíquico*, entre o mundo externo e o mundo interno. (FREUD, 2007, p.46).

O Supereu funciona como um modelo sempre em atualização, no decorrer da vida, para as atitudes do Eu, até mesmo para o recalque, visto que indica o que pode ou não ser aceito para que o Eu alcance o que almeja ser. A relação com o Supereu é importantíssima porque, em geral, garante um modelo de enfrentamento das exigências advindas do Isso para a vida do indivíduo.

Como fica, pois, o problema do homossexualismo, tão importante para a teoria freudiana da paranóia? Deve-se atentar menos para a qualidade homossexual do desejo e mais para qual pólo entre identidade-objeto para o qual a libido se dirige. Quando a fantasia de desejo corresponde ao pólo com o qual predomina a identificação, ela é estranha ao Eu, pois resulta de uma inversão entre o *ser* e o *ter* definidos pela personalidade coerente. Do ponto de vista mais relativizado da teoria da bissexualidade a que nos referimos, é indiferente que predomine a identificação com o pólo semelhante (homo) ou com o diferente (hetero). O que interessa é que essas relações – identidade/relação-com-o-objeto – sejam bem delimitadas.

Ao sopesarmos a compreensão mais primitiva da bissexualidade, constatamos que Freud não chegou a abolir definitivamente o problema homossexual como central. Da perspectiva mais abstrata, podemos afirmar, sem dúvida, que o conflito manifesto na psicose de Schreber, de repúdio à libido homossexual, é um *conflito de identidade* e, ao mesmo tempo, de relação com o objeto. O perigo, reafirmamos, é de que o Eu se fragmente por uma desfusão das pulsões, que venha a adicionar carga a uma atitude que conflita com aquela que se consolidou no Eu-coerente. Isso implicaria perda da função de realidade parcial do aparelho psíquico e, visto que “o Eu é, na realidade, a parte organizada do Isso”. (FREUD, 1975i, p.119), uma desorganização, fragmentação, do Eu. É apenas quando o “Eu do doente já se encontra tão desintegrado que o teste de realidade não mais evita a alucinação”. Eclode a psicose.

Com esta teoria, o desejo homossexual não mais pode ser considerado fator causativo em si mesmo, mas com uma componente psíquica cuja atuação deve (ou deveria) ter sua atuação organizada com o desfecho do complexo de Édipo. A grande ameaça de que sofre o indivíduo é pressagiada por uma relação frágil com o objeto, no sentido esclarecido por Simanke: “O Eu é formado à imagem e semelhança do objeto que, aliás, neste ato e por este mesmo ato, se constitui enquanto totalidade, ultrapassando o caos originário das pulsões parciais”. (1994, p.187). A relação que permanece instável, ambígua, não estabelece um modelo firme para o Eu. O compromisso com o Ideal, em vista sua fragilidade, pode ser seriamente abalado pela atividade da fantasia. Encontraremos uma resposta, ainda

que um tanto incompleta, sobre como podemos considerar esse desfecho uma *falha do desejo*, na discussão da resolução do complexo de Édipo por via da castração. É aí que, de certa forma, encontraremos o mecanismo análogo ao recalque reclamado por Freud já há muito.

4.3.3 Mecanismo(s) Psíquico(s) da Paranóia

A dissolução do complexo de Édipo resulta em uma regressão (que formará o núcleo do Supereu) e é seguida pelo período de latência. A forma pela qual ocorre essa dissolução é resultado da ameaça de castração tão logo sua atenção se dirige para sua genitália durante a fase fálica. É necessário, porém, aceitar a possibilidade da castração e isso é o que regularmente ocorre, pois se, por desejar a mãe seu pênis é ameaçado de ser extirpado, surge “um conflito entre seu interesse narcísico nessa parte do corpo e a catexia libidinal de seus objetos parentais. Nesse conflito, triunfa **normalmente** a primeira dessas forças: o Eu da criança volta as costas para o complexo de Édipo”. (FREUD, 1975h, p.221). Dessa maneira, o Eu dá um passo firme no seu compromisso com a realidade, recalçando o desejo incestuoso que deixa como herança um Supereu que, até o fim da vida, lhe fará exigências severas de não retornar a investir no objeto abandonado.

Em *A organização genital infantil*, Freud chama a atenção para o fato de que não se pode falar legitimamente de um complexo de castração antes da fase genital. Na fase oral, o desmame é uma perda, bem como a entrega sistemática das fezes na fase anal. No estágio genital infantil, delimita-se o valor do pênis e de uma masculinidade, mas a feminilidade somente ocorre quando é reconhecida a perda do pênis pela mulher, o que se define na entrada da fase genital-fálica mais madura. Essas afirmações concordam de uma maneira geral com as hipóteses anteriores do aparelho psíquico, pois na fase genital-fálica, o indivíduo já conta com um Eu satisfatoriamente organizado, que já submeteu grande quantidade de pulsões parciais na função sexual madura. A possibilidade (ou reconhecimento) da castração pode pôr a perder toda a sua relação coerente com a realidade (com o mundo). É justamente por ter tal valor que a ameaça é maior, e o Eu, já maduro, pode-se utilizar de recursos como o recalque para evitar essa temível ameaça. No menino, de acordo com o Édipo não invertido, “a masculinidade combina os fatores de sujeito, atividade e posse do pênis; a feminilidade encampa os de objeto e passividade”. (FREUD, 1975h, p.184). Na menina, o processo é diferente. Não apenas existe uma inveja do pênis masculino no estágio fálico, como, também, “o complexo de Édipo se faz possível devido ao complexo de castração” (1975h, p.318) e, portanto, não é necessário que o complexo seja dissolvido de forma tão absoluta nelas. Não adentraremos em profundidade as conseqüências das distinções anatômicas entre os sexos, apenas insistiremos no ponto em comum, a *aceitação da castração*, seja como ameaça ou como fato consumado.

Em sua conferência sobre *Os Caminhos de formação dos sintomas*, Freud se perguntara o porquê da ocorrência universal do Édipo. Na época em que o complexo de castração se destaca como fator importante na formação das relações do aparelho psíquico, já organizou uma resposta, um desdobramento de eventos já referidos em *Totem e Tabu*⁹². A razão é a herança filogenética, incorporada como disposição psíquica ao Isso. Por essa razão, a experiência dos complexos poderá ser repetida no plano individual, ou revivida como reminiscência coletiva na forma de fantasia, em ambos os casos, dotada de enorme poder de ação psíquica.

Freud não nega que o afastamento entre o Eu e o Édipo coincide com o que conhece como recalque (FREUD, 1975h). Em condições ideais, porém, poder-se-ia considerar que o complexo de Édipo não é apenas recalcado, mas completamente destruído e abolido. Restaria, nesse caso, apenas o Supereu, que tomará parte nos recalques do futuro. Isso seria a condição de normalidade plena, ideal. Se o Eu, porém, “não conseguiu muito mais que um *recalque* do complexo, este persiste em estado inconsciente no Isso e manifestará, mais tarde, seu efeito patológico”. (FREUD, 1975h, p.222).

O recalque resta aqui como modelo da investigação dos processos inconscientes. O problema que deparamos é aquele de que Freud já se queixara desde o caso Schreber. Para a compreensão da paranóia (das psicoses como um todo, mais tarde), deve haver algum mecanismo análogo ao recalque. Isto, até certo ponto, ficará sem ser resolvida no trabalho de Freud, o que não quer dizer que ele não tenha organizado hipóteses e mesmo uma teoria (incompleta) sobre essa questão.

O processo que Freud indica se articula com o aceite da castração e remonta à sua avaliação do processo onírico, ao ressaltar, já em *Formulações sobre os Dois Princípios do Acontecer Psíquico*, que o estado de sono corresponde, em si mesmo, a uma negação (*Verleugnung*), ou abjuração, da realidade. Nos artigos de metapsicologia, Freud já relacionava esse mecanismo com a psicose, afirmando que o Eu abjuraria uma parte da realidade insuportável com a retirada do investimento de carga do sistema Pcp/Cs. (FREUD, 2005, p.88). Como vimos, também distinguiu a psicose da neurose pelo fato de que a primeira renegaria a realidade, seguindo-se uma tentativa de substituí-la.

Em *A Organização Genital Infantil*, Freud assevera que a reação diante das primeiras impressões de uma falta de pênis nas mulheres é de *rejeição* (*sic.*) (*Leugnung*). Uma fantasia de que o pênis ainda está em desenvolvimento, ou que está temporariamente escondido, ou que foi substituído por algo com outra forma vem encobrir a contradição entre a percepção e o prejuízo. As crianças “rejeitam o fato e acreditam que elas *realmente*, ainda assim, vêem o pênis”. (1975i, p.182). A reação de afastamento e substituição da realidade é comum no desenvolvimento da função sexual e está no início da formação do complexo de castração. A instalação definitiva do processo de castração ocorre, porém, quando, diante da ausência do pênis, o infante “chega à conclusão emocionalmente signifi-

92 A idéia é retomada não apenas no texto que ora discutimos “*Algumas conseqüências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos*”(FREUD, 1975h), mas também em “*Moisés e o monoteísmo*”(FREUD, 1975e) e, de forma sucinta, no “*Esboço de Psicanálise*”(FREUD, 1975e).

cativa de que, afinal, o pênis pelo menos estivera lá, antes, e fora retirado depois”. (1975i, p.182). Eis a vitória da realidade: o pênis não está lá, e mais, pode vir a não estar no menino.

No texto sobre *A Negativa*, Freud reconheceu que “a atitude condenar algo nada, mais é que um substituto do recalque e o ‘não’ é sua marca, seu certificado de origem”. (2007, p.148). A representação, de outra forma recalçada, pode adquirir a qualidade de consciência desde que seja negada. Com isso, “o pensar liberta-se das restrições do recalque e se acrescenta de conteúdos dos quais não podia prescindir na sua atividade”. (1975i, p.182). Aqui não se trata necessariamente de um processo patológico, mas a alternativa ao recalque, reclamada há tanto tempo. O mecanismo desse processo remete à faculdade de emitir juízos e, assim, ao teste de realidade. Em verdade, é a formação do símbolo da negativa que torna possível a emissão de juízos, pois representa um certo grau de independência do recalque e, conseqüentemente, do princípio de prazer. Emitir juízos envolve dois movimentos psíquicos opostos, confirmação e negação, que correspondem a expressões da ação, respectivamente, pulsão de vida e de morte. Isso ocorre, em geral, de uma maneira coerente, organizada (rítmica) em decorrência da fusão das pulsões. Nas psicoses, em casos da negação sistemática, Freud propõe que se admita uma defusão pulsional com a autonomização de parte das pulsões de morte.

Tais afirmações resultaram, em *Fetichismo*, de 1927, na admissão da exclusão da realidade – ou de parte dela – no tocante à castração. No fetichismo, no lugar da aceitação da realidade da castração, o recurso de negá-lo e substituí-lo seria levado às últimas conseqüências. Um objeto-fetichismo funciona nesses casos como um substituto do pênis da mulher, permitindo que ele escape, de alguma forma de ter que reconhecer a ameaça de perder seu pênis. Freud distinguiu, com isso, o conceito de recalque para tratar da estratégia em que o afeto é posto de lado, e *abjuração* (*Verleugnung*) para se referir à negação da idéia. O termo abjuração pareceu o mais apropriado, pois não se admitiu que a universalidade do falo fosse reposta de maneira intacta. Para que se sustente essa negação da ausência do pênis, a constatação teve de ser mantida. Assim, ocorre uma renúncia solene ao que fora professado. Dessa forma, não ocorre simplesmente um abandono puro e simples da realidade sem conseqüências para o aparelho psíquico. Longe disso, o princípio de constância implica que necessariamente ocorra um reinvestimento dessa libido que se renunciou à realidade. O resultado da *abjuração* é uma vitória do narcisismo investido no pênis diante da realidade castradora. Assim, o sujeito não funda uma estratégia de compromisso com a realidade, mas de afastamento dela.

Esta é uma proposição que Freud lapidou ao longo de seu trabalho, sem nunca abandoná-la: a relação psíquica com a realidade. No caso do recalque, o Édipo se mantém latente, recalçado e, contra ele, o Eu mantém constante resistência, como exigência do Supereu. Daí as associações secundárias e a satisfação de algo recalçado de uma forma sublimada, que já não é semelhante o suficiente com o recalçado para produzir resistência significativa. Ao se abjurar, porém, o complexo de castração, o Édipo sofre também as conseqüências, pois é da relação triangular que o pai surge como ameaça, assustador em virtude da intensa idealização. Nesse caso, renuncia-se à repressão que ficaria recalçada. Não há mais o referente inconsciente que buscará caminhos para satisfação na realidade, pelo

contrário, o aumento da intensidade das fantasias compensa de alguma maneira a regressão (desfusão) representada pela abjuração, estabelecendo uma nova realidade. No caso do fetichismo, há ainda uma vinculação com o mundo externo, mas uma vinculação que depende de um objeto-fetice, que sustenta o vínculo com a realidade. Na psicose, propriamente dita, segue-se o processo indicado pelo sonho. A falta da realidade externa, ao menos parcial, é suplementada pela alucinação, sob o aspecto perceptual, e pelo delírio como modificador do Eu e, conseqüentemente, do princípio de realidade.

Essas afirmações poder-nos-iam conduzir a uma divisão agora muito precisa entre neurose e psicose, quase estrutural – recalque na neurose e abjuração na psicose e no fetichismo. Essas afirmações, contudo, não conduziram Freud a uma discriminação absoluta de processos psíquicos diferentes nos grupos patológicos. Para ele, como resultado de evidências clínicas, há um processo psíquico primário que subjaz a *todos* os tipos de organização do aparelho psíquico. Aquilo que indicou como ponto nuclear da divergência entre a neurose e a psicose não poderia se sustentar diante da constatação de que, também na neurose ocorre a abjuração de parte da realidade em paralelo ao recalque, que incide sobre uma outra parte. Essa constatação levou Freud a reafirmar a tese antiga da divisão do Eu (*Ichspaltung*) em duas correntes psíquicas. Uma delas reconhece o evento, ajustando-se à realidade, e outra que se ajusta com o desejo pela abjuração do mesmo evento. Esses dois processos coexistiriam lado a lado na história do indivíduo e sua relação seria decisiva para as ocorrências patológicas.

4.3.4 Cisão do Eu

A importância da tomada da noção de uma cisão do Eu em duas correntes psíquicas, de certa forma, coordena uma série de afirmações progressivas de Freud e nos permite condensar, até certo ponto, suas afirmações maduras sobre o funcionamento psíquico que interessa para que compreendamos o funcionamento do delírio segundo a Psicanálise freudiana em seus estertores. Não podemos deixar de realçar, porém, o fato de que o desenvolvimento dessa noção ocorreu praticamente nos seus últimos textos, alguns deles incompletos, e a própria noção ficou um tanto incerta. Não queremos especular transpondo que Freud tenha produzido em sua obra, tentando criar teoria, mas apenas articular seus argumentos, o que, se não bastasse a dificuldade relativa à sua contínua revisão conceitual, aqui encontra, ainda, a dificuldade da carência de conclusão e de certas contradições.

Quando do estabelecimento da idéia da divisão do Eu, Freud encontrou um elemento de organização e relativização de pontos de vista. Simanke, por exemplo, faz uma leitura conscienciosa e acurada das proposições freudianas acerca da psicose e poderíamos indicá-la como um aprofundamento e ampliação dessa breve visita que fizemos à obra de Freud neste trabalho. E isso, entretanto,

é o nosso exemplo, pois Simanke considera a proposição da abjuração como mecanismo análogo ao recalque que influenciava a psicose e a teoria da *Ichspaltung*, como malogro do trabalho de delimitação das psicoses e, mais ainda, da perversão. (SIMANKE, 1994). Quem fixou, porém, essas metas psicanalíticas? Certamente não foi Freud, que buscava, segundo seu método, evitar a fixação de metas *a priori* em sua pesquisa. O recurso ao expediente da *Phantasieren* como fundamental para a pesquisa é evidência mais do que suficiente de que sua obra estava aberta a (re)ajustes e inovações. Para o nosso ponto de vista, não podemos afirmar que Freud tenha falhado em atingir “um ponto virtual que seria sua meta de chegada”. Em nosso trabalho, a obra de Freud e suas descobertas são o que são. O importante é extrair delas tudo o que for do interesse da prática da clínica, por mais desagradável que às vezes possa parecer quando avaliamos a questão por um ponto de referência demasiado distante. Neste caso, a Psicanálise não é menos do que a peste.

Ainda em *Fetichismo*, Freud afirmara que as duas correntes psíquicas caminhavam lado a lado, mas que a psicose seria definida pela ausência daquela que se vincula à realidade. Com isso, em primeira abordagem, poderíamos assinalar que Freud retornara ao que logo antes reconhecera como erro: a perda da realidade como definição da psicose. Teríamos então as neuroses e o fetichismo, nos quais há duas correntes, e na psicose, apenas uma. Essa leitura, porém, não viria a ser endossada por Freud em seus textos seguintes a respeito do tema: *A Cisão do Eu no Processo de Defesa* e o *Esboço de Psicanálise*.

No primeiro dos dois textos, Freud explicou o seguinte

Imaginemos uma criança cujo Eu se encontrava a serviço de uma exigência pulsional imperiosa à qual ele habitualmente atendia. Contudo, abruptamente esse Eu é submetido a uma experiência assustadora que lhe indica que, se continuar a satisfazer a pulsão, enfrentará um perigo real quase insuportável. O Eu terá então que optar por reconhecer a existência desse perigo real, submeter-se a ele e renunciar à satisfação pulsional, ou renegar a realidade, o que lhe permitiria se convencer de que não há razão para qualquer temor, e manter-se concentrado na busca de satisfação pulsional. Haveria, nesse caso, portanto, um conflito entre a reivindicação pulsional e as objeções por parte da realidade. Na verdade, porém, a criança não segue nenhum desses caminhos, ou melhor, segue ambos ao mesmo tempo, o que equivale a não seguir caminho algum. Ela responde ao conflito com duas reações opostas, ambas válidas e ativas. (2007, p.173).

O resultado, porém, de tentar reconhecer e rejeitar o perigo, ao mesmo tempo, tem como resultado “um rompimento na tessitura do Eu, a qual não mais cicatriza, ao contrário, só aumenta à medida que o tempo passa”. (FREUD, 2007, p.174). Estamos certo ao aduzir que esse processo é proposto como universal, presente em todos os tipos patológicos. Se em *Fetichismo* Freud garantira a ocorrência da abjuração da realidade na neurose, aqui afirma a existência das duas correntes também na psicose. A diferença crucial entre os dois modelos é encontrada ao final do comentário a um caso clínico, no qual o jovem, neurótico, criara um substituto-fetichismo para a falta do pênis na mulher, ao mesmo tempo em que recalcaria parcialmente a pulsão devido ao susto do reconhecimento da ameaça de castração. É com a ocorrência de um fenômeno semelhante ao da psicose no neurótico que Freud dá mais um passo na especificação da diferença: “o menino não contestou suas percepções alucinando

a existência de um pênis onde nada havia. Na verdade, ele apenas realocou o valor do pênis para outro local – isto é, transferiu para outra parte do seu corpo o papel de pênis”. (FREUD, 2007, p.175).

Essas idéias foram mais bem sistematizadas no *Esboço de Psicanálise*, onde Freud reconheceu que “é, na verdade, característica universal das neuroses, que estejam presentes na vida mental do indivíduo, em relação a algum comportamento particular, duas atitudes diferentes, mutuamente contrárias e independentes uma da outra”. (1975e, p.234). Essa divisão, verificada inicialmente nos casos de fetichismo, nota-se de modo mais contrastante nas psicoses. Nestas, o afrouxamento das relações do Eu com o mundo externo que fundamentam as patologias mostra-se severo, ainda que apenas raramente ou talvez jamais ocorra uma abolição absoluta com a realidade externa. Até mesmo em psicoses graves, ao sair das crises, os pacientes costumam referir que “na ocasião (da crise), em algum canto de sua mente (como o dizem) havia uma pessoa normal escondida, a qual, como um espectador desligado, olhava o tumulto da doença passar por ele”. (1975e, p.231). Em um caso de paranóia pormenorizado em outro texto, reforça essa idéia. Freud constatara que o paciente sofria de delírios de ciúmes em vigília, mas seus sonhos, “contudo, estavam completamente livres destes e revelaram os impulsos homossexuais subjacentes com um grau de disfarce não maior que o habitual”. (1975g, p.275). Talvez apenas em casos severos de psicose catatônica, em que não há mais qualquer via de ação no mundo e o paciente é tomado por um fechamento completo, sem comunicação com o mundo, é que pudésemos falar de uma cisão plena, até mesmo porque isso representaria uma des fusão pulsional muito severa, acarretando a morte psíquica e física do indivíduo. Não há como saber, por certo, se nesses casos não haveria, ainda assim, um Eu que testemunhasse a crise impotente, pois, sem que ele nos possa fornecer testemunho, apenas podemos especular.

Das duas correntes, uma se compromete com a realidade e resulta do recalque que permite ao Eu, sob a influência do mundo externo, afastar as exigências pulsionais indesejáveis. A outra, a serviço do Isso e das pulsões, abjura as exigências e ameaças oriundas da realidade. Negação e reconhecimento se suplementam, o equilíbrio psíquico no decorrer da vida depende das forças relativas entre as duas atitudes. Nas neuroses em geral, e no fetichismo, por meio de um artifício, a corrente em compromisso com a realidade prevalece ao longo da vida, assaltada de quando em vez por um aumento de intensidade das atividades da outra parte, o que acarreta a formação de sintomas. Diferentemente das psicoses, porém, nos fetichistas, “o desligamento do Eu com relação à realidade do mundo externo nunca alcança êxito completo”. (1975e, p.233). Freud já advertira sobre esse movimento na psicose: [...] *não se trata de uma perda absoluta de vínculo com a realidade, mas de um êxito de o outro compromisso se tornar mais forte.*

Ora, a abjuração, como processo de exclusão e negação de experiências, é um processo que, em sentido lato, faz parte do funcionamento mais normal de nossa vida psíquica, sendo necessário, até mesmo, para que possa existir um *teste de realidade*. A força relativa entre as duas atitudes que se formam no psiquismo está intimamente vinculada àquilo que já expusemos a respeito da fusão e des fusão entre as pulsões. Tomamos o complexo de castração como um momento crucial do desen-

volvimento da organização libidinal do aparelho psíquico porque Freud compreendia que a forma de lidar com esse complexo funcionaria como modelo para a vida adulta, seguindo o adágio de que “a criança é o pai do adulto”. Não é de se estranhar essa importância tão destacada, pois a fase fálica implica uma organização até então inexistente no aparelho psíquico. Se a fase oral estabelece um desejo pela diferenciação do seio materno – e, conseqüentemente, da mãe – como objeto de desejo e a fase anal uma fusão entre Eros e a pulsão destrutiva, a fase fálica atribui ao pênis um valor inestimável, que abre caminho para o complexo de castração. Com a possibilidade da manipulação dos genitais e a obtenção de prazer por si mesmo, o pênis é dotado de um grande investimento. Isto denota uma quantidade elevada de energia, o que, em outros termos, significa dizer que o órgão agrega, enlaça (*bindung*), pulsões como nunca antes, e o Eu, agora, não apenas quer disputar seu lugar como rival do pai, como também já é capaz de empreender ações dirigidas. Quando o órgão se vê ameaçado, é essa faculdade do Eu que está em jogo.

Preservar o pênis é conservar esse elo que enlaça pulsões e que dá autonomia para o Eu, elo que permitiu substituição de parte do princípio de prazer por princípio de realidade, alcançando níveis cada vez mais fusionados pela conversão de energia livre em energia ligada, ou seja, em processo secundário. O infante que reconhece a ameaça de perda da genitália dá um passo no sentido de garantir sua preservação como indivíduo e portanto como espécie. As pulsões destrutivas ficam ligadas a Eros que por sua vez encontra o caminho para a realização dentro das contingências da realidade, submetido ao recalque, em formas sublimadas. Considerando a teoria da cisão, devemos dizer que, quanto mais for recalçado, mais o modelo estabelecido será o de vínculo com a realidade e as resistências contra as moções recalçadas serão constantes na vida.

A outra via, pela qual a criança abjura essa ameaça de castração é desintegradora. Para que seja possível negar o que já foi constatado, é necessário volver um passo. O órgão pênis é destituído de parte de sua importância, pois um quinhão de sua energia é dirigida ao objeto-fetichismo ou à produção de fantasias alucinatórias. Algo se põe no lugar do falo e, assim, o atamento é comprometido. Não é que o Eu do fetichista ou do psicótico não seja dotado para a vida de uma base modelar que ata as pulsões, pois as duas correntes psíquicas serão mantidas. Aqui falamos de força relativa entre as duas correntes e devemos deixar o ponto de vista econômico reinar. É a proporção entre aceitação ou negação da ameaça de castração que estabelece o modelo de relação com a realidade, ou seja, o quanto a realidade, a cujo lado se posiciona a corrente vinculada ao Eu, submete uma gama de pulsões por seu atamento e fixação (FREUD, 1975e, p.181) e o quanto essas pulsões são desvinculadas da realidade (desinvestimento, negação) e mantêm-se de acordo com o princípio de prazer.⁹³

⁹³ Gostaríamos de argumentar que referir uma relação de grau é diferente de determinar um contínuo entre os estados como nas modificações do estado de organização da matéria, e não é isso que Freud propõe. A relação de grau pode provocar mudanças qualitativas no sistema, às vezes irreversível, sem a necessidade de fatores externos ou qualitativamente diversos. O exemplo mais simples que podemos dar é o de um motor automobilístico que, acelerado, em última marcha ao máximo de sua rotação tende a gerar mais calor do que é capaz de dissipar e, com isso, fundir. Entretanto, se a rotação for diminuída antes disso não haverá seqüelas permanentes para o motor. Além disso, se na condição de rotação máxima a marcha for reduzida drástica e subitamente para, digamos, duas posições abaixo, o motor provavelmente irá explodir

Nosso último esforço nesta parte será o de delimitar que eventos propiciariam a situação para que houvesse maior ou menor investimento na castração (aceitação) ou afastamento dela (negação). Colhemos em Freud uma justificativa que se concentra na relação edipiana, uma vez que a mãe se apresenta como presença intermitente, permanece como objeto, como resíduo mnêmico. Supõe-se, pois, que a mãe seja desejada, que nela a criança encontre satisfação das exigências existentes no Isso, motor primeiro do aparelho psíquico. Não se trata, de fato, de uma mãe no sentido concreto, visto que o determinante, neste caso, não é tanto a experiência acidental quando a herança filogenética trazida pelo Isso. A relação com a mãe tem importância única e inigualável, pois ela é “estabelecida inalteravelmente para toda a vida como o primeiro e mais forte objeto amoroso e como protótipo de todas as relações amorosas posteriores – para ambos os sexos”. (FREUD, 1975e, p.217). Quando se chega a fase fálica, com o pênis fortemente investido, surge o desejo de copular com a mãe. Esta não permite a consecução dessa via de satisfação do filho, adotando, mais cedo ou mais tarde, a medida de ameaçar retirar-lhe o órgão tão precioso. “Geralmente, a fim de tornar a ameaça mais assustadora e mais crível, delega a execução ao pai do menino, dizendo que contará a este e que ele lhe cortará fora o pênis”. (FREUD, 1975e, p.218). Dessa forma, a mãe autoriza o pai, posiciona-se ao lado dele e concede-lhe direito de, até mesmo, castrar o seu filho. Não apenas o pai tem o amor da mãe como também a ama e, por isso, atenderá seu pedido. Essa é a experiência, por assim dizer, ideal da formação psíquica saudável. A mãe, nesse caso, é um poderoso objeto de desejo que, em termos ideais, não será abjurado, mas simplesmente recalcado pela ameaça de castração pelo pai, que, por ser o detentor do amor da mãe, se torna núcleo de um modelo a ser seguido.

Tomamos, pois, a metáfora proposta pelo Prof. Barrocas como uma indicação do que ocorre na psicose. Nos primeiros estádios da vida do indivíduo, em que deve ser discriminado um objeto de desejo, a mãe *não autorizar o pai*, o que prejudica a relação de identificação com o pai e, correspondentemente, o desejo permanece truncado. Isso também implica que observemos por outro ângulo o problema: o da relação ambivalente com a mãe. Se esta não é capaz de atrair para si todo o investimento erótico que idealmente deveria atrair, constituindo assim objeto firme de desejo, pelo que haverá rivalidade com o pai? Que ideal de eu é fundado? Por outro lado, mesmo que a mãe seja um objeto significativo, se o pai não é autorizado, a castração não constitui ameaça poderosa o bastante e o filho pode manter sua relação incestuosa (ao menos em parte) com a mãe. Na psicose, a relação ambivalente com os pais não é resolvida na história da diferenciação do aparelho ou, ao menos, é mal-acabada, truncada. O desejo pela mãe, bem como a ameaça de castração, não é sólida o bastante e pode, muito bem, ser negada.

como resultado da aceleração que ele mesmo produziu. Evidentemente uma modificação desse tipo é até certo ponto irreversível e não há o que questionar da alteração qualitativa promovida. Esse tipo de ocorrência pode ser observado na maioria dos sistemas físicos relativamente fechados, inclusive no salto quântico atômico. Consideraremos essa questão novamente no capítulo seguinte.

4.4 Arremate

Quando nos apropriamos das últimas definições do delírio encontradas na obra de Freud, verificamos continuidade em seus pontos de vista. O conceito de delírio, do início ao fim de sua obra, permaneceu quase inalterado, como se evidencia na seguinte afirmação, extraída de um de seus últimos textos: “Os delírios dos pacientes parecem-me ser os equivalentes das construções que erguemos no decurso de um tratamento analítico – tentativas de explicação e de cura”. (1975e, p.286). Como tal, o delírio resulta de um retorno de parte da realidade que foi perdida e ressurgiu de forma distorcida pelas resistências do Eu, que não consegue resistir ao seu retorno e é subjugado. Vencido, o Eu resta modificado ao final do processo.

Comparar as afirmações dos períodos extremos da produção – aproximadamente as mesmas, na superfície – seria análogo a considerar as verdades de um leigo e de um físico em tudo semelhantes quando dizem: “a lâmpada acenderá ao toque do interruptor”. Já tratamos disso no capítulo anterior e, aqui, podemos garantir, sem hesitar, que muitas das afirmativas de Freud, do início da obra, até mesmo à época do *Projeto*, se mostraram intuições acertadas com fundamento em cuidadosa observação. Ao final da obra algo mudara, construía ao longo dos anos um sistema psicológico que se articulava à prática da clínica. Como resultado, uma simples declaração sobre o delírio, como a retrocitada, é digna da maior atenção e dotada de profundidade inaudita, exceto sob a condição de perspectiva mais profunda para o sistema em que se insere. Por isso investimos tantas páginas na revisão e destaque de algumas de suas reflexões essenciais. A profundidade da afirmação se revela quando Freud complementa, dizendo que, embora os delírios devam ser entendidos como construções que representam esforços no sentido da cura, “*sob as condições de uma psicose, não podem fazer mais do que substituir o fragmento de realidade que está sendo rejeitado no passado remoto*”. (FREUD, 1975e, p.286).

Perguntamo-nos quais as condições de uma psicose e, com isso, nada mais fazemos que seguir uma trilha que acompanhou o *opus* freudiano sempre que o questionamento se dirigia ao delírio, pois, quanto a ele, “via de regra, acentuamos apenas dois fatores: o afastamento do mundo real e suas forças motivadoras, por um lado, e a influência exercida pela realização de desejo sobre o conteúdo do delírio, por outro”. (FREUD, 1975e, p.286). A condição da psicose, segundo as últimas formulações de Freud, é que possa haver êxito no desligamento da realidade. Isso equivale a dizer que para um determinado indivíduo seja possível a subjugação da corrente psíquica vinculada à realidade (ao Eu) pela atitude que se cindiu e que permaneceu à serviço das pulsões (e, portanto, do Isso) em decorrência de uma regressão da libido diante de algum evento conflitante da vida. Ao resgatarmos o que apresentamos dos *Rascunhos H e K*, constatamos que não há divergência do que foi exposto ali, mas o entendimento (meta)psicológico, reclamado àquela época, encontra-se aqui extremamente mais bem sistematizado e esclarecido.

A disposição de que tratamos se forma quando da distribuição da libido que resulta da reação à castração, e do desfecho do Édipo, evento fundador de um modelo de reação do indivíduo à vida. Tomando como regra a indicação freudiana da supremacia das relações econômicas a esse respeito, observamos que naquele em quem a abjuração predominou como forma de reação à castração, não estabeleceu com a realidade um vínculo decisivo. Nesse caso, a atitude psíquica que se mantém afastada da realidade tem, ou pode vir a ter (FREUD, 1975e, p.233), sucesso em submeter o Eu. A relação inversa, em que predomina o recalque é campo das neuroses, em que não se espera uma inversão deste tipo. O desejo – elo da moção pulsional com a realidade, que lhe fornece os objetos de satisfação de suas metas – sustenta as relações psíquicas do neurótico. Neste, a satisfação alucinatória foi abandonada de forma decisiva (mas não absoluta) pela satisfatória formação do desejo. De acordo com o mecanismo de recalque, a carga pulsional fora recalcada, mas retornará, sempre e de novo, para algum aspecto da realidade exterior, em busca de maior satisfação. Na psicose, porém, o desejo falha como ponto de ancoragem firme na realidade externa. A experiência psíquica vivida pelo psicótico, todavia, é também acessível, de certa maneira, ao neurótico como sonho.

O sonho é em tudo semelhante a uma psicose e, de fato, é uma psicose, mas sua ocorrência depende de uma autorização do Eu, está restrita ao estado de sono. Nessas condições, o bloqueio do acesso à motilidade e a restrição dos investimentos nos órgãos dos sentidos⁹⁴ favorece o desenlace das pulsões atadas pelo Eu. Com isso, parte da energia investida na realidade externa é retirada e, segundo princípio de constância, reinvestida no inconscientes – processo que outrora fora designado simplesmente como regressão e mais tarde refinado como parte da idéia de des fusão pulsional. Neste estado, menos fusionado, as pulsões encontram-se em recombinação contínua, com a transferência livre de energia de uma para outra, segundo as leis do processo primário. A via de ação obstruída pela retirada do investimento pelo Eu protege o indivíduo da ameaça das exigências pulsionais atuando livremente. O Eu, diante da ansiedade provocada por certas elaborações oníricas, pode, até mesmo, despertar o organismo do estado de sono e, assim, submeter os conteúdos dos sonhos ao *teste de realidade* e, enfim, poder voltar à sua estabilidade corriqueira com a afirmação: “Enfim, era apenas um sonho”. Desta maneira, o despertar permanece sendo um recurso do Eu para negar realidade ao sonho tão logo o estímulo externo volte a ser investido. Em suma, *o estado de sono é uma “fuga da realidade” regulada pelo Eu. Neste aspecto é o oposto da psicose!* Nesta, que de resto é idêntica às ocorrências onírica, é justamente esse domínio de que o Eu carece na medida em que a corrente inconsciente se apodera da consciência. Freud sempre refere o sonho como uma psicose durante o sono. Podemos inverter a afirmação e dizer que a psicose é o sonho em vigília e que ela dispensa a autorização do Eu. Para constatar isso, basta que retomemos Scriver. Nem mesmo diante das ameaças e abusos, lhe era possível despertar; seu “sonho” era muito autoritário.

⁹⁴ Eles não cessam de todo, como pode ser comprovado com o sonho do incêndio no início do famoso capítulo sete de *A Interpretação dos Sonhos*.

Seguindo essa linha, podemos recordar o que Freud nos diz sobre os sonhos em seus últimos textos.

Os sonhos, como todos sabem, podem ser confusos, ininteligíveis ou positivamente absurdos, o que dizem pode contradizer tudo o que sabemos da realidade, e comportamo-nos neles como pessoas insanas, visto que, enquanto estamos sonhando, atribuímos realidade objetiva ao conteúdo do sonho. (1975e, p.191).

Para o sonhador, os produtos da ação do processo primário sobre os fragmentos de memória é que chegam à extremidade Pcp/Cs e, por tomarem o lugar das percepções, são aceitos como realidade concreta, tão tangível quanto a que resulta dos estímulos dos órgãos dos sentidos, tão vívida quanto a que é autorizada pelo princípio de realidade. A emissão de juízos fica comprometida exatamente porque, com o acesso dos processos do Isso à Pcp/Cs, o critério do *teste de realidade* é preenchido, de uma maneira distorcida, é certo, mas o que provém do mundo interno (que normalmente são os pensamentos) é o que se encontra também fora (no campo das percepções). Em decorrência, satisfaz-se a exigência de realidade e as representações de coisa são transpostas diretamente para a Cs, como Freud afirmara no artigo metapsicológico sobre o inconsciente. Desta maneira, aquilo que fica oculto no neurótico pela resistência significativa do Eu, toma aqui o lugar de realidade e o Eu, nas mais das vezes, pouco mais pode fazer senão observar e lutar com todas as suas forças para se orientar nesse novo mundo, caótico, que parecia estar escondido e agora se soma e se sobrepõe àquele que até então era o único verdadeiro, coerente e também real. As demais pessoas não têm a capacidade de notar esse novo mundo, tal como o próprio doente, antes da crise.

É certo, porém, que, com essa explicação do mecanismo que suporta a ocorrência psicótica (onírica ou não) e a exposição das condições da psicose não fica de todo compreendido por que o delírio consiste em uma tentativa de cura. Podemos colher uma indicação de um trecho do *Esboço de Psicanálise* que trata da manifestação dos processos inconscientes na consciência durante o sono:

[...] a elaboração onírica é essencialmente um exemplo do trabalho inconsciente dos processos de pensamento pré-conscientes. Tomando-se uma analogia da história: conquistadores invasores governam um país conquistado, não segundo o sistema jurídico que lá encontram em vigor, mas de acordo com o seu próprio. É entretanto um fato inequívoco que o resultado da elaboração onírica é uma conciliação. (FREUD, 1975e, p.193).

A idéia de uma conciliação, neste período derradeiro, impunha-se como objetivo da análise, visto ser o resultado esperado de uma construção. Esta, por sua vez, é, ao mesmo tempo, empresa e ferramenta do analista, pois “sua tarefa é a de completar aquilo que foi esquecido a partir dos traços que (o paciente) deixou atrás de si ou, mais corretamente, construí-lo”. (Freud, 1975e, p.293). Este é, afinal, o recurso do analista para conferir qualidade de Cs ao que era Ics. Utilizam-se, como matéria-prima, os fragmentos de lembranças perdidas apresentados não apenas pelas associações livres, atos falhos e pela própria forma da transferência, como também, e sobretudo, pelos sonhos relatados “valiosíssimos em si mesmos, mas via de regra seriamente deformados por todos os fatores relacionados”. (FREUD, 1975e, p.292). Quando organiza esse material bruto

de forma coerente (Pcs/Cs), de maneira que ele corresponda ao fragmento de memória inconsciente que carece de ser rememorado, deve comunicá-lo ao paciente de forma parcimoniosa e refletida, pois seu conteúdo deverá ser confrontado por variadas resistências advindas do Eu do analisando. Conseqüentemente, as reações possíveis à comunicação apresentam-se as mais diversas: afirmações, negações, desprezo, qualquer outro tipo de manifestação do afeto.

O objetivo de todo esse processo é permitir que o paciente recorde parte do material Ics a que se refere a construção, o que é possível porque a comunicação da construção pode pôr em atividade um impulso ascendente dos fragmentos de memória Ics em direção à Cs. Com isso ocorre o resgate desses traços mnêmicos antes mantidos em estado de latência. Malogra a construção quando “não há mudança no paciente”. (FREUD, 1975e, p.300). O sucesso, entretanto, nem sempre depende da recordação direta. “Se a análise é corretamente efetuada, produzimos nele (no paciente) uma convicção segura da verdade da construção, a qual alcança o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança capturada”. (FREUD, 1975e, p.300).

A conciliação, pois, ocorre quando determinada experiência, até então Ics, passa ao domínio do Eu, de forma direta ou por uma construção de sentido análogo. A lembrança, outrora rechaçada do Pcs/Cs, retorna agora e integra-se ao sistema coerente do Eu. No fetichista, o objeto fetiche representa uma conciliação, uma vez que põe o Eu em relação com a representação que, sem o deslocamento para o objeto-fetiche, não encontrara acesso à consciência.

A meta do esforço analítico se realiza quando há uma conciliação com a ajuda do analista, o que é difícil, se não impossível, com os pacientes psicóticos, haja visto a fragilidade (ou mesmo ausência) do laço transferencial. Segundo Freud, o paciente está disposto a abandonar o vínculo com o analista a qualquer momento em nome de seus delírios e alucinações (fantasias). Requerer um acordo de compromisso do frágil Eu do paciente é inócuo, pois ele foi subjugado por uma corrente psíquica mais poderosa que agora assola a Cs, a atitude ligada ao Isso e às pulsões em seu estado primário.

É com isso que chegamos ao sentido do delírio em toda sua profundidade, no ápice da obra freudiana. O lugar que as construções do analista ocupam na economia psíquica do neurótico é preenchido na psicose pelo delírio. Na psicose, existe uma corrente psíquica ascendente, como no neurótico, mas ela se impõe de maneira autocrática, pois a força do Eu é relativamente incapaz de impedir seu acesso à Cs. Aquilo que, para se fazer presente na Cs do neurótico, requer um acréscimo de investimento fornecido pela transferência, no psicótico ocorre de uma maneira impositiva e é tomado pelo Eu como realidade externa. Não nos causam estranhamento essas afirmações, pois nos lembramos de assertiva equivalente na introdução às *Notas Psicanalíticas* sobre Schreber, na qual Freud defendia a idéia de que aquilo que permanecia oculto no histérico era evidenciado no delírio do paranóico. Nas psicoses, a força relativamente maior da atitude Ics resulta de uma abjuração de uma grande “porção de realidade”⁹⁵ e, cor-

95 Visto que levamos em consideração a ênfase dada por Freud ao aspecto quantitativo nesse caso (FREUD, 1975e), poderíamos também dizer “quantidade de realidade” ou “quantidade de libido investida na realidade que não se desvincula das percepções”. Não deve ser esquecido o fato de que a negativa implicada pela abjuração deve ser precedida por uma

respondentemente, a realidade a que se vincula o Eu é plena de lacunas e muito restrita. Diante de uma situação de vida inaceitável para o Eu, este reage com repulsa. Decorre uma regressão que pode implicar aumento significativo o bastante da intensidade da corrente vinculada ao Isso para que ela solape a supremacia do Eu. As alucinações, como nos sonhos, resultam, não como hipóteses, mas como objetividade e incorporadas a um contexto, a um delírio (Cf. FREUD, 1975e, p.302). Esses delírios funcionam como construções, impõem-se como o retorno de uma verdade⁹⁶. Para Freud,

Tal como nossa construção só é eficaz porque recupera um fragmento de experiência perdida, assim também **o delírio deve seu poder convincente ao elemento de verdade histórica** que ele insere no lugar da realidade rejeitada. Desse maneira, uma proposição que originalmente asseverei apenas quanto a histeria se aplicaria também aos delírios, a saber, que aqueles que lhes são sujeitos, estão sofrendo de suas próprias reminiscências. (1975e, p.304, grifo nosso).

Os delírios são recebidos pelo Eu com resistência, estranhamento e horror, pois se formam das porções rejeitadas da realidade pelo processo de abjuração. Como tal, no psicótico, permanecem como um modelo de relação com a realidade. A tendência é de que o Eu jamais aceite esses fragmentos, ou aqueles que a eles se associem, como parte de si, mas apenas como não-Eu. Dessa maneira, o Isso é experimentado como mundo externo. As moções agregadas aos traços que foram abjurados, entretanto, continuam a exigir satisfação continuamente e, encontrando a negação pelo Eu, mantêm como forma de satisfação a alucinação a partir dos restos de lembrança rejeitados. Assim, tanto podemos dizer que a fenda deixada é preenchida pelos mesmos conteúdos, certamente modificados pelo processo primário, que dali foram arrancados, como também, no sentido oposto, asseverar que esses conteúdos encontram nessa brecha o espaço para configurar seu estado e realização.

Três conseqüências dessa “realização” dos produtos do processo primário na psicose merecem destaque. Primeiramente, a construção delirante se apresentará com toda a estranheza de um sonho, resultado da liberdade da energia que não lhe fornece a coerência Pcs característica do Eu, chegando à Cs de maneira muito primitiva. A “coerência” dessa realidade somente pode ser reconhecida ao considerarmos as leis do Ics. A segunda implicação decorre da primeira, pois a construção primária configura estado de satisfação de acordo com as exigências pulsionais, que não se ocupam de preservar o organismo. A pulsão primitiva, “desfusionada” de Eros, não mais se dirige para o mundo externo e se configura como ameaça. Além disso, ainda por ter características semelhantes à pulsão em estado primário, exerce uma pressão constante (*konstant Kraft*), supedâneo para a compulsividade típica do delírio. Em terceiro lugar, destacamos a idéia de que a realidade abjurada localiza-se no Isso e ali se associa livremente a todos os seus conteúdos. Assim, a verdade que se manifesta no delírio não

afirmação. Também é necessário recordarmos que, para a constituição de um modelo de atitude(s) psíquica(s), os anos iniciais da vida, quando o Eu ainda está em formação, apresentam-se fundamentais. Assim, ao ponderarmos as forças relativas das atitudes, reportamo-nos à reação à ameaça de castração, bem como à conseqüente dissolução do complexo de Édipo.

⁹⁶ Verdade, aqui, é “verdade do sujeito”, ou, por melhor dizer, *no* sujeito, visto não estar necessariamente atrelada a experiências acidentais, mas trazem também as verdades herdadas filogeneticamente pelo Isso. As hipóteses acerca desse tema remontam a *Totem e Tabu* (FREUD, 1975o) e, principalmente, pois mais amadurecidas, a *Moisés e o Monoteísmo* (FREUD, 1975e). As verdades esquecidas no plano ontogenético, porém, fazem parte importante e determinante desse acervo.

é apenas a individual, infantil e ontogenética, ligada ao Édipo e à castração, mas também a verdade histórica, filogenética, as heranças arcaicas das experiências de nossos antepassados.

Essas considerações concordam em tudo com o que Freud já afirmara desde 1907 (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1976) sobre os delírios, ou seja, que eles são de tal modo poderosos porque sua origem é a libido. É a força das pulsões que não foram submetidas ao processo secundário como resultados dos processos de defesa, que mantiveram uma parte significativa delas agregadas à realidade que não foi admitida. A carga de investimento da corrente Ics é forte o bastante para conferir-lhe a mesma importância de que é dotada a realidade para os neuróticos.

Ao comparar com o zelo reclamado para a intervenção terapêutica, as construções delirantes apresentam-se de maneira brutal. Não teremos dificuldade, diante de tudo o que foi exposto, de revisitar o caso Schreber, seus sintomas principais e as hipóteses freudianas sobre as formas dos delírios com outra perspectiva, aperfeiçoada pela leitura da Psicanálise freudiana madura. Ressaltamos até mesmo que aquela teoria pode ser subsumida nas novas acepções de Freud, sem deixar de lado, em nenhum momento, a noção de que o trabalho sobre o delírio é justamente uma “percepção endógena do processo psíquico-libidinal”. O Eu, que na psicose se vê destituído de sua posição é forçado a se confrontar com a percepção de que seu mundo, sua realidade, sua coerência, nada disso tem o valor que ele esperava, que não pode manter sua ordem como o topo do mundo, que está submetido a uma nova ordem, mais primária, que tomou espaço de sua realidade vindo, aparentemente, do nada, ou ainda, de um mundo supraceleste. Não se estranha que tema a destruição de seu mundo, pois, se observamos casos mais severos de psicose, é algo assim que ocorre. Na paranóia, o Eu se bate em uma luta aparentemente interminável. Na esquizofrenia, porém, a fragmentação do Eu é tão severa que não há, sequer, a possibilidade de abordar um livro de memórias, pois ele seria, precisamente, uma colcha de retalhos. Em uma catatonia, caso mais extremo, de uma feita, não há sequer uma pluralidade de fragmentos, às vezes apenas uma postura corporal, outras ocasiões, nem mesmo isso.

É quase evidente o legado da necessidade de dizer não para o desejo homossexual na base das formações delirantes, quando as entendemos segundo as teorias que aqui elucidamos. O indivíduo cujos desejos pela mãe e antagonismo com o pai são certos, tem muito bem direcionada tanto a parcela heterossexual de sua libido quanto a homossexual. A mesma coisa pode ser dita, alternando os termos, sobre aquele que resolveu o Édipo de maneira invertida. O desejo do psicótico não é tão bem direcionado, é apenas fraca proteção do Eu. A ambigüidade do desejo ameaça, de forma não experimentada pelo neurótico, a corrente que se vincula à realidade. O psicótico heterossexual se vê, de fato, ameaçado pelo desejo homossexual, pois isso implica o fim de sua identidade, de seu mundo. Assim como essa parcela da libido fora abjurada no passado, novamente será negada no presente. O momento crítico é aquele em que o negado ganha mais força do que o afirmado e o Eu passa a tentar retomar o território que fora tomado pelo inimigo.

Pela negação da corrente psíquica antagonônica, o psicótico vive aquela parcela de seu Eu afastada da realidade (Isso), como realidade externa. Isso corresponde mais ou menos ao mecanismo

de projeção, que todos apresentam, mas que é abusado na psicose. *A teoria da cisão do Eu no processo de defesa diante da castração como estabelecimento de um modelo da vida psíquica madura subsume a teoria apresentada em Schreber em uma Psicanálise melhor sistematizada.*

Essa constatação, porém, não encerra nosso trabalho. Resta ainda compreender de que forma é possível chegar a uma conciliação pelo delírio e que acordo é possível nesses casos. É preciso afastarmos um pouco a teoria e nos aproximar da casuística para chegar a um termo de nossa empreitada.

O caso Emmy fora apresentado como uma histeria delirante. Uma vez que os delírios são construções correlatas aos sonhos, podemos compreender sua ocorrência em um caso como aquele. A auto-imposição do delírio diante do Eu não ocorria naquele caso, a consciência “dormia” durante o delírio. Com efeito, ali se apresentava uma amnésia de dupla via, tanto de uma parte como de outra da “consciência dividida”, caracterizando uma histeria da dissociação no dizer das categorias psiquiátricas. Permanecia uma negação de realidade à corrente inconsciente pelo absoluto desconhecimento de suas ocorrências. Neste caso, “a mão direita não sabe o que a esquerda faz”. O Eu simplesmente não toma conhecimento desse mundo delirante. Quando entra em contato com os conteúdos é por via das comunicações feitas por Freud, direta ou indiretamente, quando não se encontrava sob os efeitos do delírio. Nesses casos, recordava os eventos que lhe eram inquiridos e, assim, o delírio permanecia irreal para o Eu; quando não advinha de uma intervenção de Freud, advinha “de dentro”, como lembrança, fazendo parte do sistema coerente do Eu. Decorreu uma redução da atividade delirante que, com o passar do tempo, apenas se manifestava na Cs de uma forma muito limitada, como “cãibras no pescoço”. O Eu garantira, por todo o percurso, uma autoridade em seu vínculo com sua realidade. O estado sonambúlico, por sua vez, era quase um “sonho acordado” com a característica sintomática e compulsória típica da histeria.

Muito diferente é o caso do presidente Schreber. Ele vivia seus delírios como um novo mundo que lhe se revelara, e que era dotado de tamanho valor que lhe tomava tempo e energia outrora dedicados à sua vida cotidiana, à sua *realidade coerente* com a qual se comprometia o seu Eu, frágil e mal alicerçado, como é típico de uma psicose. Diante dos eventos que levaram à eclosão de sua patologia, reagira com um afastamento da realidade e um conflito, tão aberto quanto possível, contra as construções delirantes, inadmissíveis pois formadas dos restos de lembranças negadas por insuportáveis. A intensidade da fantasia, no seu caso, subjugara o Eu. O conflito que sofreu evoluiu de uma hipocondria inicial para uma trama complexa de imagens e relações entre personagens, as mais diversas. Daí, a conexão com Deus foi se tornando cada vez mais forte. Os delírios religiosos tornaram-se as principais manifestações de sua patologia e o último estágio dela. O seu desfecho não se deu por uma cessação de seu delírio, mas por um determinado tipo de conciliação com a realidade apresentada por ele. Freud o reconheceu com precisão:

O Senatspräsident Schreber encontrou o caminho da cura quando decidiu abandonar sua resistência à castração e acomodar-se ao papel feminino que lhe fora estabelecido por Deus. Passado isso, ficou lúcido e calmo, foi capaz de levar a cabo sua própria alta do asilo e levou uma vida normal – com a única exceção de dedicar

algumas horas de cada dia ao cultivo de sua própria feminilidade, de cujo avanço gradual no sentido do objetivo determinado por Deus permaneceu convencido. (FREUD, 1975h, p.183, grifamos).

A assim chamada cura da patologia de Schreber se concretizou com a admissão dessa nova realidade objetiva, que promoveu, de certa forma, uma conciliação com a castração, que fora abjurada. Durante muitos anos, Schreber lutara sem cessar com as suas formações delirantes. Ao final, restava uma modificação do Eu com o cultivo da feminilidade, que punha um determinado limite, imposto por Deus, à sua masculinidade. Essa foi a construção, dentre tantas, apresentada pela predominância da corrente inconsciente que o Eu, enfim, pudera aceitar. Foi descrita pelo próprio Schreber da seguinte maneira:

A única coisa que pode soar como algo irracional aos olhos das outras pessoas, é a circunstância apontada pelo senhor perito de que às vezes sou encontrado com o tronco seminu diante do espelho ou de algum outro lugar, enfeitado com adereços um tanto femininos [...] Mas isso só acontece quando estou só, e nunca, pelo menos até onde posso evitar, na presença de outras pessoas. [...] Tenho boas e sólidas razões para o comportamento acima descrito, por mais tolo e desprezível ele possa parecer para outras pessoas. (1985, p.383).

Esse comportamento era realizado para agradar a Deus e sua analogia com a castração já fora combatida ao longo de muitos anos por Schreber, sob a forma de uma ameaça de emasculação (*Entmannung*). O Eu conferira crença, por fim, ao que fora abjurado, mas não revertendo o modelo de sua identidade firmado na infância. Pelo contrário, essa conciliação se dá precisamente de acordo com o modelo psicótico. As sublimações e submissão da porção primitiva da pulsão ao princípio de realidade que encontramos em Emmy von N. de maneira alguma se repete aqui, como se pode atestar na seguinte explicação de Schreber, em resposta ao laudo de seu médico:

Com o mesmo vigor que digo “sim” à primeira parte desta tese, ou seja, que meu sistema delirante constitui para mim certeza inabalável, contraponho um decidido “não” à segunda parte, segundo a qual minhas idéias delirantes constituiriam legítimo motivo de ação. “Meu reino não é deste mundo”, diria eu com Jesus Cristo; minhas chamadas idéias delirantes se referem exclusivamente a Deus e ao Além, e não podem exercer qualquer influência sobre meu comportamento com relação a todas as coisas terrenas, se assim posso me expressar. (SCHREBER, 1985, p.384).

A objetividade dos delírios (e alucinações) não era, nem poderia ser, questionada de forma alguma pelo paciente, haja vista dominar seu sistema Pcp/Cs de maneira autocrática, por subjugação do Eu. A conciliação foi alcançada de acordo com essa subjugação. As revelações divinas permaneciam constantes (SCHREBER, 2000, p.355) como a realidade confirmada pelos sentidos quando estamos em vigília. A supremacia que o Eu, de início, tentara defender, deu lugar a uma atitude que tentava não mais expulsar o inimigo mais forte, mas encontrar uma forma de conviver com ele. Essa é a atitude do Eu em qualquer caso, como bem explicou Freud:

A única linha de comportamento que ele adota decorre do fato de que sua própria natureza o obriga a fazer o que deve ser considerado como uma **tentativa de restauração ou de reconciliação. O Eu é uma organização.** [...] Portanto, é natural que o Eu

deva tentar impedir que os sintomas permaneçam isolados e alheios utilizando todos os métodos possíveis para agregá-los a si de uma maneira ou de outra, e para incorporá-los em sua organização por meios desses vínculos. (1975i, p.122).

Ora, quais são os meios possíveis para um Eu submetido à coerção da atitude psíquica inconsciente? Tendo em vista a *falha do desejo*, a recordação, ou análogo dela, promovida pela construção não poderia estabelecer sublimações ou um reconhecimento em si daqueles eventos abjurados. Não, no psicótico não ocorre a integração progressiva da lembrança ao Eu. O elemento análogo da recordação, a construção delirante, permanece sempre presente (como o objeto fetiche do fetichista!), atuando como realidade objetiva, à semelhança daquela em que o Eu costumava viver antes da crise, diferente dela por seu poder de influência e sua abrangência tanto maiores (visto que a corrente inconsciente é, nesse caso, senhora do psiquismo). O Isso é experimentado como realidade, essa realidade que na psicose se põe autocraticamente no lugar que tinha sido deixado vago pelas experiências abjuradas. Traz de volta, dessa maneira essas mesmas experiências, não mais como demarcadoras de um desejo, como exigência interna, mas como cobrança externa. O Eu encontra reconciliação ao se comprometer com a realidade, a realidade da castração e do complexo de Édipo, não mais como experiência subjetiva modelar para as relações com o objeto, mas como experiência de um mundo externo muito poderoso, estranho, e não reconhecido pelos pares. É se comprometendo com essa nova realidade que o Eu deixa, de certa forma, de negar a castração.

O caso de Schreber nos permite notar muito bem que esse processo não é tranquilo ou simples, nem o poderia ser. As inúmeras formas de sua manifestação apresentam-se como tentativas de construção ineficazes, não apenas rechaçadas pelas resistências do Eu, mas também exigentes ao ponto de ameaçar o Eu de se fragmentar em um nível ainda mais severo. O horizonte simbólico do psicótico é extremamente reduzido pelo mau funcionamento de seu desejo e pela identidade frágil e instável adquirida pelo Eu desde os primeiros anos de vida. Por outro lado, foi justamente nessa possibilidade remota de reconciliação e no caráter de construção do delírio que Freud colheu material para propor caminho analítico outro, ainda hipotético, para o delírio:

Provavelmente valeria a pena fazer uma tentativa de estudar casos do distúrbio em apreço com base nas hipóteses que foram aqui apresentadas e também efetuar seu tratamento segundo essas mesmas linhas. Abandonar-se-ia o vão esforço de convencer o paciente do erro de seu delírio e de sua contradição da realidade, e, pelo contrário, o reconhecimento de seu núcleo de verdade permitiria um campo comum sobre o qual o trabalho terapêutico poderia desenvolver-se. Esse trabalho consistiria em libertar o fragmento de verdade histórica de suas deformações e ligações com o dia presente real, e em conduzi-lo de volta para o ponto do passado a que pertence. (FREUD, 1975e, p.303).

Essa hipótese permaneceu assim, meta de pesquisas futuras negligenciada, até certo ponto por seus herdeiros, uma possibilidade. Com o fim da vida, o termo da obra e o desfecho da *Psicanálise freudiana*.

5 O DELÍRIO SEGUNDO JUNG

Nossa ciência é fenomenologia. No século XIX a ciência trabalhava segundo a ilusão de que poderia estabelecer uma verdade. Nenhuma ciência pode estabelecer uma verdade.
(JUNG, 1977, p.289).

Não é simples a tarefa de abordar o delírio segundo a teoria de Jung. Já tivemos a oportunidade de enunciar que Jung herdara a terminologia de paranóia, entendida como delírios sistematizados, do modelo psicopatológico delineado no final do séc. XIX. Inicialmente, Jung buscava compreender psicologicamente os fenômenos apenas descritos e classificados pela Medicina. Esse interesse o distanciava do interesse descritivo e organicista que vigia na psicopatologia, segundo o qual a psique seria mero epifenômeno dos processos anatomofisiológicos, o que era de pouco interesse para uma terapêutica. Jung posicionou o fenômeno anímico no cerne de suas pesquisas. A primeira parte deste capítulo, portanto, tentará elucidar os principais aspectos que Jung herdou da Psiquiatria e quais as suas primeiras formulações psicológicas.

Dando continuidade à passagem da Psiquiatria à Psicologia, procuraremos explicar a importância conferida por Jung ao diagnóstico. A abordagem psicológico-analítica, firmada em um método empírico e fenomenológico, não deu tanto crédito às nomenclaturas que simplesmente enquadravam as ocorrências patológicas em categorias genéricas. No entender de Jung, os conceitos não deveriam interferir na individualidade fenomênica de cada caso. Pelo contrário, deveriam permitir ao analista orientar-se no universo demasiado caótico das afecções e compreendê-las como fenômenos legítimos. Assim, Jung distinguiu o diagnóstico clínico, descritivo e classificatório, do diagnóstico psicológico. Este, diferente do primeiro, era essencial para o seu método psicoterapêutico.

Por fim, o trecho mais extenso deste capítulo elucidava como aqueles fenômenos descritos pela Psiquiatria são abordados pela psicologia de Jung. O longo e tortuoso caminho que escolhemos tem por objetivo preencher as exigências de compreensão e explicitação de pontos de vista que nos permitirão dar prosseguimento à nossa proposta. Assim, prolongar-nos-emos em alguns pormenores teóricos prescindíveis para uma definição junguiana do delírio, mas indispensáveis a uma exposição mais acurada que se preste aos nossos objetivos.

O conceito de delírio foi “trans-criado” por Jung na constituição de sua teoria. De acordo com esta, as patologias não são consideradas *entia per se*, mas processos normais do psiquismo que se organizam em configurações típicas. A paranóia se organiza como uma psicose na qual ainda se preserva certa adaptabilidade, sobretudo no que não se refira diretamente ao complexo patológico constelado. As psicoses, por sua vez, são um grupo clínico no qual um desenvolvimento falho forneceu as condições para que a atividade compensatória promovesse uma cisão absoluta na personalidade

empírica. Como resultado de tal ocorrência, surgem as alucinações, delírios, catatonias e outros, resultados da ação de complexo inconscientes que se estabeleceram como sujeitos da consciência. Em sua especificidade, o delírio corresponde a um conjunto de imagens inconscientes que objetificam o eu e se manifestam como sonho em vigília. Os conteúdos do delírio são arcaicos e não se integram à personalidade consciente, pelo contrário, preservam a dissociação e, muitas vezes, a tornam ainda mais severa.

Delírio paranóico, de acordo com a Psicologia Analítica é, portanto, uma designação descritiva que, em si mesma, nada diz da psicologia do processo. Não obstante, os fenômenos que agrega e classifica podem ser compreendidos pela teoria psicológica. Esta, porém, sem o acréscimo do fenômeno, representa apenas uma parte da compreensão psicológica: axiomas explicativos vazios.

5.1 Estádios Iniciais

Formado em uma Psiquiatria organicista e descritivista, Jung iniciou suas publicações com a análise dos aspectos psicológicos e patológicos do caso de uma jovem *medium*. Deu prosseguimento às suas pesquisas enquanto trabalhava com os pacientes do *Bürgholzli*, importante hospital psiquiátrico suíço. Ali, seu tutor era o renomeado Dr. Eugen Bleuler que, como já mencionamos, conferia crédito a hipóteses psicogênicas em alguns casos, mesmo sendo organicista. Ele apoiou as investigações psicológicas de Jung no hospital. Desses estudos, resultou grande número de conceitos que seriam o germe da Psicologia Analítica.

5.1.1 A Herança Psiquiátrica

Para compreendermos o que levou Jung a um interesse de pesquisa divergente do *modus operandi* da Medicina, é necessário mencionar que seus estudos de base eram variados. Influenciavam-no Kant, Schopenhauer, Nietzsche, Edward von Hartman, Goethe, Janet e a escola de *Salpêtrière* em geral, e, até mesmo, o então criticado e sedicioso Sigmund Freud. Além disso influenciara-se notadamente pelo espírito pragmático e sistemático de William James e pela abordagem psicológica experimental da escola de Leipzig, cujos membros mais proeminentes eram Wundt e seu discípulo, Kraepelin. Suas influências extrapolavam, portanto, o âmbito das ciências naturais em que se inseria a Medicina e abrangia desde filósofos e humanistas até pensadores revolucionários.

No início de sua atividade profissional, inquietava-se com a atitude geral da Psiquiatria diante dos fenômenos anímicos. Para ele, a psique não era simples derivado dos processos fisiológicos, mas “a enti-

dade real em supremo grau, porque é a única realidade imediata”. (2000b, p.297). Considerava, pois, que faltava à psicopatologia investigar as afecções, tomando o fenômeno psíquico como natural. Isso porque

[...] a Psiquiatria nasceu (...) no seio de um materialismo pernicioso. E isto é compreensível. Há muito tempo ela vem privilegiando o órgão em detrimento da função. A função se apresenta como um apêndice do cérebro. Assim, na moderna psiquiatria a psique ocupa um espaço bem pequeno. Enquanto foram feitos grandes progressos no campo da anatomia cerebral, quase nada sabemos sobre a psique, talvez menos que antes. (JUNG, 1990, p.145).

Seu interesse atípico levou-o a relatar sobre sua experiência no hospital psiquiátrico: “Eu ficava profundamente humilhado de ver que meu chefe e meus colegas pareciam sentir-se muito certos de si mesmos, e que era apenas eu que estava à deriva. [...] Ficava, por conseguinte, o tempo inteiro no hospital, entregando-me ao estudo dos meus casos”. (JUNG; McGUIRE, 1991, p.17). Queria compreender, mais que classificar, os casos de que cuidava.

Podemos assimilar o sentido dessa crítica ao avaliar o conceito kraepeliniano de *dementia praecox*, patologia que, para Jung, “muitas vezes não é nem precoce nem demência”. (1990, p.146). Mente, do latim *mens(entis)*, tem o significado de espírito, alma, razão, discernimento, sabedoria e, também, valor, ânimo, sentido (SARAIVA, 2006) e está relacionado ao termo latino *memini*, que significa “lembrar-se”. Daí o justo significado do termo *de-mens* na acepção que fora utilizada por Cícero: extravagância, desvario, loucura e desatino (SARAIVA, 2006). Ao demente faltava a razão, o juízo ou, em outros termos, o espírito ou a alma.

Segundo a oitava e derradeira edição do tratado de psicopatologia de Kraepelin, encontramos as duas principais características da demência precoce, como nos informa Elkis (2000): “o enfraquecimento das atividades emocionais que formam as molas propulsoras da volição” e “a perda da unidade interna das atividades do intelecto, emoção e volição”. Tudo o que era próprio da mente, portanto, era perdido, desfeito. Na doença não se encontrava mais o que se podia chamar de psique e, com isso, a *de-mentia* torna-se uma patologia como outra qualquer. Com o adoecimento fisiológico, o organismo era privado de suas “funções mentais”. Destarte, a alma estava reduzida à fisiologia e, conseqüentemente, à matéria. Havia um acordo entre essa posição e a atitude científica geral da época que não apenas era de um materialismo crescente como seguia uma tradição filosófica do sujeito transparente a si mesmo. Com isso, a psique era relegada ao plano de epifenômeno da matéria.

De acordo a perspectiva de Jung, uma psicologia desse tipo “melhor faria se se denominasse fisiologia do cérebro, contentando-se com o magro resultado que uma tal psicologia oferece”. (1999, p.7). Os efeitos da Psiquiatria eram insatisfatórios para a meta clínica de Jung. Malgrado os preconceitos e unilateralidades grosseiras que constatava na Disciplina Médica, Jung não deixou de ser influenciado e de recorrer sistematicamente a ela, sobretudo no início de sua obra. Grandes nomes como os de Kraft-Ebbing, Sommers, Aschaffenburg⁹⁷ e tantos outros eram pensadores referidos por Jung nas revisões bibliográficas de seus trabalhos iniciais, mas foi de Krepelin e Bleuler que colheu maior influência.

⁹⁷ Para referências a esses autores, cf. Jung, 1997, *passim* e, também, o primeiro capítulo de Jung, 1990b.

Jung considerava que o trabalho de Kraepelin era fonte de problemáticas úteis como incentivo para a pesquisa psicológica:

Sob sua orientação surgiu grande número de preciosos trabalhos, que permanecerão uma espécie de mina, estimulando novas idéias e valiosos métodos, mesmo que os resultados de alguns trabalhos sejam duvidosos ou tenham, ao menos por enquanto, um valor puramente acadêmico. (1997, p.422).

Por um lado, então, referia-se à contribuição com a organização do material de pesquisa, pelo outro, ao pequeno ganho clínico promovido pelos resultados no estágio em que se encontravam. Jung afirmava, ainda, que as formulações de Kraepelin, em geral “descreviam apenas a impressão superficial que os pacientes causam no médico” (JUNG, 1997, p.523), não fornecendo elementos para se compreendesse a gênese, funcionamento e sentido da patologia. Jung encontrou a complementação deste saber nos estudos da Psicologia Experimental, dos pensadores da Escola de Salpêtrière e da Psicanálise.

A importância de Bleuler foi maior, ainda que ele mesmo colhesse frutos do pomar de Kraepelin. Tendo sido chefe de Jung durante seu trabalho no hospital Burghölzli, influenciou-o por gerar um contexto de atuação e pesquisa que Nise da Silveira assim resumiu:

Todos sabem que o Burghölzli de Zurique, no início do século (XX) foi o lugar onde se processou extraordinária renovação da psiquiatria. Nessa época, Bleuler estava elaborando as novas idéias que viriam a substituir o conceito kraepeliniano de demência precoce pelo de esquizofrenia. (1981, p.92).

Acrescentou, ainda, que

Bleuler não se contentava com a descrição dos sintomas. Quis dar à psiquiatria uma base psicológica, do mesmo modo que a medicina interna tinha seus fundamentos na fisiologia, no normal funcionamento dos órgãos do corpo. Com esta intenção recorreu ao associacionismo, teoria que então dominava a psicologia. (P.92).

Jung deu início aos seus estudos psicológicos não apenas com o acompanhamento de seus pacientes, mas também no trabalho com os exames de associação de palavras diante de cujos resultados elaborou alguns dos primeiros conceitos que mais tarde fundariam a Psicologia Analítica e, mais ainda, incluiu em suas pesquisas os casos de psicose, pelos quais nutria interesse particular.

5.1.2 Complexos de tonalidade afetiva e relativização pela função psíquica

Desde sua monografia, intitulada *Sobre a psicologia e patologia dos fenômenos chamados ocultos* (JUNG, 1994), buscou demonstrar a psicogênese dos sintomas e encontrar caminhos para “compreender e assimilar sempre mais a psicologia do inconsciente” (JUNG, 1994, p.93). Verificou em sua pesquisa que os devaneios dos estados sonambúlicos passavam por um algum processo de elaboração antes de se manifestarem na percepção consciente. Também era possível encontrar o resultado dessas elaborações na

esfera da consciência desperta, na forma de “alucinações hipnagógicas”, sendo necessário para isso que a representação psíquica envolvida caísse “abaixo do limiar da consciência” ou que nunca houvesse sido consciente. Era, pois, o maior ou menor grau de consciência que delimitava o tipo de ocorrência.

A confirmação dessas hipóteses foi propiciada pelo estudo do caso de uma jovem *medium* cujos automatismos independiam da consciência de si, sem, contudo deixarem de se manifestar (JUNG, 1994). Os espíritos com que se comunicava a jovem foram compreendidos por Jung como manifestações organizadas e coerentes da atividade inconsciente. Isso apenas ocorria com a *diminuição do limiar de consciência*, com o que as representações, antes subliminares, encontravam uma via de acesso. A qualidade de ser automático demarca a inacessibilidade desse processo à vontade consciente, e, adicionalmente, ele “não traz as marcas distintivas na imagem da memória, isto é, não está ligada ao correspondente complexo supraconsciente⁹⁸ do eu”. (JUNG, 1994, p.89). Esta verificação foi base para a sistematização do modelo psíquico que permitira compreender a atividade do inconsciente e de toda série de fenômenos resultantes, inclusive do delírio.

Jung verificou que os produtos da atividade inconsciente que se manifestavam sem a participação do eu consciente não apresentavam enriquecimento necessário da *função da consciência*, mas apenas um acréscimo fenomênico a ela. Daí, todo o material manifestado, como fantasias, ilusões, devaneios hipnóides, alucinações, delírios e quaisquer automatismos implicavam “uma atividade intelectual bem desenvolvida do inconsciente”. Esta seria diversa da racionalidade consciente, pois, “no inconsciente, os sentimentos e conceitos não se acham tão claramente separados e, eventualmente, podem ser uma coisa só”. (JUNG, 1994, p.95). Ficava estabelecida uma analogia entre os processos conscientes e inconscientes, ao mesmo tempo em que se fazia necessário distingui-los não apenas na descrição, mas também em sua funcionalidade.

Como forma de perseguir essa meta, Jung passou às suas pesquisas com o método de associação de palavras⁹⁹, enquanto começava a utilizar o método terapêutico de Freud no exercício clínico¹⁰⁰. Os experimentos eram importantes porque constituíam aspectos da vida comum em escala restrita. “As coisas fora de nós são as palavras-estímulo e nós reagimos a elas como somos ou como nos tornamos, e nunca de outro modo”. (JUNG, 1997, p.432). Em nossa vida diária, deparamo-nos com situações triviais diante das quais reagimos segundo uma disposição determinada por nossa história e nossa atitude já delimitada.

98 Supraconsciente, neste contexto, apenas indica que um determinado conjunto de representações ou conteúdos psíquicos encontra-se acima do limiar da consciência. Todos os conteúdos que, em determinado momento, não consigam atingir esse limiar são inconscientes ou subliminares.

99 Para maiores informações sobre o teste, cf. JUNG, 1997 e 1985. Não consideramos necessário ou adequado dispensar numerosas páginas para sua elucidação. O mecanismo geral era o de apresentar uma série de palavras ao sujeito experimental, que deveria responder cada uma delas com a primeira outra que lhe ocorresse, o mais rápido possível. A resposta era registrada, bem como o tempo de reação e alterações na tensão superficial da pele e da curva respiratória. Jung e Riklin, seu colaborador, acrescentaram a segunda etapa, na qual o sujeito experimental era solicitado a repetir suas respostas dadas na primeira bateria.

100 O que ocorreu por volta de 1905. Para maiores detalhes, cf. JUNG, 1990, *passim*.

Na investigação experimental, Jung indagou-se, como na clínica, pelo sentido e significado das falhas de associação, que pareciam análogas às sintomatologias dos pacientes por interferir de maneira ordenada, em maior ou menor grau, na atividade da consciência. A investigação dos lapsos revelara certa coerência e sistematicidade de sua ocorrência, visto que se vinculavam a tonalidades emocionais específicas, ou melhor, a complexos de imagens dotados de certa intensidade afetiva. Cada estímulo, no experimento e na vida, se associa com determinados núcleos de experiência, ou complexos, que apresentam tons emocionais, de acordo com os quais nos portamos e orientamos diante do mundo. A constatação última, portanto, era de que nossa personalidade deveria ser organizada em complexos. A teoria dos complexos foi o primeiro grande passo para a organização do sistema psíquico nos termos de Jung.

Para um justo entendimento da importância dessas constatações, recordemos que a noção de afetividade foi herdada de Bleuler e tomada por Jung como *base essencial* da personalidade. “Pensar e agir são, por assim dizer, meros sintomas da afetividade”. (JUNG, 1990, p.31). A cada aspecto de nossa personalidade deveria corresponder, portanto, uma manifestação afetiva peculiar, incluída no conceito mais abstrato de afetividade. Este último seria o “elemento que pulsa em todas as nossas ações e omissões”. (BLEULER *apud* JUNG, p.31). A afetividade indicava o elemento *sui generis* do fenômeno psíquico e, por esta razão, era um conceito da maior importância. Como delimitação do campo psíquico, precedia e firmava o caminho do desenvolvimento da teoria energética, abstraída das relações psíquicas.

À noção de afetividade associa-se outro conceito importante, a *imagem ou conteúdo*, unidade mais elementar da psique. Esta seria uma *unidade funcional* composta de três elementos: a percepção, a componente racional e a tonalidade afetiva¹⁰¹. Esta última pode ser explicada como um *estado afetivo* que inclui manifestações somáticas e psíquicas. A tonalidade relaciona-se a maneirismos e ênfases no discurso, tonicidade muscular, ritmo cardíaco e respiratório, excreções e secreções. Além disso, “*every affect has a tendency to act in a definite direction*”¹⁰². (BLEULER, 1976, p.37). Os conteúdos associam-se entre si e, na medida em que um conjunto deles configure uma tonalidade afetiva específica, distingue-se um complexo.

Em contraste com a imagem, o complexo é compreendido como unidade funcional mais elevada, ou, em outros termos, como unidade composta de unidades. Em momento mais avançado da obra, Jung o definiria como

A imagem de uma determinada situação psíquica de forte carga emocional e, além disso, incompatível com as disposições de atitude habitual da consciência. Assim, a imagem de uma situação momentânea é associada a conteúdos já presentes no psiquismo e organizados como um complexo. Assim, cada ocorrência de nossa vida irá constelar a tonalidade afetiva de um determinado complexo. (JUNG, 2000b, p.31).

¹⁰¹ Utilizamos aqui uma terminologia mais abrangente do que a utilizada em JUNG, 1990, pp.31-32, mas que tem as mesmas conseqüências e mesmo sentido explicativo. Pareceu mais favorável porque evita a necessidade de detalhamentos e distinções acerca das funções da consciência, adiante.

¹⁰² “cada afeto tem uma tendência a atuar em uma direção definida”. (Traduzimos).

Nossa personalidade é constituída da organização dessas entidades autônomas que se constelam diante das condições específicas da vida, o que condiciona modelos de reação já definidos pela história do indivíduo.

Já mencionamos a *função da consciência* e podemos agora entender um pouco mais sobre ela. Consciência é a porção da psique que se apresenta ao campo fenomênico, é o único dado imediato de nossa psique e tem as características de concentração, memória, atenção, seleção e, sobretudo, a função de realidade (*fonctión du réel*) e a adaptação psicológica ao meio. Todas essas características, porém, dependem da intensidade afetiva do eu, na medida em que quaisquer processos inconscientes podem adquirir uma tonalidade afetiva poderosa e invadir a consciência, provocando todos os tipos de lapsos, fantasias e sintomas estranhos ao eu e não submetidos ao controle da vontade da personalidade do eu. Este, porém, é dotado de intensa carga afetiva que inclui tanto os aspectos sensoriais quanto os motores conscientes do corpo. Em razão da sua grande quantidade de associações internas e da relação com o meio ambiente, o eu é o complexo central da consciência, o sujeito sistemático do desenvolvimento da personalidade 'normal'.

Não obstante a ação hierarquicamente superior do complexo do eu, também os complexos inconscientes determinam a personalidade em maior ou menor grau. Por esta razão, "a consciência é um dado peculiar, um fenômeno intermitente". (JUNG, 1998, p.4). Como resultado, não seria possível uma psicologia que tomasse a parte pelo todo, alegando identidade absoluta entre consciência e psique. Assim como nossa psique consciente, também o inconsciente se organiza em complexos, numerosos, que irrompem e afetam a consciência como fantasias, lapsos, sintomas, sonhos e verdades inquestionáveis. A atuação desses complexos promove uma dissociação psíquica, porém, "nem a mais profunda divisão da consciência atinge o fundamento homogêneo da personalidade em geral". (JUNG, 1997, p.330). Jung não apenas indicava que a personalidade deveria ser compreendida em sentido amplo, incluindo a personalidade empírica e inconsciente, como também diminuía fronteiras entre uma diversa gama de fenômenos normais e patológicos, subsumidos agora a funções comuns. Em decorrência, diversas compreensões tradicionais, como as de embotamento afetivo e demência precoce, foram postas de lado ou relativizadas.

Os conteúdos que resultam da atuação do inconsciente sobre a consciência atuam de maneira compulsória, automática, menos discriminatória e não submetida à vontade consciente. Eles não se tornam imediata ou permanentemente conscientes porque sua intensidade afetiva se mantém normalmente abaixo do limiar da consciência. Quando determinada situação constela o complexo, este tem sua tensão relativamente aumentada, e pode ultrapassar esse limiar e, conseqüentemente, invadir a consciência, provocando-lhe uma cisão, na qual o eu é temporariamente posto de lado ou limitado em sua função. O resultado são não apenas os sintomas histéricos, os sonhos, devaneios sonambúlicos e lapsos, mas – essa era a hipótese de Jung – também os distúrbios específicos da psicose. A despotencialização do complexo do eu será discutida adiante, segundo os termos mais maduros da teoria.

5.1.3 O Interesse da Psicologia Analítica pelo Diagnóstico

Vista nossa meta de abordar o delírio, devemos contextualizar de antemão o interesse de Jung por uma classificação, sobretudo a que advém da nosografia psiquiátrica. Ele afastou-se não apenas de um modelo de pensamento psiquiátrico, mas também do método correspondente. Seu interesse, porém, permanecia clínico. Não se pautava por uma meta puramente teórica ou experimental que simplesmente lhe forneceria classificações ou teoria. O caráter, ao contrário, era eminentemente prático, pois visava a auxiliar o paciente a sair do caos de seu conflito o mais rapidamente possível. Para um objetivo classificatório o diagnóstico teria a maior importância. O interesse da Psicologia Médica – como Jung costumava chamar o modelo a que se vinculava –, porém, punha na berlinda essa caracterização, que era de interesse maior para o estudioso do que para o doente. A atitude de Jung, porém, foi diversa: o ganho teórico seria de importância exclusiva do psicólogo, o ganho psicológico especificamente visado, do paciente.

A esse respeito, Jung afirmou que, para a psicoterapia, “o diagnóstico é extremamente irrelevante, na medida em que – exceto um nome mais ou menos adequado para o estado neurótico do paciente – nada se ganha, principalmente no que diz respeito ao prognóstico da terapia”. (1999, p.82). A classificação simplesmente enquadra o paciente em um esquema geral. No exercício da Medicina, isso normalmente implica um procedimento, também genérico, a ser tomado. Em tais casos, busca-se apenas, na medida do possível, particularizar a aplicação do método geral. Para o psicólogo, o único método é a psicoterapia que, segundo Jung, é governado inteiramente pelo processo auto-regulativo do paciente. Com efeito, o material que interessa à análise, os caminhos para o seu prosseguimento e as indicações prognósticas são fornecidas pelo próprio paciente. Vasconcelos Jr. (1998) reconheceu, nessa ênfase ao material individual, “um fato crucial, irreduzível [que] orienta a clínica psicológico-analítica enquanto uma ética para a individuação”. (P.112). Esse princípio ordenador conduz a relação de Jung com o diagnóstico. Em decorrência, este anota que

O diagnóstico pomposo das neuroses ‘secundum ordinem’ é uma fachada, mas não é o diagnóstico real do psicoterapeuta. Ele não deixa de fazer uma constatação [...] Trata-se não dos quadros clínicos da doença, mas sim dos psicológicos. [...] Em psicoterapia, o reconhecimento da doença depende muito menos do quadro clínico da enfermidade do que dos complexos nela contidos. (1999, p.83).

Os complexos inconscientes organizam-se no decorrer da história individual, de acordo com predisposições psíquicas, e não estão sujeitos ao arbítrio consciente. A espontaneidade e a individualidade da atuação destes implicam a necessidade de que se trate a *pessoa* muito mais do que a neurose, como entidade clínica. As classes e discriminações teóricas “são instrumentos a serviço do conhecimento e da terapia; ou então não servem para coisa alguma”. (JUNG, 1999, p.85). Com isso, o diagnóstico clínico no máximo funcionaria como um sistema axial hipotético. Quando o psicote-

rapeuta se concentra nele, afasta-se de seu trabalho e do fenômeno psicológico individual, este sim o guia de qualquer esforço da Psicologia Analítica.

Do ponto de vista psicológico interessa muito mais saber, p.ex., se o indivíduo sofre com uma desilusão amorosa, se teme não conseguir emprego ou se é um *donjuán* ou filhinho de papai. A classificação diagnóstica permite apenas a articulação desses dados dentro de esquemas típicos, o que sempre será pobre, em todos os aspectos, se comparado à vivacidade do caso. De fato, a nosografia auxilia muito mais os embates intelectuais do que a análise propriamente dita.

5.1.4 Delírio e Paranóia

A paranóia, segundo a noção psiquiátrica que Jung herdou, consistia nos casos mais simples de psicose – ou de esquizofrenia –, em especial, aqueles que apresentassem certos delírios persistentes típicos, como perseguição, megalomania e erotomania. Adicionando a essas noções as descobertas da Psicologia e da Psicanálise e, especialmente, os resultados de suas pesquisas, Jung chegou a uma demarcação peculiar do conceito.

Em *Psicogênese das Doenças Mentais*, texto em que apresentou o resultado do uso do teste de associações em pacientes psicóticos graves, Jung indicou uma analogia clara com o delírio: o sonho. Eles podem ser descritos como “delírios do complexo”, ou seja, manifestações imagéticas do complexo apresentado, tanto perceptualmente, o que corresponderia à alucinação, como também na forma de julgamentos e juízos. Ao despertar, porém, o sujeito (do eu) reconhece a condição de sonho em contraste com a autoconsciência restabelecida pela vigília. O doente, psicótico, por sua vez, quando fala, o faz como se estivesse *dentro do próprio sonho*. Constatou-se, posteriormente, que, assim como é possível interpretar o sonho com base na personalidade geral e no contexto de vida do indivíduo, o mesmo é possível com os sintomas psicóticos. Há, porém, divergências severas no processo geral. Enquanto o sonhador desperto preserva a organização de sua personalidade empírica, no psicótico a autoconsciência é prejudicada em altíssimo grau. Isso resulta de uma invasão pelos complexos, analogamente ao processo histérico, todavia,

Enquanto na neurose acontece normalmente uma adaptação ao meio ambiente, estando por isso os complexos sujeitos a contínuas mudanças, na *dementia praecox* os complexos se *fixam* de tal forma a paralisarem o progresso da personalidade como um todo – o que denominamos demência. Na avaliação dessa demência alguns autores foram longe demais, achando que a aparência externa, repulsiva e degenerada do paciente era expressão de igual destruição interna. Isto é totalmente falso, pois muitas vezes os pacientes ainda possuem uma vida de fantasia comprovadamente intensa a qual, no entanto, só se manifesta em casos muito excepcionais. Nestas fantasias, o complexo fixo é trabalhado de maneira muito interessante. Ali está de certa forma **a fábrica onde são produzidas as delusões, alucinações etc.**

a partir de conexões realmente engenhosas. A direção do pensamento está **totalmente desligada da realidade**, preferindo formas e conteúdos de pensar que já não interessam ao homem moderno, pois **muitas fantasias se apresentam numa forma totalmente mitológica**. Devido à perda do pensamento adaptado ao presente, parece que surge em substituição uma forma mais antiga de pensar. (JUNG, 1997, p.610, grifamos).

Existe uma relação de grau que distingue os três modos de ocorrência. O sonho da pessoa normal é a ocorrência mais sistemática, na qual as seqüelas do complexo são menos severas para a consciência. A psicose posiciona-se no extremo oposto. Nos três casos – sonhos, neuroses e psicoses –, contudo, ocorre aquilo que Janet chamou de *abaissement du niveau (tension) mental*¹⁰³ (queda do nível ou da tensão mental), cuja característica principal é “la diminution et la suppression de cette force d’acquisition, la cessation des adaptations et des acquisitions de connaissances nouvelle”. (JANET, 1980, p.109). Isso se distingue como empobrecimento das associações – estereotípias, associações externas, de som e perda da coesão do processo –, diminuição da atenção e da capacidade de concentração na circunstância presente. Esse enfraquecimento resulta em uma dissociação da consciência, ou seja, uma ou mais séries de idéias “se libertam da hierarquia da consciência e passam a ter uma existência relativamente autônoma” (JUNG, 1990, p.22), i.e., constelam-se complexos. Evidentemente, os conteúdos resultantes do complexo são sentidos como externos pelo eu, como produto de uma vontade outra. Eis o que ocorre no delírio paranóico, para cujo entendimento Jung reconhece o valor da contribuição de Freud:

Em sua forma e conteúdo, os sintomas desta *dementia praecox* paranóide exprimem pensamentos que, em consequência da tonalidade afetiva penosa, tornam-se insuportáveis para a consciência do eu, sendo então reprimidos; essas repressões determinam o tipo de delírio e alucinação como também o comportamento geral do paciente. Então, **quando aparece uma paralisia da apercepção**, o automatismo resultante contém os complexos de idéias dissociadas – todo o exército de pensamentos banidos é desencadeado. (JUNG, 1990, p.28, grifamos).

Desta forma, Jung agrega os complexos, que se formam no decorrer da história do indivíduo, ao processo de *abaissement* proposto por Janet e, com isso, dá uma chave para a proximidade dos eventos dos sonhos e dos sintomas, tanto das neuroses como das psicoses. No *abaissement*, se apresenta a dissociação da consciência com a atuação dos complexos, que tem como resultado o empobrecimento das associações, a fragmentação, perda de continuidade e produção de fantasias de caráter arcaico e pouco condizente com a adaptação psicológica típica da consciência. Ao atentarmos para as diferenças entre os processos, verificamos que os sonhos fazem parte de uma atividade sistemática da psique e que, por si, não afeta a autonomia do eu na consciência. A histeria, por sua vez, apresenta efeitos mais duradouros do complexo, mas preserva-se a organização da consciência e os conteúdos tendem a ser assimilados pelo complexo do eu. Na psicose, não apenas a duração do afeto é prolon-

¹⁰³ Em seus textos originais, em alemão ou inglês, Jung mantinha tais conceitos em seu idioma original. Não modificaremos, pois, sua forma de exposição para uma exegese rigorosa. Apresentaremos, porém, como recurso explicativo, a tradução para o vernáculo entre parênteses.

gada, como também é mais abrangente, em decorrência da cisão absoluta da personalidade empírica. O complexo inconsciente assimila parte do eu e somente em alguns casos, e de maneira parcelar, o afeto é atenuado.

As condições para que ocorra um *abaissement* são as mais diversas: o sono, que é uma condição regular e sistemática, e também todos os tipos de distrações, cansaço, intoxicações, doenças ou situações que provoquem medo, repulsa ou que despertem qualquer afeto pela constelação de um complexo; ou seja, não é a configuração momentânea do meio ambiente (incluindo o próprio corpo) o fator essencial do *abaissement*, pois este depende de uma disposição psicológica. A diminuição associativa da imagem do momento com o complexo do eu e a intensidade com que o complexo consciente é constelado em uma dada situação depende da história do indivíduo e do arranjo dinâmico de sua personalidade.

Na psicose, tudo ocorre como se um ou mais complexos houvesse perfurado o invólucro da consciência e promovido uma cisão permanente e radical na personalidade, que se fragmenta em vários sujeitos que se objetificam mutuamente. Não se deve compreender, porém, que passem a existir múltiplos sujeitos organizados de forma semelhante ao eu. O inconsciente tem leis de funcionamento próprio e elas regem a atuação desses complexos que, na psicose, integram de maneira mais ou menos permanente uma porção muito significativa da experiência do indivíduo. O resultado é que, com o estabelecimento desses outros sujeitos da consciência, ocorre perda da função de realidade garantida pela sistematicidade enquanto o eu atua como centro da consciência.

Na psicose, o complexo assume posição duradoura e, muitas vezes, permanente, sendo possível, contudo, uma melhora “pela atrofia do complexo que, no entanto, provoca uma destruição extensiva de grande parte da personalidade e, no melhor dos casos, os dementes precoces passam a viver com uma mutilação psíquica” (JUNG, 1990, p.85), garantindo um certo nível de adaptação. Do *abaissement* psicótico, resulta uma perda da *fonction du réel* (função de realidade)¹⁰⁴ que, para Jung, é sinônimo de prejuízo da adaptação. O indivíduo apresenta um desinteresse pela situação do presente e fica absorvido pela ação do complexo. Isso dificultava não só o atendimento desses pacientes mas também as pesquisas. Jung conseguiu contornar essa dificuldade apenas quando lançou mão, para os experimentos, dos neologismos criados pelos próprios pacientes.

Jung conseguiu apresentar, como resultado de seus estudos experimentais, características funcionais comuns entre os processos normais e as patologias neuróticas e psicóticas. Além disso, com a teoria dos complexos e os procedimentos experimentais, conseguiu indicar e provar que os conteúdos dos sintomas

104 Novamente trata-se de um conceito herdado de Pierre Janet, para quem “c’est un trouble dans l’appréhension du réel et du présent par la perception et par l’action qui me paraît être le caractère fondamental de leurs troubles psychologiques, comme il est le fond commun de toutes les expressions qu’ils emploient eux-mêmes pour faire comprendre leur singulier état”. (JANET, 1980, p.302-3). [é um distúrbio de apreensão do real e do presente pela percepção e pela ação que me parece ser a característica fundamental dos seus (dos pacientes) problemas psicológicos, visto que é a fundação comum de todas as expressões que eles mesmos usam para ter uma compreensão de seus singulares estados]. (Traduzimos).

e dos sonhos estão ligados não apenas à história do indivíduo, mas também a uma base afetiva e arcaica do psiquismo que toma lugar quando as funções diferenciadas da consciência perdem intensidade.

Permaneceu, porém, a questão sobre que condições garantem a ocorrência de uma psicose em vez de uma neurose ou de uma invasão passageira. A possibilidade de desvendar o problema parecia ser indicada pelo fato de que “em geral, os efeitos decorrentes do complexo são fracos e obscuros porque lhes falta domínio total da atenção. Este é sempre conseguido através do complexo do eu”. (JUNG, 1990, p.55, §135). A solução para essa interrogação deveria, de alguma forma, estar relacionada à equilibrção entre as intensidades relativas da consciência do eu e dos demais complexos¹⁰⁵.

Somente em estudos posteriores, Jung pôde chegar a modelos mais precisos das razões da eclosão de uma psicose, inclusive da paranóia, de seu funcionamento e da atitude psicológica que deveria ser tomada diante do problema. As linhas demarcatórias do delírio, como produto da atividade arcaica do inconsciente, também só seriam mais bem definidas com as teorias da energia psíquica e dos arquétipos. É deste amadurecimento da teoria, que nos conduzirá a uma definição mais precisa do delírio, de que trata a seção seguinte.

5.2 Psicologia Analítica e Delírio

A nada fácil tarefa de apresentar a noção de delírio paranóico na obra de Jung envolve alguns problemas centrais que merecem referência. Primeiramente, é espantosamente vasta, exigindo esforço hercúleo para sua abordagem. Adicionalmente, podemos mencionar sua erudição, que abrange os mais diversos campos, desde a Filosofia clássica até a Física Quântica. Um detalhe, digno de menção, é o fato de que muitos dos textos referidos por Jung jamais tiveram tradução para a língua portuguesa, e alguns deles, mesmo em edições estrangeiras, são artigos de museu ou, no mínimo, muito raros, sobretudo em se tratando de artigos da época. Em terceiro lugar, não há processos psíquicos que não estejam relacionados uns com os outros, sendo impossível isolar *completamente* aquilo de que queremos tratar. A quarta característica é a exigência de observância fenomênica. Quando lidamos com material clínico, não apenas a ética como também a extensão abusiva do material impõe limites à exposição da casuística. A quinta dificuldade deve ser, ao mesmo tempo, mencionada como pista metodológica: Jung não cria, no decorrer de sua obra, um sistema conceitual que suplante suas

¹⁰⁵ Em relação à esquizofrenia, de uma maneira geral, Jung manteve, até idade avançada, a dúvida sobre se a sua gênese poderia ser compreendida exclusivamente do ponto de vista psicológico, ou se deveria ser levada em conta necessariamente a atuação de toxinas. Essa questão é não apenas importante como também da maior dificuldade. Ao final da vida, Jung tomou partido da hipótese de uma gênese significativamente psíquica, mas seria impossível uma resposta final definitiva. A dificuldade da constatação dessa hipótese remete a uma fronteira, até agora incógnita, entre o físico e o psíquico. Jung deu avanços a esses estudos, que foram levados a último grau, porém, por Marie Louise von Franz e seus colaboradores, permanecendo, ainda hoje, sem solução.

concepções anteriores. Sempre, e de novo, retoma as concepções originais, sofisticando-as progressivamente. Por um lado, isso nos remeteria ao excesso de páginas e a repetições enfadonhas, pelo outro, é ela que nos garante uma exposição mais teórica e menos histórica.

Adotamos, conseqüentemente, um método de exposição que toma a Psicologia nos termos mais atuais possíveis. Já apresentamos o contexto histórico e científico do ponto de partida de Jung na primeira parte do capítulo. Daqui por diante, detalharemos algumas nuances da teoria, sem a qual o entendimento será certamente falho e questionável. Tomamos como ponto de partida a afirmação de Jung de que “as doenças são processos normais perturbados e nunca *entia per se*, dotados de uma psicologia autônoma”. (JUNG, 1985a, p.2). Assim, a Psicologia Analítica não explica o normal pelo patológico, mas admite processos típicos como formas de manifestação da psique compreendida num sentido amplo. Por esta razão, trataremos inicialmente da psicologia geral do processo, ou seja, dos “processos normais”. Daí, teremos as bases para compreender a perturbação peculiar à paranóia e ao delírio.

Jung demarca uma posição metodológica de base, ao acentuar que as patologias não são entes autônomos. Em um só golpe, ele nega o recurso à causalidade externa e à afirmação de processos exclusivos das patologias. Sobressaem nas perturbações certos processos psíquicos gerais que normalmente não se destacam, mas que ocorrem de uma maneira ou de outra em todos os indivíduos.

Segundo este modo de compreender, a maior parte das atitudes pregressas, em relação às afecções, é preterida. Por um lado, abandona-se a crença na influência de fatores espirituais externos. Essa atitude era bastante comum, entre os povos primitivos, avançando pela Antigüidade clássica e pela Idade Média e até os nossos tempos, sobrevivendo ao lado da ciência moderna como superstição e como fé religiosa. Pelo outro lado, esta posição também afasta a causalidade localizada nos processos fisiológicos, em substâncias determinadas ou em eventos físicos de toda a ordem¹⁰⁶. Jung considerou que remeter a causalidade psíquica a esses pólos não apenas significaria substituir *ignotum per ignotius*. Tal expediente também implicaria uma crença, um recurso à metafísica. Uma psicologia fenomenológica deveria tomar o psiquismo como fenômeno legítimo. Para tanto, Jung propôs que a psique fosse tomada como um sistema energético relativamente fechado, dotado de determinadas funções gerais, operativas em todos os casos. As patologias, como a normalidade, seriam organizações dinâmicas típicas das forças psíquicas gerais.

Impõe-se, evidentemente, a necessidade de explicitarmos as principais características cuja perturbação resulta em um delírio. Façamos, contudo, mais uma ressalva a respeito do *fieri* junguiano. Para ele, os conceitos não poderiam ser postos “no lugar” do fenômeno. Pelo contrário, somente

¹⁰⁶ É importante destacar que Jung se contrapunha à afirmação da psique epifenômeno do corpo ou do espírito. Para ele, psique e matéria constituem fenômenos essencialmente inescrutáveis que merecem estudos científicos próprios. Em princípio, segundo ele, não se pode negar que a psique possa influenciar a matéria tanto quanto o contrário. Assim, as duas ciências são da maior importância e sua conexão é plenamente evidente. A discussão sobre as relações entre psique e matéria foi desenvolvida por Jung principalmente em seus textos **A Sincronicidade**. Petrópolis: Vozes, 1991 e **Mysterium Coniunctionis**. Sua seguidora, M.L.von Franz, prestou grandes contribuições a esse assunto, sobretudo nos livros **Psyche & Matter**. Boston: Shambala, 1992. e **Number & Time: Reflections Leading Towards a Unification of Psychology and Physics**. Londres: Rider & Company, 1974.

quando articulados a este, as noções fazem sentido. Sua teoria tencionava orientar o trabalhador no vasto campo da fenomênica psíquica. Não se pode tratar, conseqüentemente, de uma *ciência psicológica*, nos estritos termos de Jung, se apenas o arranjo teórico dos conceitos for considerado. Deixamos claro que não pretendemos apresentar, nestes termos, a *psicologia do delírio*, que exigiria a discussão dedicada e minuciosa dos materiais culturais¹⁰⁷ e clínicos. O que delineamos adiante são *articulações teóricas* resultantes do esforço psicológico. À casuística faremos breves menções quando for imprescindível e, em geral, muito mais para ilustrar um argumento. Seguimos, pois, aos aspectos gerais da teoria do delírio.

5.2.1 Aspectos gerais da teoria do delírio

De acordo com Jung, a psique é um fenômeno vital, pois é um “fator natural capaz de converter organizações estatísticas, isto é, sujeitas às leis naturais, em estados ‘superiores’ ou ‘não-naturais’, em oposição à lei da entropia que governa a natureza inorgânica”. (JUNG, 2000b, p.119). Na qualidade de processo vital, a psique tem leis próprias e, por isso, é *impossível reduzi-la às leis da Física*. A vida, em sentido amplo, é composta de fenômenos psíquicos e biológicos, ambos naturais. Por esse motivo são acessíveis ao método fenomenológico e empírico (Cf. JUNG, 1986a, p.92). Não obstante a semelhança do método de observação, do ponto de vista explicativo, psique e “vida” (βίος) não podem ser abordadas de maneira semelhante. A razão mais elementar é que o modelo de exposição da Psicologia não dispõe de um ponto de apoio externo para a reprodução do fenômeno. Em outras palavras, enquanto a Física reconstrói o físico no psíquico, a Psicologia representa a alma no mesmo meio. Além disso, não é possível estabelecer uma redução causal do biológico ao psíquico, ou vice-versa, sem que um se torne epifenômeno do outro. Por esta razão, seria tão ilegítimo reduzir o somático ao psíquico quanto o contrário. Enfim, as características gerais dos dois fenômenos, por si mesmas, são o bastante para que constituam objetos de estudo diversos.

Segundo Jung, a psique consiste em um mecanismo adaptativo resultante da evolução do homem. Da mesma forma que o homem herda um corpo caracteristicamente humano predefinido em alto grau, também herda o potencial psíquico de configurar certas formas, também determinadas em larga medida, *de apreensão* ou de *produção de imagens*. A psique é, pois, produto da capacidade humana de diversificar a atuação de parte de suas funções vitais de acordo com uma vontade. Eis o grande salto evolutivo do homem, que lhe garantiu uma adaptabilidade dinâmica que dispensa significativamente a necessidade de mutações anatomofisiológicas. A psique permitiu ao indivíduo humano cruzar céus e oceanos e sobreviver tanto na selva quanto no deserto; garantiu-lhe o domínio

¹⁰⁷ Por cultural, entenda-se aquilo que já ficou sedimentado pela tradição. Utilizamos o conceito, nesta menção específica, como aquele material aos quais podemos ter acesso transpondo a escuta analítica.

sobre o fogo e as técnicas de plantio. Com isso, o homem não foi desalojado de sua natureza. Pelo contrário, o desenvolvimento psíquico em geral e as variações culturais estão radicados em sua natureza. Com efeito, a Psicologia Analítica “considera o homem tanto em seu estado natural como no estado modificado pela cultura”. (JUNG, 1986a, p.91).

Jung apropria-se de uma noção de Pierre Janet que permite compreender o espectro da função vital, representado pela psique. Trata-se do conceito de *partie inférieure et supérieure d'une fonction* (parte inferior e superior de uma determinada função).

A base instintiva governa a *partie inférieure* da função, ao passo que a componente predominantemente “psíquica” corresponde à *partie supérieure*. A *partie inférieure* surge como componente relativamente inalterável e automática da função, e a *partie supérieure* como a componente alterável e voluntária. (JUNG, 2000b, p.119).

Em sua porção mais inferior, a função corresponde à instintividade e, por esta razão, são dotadas de caráter compulsivo, automático. Sempre atua integralmente e em circunstâncias e formas extremamente determinadas e invariáveis. À parte superior, por outro lado, se deve “*l'adaptation plus ou moins complète à l'ensemble des phénomènes extérieurs et intérieurs dans lesquels nous sommes placés à ce moment même*”.¹⁰⁸ (JANET, 1919, p.326). Neste nível, parte da energia própria da função abandonou o seu objetivo instintivo original e garantiu aplicabilidade às situações mais variadas, e com isso as características de liberdade e controle volitivo. Esta autonomia, porém, é garantida pela existência de uma tensão fundamental do psiquismo entre os pólos opostos do instinto, no limiar inferior, e do arquétipo¹⁰⁹, no limiar superior.

Por conseguinte, Jung asseverou que somente se deveria reconhecer psique onde houvesse vontade. Esta se caracteriza pelo controle, variabilidade formal e conseqüente adaptabilidade a circunstâncias específicas. Já vimos que Jung definiu as unidades do psiquismo como *imagem* dotada não apenas de um valor afetivo, mas também de apercepção. Como resultado, toda vontade, tudo o que for psíquico, deve ser “conhecido”, o que só é possível se consideramos um sujeito que conhece. Assim, toda a psique, mesmo em sua mais “microscópica” unidade deveria ser considerada uma consciência.

Toda a experiência que temos do psiquismo se refere aos fenômenos que observamos na consciência. Só estes são os dados imediatos de nossa observação. Quando Jung acrescenta que “tudo aquilo que se torna consciente são imagens, e imagem é alma” (JUNG; WILHELM, 1996, p.63), somos levados a identificar a consciência com a totalidade ou com a origem da psique. Desde os achados de suas pesquisas experimentais, porém, essa afirmação não poderia se sustentar, pois *cada unidade psíquica inclui os espectros consciente e inconsciente*. De fato, Jung afirmou que “a psique forma um todo consciente-inconsciente”. (JUNG, 2000b, p.137). Esta precisão teórica de Jung nos remete à necessidade de explicitar quais as dinâmicas gerais de organização da psique.

¹⁰⁸ “A adaptação mais ou menos completa à junção dos fenômenos interiores e exteriores aos quais nos defrontamos em determinado momento”. (Traduzimos).

¹⁰⁹ Jung também admite a designação “espírito”, igualmente correta. Cf. JUNG. Considerações teóricas sobre a natureza do psíquico. In: **Natureza da Psique**. Petrópolis, Vozes, 2000 e, também, JUNG. Espírito e vida. In: **Idem**.

Do ponto de vista descritivo, a consciência nada mais é do que uma sucessão de imagens que, enquanto tal, não apresenta rupturas. Adicionalmente, a consciência apresenta certa coesão, continuidade, controle de atividade e capacidade de reflexão. Jung atesta:

a consciência provém de um corpo escuro, que é o *eu*, condição indispensável para a formação de toda e qualquer consciência, uma vez que esta não é outra coisa senão a associação de um objeto ou conteúdo ao *eu*. O *eu*, que na suposição e na ficção geral é tido como o que há de mais conhecido, na realidade é um estado de coisas extremamente complicado e cheio de obscuridades imperscrutáveis. Seria até possível defini-lo como uma *personificação relativamente constante do próprio inconsciente*, ou compará-lo com o espelho de que fala Schopenhauer, no qual o inconsciente percebe o próprio rosto refletido. (JUNG, 1985b, p.103).

Ao admitir o eu como centro ou sujeito da consciência, confere-se a esta uma delimitação teórica. O eu é, por certo, o sujeito de todo o conhecimento consciente e é responsável, até mesmo, pelo reconhecimento da existência de si. Suas bases são inconscientes, visto ser um complexo que se constituiu da associação de conteúdos diversos individualmente incapazes de atribuir o caráter sistemático peculiar à consciência, propiciando, no máximo, laivos de consciência. Somente em determinado estágio da vida o complexo do eu adquire a estabilidade e a vontade característicos da personalidade empírica. Com efeito, “havia funções e processos psíquicos bem antes de existir uma consciência do eu. O ‘pensar’ existia antes do homem dizer ‘eu tenho consciência do que penso’”. (JUNG, 2000a, p.274). A personalidade consciente é, pois, tardia. Surgiu de uma matriz inconsciente na qual já estava predeterminada como potencialidade de organização de um núcleo complexo de personalidade. O eu, portanto, define a personalidade consciente, pois somente pode haver consciência onde houver um sujeito que possa afirmar conhecer.

Destaquemos, agora, um fator da maior importância indicado no fragmento do texto de Jung. A *ação do eu*, a despeito de se revestir da maior importância, é *limitada pela ação de fatores intervenientes*. De fato, o alcance da personalidade do eu encontra seu limite no “desconhecido”. Este se identifica tanto com o mundo interno, o processo psicológico inconsciente, quanto com o mundo externo, também inconsciente. Tais são as fronteiras demarcatórias entre o sujeito consciente e a objetividade que o ultrapassa. Esta, por ser dotada de capacidade de atuação psicológica, somente pode ser compreendida, imediatamente, como *realidade psíquica*.

A distinção entre sujeito e objeto, portanto, é de caráter tardio. Com efeito, não há um limite psíquico original entre sujeito e objeto. A diferenciação é característica da formação da personalidade empírica, que posiciona o eu diante de um não-eu. Antes disso, “tudo o que existe são acontecimentos ou ocorrências que tanto podem pertencer a mim como a qualquer outro”.¹¹⁰ (JUNG, 1999, p.45). Somente com a organização de núcleos mais elevados de vontade (complexos) é que se

¹¹⁰ Temos um ótimo exemplo disso na tão conhecida e tradicional atitude da criança pequena de cobrir os olhos para “desaparecer”. Sua falta de visão deveria, pois, implicar também na falta de visão de outrem. Outro exemplo, que indica como essa atividade permanece mesmo no adulto, em certa medida, é a identificação com um livro ou filme que não raro leva às lágrimas ou ao riso.

delimitam as *posições relativas de sujeito e objeto*. Como Vasconcelos Jr. (1998) explicou, “cada complexo pode funcionar como sujeito: o complexo do eu é o sujeito dos atos conscientes e um outro complexo se coloca como um sujeito do inconsciente”.¹¹¹ (P.106). Desta maneira, toda ação psicológica é uma ação entre complexos¹¹².

Circunscreve-se, pois, um campo do psiquismo que ultrapassa a vontade do eu, o inconsciente. Jung o considera sob quatro aspectos fundamentais. Primeiramente, os conteúdos que já foram conscientes e desceram a um nível subliminar de tensão. Em segundo lugar, os conteúdos que foram reprimidos pela ação do eu. Em terceiro, estão os conteúdos advindos da própria criatividade do inconsciente e que nunca atingiram o limiar de consciência. Por fim, delimita uma porção hipotética que nunca se tornará consciente, mas que atua como condição formativa da alma em geral. Esta última é o que Jung definiu como psique objetiva ou inconsciente coletivo. M.L.von Franz explica que essa camada do inconsciente é composta de:

[...] inherited, inborn structural dispositions with respect to the species-specific modes of behavior of human beings. One aspect of these modes is that of an action: they express themselves in typical actions, similar in all human beings, and thus are instinctive. [...] But beyond this action level, these “instincts” also have a form of expression that can only be perceived inwardly within the psyche, that is, in feelings, emotions, mythical fantasy images, and “mythical” primal ideas, which take a similar form in all human beings. This last aspect Jung referred to as archetypal¹¹³. (1994, p.6).

A fantasia espontânea é o elemento primário da psique e apresenta justamente aos *símbolos* que promovem a diferenciação da energia psíquica. O eu, como tudo o mais que é psíquico, tem origem simbólica, desenvolve-se com supedâneo na fantasia espontânea resultante da ação “modelar” do inconsciente coletivo. De início, configuram-se lampejos momentâneos de consciência ainda muito fragmentários, que podem ser observados com facilidade no caráter imprevisível das crianças. À base do eu devemos acrescentar, além das imagens inconscientes, também o afeto corporal. Este abrange a sensorialidade e as percepções de caráter endossomático, como tônus muscular, a sensação das vísceras e motricidade. É em razão dessa raiz inconsciente e corporal que o eu mantém posição elevada na hierarquia dos complexos. Jung confirma:

Em pessoas normais, a instância psíquica mais importante é o complexo do eu: é a massa de representações do eu que, em nossa opinião, vem acompanhada pela tonalidade afetiva sempre presente, do próprio corpo. [...] O eu constitui a expres-

111 Sujeito, segundo esta compreensão, não é, pois, “personalidade do eu”.

112 Com isso, Jung não propõe um panpsiquismo que despreza a objetividade do mundo material ou espiritual. Pelo contrário, neste ponto Jung é herdeiro da tradição kantiana. Tanto o espírito como a matéria atuam em nossa psique como representações, o restante é núnemo, inapreensível, e somente inteligível pela observação do fenômeno. Assim, o ser que interessa à psicologia é o *esse in anima* (ser da alma). Para detalhes Cf. JUNG, C.G. **Tipos psicológicos**. Petrópolis, Vozes, 1991, pp.40-76 e JUNG, C.G. Espírito e vida. In: **Natureza da Psique**. Petrópolis, Vozes, 2000

113 “disposições estruturais herdadas e inatas que dizem respeito aos modelos de comportamento específicos da espécie humana. Um dos aspectos desses modelos é a ação: eles se expressam como ações típicas, similares em todos os seres humanos, e, portanto, são instintivas. [...] Mas além do nível da ação, esses ‘instintos’ também têm uma forma de expressão que somente pode ser percebida internamente na psique, i.e., nos sentimentos, emoções, imagens de fantasias míticas e idéias ‘míticas’ primitivas, que apresentam-se de maneira similar em todos os seres humanos. Este último aspecto Jung refere como arquetípico”. (Tradução nossa).

são psicológica de uma combinação firmemente associada entre todas as sensações corporais. (JUNG, 1990, p.33).

Insistimos em dar certa profundidade ao entendimento da personalidade do eu porque é ela que confere à consciência caráter sistemático, garantindo a adaptação e a orientação no mundo. Sem consciência, o homem perde precisamente aquilo que lhe é próprio: a continuidade (memória, atenção) e a sistematicidade (estabilidade associativa) de sua personalidade. De fato, “a consciência propicia um trabalho bem ordenado de adaptação, isto é, põe freios aos **instintos** e, por isso, é indispensável. Só quando o homem possui a capacidade de ser consciente é que se torna verdadeiramente homem”. (JUNG, 2000b, p.143). É por esta razão que o eu, segundo Jung, é, por excelência, o órgão adaptativo da psique, responsável pelo controle voluntário do corpo e do curso das idéias.

Em contrapartida, as funções inconscientes são compulsórias, instintivas e automáticas e, portanto, podem comprometer a vida do indivíduo. Elas podem entrar em choque ou contaminar-se. Carecem, portanto, da sistematicidade típica da consciência e necessária à adaptação. Não obstante, também apresentam certa organização, pois os conteúdos inconscientes também se agrupam em complexos afetivos, sendo dotados, portanto, de uma vontade significativa. Ao observarmos seus efeitos na consciência, constatamos que os complexos inconscientes se organizam como espécies de personalidades parciais e autônomas entre si. Não fazem parte do sujeito consciente, mas integram a personalidade tomada em sua totalidade, ao que Jung chamou si-mesmo¹¹⁴, e também são determinados pela história do indivíduo e condicionados pelos fatores predisposicionais.

Recordemos agora que a psique é um todo consciente-inconsciente e que, portanto, o próprio eu tem raízes no desconhecido. Um dos resultados desse reconhecimento é que os processos inconscientes devem fazer parte, de alguma maneira, do da adaptação. Esse aspecto é de fundamental importância para que reconheçamos os modelos de ordenação da psique normal e que, *de acordo com seu próprio modelo de funcionamento*, estão sujeitos a todo o tipo de perturbações. Com vistas a esclarecer esses pontos incluiremos em nossa exposição algumas considerações acerca da adaptação psicológica.

A adaptação psicológica decorre fundamentalmente de uma *discriminação* dos conteúdos com suporte no todo inconsciente. Esta atividade “é seletora. A seleção exige *direção*. E direção exige *exclusão de todo o irrelevante*. Disso resulta obviamente certa unilateralidade da orientação da consciência. Os conteúdos excluídos e inibidos pela direção escolhida caem sob o poder do inconsciente”. (JUNG, 1991, p.399). A consciência, por meio desse expediente, mantém separado o que outrora esteve unido inconscientemente. A adaptação, portanto, resulta na discriminação progressiva entre o eu e o mundo. Estes, como funções, têm sua consistência e coesão abaladas por qualquer indiferenciação. Adicionalmente, como resultado da exclusão, a consciência imprime uma configuração negativa¹¹⁵ ao inconsciente.

¹¹⁴ Para evitar ambigüidades vale referir que o termo original é *Selbst*, em alemão. Nas edições nacionais encontramos tanto a tradução si-mesmo, *self*, Eu e “si mesmo”. Utilizamos a tradução adotada na edição brasileira das obras compiladas de Jung, pela Editora Vozes.

¹¹⁵ Isso não quer dizer que o inconsciente seja um monturo. É negativo porque oposto à consciência, tomada como positiva (resultado da seleção).

De acordo com Jung, existem quatro funções, ou atividades, adaptativas fundamentais. “A *sensação* (isto é, a percepção sensorial) nos diz que alguma coisa existe; o *pensamento* mostra-nos o que é esta coisa; o *sentimento* revela se ela é agradável ou não; e a *intuição* dir-nos-á de onde vem e para onde vai”. (JUNG, 1987, p.61). Cada indivíduo diferencia especialmente uma dessas funções em detrimento das demais. Essa *função superior* se torna sua mais importante ferramenta adaptativa, de forma similar ao que ocorre com a destreza, desenvolvida na mão direita, que se torna apta às mais diversas funções, enquanto a sinistra permanece inábil. Complementarmente, também desenvolve de maneira significativa uma ou duas outras funções, mas a quarta, que se opõe diretamente à primeira¹¹⁶, permanece em uma condição bastante inconsciente. O eu raramente lança mão dessa *função inferior*, pois neste campo é infantil, descontrolado e impulsivo. É necessário dispêndio de energia e esforço do eu para que a atuação de tal função seja preterida.

Com o recurso dessa estrutura quaternária, a consciência deve ser capaz de se orientar diante das condições internas e externas do meio. De acordo com o ponto de vista de Jung, “toda adaptação resulta de uma concessão aos dois mundos. Da consideração das exigências do mundo interno e do mundo externo, ou melhor, do conflito entre ambos, procederá o *possível* e o *necessário*”. (JUNG, 2000, p.81). Interno e externo são, também, um par de opostos e, como tal, semelhantes na maioria dos aspectos.

A Psicologia Analítica, portanto, não considera o processo adaptativo apenas em relação ao “mundo externo”. Este consiste apenas em um pólo da objetividade representável. No outro extremo, encontra-se a psique objetiva que se apresenta espontaneamente, na forma de fantasias. A este respeito, Jung afirmou que “não são as tempestades, não são os trovões e os relâmpagos nem a chuva nem as nuvens que se fixam como imagens na alma, mas as fantasias causadas pelos afetos”. (JUNG, 2000b, p.92). Não apenas os sonhos, a imaginação e todos os produtos espontâneos do inconsciente são exemplos dessa atividade fantástica, mas também os mitos, ritos e tradições de uma forma geral. Esta se apresenta à nossa percepção como misto de representação do processo endopsíquico e do mundo que nos é exterior. Como resultado, o mundo que interessava a Jung era o mundo psíquico, visto que, por não nos ser dada a conhecer a natureza do mundo externo ou do interno, sequer poderíamos dizer se, em última instância, são duas coisas ou uma só. Do ponto de vista psicológico, porém, podemos verificar que se apresentam como pólos para a consciência. Deste ponto de vista, o único aspecto que podemos lhes apontar em comum é que desconhecemos sua natureza.

Conseqüentemente, existem dois processos fundamentais da adaptação psíquica. Tal como em relação às funções, um deles distingue-se como preferido pela atitude unilateral da consciência, enquanto o oposto permanece significativamente indiferenciado. Como resultado, distinguem-se

¹¹⁶ As funções sensação e intuição são ambas perceptivas e, portanto, irracionais. Formam, porém, um par de opostos, pois a primeira é a percepção do que está presente aos sentidos e a outra indica as possibilidades relacionadas a uma determinada situação. Não há como estar presente e não-presente ao mesmo tempo. Pensamento e Sentimento formam o segundo par funcional. São ambas aperceptivas e, portanto, racionais.

duas atitudes típicas¹¹⁷ possíveis. A introvertida, cujo objeto preponderante é interno, não questiona o valor de suas idéias e impressões. Para esta, os eventos externos, na maior parte das vezes, é julgado banal, inaceitável ou nocivo. Os extrovertidos, por sua vez, destacam o valor do objeto externo. O processo interno, conseqüentemente, é tomado por frivolidade, “mera fantasia”, ou, pelo outro lado, confrontado com o maior terror ou fascínio. O “mundo inferior”, entretanto, não pode ser simplesmente negligenciado. A vida não se restringe a um ou a outro campo de exigências adaptativas, mas à sua totalidade.

Decorre dessa verificação é que, de acordo com a Psicologia Analítica, qualquer das direções adaptativas é tão normal quanto a outra. Não é considerado perturbado ou atípico de qualquer forma aquele que se orienta por uma cosmovisão pessoal, o intelectual beligerante, o poeta que devaneia ou aquele que vive preferencialmente de acordo com as regras estabelecidas pela sociedade. Enfim, nenhum arranjo possível entre direção e modo do processo adaptativo é considerado mais ou menos normal do que o outro. A preferência por um ou por outro tipo adaptativo é acidental, determinada pelo *Zeitgeist* (espírito da época), tradições e, sobretudo, pela diferenciação da personalidade individual. Foram as diferenças entre os tipos os principais fatores da caça às bruxas, dos preconceitos e dos posicionamentos científicos e religiosos unilaterais que a história nos apresentou. Também são essas mesmas diferenças que alimentam os conflitos no âmbito das relações interpessoais. É muito difícil para o espírito contemporâneo aceitar as tradições religiosas ou a verdade de um mundo supracelste. Normalmente é conferido a estes um espaço limitado, quando algum, em nossas vidas. Não é incomum recorrer a Deus apenas como um recurso derradeiro, quando a ciência ou as leis dos homens não funcionarem. Muito diferente era Santo Agostinho, disposto a abrir mão dos caminhos a que a observação do mundo e a razão o haviam conduzido, em nome da verdade da Palavra¹¹⁸.

Insistimos nesse ponto porque a base psicológica fornecida pela tradição científica ocidental dificulta a observação justa do posicionamento de Jung. Este asseverou que:

Os conteúdos do inconsciente, relacionados com a atividade de nossa consciência, manifestam o mesmo direito à realidade, graças à sua obstinação e persistência, que as coisas reais do mundo externo, mesmo que este direito pareça inconcebível a uma mentalidade voltada, sobretudo para o exterior. (JUNG, 1991, p.167).

Tal asserção preserva seu posicionamento de que toda tendência deve ter um oposto necessário¹¹⁹, como Jung asseverou em conferência de 1925: “*I formulated as a heuristic principle always*

¹¹⁷ Assinalemos que, segundo Jung, sempre sobrevém a “predominância de um dos mecanismos. Tornando-se crônica esta situação, surge então um *tipo*, ou seja, uma atitude habitual onde predominará um dos mecanismos, sem contudo poder suprimir totalmente o outro”. (JUNG, 1991, p.22).

¹¹⁸ Ilustramos nossa afirmação com um excerto de “O cuidado devido aos mortos” (In: **A verdadeira religião / o cuidado devido aos mortos**. São Paulo: Paulus, 2002), no qual Agostinho assegurou: “Penso que o monge João, a meu pedido, ter-me-ia esclarecido sobre essas dificuldades. Eu teria aprendido, em sua escola, o verdadeiro e certo conhecimento, ou então, teria crido, mesmo sem o compreender, o que ele tivesse me afirmado saber com certeza. Talvez ele ter-me-ia respondido com essas palavras da Escritura: ‘Não procures saber o que excede a tua capacidade, e não especules o que ultrapassa as tuas forças, mas pensa sempre no que Deus te mandou.’ (Eclo, 3,22)”. (*op.cit.*, p.189).

¹¹⁹ “Formulei, como princípio heurístico, sempre procurar o oposto de cada tendência apresentada seguindo o caminho pelo qual ela funcionava. [...] Assim, em geral, qualquer posição excessivamente poderosa traz o seu oposto”. (Tradução nossa).

to seek for the opposite of every given trend, and all along the line the principle worked. [...] So in general any excessively strong position brings forth its opposite". (JUNG; McGUIRE, 1989, p.77). Sem a tensão correspondente da oposição, não há energia e, sem esta, não existe vida.

Esse posicionamento se configura como grande desafio, pois nossa atitude psicológica individual – consciente e, portanto, unilateral – impõe limites dos quais não se pode fugir. O procedimento proposto por Jung para confrontar tal dificuldade consiste primordialmente na análise pessoal e na amplitude do conhecimento sobre o homem em geral. Desta maneira, seria possível uma abordagem mais ampla da alma.

Recordemos, com tenção explanatória, o fato de que a ciência ocidental se assenta na percepção sensorial, naquilo que pode ser visto ou tocado e confirmado por outrem. O espírito científico moderno esforçou-se ao longo dos anos por erradicar de suas discussões os traços de misticismo que o próprio Isaac Newton, o pai da Física clássica, ainda mantinha¹²⁰. O resultado foi a consolidação e a exacerbação de um *Zeitgeist* extrovertido e materialista. Para ele, somente o que é concreto é real. No ramo budista da tradição oriental, adversativamente, tal concretude é mera ilusão, “maya”. Neste caso, as necessidades espirituais são postas em primeiro plano. O ocidental pode argumentar que isso só é possível enquanto não intervier um agente físico. O mesmo, porém, pode ser afirmado no sentido inverso. Somente com muito esforço, o materialista consegue manter afastada a “ilusão do inconsciente”, e ainda de maneira muito parcial e deficitária. Seu contexto, porém, o exige. De outra maneira, estaria “fora da norma”. A forma desarrazoada de agir do ocidental moderno que sucumbe à fantasia do inconsciente é análoga à do hindu que se deixou enredar na trama da matéria. Um bom exemplo do primeiro caso nos foi apresentado por Jung nos seus *Estudos Experimentais* (1997). Tratava-se de um homem psicótico de 62 anos que apresentou “estupor crônico com ocasionais *raptus*¹²¹. Num ataque de *raptus*, arrancou com as mãos um de seus testículos”. (JUNG, 1997, p.527). Tal ocorrência, além de impensável, seria inibida normalmente pela dor lancinante. Mais notável ainda é que esse mesmo paciente “durante uma grave doença física ficou bem lúcido e abordável”. (JUNG, 1997, p.527). Para a Psicologia Analítica, teoricamente não interessa o quanto os fenômenos internos ou externos são estranhos para um ou outro ponto de vista. Seu método fenomenológico e empírico exige que se leve em consideração todo fenômeno, por mais difícil e complicado que pareça, como evento natural.

Segundo Jung, portanto, “o mundo está fora e dentro” (2000c, p.75) e, por esta razão, mais cedo ou mais tarde o sujeito há de se deparar com o desconhecido, com o aspecto obscuro e inferior de sua própria alma. Jung sistematizou a ocorrência desse confronto com a atitude inferior em termos energéticos:

120 Como resultado, por exemplo, pouco se fala que um dos problemas fundamentais do trabalho de Newton era a existência de Deus. Além disso (e talvez por isso mesmo), sua biblioteca, segundo relatos, contava com numerosos códices de teologia e alquimia. Cf. THUILLIER, P. **De Arquimedes a Einstein**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994, Cap. 4.

121 “Raptus” é uma designação psiquiátrica antiga que, nos termos da Psicologia Analítica, equivale a uma invasão duradoura e abrangente por um complexo, mantendo a personagem empírica afastada do contato com o ambiente presente.

When the libido¹²² invested in a particular function cannot be equilibrated by the exercise of the function, it accumulates until it attains a value which exceeds that of the neighbouring functional system. When, therefore, adaption to the inside is not achieved, the libido intended for that purpose accumulates until it begins to flow out of the system of inner adaptation into the system of outer adaptation, with the result that characteristics belonging to inner adaptation is carried over into outer – that is to say, fantasies intervenes in the relation to the real world. Conversely, when the system of outer adaptation overflows into the system of inner adaptation, characteristics belonging to the former are carried over into the latter.¹²³ (JUNG, 1977, p.450)

A unilateralidade é uma característica geral da atividade do eu. A delimitação de uma função superior garante um período de satisfação contínua das exigências do ambiente, o que caracteriza o movimento progressivo da libido. O tipo intelectual resolve a maior parte de seus problemas pelo uso do pensamento, como o intuitivo pela percepção das possibilidades e assim por diante. A progressão só existe mediante certa regularidade e equilíbrio interno das funções na consciência. Uma vez que o eu é um complexo consciente-inconsciente, não apenas o que é válido e útil é selecionado. Também há uma exclusão sistemática do que é supérfluo e desagradável. Conseqüentemente, determinadas atividades são preferidas em relação a outras, pois algumas carreiras profissionais e círculos sociais parecem subjetivamente mais adequados, certas formas de resolver os problemas são mais fáceis ou mais apropriadas. O indivíduo ordena o seu mundo, portanto, de acordo com suas possibilidades reconhecidas. Delimita-se, decorrentemente, aquilo que Jung chamou de *persona*, um recorte mais ou menos arbitrário da personalidade em geral que expressa o compromisso social do indivíduo, ou seja, aquilo que ele parece ser.

A identificação com a *persona* somente permanece não problemática enquanto a função superior se mantém capaz de integrar continuamente as experiências da vida, o que caracteriza a progressão da energia. Esta corresponde a uma assimilação contínua dos objetos da experiência – e, portanto, dos conteúdos inconscientes – ao eu. Garante um equilíbrio satisfatório da personalidade, pois evita a tensão extremada entre os opostos. Jung explica assim essa circunstância:

Normalmente a colaboração do inconsciente com o consciente ocorre sem atritos e perturbações, de modo que a existência do inconsciente nem é percebida. **Se o indivíduo ou o grupo social se desvia demasiado do fundamento instintivo, vivenciará todo o impacto das forças inconscientes.** A colaboração do inconsciente é válida e orientada para a meta e, mesmo quando se comporta em oposição à consciência, **sua expressão é sempre compensatória de um modo inteligente, como se estivesse tentando recuperar o equilíbrio perdido.** (2000a, p.275, grifamos).

122 Leia-se *energia psíquica*, sinônimos na obra de Jung. A noção é muito diferente daquela apresentada por Freud apesar da coincidência do termo. V. Cap.5, *infra*.

123 “Quando a libido investida em uma função particular não pode ser equilibrada pelo exercício da função, ela se acumula até atingir um valor que exceda aquele do sistema funcional vizinho. Quando, portanto, a adaptação ao interior não é realizada, a libido dirigida àquele processo se acumula até alcançar um valor que exceda aquele do sistema funcional de adaptação exterior, como resultado, características pertencentes à adaptação interior são carregadas para o exterior – ou seja, fantasias intervêm na relação com o mundo real. Correlativamente, quando o sistema de adaptação externa flui para o sistema de adaptação interna, características pertencentes ao primeiro são transferidas para o segundo”. (Traduzimos).

Quando ocorre uma obstrução da progressão da libido e o eu se mostra incapaz de superar a dificuldade adaptativa, ocorre um colapso adaptativo da função superior. Este se caracteriza por um *abaissement du niveau* do eu com todas as implicações já indicadas. Parte da energia consciente regride, pois uma porção do eu se dissimila ao inconsciente (é assimilada por ele). O gradiente energético deste último se eleva notadamente e se torna capaz de perfurar o invólucro da consciência, cujo limiar se encontra reduzido.

Quando o eu se defronta com o material advindo dos complexos, inicia-se uma etapa de adaptação ao inconsciente que Jung nomeou de “individuação” (*stricto sensu*). Esta é antagônica à adaptação ao mundo externo e “*since the breaking of the patient’s previous personal conformity would mean the destruction of an aesthetic and moral ideal, the first step in individuation is a tragic guilt*”¹²⁴. (JUNG, 1977, p.451). Tal culpa é a de não ser capaz de se adaptar sem ter que recorrer àquelas funções negativas.

Uma vez que ocorra adaptação às condições inconscientes, faz-se necessária a expiação da culpa. Isto significa uma transformação da atitude geral da personalidade diante do mundo. Jung explana em breves palavras: “*individuation is exclusive adaptation to inner reality and hence an allegedly ‘mystical’ process. The expiation is adaptation to the outer world. It has to be offered to the outer world, with the petition that the outer world accept it*”¹²⁵ (JUNG, 1977, p.451). Somente então terá ocorrido uma adaptação completa, ou seja, uma transformação da personalidade empírica. Este seria o termo ideal do movimento de regressão e compensação que, certamente, nem sempre ocorre.

Há, decerto, vários prováveis modos de desdobramento desse processo, de acordo com as diferentes circunstâncias e disposições individuais. Nestas vias de desenvolvimento, encontramos não apenas os processos normais ou saudáveis, mas também a patologia e especificamente o modelo da eclosão da psicose ou paranóia, sem cujo entendimento não será possível compreender o delírio em termos junguianos apropriados. Para melhor explicitar esse curso de eventos, recorreremos ao texto *Símbolos da Transformação*, no qual Jung, ao analisar o caso de Miss Miller, interpretou a *Canção de Hiawatha*, do poeta H.W. Longfellow, associada pela jovem às suas visões. Interessa-nos especificamente o que Jung considerou acerca do quinto capítulo do poema, intitulado *O jejum de Hiawatha* (Hiawatha’s Feast), que se segue à vitória do protagonista sobre seu temível pai, com a conseqüente conquista do pátrio poder e o seu retorno à casa da mãe.

No caminho de volta, Hiawatha se viu assolado pelo seguinte enigma: precisariam todos, até mesmo ele com seu poder recém-adquirido, depender da natureza? Tal questão tinha raízes tanto na necessidade da subsistência corporal quanto nas emoções dominadoras, visto que no regresso para casa o próprio Hiawatha se enamorara de uma jovem. O regresso à casa da mãe e o silêncio a respeito de sua

124 “uma vez que a ruptura da conformidade pessoal prévia do paciente significaria a destruição de um ideal estético e também moral [colapso da função], o primeiro passo na individuação é uma *culpa* trágica”. (Traduzimos).

125 “individuação é exclusiva adaptação à realidade interna e, por isso, um processo alegadamente *místico*. A expiação é a adaptação ao mundo externo. Ela tem que ser oferecida ao mundo externo, com a ressalva de que o mundo externo deve aceitá-la”. (Traduzimos).

paixão recente indicam uma regressão a um modo de funcionamento mais antigo, a uma relação com a mãe que lhe forneceria saciedade afetiva e nutricional.

Psicologicamente, isso significa um recuo ao passado, ao seio nutridor da mãe que afasta momentaneamente a exigência adaptativa. Quando a regressão conduz até esse estágio, o indivíduo corre o risco de estancar nessas construções pregressas, assentando as bases de uma neurose. Para que a regressão promova adaptação, é necessário que a regressão ultrapasse as imagens concretas e atinja um estrato psíquico mais profundo, haurindo dali as funções necessárias ao seu desenvolvimento. Este é o caminho seguido pelo herói que se manteve dirigido para a meta adaptativa e decidiu enfrentar seu dilema, forçando ainda mais a regressão.

Hiawatha se retirou para a floresta em um jejum voluntário, no decorrer do qual indagou repetidamente ao “Mestre da Vida” se era necessário depender da natureza daquela forma. Do ponto de vista psicológico, o jejum de Hiawatha e a submissão à essa sabedoria suprema não apenas indica um clamor dirigido à fonte geradora da vida psíquica, da qual se originou a própria consciência, mas apresenta também um sacrifício voluntário do poder adquirido que não permitia a progressão e, assim, gerava o conflito. Ao sacrificar a energia do inconsciente, o protagonista consegue se libertar do contexto familiar e regride ainda mais, em direção dos núcleos de significação formadores das próprias *imagines*.

Psicologicamente trata-se de um regresso à “mãe criadora”, i.e., às matrizes inconscientes que são fonte de vida, das quais a mãe é apenas o símbolo primeiro. Este estágio ao qual chega a regressão pode ser identificado como a força vivificante do instinto que se manifesta em imagens arquetípicas e que, por essa razão, fornece “elementos necessários para complementar ou substituir eficazmente a atitude consciente que não produz resultado”. (JUNG, 1999, p.34). Ao dirigir a ela as suas preces, o herói não apenas ativa os núcleos criadores de fantasia como também dirige a atenção para ela, criando os vínculos associativos necessários para o estabelecimento de uma função simbólica ou transcendente.

De acordo com o modo de proceder de Hiawatha, a regressão corresponde a uma introversão voluntária da energia e, por isso, “esta relação endogâmica, que de qualquer maneira é proibida pelo tabu do incesto, é evitada, e a reivindicação de ser alimentado é substituída por jejum voluntário”. (JUNG, 1995, p.324). O eu fecunda, assim, a matriz inconsciente com as relações advindas da consciência, transpondo o incesto a que estaria remetido caso paralisasse na mãe concreta para um patamar simbólico mais elevado.

As preces de Hiawatha ao Mestre da Vida são atendidas no quarto dia de seu jejum, quando ele já está cansado e semiconsciente (*abaissement*). É então que surge um mensageiro (*angellus*) do Mestre da Natureza na forma de um deus-milho. Este afirma ter sido enviado pelo mestre da vida como resposta aos apelos de Hiawatha para desafiar-lo a um duelo. Neste, com a condição de que fosse vitorioso, o herói encontraria suas respostas. Caso fosse derrotado, pereceria. Uma vez mais, devemos apresentar o sentido psicológico indicado por Jung na exposição de sua análise.

A regressão não garante de forma alguma a adaptação. Pelo contrário, corre-se o risco de que esse processo resulte na repressão do conflito. Tal ocorre, p.ex., sempre que um conteúdo é reprimido, pois “repressão significa livrar-se ilegitimamente de um conflito; isto é, a pessoa se ilude sobre a inexistência do mesmo”. (JUNG, 1995, p.51). O protagonista, porém, não segue esse caminho, ele insiste na adaptação e, por isso, abre mão do retorno ao seio da família. Neste caso, Jung assinala que a regressão ocorre na forma de uma introversão voluntária da energia. O recurso à repressão conduz por via diversa. Nesse caso, as relações permanecem em identidade com os modelos antigos de atuação, fechando-se a modificações necessárias à adaptação ao presente. O indivíduo se afasta das exigências adaptativas e, com isso, do conflito. Somente com a quebra da identidade arcaica, com as funções desgastadas, é possível alcançar uma adaptação mais compreensiva, evitando a crise patológica.

A saga de Hiawatha permite observar que *a atitude da consciência influencia de maneira direta tanto a forma da compensação quanto o resultado que dela advém*. Seus clamores são atendidos na forma de uma promessa de solução. Para isso se realizar, é necessário enfrentar e vencer o mensageiro divino. Isto porque as imagens arquetípicas sempre são dotadas de um caráter *numinoso*, i.e., “uma existência ou efeito dinâmico não causado por uma arbitrariedade”. (JUNG, 1987, p.9). A regressão, seja voluntária ou involuntária, conduz, em último estágio, a um confronto com as imagens arquetípicas.

Os conteúdos arquetípicos permitem à consciência o contato com a energia renovadora dos instintos, pois eles são as forças, ou aspectos dinâmicos, da energia psíquica. Assim como a diferença de potencial garante a força da queda d’água que é aproveitada pelo homem sob a forma de eletricidade, também a consciência pode encontrar nas visões das imagens coletivas o montante energético para a adaptação. O caráter numinoso decorre da intensa energia do arquétipo, que pode, até mesmo, mudar a mundividência pessoal da noite para o dia. De acordo com Jung;

Pessoas podem ser até mesmo destruídas por um arquétipo, tendo sua própria existência extirpada para sempre. **Na demência precoce, por exemplo, é comum acontecer que as pessoas sejam simplesmente destroçadas pelo arquétipo, explodidas.** Elas não podem resistir. Se elas têm uma experiência que o homem religioso, ordinário, chamaria de uma experiência de Deus, ao invés de compreenderem assim e agradecerem a Deus pela graça, eles pensam que são Deus ou três vezes mais que Deus. O arquétipo os absorveu e engoliu. O eu individual é muito menos resistente; é fútil em comparação. Decorrentemente, a aparição de um arquétipo em nossa psicologia sempre é um momento de grande perigo, assim como de grande esperança. (2000b, p.).

Hiawatha, como imagem do símbolo do herói, consegue vencer seu adversário. Este lhe explica que irá morrer e que seu corpo deverá receber cuidados fúnebres e sepultamento. Em seguida, seu túmulo deverá ser protegido e cuidado até que ele renasça. Acaba, então, o jejum de Hiawatha e ele começa seu trabalho em um novo patamar simbólico. Sua jornada lhe garantiu a aquisição de um novo modo de relação com a natureza, uma adaptação antes ignota. Tornou-se capaz de utilizar o poder obtido para fecundar a terra e extrair de seu trabalho o seu sustento. A técnica do plantio modifica a relação com

a mãe/natureza. Enfim, o herói retorna ao convívio social espalhando as boas novas para a comunidade. Daí segue-se a expiação, a re-vinculação com a sociedade e, em pouco tempo, o casamento.

É necessário que a consciência tenha a capacidade de confrontar esse material sem perder de vista sua orientação geral, ou seja, sem se identificar com ele. A meta adaptativa e, conseqüentemente, o conflito devem permanecer conscientes, evitando a assimilação pelo complexo inconsciente. Somente assim haverá uma equilibrção da função consciente por via da atuação simbólica.

Jung ressalta que a atitude “recém-adquirida, que corresponde melhor às condições internas e externas, pode perdurar por um considerável espaço de tempo, mas são bem poucos os casos em que uma ‘cura’ realizada só uma vez possa ter resultados duradouros”. (JUNG, 2000b, p.4). Não há, portanto, adaptação definitiva. Novas provações são encontradas no decorrer da vida.

Uma vez mais citamos Jung:

A nova atitude adquirida [...] mais cedo ou mais tarde tende a se tornar inadequada, sob qualquer aspecto, e isto necessariamente por causa do contínuo fluxo da vida, que requer sempre e cada vez mais nova adaptação, pois nenhuma adaptação é definitiva. (JUNG, 2000b, p.5).

Não há, pois, uma atitude definitiva a ser alcançada e a jornada de descida ao inconsciente e renovação sempre retornará em maior ou menor grau, a depender da exigência que a experiência impõe ao sujeito. A consciência que se mantém vinculada à meta adaptativa e, ao mesmo tempo, consegue relacionar-se com os conteúdos do inconsciente é capaz de crescimento e expansão. Esta condição implica contínua observância da compensação inconsciente e requer a capacidade de realizar um sacrifício da atitude unilateral, de relativizar a própria atitude com referência no inconsciente. Somente assim é possível chegar a uma renovação da atitude consciente e alcançar uma vontade renovada, pela integração dos conteúdos ao eu.

Nem sempre, porém, o processo decorre de maneira tão proveitosa para a adaptação.

5.2.2 Aspectos Teóricos Específicos do Delírio Patológico

Na canção de Hiawatha, o deus-milho advertira do perigo de derrota do herói que resultaria, não em renovação, mas na morte. Tal é o caminho da psicose, resultado diverso do mesmo processo. Investiguemos as minúcias do mecanismo que favorece essa conseqüência específica.

Em primeiro lugar, destacamos o valor decisivo da atitude consciente. Ao passo que os processos subjacentes da auto-regulação psíquica são os mesmos, Jung apontou um elemento diferencial entre o desenvolvimento de uma neurose ou de uma esquizofrenia. Nesta, o desenvolvimento da personalidade não estabeleceu a mesma “*solidez de estrutura*” que naquela ao longo de seu desenvolvimento e, por esta razão, corre o risco de se dissociar de uma maneira inédita para o neurótico.

De acordo com M. L. von Franz, uma psique “saudável” é aquela que apresenta atitude positiva diante do inconsciente. A conquista de tal modo de relação à compensação é, decerto, a resolução de análise mais próxima da “cura possível”. Esse comportamento é o que podemos chamar, de acordo com a Psicologia Analítica, de *atitude religiosa*¹²⁶ diante da vida, i.e., uma personalidade que nunca age “somente segundo o raciocínio consciente, mas com atenção e consideração constantes aos fatores participantes desconhecidos”. (VON FRANZ, 1999, p.79).

Certamente, tal atitude é absolutamente diversa da *identificação* com o inconsciente. Esta última faz do sujeito uma espécie de caricatura coletiva, uma personalidade muito pobre e pouco diferenciada. Neste caso, o indivíduo abandona sua diferenciação, ao assimilar, sem o conflito moral necessário, as imagens da fantasia, tornando-se a própria fantasia. A identificação enseja inflação e isolamento perniciosos que ameaçam dissolver as fundações da personalidade. O indivíduo inflado se reconhece, muitas vezes, como gênio incompreendido ou como messias, destinados a algum grande feito, por forças desconhecidas ao “vulgo”. Por seu caráter coletivo, essa conformação, não raramente, reverbera na coletividade e, daí, surgem líderes como Adolf Hitler e Charles Manson¹²⁷. O passo para a desintegração da personalidade empírica pelo complexo inconsciente é muito pequeno.

Em último grau, a identificação com o inconsciente dissocia a personalidade empírica sem deixar caminho de volta. É o que acontece se o eu não possui a solidez de estrutura necessária para confrontar o material caótico do inconsciente e, por isso, “morre”, o que psicologicamente significa que a personalidade é desintegrada. Nesse nível do processo se manifestam os delírios patológicos. Sobre este resultado funesto do confronto com o inconsciente, von Franz é incisiva:

A razão para a esquizofrenia não é tanto a invasão do inconsciente, mas o fato de isso acontecer a alguém que é acanhado demais para a experiência, mental ou emocionalmente. As pessoas não dotadas de mentalidade aberta e tolerante, e que não têm suficiente generosidade e sensibilidade para abrir o coração para o que aparece, são explodidas pela invasão. (1999, p.191).

Os termos quase poéticos da autora demarcam a importância da consciência como fator crítico da eclosão de uma psicose, que é apresentado de forma ainda mais evidente na subsequente asseveração: “se a consciência funciona como deve, é útil à vida; mas quando descarrila, torna-se destrutiva” (VON FRANZ, 1999, p.135), pois se distancia demasiado das bases instintivas, abrindo o caminho para a psicose; enquanto o sacrifício voluntário de Hiawatha “contamina” o inconsciente com um caráter benfazejo, ainda que sempre ameaçador, em certa medida. Para a personalidade excessivamente rígida, em contrapartida, o material é assustador, ameaçador e, por isso, reprimido, o que reforça a separação entre os opostos. O resultado é regressão involuntária que enfraquece o eu.

¹²⁶ Trata-se do conceito psicológico, não teológico. Cf. os textos de Jung *Psicologia e religião* (1987); e *Psicologia e alquimia*. Petrópolis: Vozes, 1991. V, tb., de M.L. von Franz, *C.G. Jung: seu mito em nossa época* (1997) e *Alquimia* (1999).

¹²⁷ Para uma melhor observação desses casos, conferir MCGUIRE E HULL (1982) e VON FRANZ (1997).

Com esta compreensão, Jung permanece no campo de um sistema teórico coerente: todas as funções implicadas na auto-regulação psíquica são fenômenos naturais. Se um deles é considerado normal em relação a outro, dito defeituoso, é porque o primeiro garante a continuidade do sistema, enquanto o ulterior conduz ao colapso do sistema. Trata-se, em todos os casos, de ocorrências típicas da alma humana. Compreendemos como as mesmas forças que determinam o desenvolvimento saudável também são arrimo para a ocorrência patológica:

[...] a psique do homem civilizado [...] pode ser comparada a um aparelho cujo processo de regulação automático da própria velocidade é tão imperceptível, que pode desenvolver sua atividade ao ponto de danificar-se a si mesma, enquanto, por outro lado, está sujeita às interferências arbitrárias de uma vontade orientada unilateralmente. (JUNG, 2000b, p.12).

As mesmas imagens cuja experiência pode trazer a renovação também ameaçam desintegrar a personalidade. Percebemos também que nenhum desses fatores – a atitude “destrutiva” da consciência, as invasões ou o conflito –, isoladamente, é causa suficiente da eclosão da patologia. Isso faz parte da compreensão justa do pensamento de Jung, de acordo com quem:

Uma causa psíquica jamais pode gerar uma doença mental sem que tenha por base uma predisposição específica. Por outro lado, pode acontecer também que haja uma predisposição e não se revele nenhuma psicose enquanto se evitarem os conflitos mais sérios e choques emocionais. (JUNG, 1990, p.203).

Tal entendimento é uma das principais características da teoria psicológica de Jung para as afecções. Em nenhuma ocorrência momentânea ou predisposição, pode ser indicado o *primum mobile* da patologia ou sua causa suficiente.

A teoria de Jung se afasta da noção de *causa* da patologia e aproxima-se da de condição, ou seja, da colaboração de vários ensejos na determinação de uma ocorrência. Essa mudança de ponto de vista exclui o estabelecimento de um “agente causador” da psicose. Até mesmo a tese acerca da psicogênese das doenças mentais é reconhecida por Jung como ponto de vista relativo a respeito da origem da patologia. Desde sua tese, em 1907, admitia que fatores orgânicos influenciassem a afecção, e que era impossível provar que a patologia fosse de origem primariamente psíquica ou orgânica. Aceitou a idéia de que o corpo deveria participar também como fator importante na disposição psicótica, entretanto, diante do fato de que a experiência de psique e corpo constituem campos opostos da experiência humana, manteve o fenômeno psicológico como sua meta, relegando as descobertas fisiológicas aos pesquisadores da área¹²⁸. Nem mesmo ao final de sua obra separou radicalmente os dois aspectos (físico e psíquico) da causação das patologias. Reconheceu, porém, o predomínio de fatores psíquicos na sua determinação.

128 O que não significa que Jung tenha relegado o problema. O sistema de compreensão apresentado por sua teoria, porém, não se preocupava com esses eventos, exceto no que se manifestasse no campo fenomênico da psique, pois somente isto o legitimava como fenômeno explicativo. Seus estudos acerca do paralelismo psicofísico acompanharam sua obra até os textos finais e foram legados à sua seguidora, Marie Louise von Franz. Conferir, p.ex., JUNG. **Sincronicidade**. Petrópolis: Vozes, 2000; *Idem*. **Mysterium Coniunctionis**. Petrópolis: Vozes, 1985; e VON FRANZ. **Number and time**. London: Northwestern University Press, 1974.

Compreendemos, pois, que os fatores essenciais são o conflito exacerbado pela regressão involuntária – cujos elementos essenciais já expusemos – e a disposição à psicose. Como compreender esta? Jung a delimitou como resultado do desenvolvimento defeituoso da personalidade, que, por essa razão, não garante interação favorável com o inconsciente. Nas palavras de Jung, trata-se de

[...] uma espécie de desenvolvimento [no qual] *uma quantidade maior do que o normal de psicologia primitiva permanece intacta*, não se adequando às condições modernas. É natural que, sob tais condições, uma parte considerável da psique não consiga seguir o passo do progresso normal da consciência. Com o passar dos anos, o distanciamento entre o consciente e o inconsciente aumenta, gerando, então, um conflito de início latente. Se, no entanto, um esforço especial de adaptação for exigido e a consciência tiver que recorrer às suas fontes inconscientes, o conflito se manifesta; a mente primitiva, até então latente, irrompe de repente, com conteúdos por demais incompreensíveis e estranhos para serem assimilados. (JUNG, 1990, p.229).

A consciência, que se desenvolve de maneira muito limitada e sem vinculação significativa com suas bases inconscientes, fica à mercê de uma invasão que não será possível integrar. Nestes casos, as imagens não se apresentam com o caráter pessoal dos sintomas neuróticos, mas assemelham-se a algo inumano, alienígena, pelo predomínio dos elementos coletivos. Decorrentemente,

[...] os conteúdos neuróticos podem ser integrados sem prejudicar essencialmente o eu, o que não acontece com as idéias psicóticas. Elas permanecem inacessíveis e a consciência do eu é sufocada por elas. Elas têm até a tendência a sorver o eu em seu “sistema”. (JUNG, 2000a, p.271).

A rigidez e a incapacidade de assimilar os conteúdos do inconsciente representam fragilidade perigosa da personalidade empírica. Conduzem o indivíduo à regressão involuntária que, neste caso, ativa as funções mais arcaicas com as quais a consciência possui pouco ou nenhum vínculo associativo. Esse tipo de regressão é perigosíssimo por aumentar o gradiente do complexo, constelando-o, enquanto a consciência nada integra dos conteúdos latentes. Sobre isso Jung destacou:

A assimilação o inconsciente protege contra o perigoso isolamento (Schreber) que sente todo aquele que se vê frente a frente com uma porção incompreensível e irracional de sua personalidade. Pois o isolamento leva ao pânico e, com isso, tão frequentemente começa a psicose. Quanto mais se alarga a brecha entre consciente e inconsciente, tanto mais iminente a cisão da personalidade que no indivíduo com tendência neurótica leva à neurose, naquele com predisposição psicótica leva à esquizofrenia, à cisão da personalidade. (1995, p.685).

O isolamento leva a uma ruptura de relações entre a consciência e a realidade empírica. As associações perdidas aumentam a intensidade do complexo e, conseqüentemente, implicam um *abaissement* muito severo. As conseqüências, nesse caso, são muito diversas daquelas que se apresentam nos casos de introversão voluntária da libido. Com a repressão, em vez de a regressão estabelecer vínculos e, daí, a possibilidade da atuação simbólica, as associações são desfeitas, aumentando ainda mais a tensão entre os opostos.

O início das invasões em pouco difere da neurose e, portanto, é muito difícil distinguir de que tipo de caso se trata. Somente em algumas ocasiões, é possível perceber uma rigidez excessiva e

uma tendência à identificação que indiquem a disposição patológica. Por essas razões, Jung não acreditava ser possível provar conclusivamente a existência de disposição. Na melhor das hipóteses havia condições de evidenciar um movimento típico dos estádios preliminares da esquizofrenia que pode ou não resultar em desintegração de fato. De acordo com a Psicologia Analítica, *somente o episódio de ruptura patológica é prova cabal da existência da disposição.*

Outro fator característico da compreensão de Jung é que o conteúdo das visões não é, em si mesmo, patológico, como também não o são, em si próprios, o esforço e o conflito envolvido em sua integração. Decorre daí que o próprio delírio não é, em si mesmo, patológico. Na verdade, de acordo com a compreensão de Jung, todos os pensamentos involuntários com que o eu se defronta e que normalmente se apresentam de modo arcaico e projetados no meio são “delírios do complexo”. Estes são, portanto, todo tipo de manifestações autônomas do complexo, na forma de juízos ou visões arquetípicas e, portanto, ocorrem também em certas situações onde não há esquizofrenia, como no caso de uma intoxicação ou em um sonho. Com efeito, Jung afirma que *o delírio nada mais é que sonho em vigília* e, reciprocamente, o sonho é um delírio sonurno. A analogia indica, ao mesmo tempo, a identidade como delírio do complexo e a diferença do contexto de atuação.

A diferença fundamental entre o sonho e o delírio patológico “consiste no fato de o primeiro se processar durante o sono, ou seja, num alto grau de obscuridade da consciência, enquanto que o fenômeno esquizofrênico não afeta, às vezes de modo algum, a orientação elementar da consciência”. (JUNG, 1999, p.246). O sono é o *abaissement* que condiciona o sono. Ao despertar, o eu, que outrora vivia em um mundo de fantasia, reassume a direção da consciência e é capaz, até, de expressar a experiência onírica ou reprimi-la. Esse ritmo de decréscimo e elevação do limiar da consciência faz parte do funcionamento sistemático e auto-regulador da psique. O perigo é que exista uma disposição patológica e o complexo se fixe permanentemente, reprimindo a ação do eu. Neste caso, o sistema encontra-se em vigília e, portanto, a tensão do eu não se encontra reduzida de maneira geral ou sistemática, mas apenas em relação ao complexo patológico.

Jung levanta a objeção de que os sonhos, de maneira geral, não constituem analogia satisfatória, pois apresentam imagens muito mais quotidianas do que os delírios psicóticos. Jung ressalta que, em geral, é isso o que ocorre: o aspecto pessoal predomina na maioria dos sonhos. Em apenas alguns sonhos, as relações com a história de vida e as associações pessoais são muito escassas. Trata-se do que os primitivos chamavam de “grandes sonhos”. As sociedades primitivas conferiam-lhe atenção especial: eram discutidos em assembléias, relatadas às autoridades e, não raro, davam ensejo a rituais apotropaicos. Jung os chamou de sonhos arquetípicos ou mitológicos, que, malgrado as associações escassas com o material pessoal, encontram fácil analogia com os mitos, contos de fada e manifestações artísticas e religiosas. Sobre eles Jung asseverou:

[...] os sonhos arquetípicos ou mitológicos têm um caráter especial, que força a pessoa instintivamente a contá-los. E esse instinto é perfeitamente explicável, já

que tais fatos não pertencem à pessoa; pelo contrário, inserem-se no coletivo. No sentido geral também têm sua dose de verdade para o indivíduo. (1985, p.104).

Nem o arcaísmo da manifestação do complexo, tampouco o fascínio e o terror promovidos por ela são indicadores *per se* da patologia, pois são comuns à experiência do arquétipo. Neste por menor, o delírio guarda também semelhança com as manifestações da arte e da religião. Estes, porém, não restam dotados do caráter caótico e desordenado da esquizofrenia. Tomamos como exemplo da criação artística as palavras do poeta Alcides Pinto, que revelam o esforço por capturar, na alma, a fugacidade do caos das impressões:

Sim, vou escrever durante 24 horas / até cansar o pulso, esgotar a alma. / 24 horas de poesia – até dizer: – chega! / senão o coração explode como uma granada. / Pode explodir como uma mina cheia de dinamite / como um avião explode com os tanques cheios de gasolina. / É que hoje é domingo e está chovendo muito. / Chovendo muito. Chovendo muito. Chovendo muito. / E uma tristeza dos diabos se apoderou de mim. / Uma tristeza dessas que dói nos ossos. [...] E se faltar tinta tiro de minhas veias / o sangue mais vivo, para gravar o poema. / Contanto que o poema apareça vivo, indelével, debaixo da chuva. (PINTO, 1986, p.11).

Jung fornece referência análoga na mística em seu texto *Sobre os arquétipos do inconsciente coletivo* (2000a). Explicita ali a história do místico suíço Nicolau de Flüe, também conhecido como Bruder Klaus, “cuja experiência mais importante foi a chamada visão da Trindade que obcecou seu espírito a ponto de tê-la mandado pintar na parede de sua cela”. (JUNG, 2000a, p.20). Essa obsessão incluiu também o estudo teológico para desvendar sua visão segundo a simbólica cristã e, ainda, um período ascético. A experiência do arquétipo que vivenciou foi encantador o bastante para conduzir sua vida daí por diante, e horrífico o suficiente para que até as suas feições ficassem desfiguradas. Jung relata acerca de tal experiência:

Esta visão, sem dúvida alguma, apavorante, irrompendo como um vulcão na visão de mundo religiosa de BRUDER KLAUS sem qualquer prelúdio dogmático ou comentário exegético, exigiu um longo trabalho de assimilação a fim de ordenar a estrutura total da alma, restaurando seu equilíbrio alterado. (2000a, p.22).

Malgrado as semelhanças, não se pode anunciar tais experiências do arquétipo como processos patológicos, pois *não se trata de psicose*. A mística e a arte não apresentam a desordem assistemática da personalidade, enquanto a dificuldade, às vezes muito grande, de expressar o material da visão, ou seja, de realizar efetivamente a adaptação. O Bruder Klaus o conseguiu por via da simbólica cristã, enquanto o poeta estabelece como veículo a própria criação artística. A adaptação, neste caso, conquista sucesso decisivo, pois preserva a unidade sistemática da personalidade e integra os seus conteúdos por via do símbolo.

A esquizofrenia apresenta, porém, resultado diverso do que ocorre nessas duas circunstâncias. Nesta, o forte afeto que invade a consciência marca o início da degeneração da personalidade e é, portanto, a *causa imediata* da esquizofrenia. Ele demove o eu de sua posição, substituindo a adaptação de maneira habitualmente irreversível e, por esta razão, Jung o nomeou “afeto patológico”. Como em toda compensa-

ção, as características das funções superiores e inferiores se combinam. A diferença é que na esquizofrenia a função adaptativa perde suas características. O resultado, ação do afeto patológico, é, pois, a desintegração de uma parte muito grande da função de realidade, assimilada e substituída pelo complexo.

Na psicose, portanto, o eu é incapaz de assimilar a experiência sem prejuízo próprio. Fazê-lo promove severa dissociação que desintegra os fundamentos da realidade. O resultado é que

[...] a totalidade psíquica se fragmenta em vários complexos e o complexo do eu deixa de desempenhar o papel principal, tornando-se apenas um dentre outros de igual importância ou ainda mais importantes. Todos esses complexos se revestem de uma personalidade, embora permaneçam fragmentos. (JUNG, 1999, §225).

Uma vez que tal cisão ocorre, institui-se uma contenda entre diversos sujeitos na consciência. Haja vista que “sujeito” corresponde funcionalmente ao pólo adaptativo da relação (VASCONCELOS JR., 1998), cada um desses complexos submete os demais à posição de objeto. Deve-se notar, porém, que Jung destaca a fragmentação dessas personalidades parciais e, com isso, o fato de que os complexos não funcionam à semelhança do eu. O complexo que perfura a superfície da consciência “não é uma segunda personalidade com um funcionamento organizado e centralizado, mas provavelmente uma soma descentralizada de processos psíquicos”. (JUNG, 2000a, p.271).

Jung acrescenta, ainda, que os complexos que invadem a consciência na psicose são capazes de aumentar sua abrangência, progressivamente, enquanto excluem o eu da sua área de atuação. Eles não tendem a se normalizar, permanecem, ao invés, em sua forma arcaica, desconsiderando o aspecto social e, por isso, impedindo a adaptação. O eu “se encontra num mundo novo e diferente, que ele projeta para fora de si mesmo” (JUNG, 1999, p.75), pois é incapaz de assimilar. Jung confirma, conseqüentemente, que os doentes delirantes

[...] estão absorvidos pelo desejo de criar uma nova mundividência em geral bastante estranha. O objetivo deles é manifestamente criar um sistema cujas fórmulas lhes permitam a assimilação de fenômenos psíquicos desconhecidos, ou seja, lhes possibilitem ordenar o seu próprio mundo. Esse ordenamento é de início subjetivo, embora seja necessariamente um estágio de transição enquanto vai adaptando sua personalidade ao mundo. No entanto, o doente permanece neste estágio e vê o mundo com sua compreensão subjetiva e, por isso, é considerado doente. Ele não consegue se libertar do subjetivismo, não encontrando nenhum elo de ligação com o pensamento objetivo, ou seja, com a sociedade. O doente, contudo, não alcança uma compreensão real de si mesmo, enquanto sua compreensão é *apenas* subjetiva. Essa só se tornará verdadeira e *efetiva* quando ‘estiver de acordo com outros seres racionais’, segundo a definição de L. Feuerbach, pois então se torna objetiva e pode estabelecer um elo de ligação com a vida. (JUNG, 1990, p.171).

A desintegração da personalidade empírica resulta, portanto, do bloqueio adaptativo. A personalidade não progride enquanto não conseguir diferenciar os conteúdos. A abrangência do complexo patológico, entretanto, tende a absorver o pouco que resta do eu, desfazendo, inicialmente, a separação entre fantasia e realidade em patamar mais superficial, podendo chegar até a dissolução completa da adaptação, na qual não existe mais controle da direção da função psíquica. A Dra. von Franz exprime o seguinte entendimento:

Uma das mais destrutivas síndromes num intervalo psicótico ocorre quando as pessoas são sobrepujadas por experiências emocionais ou alucinatórias e não podem expressá-las. Logo que elas se sentem capazes de contar essas experiências a alguém, já não são completamente psicóticas; a primeira fase terminou. Se elas podem dizer alguma coisa a respeito disso, e podem descrevê-la ainda que de um modo hesitante ou simbolicamente, se são capazes de desabafar de alguma forma, já não estão mais perdidas e o processo de cura já está em curso.

O pior é quando a coisa é tão esmagadora que as pessoas ficam simplesmente pálidas, afundam na cama e tornam-se caratônicas. Sabemos que elas estão passando pelas mais tremendas experiências interiores mas, exteriormente, jazem na cama como um pedaço de madeira e recusam alimento. Quando se reanimam, começam a gaguejar e a falar do que viram, isso já é uma melhora, pois encontram então um modo de expressão. (VON FRANZ, 1999, p.167).

O próprio Schreber apresentou um período de completa inadaptação, permanecendo inerte por vários dias, somente sendo capaz de relatar sua experiência posteriormente. (SCHREBER, 1985). O curioso é que Schreber foi um dos raros casos de cura da psicose e, muito provavelmente, a escritura de suas memórias teve significativa importância nesse processo. O complexo não desapareceu, como é regular na psicose, mas se atrofiou, na proporção em que o eu recobrou uma parte significativa da adaptação. Não devemos menosprezar o fator criativo dessa cura possível ao psicótico. Neste aspecto, o texto *A Alemanha de Schreber*, de Eric Santner (1997), lança luz sobre a importância e a abrangente influência das memórias de Schreber sobre um significativo número de pensadores da época.

O que falta, então, na psicose, é um fator de ordenação do material coletivo que Jung abordou nos seguintes termos: “when one gets an intuition of the collective unconscious, **if there is any creative power in the individual**, a definite figure is formed, rather than that the material comes through its fragmentary form”¹²⁹. (JUNG, 1991, p.65. Grifamos).

Quando esse poder é significativo, malgrado a cisão patológica, uma parte mais ou menos relevante da adaptação se preserva e ainda há alguma comunicação, a pessoa fala então como se sonhasse acordada e, ao fazê-lo, delira diuturnamente. Se esse poder criativo, oposto à rigidez e à disposição psicótica, está presente de maneira decisiva, temos um artista ou um místico, por exemplo. Nesses casos não há psicose, no lugar disto, o vínculo social se refaz, o material produzido permite essa restauração. Os outros, ante o material produzido pela adaptação diante do inconsciente coletivo, não raro têm a sensação de que ali está manifesta alguma revelação ou um conhecimento profundo e dificilmente alcançável.

Em decorrência da extrema especificidade da definição do delírio patológico, foi necessário o desenvolvimento dessa explanação acerca das funções psíquicas. Somente assim é possível compreender como o delírio do complexo atua em casos de patologia, e por que não se pode defini-lo, segundo Jung, fora do quadro da esquizofrenia manifesta. Por outro lado, é necessário ainda frisar algumas das considerações específicas acerca do delírio na *paranóia*, visto que esta guarda certas peculiaridades.

¹²⁹ “Quando há uma intuição do inconsciente coletivo, **se há algum poder criativo no indivíduo**, uma figura definida é formada; se esse não existir, o material surge em sua forma fragmentária”. (Tradução nossa).

Paranóia é o termo que distingue os casos mais simples de cisão patológica, e apresenta, como elemento típico, a clássica mania de perseguição. Jung destaca que nos indivíduos que sofrem de paranóia, por certo, “há apenas uma idéia sobre a qual eles são insanos, nomeadamente a perseguição, no mais eles são adaptados à realidade”. (JUNG, 1991, p.19). Em decorrência da cisão, o sujeito enfrenta o delírio do complexo como ente por si mesmo, externo e autônomo, pois projetado no material da experiência. O doente costuma a se sentir assolado por uma possessão, “por fisionomias e formas de pensamento autônomas” (JUNG, 1999, p.228).

Além disso, a *dementia paranoides* se caracteriza por “idéias de grandeza combinadas com idéias de supressão, ou inferioridade”. (JUNG, 1991, p.19). Normalmente tal conflito exprime a desproporção entre o eu e o complexo patológico que dividem a atitude consciente geral. Em termos mais precisos, o indivíduo expressa o conflito interno da energia psíquica em seu discurso como se falasse em sonho, ou ainda, como se seu discurso fosse o sonho acordado.

Certamente a semelhança com os sonhos fornece a melhor analogia funcional com o espectro não patológico. Jung explica sobre o caso que analisou pormenorizadamente em seu texto sobre a psicogênese:

Quando falamos de nossos sonhos é como se fossem algo alheio a nós e o fazemos da perspectiva do estádio de vigília. A paciente, porém, fala como se estivesse em sonho. Envolvida no mecanismo automático, fica evidentemente impossibilitada de qualquer produção lógica, torna-se inteiramente dependente de suas idéias súbitas e precisa aguardar se o complexo quer ou não reproduzir alguma coisa. (JUNG, 1999, p.113).

Aí resta claro o sentimento de impotência experienciado pelo eu, que lida com algo não apenas autônomo de si, mas também muito poderoso e inacessível aos seus pares. Esse passo também indica que *fonction du réel* criará uma realidade que poderá ou não ser dotada das características apropriadas à adaptação. Na verdade, trata-se de adaptação aos conteúdos da fantasia, desconsiderando, em vasta medida, o aspecto social. “Do ponto de vista psicológico, a psicose consiste numa condição mental em que os elementos antes inconscientes ocupam o lugar de realidade” (JUNG, 1990, p.201), e isso ocorre de uma maneira compulsória, arrancando o indivíduo da adaptação plena (dentro e fora!).

A resistência inicial à influência compensatória do inconsciente leva ao isolamento e ao afeto patológico que confronta o eu com o complexo agora autônomo. O indivíduo tenta se agarrar à sua realidade, mas ela, agora, encontra-se contaminada pela projeção. Os delírios de perseguição seguem-se naturalmente, pois o doente, que antes se defendia como podia dos conteúdos do inconsciente, agora é assolado por eles em todos os lugares. Escuta as vozes que o acusam e os pensamentos que gostaria de afastar do mundo ao seu redor. Já não é possível confiar em nada, à semelhança de *Schreber*, para quem, mesmo as pessoas ao redor, eram “homens improvisados às pressas”.

Com a cisão, a compensação atropela a resistência e a compensação se faz apesar do eu, cujos esforços para se isolar são infrutíferos. Diante dessa invasão definitiva, os indivíduos são

[...] absorvidos por um desejo de criar uma nova mundividência geral e bastante estranha. o objetivo deles é manifestamente criar um sistema, cujas fórmulas lhes permitam a assimilação de fenômenos psíquicos desconhecidos, ou seja, lhes possibilitem ordenar seu próprio mundo. (JUNG, 1990, p.171).

Os delírios, assim compreendidos “nada mais são que expressões do complexo” (JUNG, 1990, p.90). Isso inclui, em virtude da indiferenciação dos conteúdos, o próprio esforço por se adaptar ao inconsciente que, devido ao arcaísmo do material, é mais um risco de dissociação do eu que de adaptação plena.

Um detalhe merece ser destacado – é que o delírio tem supedâneo no histórico do indivíduo, no seu desenvolvimento e, por isso, no seu passado; entretanto, a Psicologia Analítica não se restringe a essa análise retrospectiva. Como manifestação do inconsciente, o delírio tem caráter irrevogavelmente compensatório; ele é a via da realização de algo. Em outros termos, o sistema delirante “realmente pretende alguma coisa” e, além disso, “o doente põe sua força de vontade a serviço do sistema”. (JUNG, 1990, p.168).

A finalidade geral da compensação, sabemos, é equilibrar a atitude consciente e garantir a compensação. Na psicose, porém, o delírio resulta do malogro da compensação, que ocorre sem estabelecer um equilíbrio para a atitude do eu. O resultado é, de certa forma, o oposto: a dissociação da consciência empírica. Nesses casos, não há ganho adaptativo. O indivíduo fica preso em um conflito, do qual, normalmente, não consegue sair.

Quando a vida impõe suas exigências, de acordo com o processo geral da adaptação, não há outra saída para a expansão da personalidade empírica senão pela integração dos conteúdos inconscientes. Trata-se do processo de individuação, da realização progressiva da totalidade psíquica por via da ação simbólica. No processo normal, o eu é via de realização do sujeito psicológico amplo, o complexo do si-mesmo. A psicose rompe essa relação, pois a compensação não estabelece uma via para a assimilação de energia inconsciente pelo órgão adaptativo.

Isso leva à conclusão de que o próprio material do delírio traz os conteúdos que precisam ser integrados para que ocorra a cura. O grande problema é que a cisão impede essa ocorrência de uma maneira quase absoluta. A cura é reservada a casos raros, em geral, os menos graves, pois a própria natureza da doença, a personalidade fragmentada, limita severamente a influência psíquica, essencial para a psicoterapia. O complexo, em geral, assimila a experiência em suas fantasias. Assim, como ocorreu certa vez, o paciente acredita que a clínica onde trabalha o seu analista está completamente dominada pelo complô que se arma contra ele, o que foi possível perceber no olhar da secretária e no “bom dia” suspeito do faxineiro. Em seu modo de ver, não tardaria também que o analista fosse corrompido pelo jogo sujo e ardiloso dos seus perseguidores. Seria muito risco retornar àquela clínica.

A possibilidade de cura da psicose referida por Jung fornece o resultado que ele exemplifica no remate da exposição de história clínica de uma paciente:

[Ela] fechou gradualmente a porta de seu submundo. Ficou apenas uma certa tensão na maneira de se exprimir e um olhar que, embora voltado para as coisas exter-

nas, dirige-se, ao mesmo tempo, para dentro, sugerindo a atividade silenciosa do inconsciente que consiste em preparar novas soluções para o problema sem saída. (JUNG, 1990, p.154, grifo nosso).

A cura do psicótico é a renúncia temporária ao problema e uma direção àquela parcela da vida deixada ileso em alguma medida. Assim também verificamos a resolução da patologia de Schreber, referida em capítulo anterior, na qual ele aprendeu a cumprir suas funções sociais e, ao mesmo tempo, separar um tempo de sua vida para exercitar sua feminilidade e, com isso, preparar-se para a emasculação e fecundação para a qual estava destinado. O motivo nobre com que se revestiu o delírio permitiu que ele fosse capaz de defendê-lo diante de um tribunal e enfrentar novamente a vida em sociedade.

Observa-se que a transformação possível, nesses casos, nem de longe se assemelha à adaptação sistemática, que pode alcançar o neurótico. Trata-se muito mais de uma degeneração do complexo que, todavia, permanece cindido do eu. O paciente, porém, consegue ordenar uma mundividência que lhe permita, de alguma forma, circunscrever a ação do complexo, afastando aquele afeto abrangente e avassalador referido por von Franz¹³⁰.

Jung também indica que, para que se consiga qualquer avanço, é necessário atentar diretamente para o conteúdo do complexo. O intuito de abordar apenas a “parte saudável” da vida não apenas será normalmente infrutífera, mas também tenderá a agravar a separação entre os opostos. Quando a cisão já se estabeleceu, o mais importante é que o paciente consiga, de alguma maneira, expressar e ordenar o material do delírio. Isso diminuirá a tensão e restringirá a ação do complexo patológico, visto que o eu conseguirá, ainda que de forma muito reduzida, expressá-lo em imagem diferenciada.

O fato de que os delírios se apresentem de forma incompreensível, bizarra, moralmente inaceitável, não quer dizer, de nenhuma maneira, que esses não sejam dotados de sentido. Jung assegura não existir qualquer sintoma na psicose a que falte sentido ou fundamento. Tudo o que se manifesta, por mais caótico, são imagens de uma realidade psíquica que fundamenta o ser humano em tudo o que ele cria e com que ele se relaciona. Von Franz assevera que o material que vêm à tona na psicose é, incontestavelmente, um material criativo e que, “se temos suficiente conhecimento simbólico, podemos entender tudo o que uma pessoa psicótica diz, exatamente como se fosse uma conversa de todos os dias”. (1999, p.85).

Para o desenvolvimento do processo de retomada de um grau significativo de adaptação, é necessário muitas vezes que o analista simplesmente ofereça ao paciente todos os recursos possíveis para que ele possa encontrar uma forma de expressar conscientemente o afeto. Daí percebe-se o quanto para Schreber a escrita de suas memórias foi uma necessidade vital e de valor salvífico. Tal ato não se pode esperar de um catatônico ou de alguns outros casos mais graves de psicose, mas o paranoico pode ainda retomar a direção de sua vida e, além disso, a exemplo de Schreber, contribuir para sua época, como poucos. Ainda assim, Jung compreendia que a patologia de Schreber não constituía um caso puro de paranóia, pois apresentou episódios que, na maioria dessas psicoses mais leves, dificilmente se observa, como o lapso catatônico.

130 Cf. *supra*, p. 164.

6 CONTRIBUIÇÕES, CONTRASTES... E PRESSUPOSTOS

Depois de longo percurso para a exposição dos modelos freudiano e junguiano de compreensão do delírio, no qual ponderamos os aspectos históricos e refinamentos internos das teorias, podemos, enfim, dar um passo adiante. Com esse objetivo, devemos retomar a discussão abordada no segundo capítulo.

A etapa auto-imposta em nossa discussão metodológica, de expor as noções transcriadas de um sistema ao outro, que influenciam mais diretamente suas concepções, foi realizada apenas em parte, e silenciosamente, no decorrer dos dois últimos capítulos. Uma vez que tais influências marcam as veredas percorridas por parte de cada um dos sistemas, é necessário olhar para trás e destacar quais das influências indicadas foram as mais significativas. Quais delas permaneceram dentro do conjunto da obra do autor, influenciando sua noção de delírio?

Neste capítulo, a exigência de trabalho é um tanto menor, pois a prova real situa-se, necessariamente, no curso prévio da exposição. A avaliação retrospectiva, pois, é necessária. Não tivéssemos esse zelo, nos perderíamos em discutir cada pequeno termo em comum, cada pequena influência ou menção. Seguindo o julgamento cuidadoso das obras, porém, podemos observar quais influências se tornaram ferramentas úteis, operativas. Veremos que, basicamente três grandes noções merecem atenção: a libido, o conceito de complexos e a idéia das reminiscências arcaicas. A esses três elementos agregamos, também, o quarto quesito: a função do delírio e sua condição de ocorrência, cuja discussão resulta necessariamente dos outros três itens.

Deixamos de lado uma série de influências mais ou menos importantes, como, por exemplo, a idéia de *resistência* desenvolvida por Freud. Jung a assimilou e utilizou por breve período. Sua importância era a de exprimir a incapacidade consciente de reproduzir determinados conteúdos do complexo. Essa noção, contudo, foi deixada progressivamente de lado, dando espaço ao avanço da compreensão das relações dinâmicas entre as forças psíquicas. Esse desdobramento tornou desnecessário o recurso à resistência. Exceto se nosso interesse específico fosse tentar encontrar um análogo junguiano do conceito, o que seria inútil, não há razão para destacarmos tal conceito ou qualquer outro que, de maneira semelhante, não seja imprescindível para a compreensão do delírio segundo Jung.

Também podemos exemplificar, de forma semelhante, as apropriações que Freud realizou, como o conceito de introversão da libido. Para a teoria junguiana, o conceito se tornou cada vez mais importante, enquanto, para Freud, provou-se, após algum tempo, supérfluo e inteiramente dispensável. Quando observamos a resolução freudiana dos movimentos libidinais, com sua teoria das pulsões, das correntes psíquicas e dos mecanismos de defesa, não há como discordar de que a introversão é um conceito cuja “naturalização forçada” seria um trabalho injustificado.

O mesmo não ocorre com a noção de libido. Esta foi enfatizada por Jung como uma das maiores contribuições de Freud (JUNG, 2001). Quando nos voltamos para o percurso realizado até aqui, verificamos o quanto a noção de energia é necessária para o entendimento do delírio proposto por Jung. Mais que isso, podemos afirmar sem temor que a concepção energética é o principal fundamento teórico e epistemológico de toda sua teoria.

Este conceito também foi muito caro a Freud, aproximadamente na mesma medida. Seu conceito de pulsão sustenta a dinâmica, movimenta a tópica. Constitui, como anota Assoun (1983), alicerce metapsicológico e *primum movens* de todas as ações psíquicas.

Adicionalmente, a importância da libido é demarcada por ter sido elemento crítico do rompimento da relação teórica dos dois. Para que esse conceito fosse capaz de fornecer o entendimento necessário para a perda da realidade e para a formação dos delírios, Freud e Jung desenvolveram teorias que se excluíam mutuamente. Essas definições diversas da noção resultaram em um embate crítico a respeito das *Notas* de Freud sobre o caso Schreber.

O segundo ponto a que nos referimos é o conceito de complexo, que foi a idéia germinal da Psicologia Analítica. Freud o considerou a grande contribuição de Jung para a Psicanálise¹³¹. Observamos o quanto essa noção estava presente já na discussão acerca da paranóia, nas *Notas* sobre Schreber, e o quanto permaneceram – tanto Édipo quanto Castração – no núcleo das organizações que condicionavam uma psicose. Com o passar dos anos, qualquer menção a Jung tornou-se apenas um recurso biográfico, pois o conceito se definia, internamente, pelos termos psicanalíticos. Quando analisamos o outro lado, percebemos que Jung também jamais abriu mão da teoria dos complexos. Ela foi refinada pela teoria energética e preservou seu valor dinâmico.

O caráter arcaico dos conteúdos dos delírios, ou seja, sua semelhança com o material das culturas primitivas, mitos, religiões e, até mesmo, da organização psicológica infantil é o núcleo da terceira contribuição. Esta se articula de maneira significativamente diversa das outras duas. Não foi um juízo de Jung assimilado por Freud, nem o contrário. Tratou-se de observação que, no decorrer da cooperação acadêmica, se tornou de tal forma patente que exigiu pesquisa acerca de seus fundamentos psicológicos. Neste caso, *sui generis*, tanto Freud relata a colaboração de Jung quanto o contrário. Delimitaremos o eixo dessa discussão que, pelo lado de Freud, se articula com a ocorrência necessária dos complexos de Édipo e Castração e, da parte de Jung, com a teoria dos arquétipos.

Não nos esqueceremos, ou deixaremos de lado, daquele terceiro aspecto metodológico que agora, mais que antes, se faz necessário. Até aqui, o termo de comparação foi útil em um sentido: o do afastamento progressivo do saber psiquiátrico após assumir seu problema, a paranóia delirante. A partir daqui, a vigilância conscienciosa que ele propicia será ainda mais necessária, pois entrecortar-se-ão argumentos, réplicas e pressuposições teórico-epistemológicas dos dois sistemas. Não pre-

¹³¹ Essa afirmação encontra-se dispersa em seus textos. Destacamos um trabalho tardio – *Um estudo autobiográfico* (FREUD, 1975n) – em que essa idéia é, mais uma vez, apresentada.

tendemos, porém, fazer qualquer análise do caso Schreber, e os motivos são simples. Apenas uma interpretação junguiana das memórias demandaria uma pesquisa ainda mais longa do que esta. O método freudiano de análise, mais “enxuto”, como veremos, ainda seria problemático em decorrência dos diversos meandros da sua obra.

6.1 Libido: pulsão e energia

Em *Transformações e Símbolos da Libido* (2001), Jung garantiu que reconheceu na libido uma importante compreensão de Freud, sobretudo diante da alegoria do impulso psíquico, como um córrego que pode ser dividido, obstruído, e que pode transbordar em afluentes e assim por diante. Segundo Jung, o termo *libido*, se compreendido em seu sentido clássico de um *desejo apaixonado* ou *interesse geral*, forneceria um conceito “*sufficiently comprehensive and rich in meaning to characterize the psychological entity which it includes*”¹³². (JUNG, 2001, p.122, destaque nosso). Com suporte nessa observação, Jung afirmou que a idéia de libido poderia se tornar uma concepção energética, correlata àquela da Física, pois

[...] retira das forças [psíquicas] o caráter elementar e lhes confere o caráter de formas de manifestação de uma determinada energia, assim também a teoria da libido retira das componentes sexuais o significado elementar de ‘faculdades’ da alma e lhes confere um valor meramente fenomenológico. (JUNG, 1989, p.122).

A libido seria, portanto, o conceito mais abstrato na base de todas as relações dinâmicas da psique; estas compreendidas como manifestações ou personificações da energia, ou seja, como “forças psíquicas” subsumidas na noção de energia. A idéia junguiana inicial não era de um impulso sem forma. A energia sempre se manifesta em imagens, componentes dinâmicas. Desde o início, a idéia de libido, para Jung, já era uma abstração das relações entre os elementos psíquicos em geral.

Esses argumentos eram levantados por Jung contra a definição freudiana presente nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, que seja

O fato da existência de necessidades sexuais no homem e no animal expressa-se na biologia pelo pressuposto de uma “pulsão sexual”. Segue-se nisso a analogia com a pulsão de nutrição: a fome. Falta à linguagem vulgar [no caso da pulsão sexual] uma designação equivalente à palavra “fome”; a ciência vale-se, para isso, de “libido”. (FREUD, 1975m, p.127).

Jung acusa que, segundo essa acepção, o termo libido significava uma necessidade exclusivamente sexual, compreendido segundo a linguagem médica, i.e., como apetite ou, especificamente, como concupiscência. De acordo com Jung, a aplicação psicológica do conceito exigia que a libido

¹³² “suficientemente compreensiva e rica em sentido para caracterizar a entidade psíquica **que ela inclui**”. (Traduzimos).

fosse compreendida em sentido mais amplo. Sua crítica fundamental a Freud foi, portanto, a de que ele dera uma abrangência exagerada à noção de sexualidade, enquanto o mais importante era desenvolver a concepção energética incluída na idéia de libido. A conclusão freudiana sugeria que qualquer sintoma fosse compreendido como mera expressão da sexualidade, o que se confirma com o seguinte trecho dos *Três ensaios*:

Devo primeiramente esclarecer, repetindo o que já disse em outras publicações, que **essas psiconeuroses, até onde chegam minhas experiências, baseiam-se em forças pulsionais de cunho sexual**. Não quero dizer com isso apenas que a energia da pulsão sexual faz uma contribuição para as forças que sustentam os fenômenos patológicos (os sintomas), e sim asseverar expressamente que essa contribuição é a única fonte energética constante da neurose e a mais importante de todas, de tal sorte que a vida sexual das pessoas em pauta se expressa de maneira exclusiva, ou predominante, ou apenas parcial, nesses sintomas. [...] **os sintomas são a atividade sexual** dos doentes. (FREUD, v7, p.128. Grifo nosso.).

Ora, as asseverações de Jung nos conduzem a um dilema: podemos considerar a idéia de libido como uma contribuição legítima e eficiente, se ele sequer concordava com sua definição de base? Jung admitia existir, de forma latente, no termo libido utilizado por Freud e em certas aplicações do conceito, uma idéia hipotética, em germe, que poderia caracterizar e definir a psique. O problema, segundo ele, é que Freud se recusava a dar esse salto, supervalorizando o uso mais restrito possível do conceito, ou seja, o de sexualidade. Mas era a pulsão *sexual*, porém, e não outra, a definição freudiana mais importante. Os pressupostos de Jung o conduziram a um vislumbre próprio diante da asserção freudiana. Conseqüentemente, trata-se mais de inspiração na idéia freudiana do que assimilação do conceito psicanalítico.

A divergência quanto à importância conferida à sexualidade já despontava, desde o início de suas correspondências e também nas publicações de Jung, como na introdução de sua tese *A psicologia da dementia praecox* (1990):

Se admito, por exemplo, os mecanismos complexos dos sonhos e da histeria, não justifico, de forma alguma, que atribuo ao trauma sexual da juventude uma significação exclusiva, como Freud parece fazer; muito menos que eu coloque a sexualidade em primeiro plano, acima de tudo, ou lhe confira universalidade psicológica que, como parece, é postulada por Freud, pela impressão do papel poderoso que a sexualidade desempenha na psique. (JUNG, 1990, p.14).

Mais adiante, questionou diretamente a Freud, na carta 4J, o seguinte:

*But don't you think that a number of borderline phenomena might be considered more appropriately in terms of the basic drive, hunger: for instance, eating, sucking (predominantly hunger), kissing (predominantly sexuality)? Two complexes existing at the same time are always bound to coalesce psychologically, so that one of them invariably contains aspects of the other.*¹³³ (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1979, p.7).

¹³³ “Mas você não acha que certo número de fenômenos limítrofes possam ser considerados mais apropriadamente em termos do impulso básico da fome: por exemplo, comer, chupar (predominantemente fome), beijar (predominantemente sexualidade)? Dois complexos existindo ao mesmo tempo acabam por se aglutinar psicologicamente, de forma que um invariavelmente contém aspectos do outro”. (Traduzimos).

Apontava, já então, para a sua hipótese de que *a energia psíquica não afluía de apenas um tipo de impulso específico*, mas estaria correlacionada a todos eles, visto que tinha a característica de se manifestar como um ou outro. Freud responde-lhe da seguinte forma:

*I have no theoretical objection to according equal importance to the other basic drives, if only it would assert itself unmistakably in the psychoneuroses. What we see of it in hysteria and obsessional neurosis can easily be explained by the anastomoses existing between them, that is, by the impairment of sexual component of the alimentary drive. But I own that these are knotty questions that still require thorough investigation. For the present I content myself with pointing out what is glaringly evident, that is, the role of the sexuality.*¹³⁴ (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1979, p.8).

Não há divergência entre esse ponto de vista e aquele apresentado por Freud nos *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1975m), ainda que ali se reconheça, em suas afirmações categóricas, a clara escolha teórico-metodológica. O espírito investigativo da carta não se apresentava nos ensaios, nos quais Freud reconhece na sexualidade, decididamente, o fator fundamental do interesse psíquico.

Analisemos o ponto de vista de Jung. Uma vez que ele já observara a importância da ocorrência do complexo sexual, tanto em casos nos quais predominava quanto em alguns dos quais o fator principal era outro, não havia razão para se contrapor à idéia de Freud de que a sexualidade fosse determinante *em muitos casos de neurose*. O problema era a generalização do fator erótico, pois os demais complexos que interferiam na adaptação – de alimentação, autopreservação, relação com os pais e tantos outros – também costumavam apresentar suas características quando o fator central era o sexual. Parecia-lhe, pois, que o arranjo dinâmico deveria ser compreendido por um conceito mais abrangente e abstrato do que o das tonalidades afetivas. Jung considerava arbitrário admitir qualquer dessas tonalidades como princípio explicativo ou causa de todos os outros. Por essa via reducionista, evitar essa parcialidade exigiria a multiplicação dos princípios explicativos, o que para Jung era deplorável.

A discordância entre os dois autores permaneceu pouco problemática até que o conceito de libido fosse necessário para a explicação dos fenômenos da psicose, especificamente da paranóia. É curioso notar que, ao mesmo tempo em que Freud analisava de Schreber, Jung estudava as notas biográficas de uma jovem que as escrevera como diário, no período que antecedeu seu surto psicótico. Os textos resultantes foram publicados no mesmo volume do *Jarbüch* e, por esta razão, são coetâneos. Ambos os textos procediam a uma tentativa de definição da libido que permitisse compreender os fenômenos psicóticos¹³⁵.

¹³⁴ “Não tenho objeção teórica em conferir igual importância aos outros impulsos básicos, mas somente se eles se afirmarem irrevogavelmente nas psiconeuroses. O que observamos na histeria e nas neuroses obsessivas pode facilmente ser explicado pelas anastomoses existentes entre elas, ou seja, pelo pareamento da componente sexual com a pulsão alimentar. Mas eu acredito que essas são questões complicadas que ainda requerem investigação pormenorizada. No presente eu me contento em apontar o que está claramente evidente, i.e., o papel da sexualidade”. (Tradução nossa).

¹³⁵ Não nos esqueçamos, porém, de que o trabalho de Jung somente seria completado com a segunda parte de seu trabalho, um ano depois (1913), no mesmo periódico.

Freud apresentou sua tese de que a libido era retirada do mundo externo e, por esta razão, a realidade deixava de ter valor. Essa libido era reinvestida no Eu em virtude da fixação no estágio do narcisismo¹³⁶. Acerca desse seu trabalho, concordamos com Binswanger, quando assinala que a explicação freudiana repetia seu modelo desenvolvido no estudo das demais neuroses e, com isso, “*moins par le mécanisme de projection qu'également par un recul de la fonction libidinale, mais à un autre stade, plus ancien que cela ne semble être le cas pour la neurose obsessionnelle*”¹³⁷. (BINSWANGER, 1996, p.150).

Freud seguiu, nas *Notas*, o método que Japiassu elucidou como causalismo determinista, “posto que, *a priori*, tudo deve ser explicado; e o papel da interpretação e da teoria é o de descobrir a causa oculta de todo comportamento ou discurso mesmo aparentemente fortuito ou sem significação”. (1990, p.39). A redução explicativa não buscava outra causa senão a sexual e, mais tarde, nomeadamente, a pulsional.

Assoun assevera, a esse respeito, que a teoria sexual fornece “o conceito que serve para definir o capital energético do psiquismo. A libido designa a constante energética subjacente às transformações da pulsão sexual.” (1983, p.209). Dessa maneira, a idéia de libido munia a Psicanálise freudiana do elemento-chave para sua demarcação como ciência, pois para toda *Naturwissenschaft*, “medir já é explicar”. (ASSOUN, 1983, p.210). A medida exige quantificação e a libido é o que se pode quantificar¹³⁸. Explicar é significar, o que, por sua vez, se faz pela redução às componentes pulsionais.

Nas *Notas*, Freud lançou mão de um argumento compreendido por Jung como uma intuição que se aproximava do seu entendimento:

Uma terceira consideração que surge das opiniões desenvolvidas nestas páginas é a seguinte: devemos supor que um desligamento geral da libido do mundo externo constitua agente eficaz o bastante para explicar o ‘fim do mundo’? Ou as catexias pelo Eu ainda efetivas não teriam sido suficientes para manter *rapport* - com o mundo externo? Para enfrentar esta dificuldade, teríamos ou de presumir que aquilo que chamamos de catexia libidinal (isto é, um interesse que emana de fontes eróticas) coincide com o interesse em geral, ou de considerar a possibilidade de que um distúrbio muito disseminado na distribuição da libido possa ocasionar perturbação correspondente nas catexias pelo Eu. (FREUD, 1975f, p.98).

Em seguida, Freud utilizou argumento semelhante àquele da missiva retrocitada – o fato de se não dispor de uma teoria sólida e bem fundada das pulsões – para negar o abandono da exclusividade sexual na etiologia da paranóia. Além disso, observou que o vínculo com a realidade não era completamente perdido na psicose, pelo que admitiu: “Parece-me, portanto, muito mais provável que a relação alterada do paranóico com o mundo deva ser explicada inteira ou principalmente pela perda de seu interesse libidinal”. (FREUD, VI2, p.99).

Foi nesse ponto que Jung afirmou a insuficiência do ponto de vista sexual para a compreensão da psicose. Entendia a perda da realidade no sentido já conhecido pelas descrições psi-

¹³⁶ Cf. Cap. 4, *supra*.

¹³⁷ “Menos pelo mecanismo de projeção que igualmente por um recuo da função libidinal, mas a um outro estágio, mais antigo do que parece ser no caso das neuroses obsessivas”. (Traduzimos).

¹³⁸ Veremos mais adiante que mesmo ao final de sua obra, as dificuldades impostas à observação pelas pulsões de destruição (morte) preservam esse posicionamento. O que se observa, escrutina e aquilata é mesmo a libido!

quiátricas dos casos de demência precoce, ou seja, uma “tendência especial de construir seu mundo interior, feito de fantasias, abandonando, em troca, sua adaptação à realidade exterior”. (JUNG, 1989, p.128). Nas psicoses, o grau da ocorrência é tamanho que os sonhos e fantasias passam a ter valor de realidade mais acentuado do que o do mundo externo. Jung censurou o argumento de Freud da seguinte maneira:

Difícilmente podemos supor que a *fonction du réel* seja alimentada apenas por aflusos libidinosos, isto é, por interesse erótico. Fato é que em muitos casos a realidade desaparece como um todo, de modo que os doentes não apresentam mais o menor sinal de adaptação psicológica. [...] Somos obrigados a dizer que se perdeu não só o interesse erótico, mas o interesse em geral, isto é, toda a relação com a realidade, com exceção de alguns resquícios insignificantes. (JUNG, 1995, pp.121-122).

Segundo ele, a perda da realidade na psicose era muito mais extensiva do que o simples desenlace erótico com o mundo, exceto se “eros” fosse compreendido no sentido dos antigos filósofos. O uso desse expediente, porém, faria necessário um novo termo para designar o fenômeno especificamente sexual e, por esta razão, não era viável.

Um problema adicional aqui se apresenta e não podemos ignorá-lo. O entendimento de realidade para os dois autores era incomensurável. Freud reconhecia como critério de confirmação da realidade a percepção do mundo externo. Jung, por sua vez, considerava adicionalmente o mundo interno, ou seja, a objetividade psíquica, como critério igualmente válido. Rememorando o capítulo anterior, a realidade poderia se constituir pela adaptação preponderante ao objeto externo (extroversão), mas também seria possível uma orientação da *fonction du réel* pela adaptação preponderante ao mundo interno (introversão).

Jung reconheceu quão problemática era sua proposição para o modelo científico, materialista e ilustrado, de seu tempo, que, sob certo ponto de vista, ainda vive atualmente.

O materialismo racionalista, uma atitude mental aparentemente insuspeita, é, na realidade, um movimento psicológico de oposição ao misticismo. Este é o antagonista secreto que é preciso combater. O materialismo e o misticismo nada mais são do que um par psicológico de contrários, precisamente como o ateísmo e o teísmo. São irmãos inimigos, dois métodos diferentes de enfrentar de algum modo as influências poderosas do inconsciente: um negando-as e o outro reconhecendo-as. (JUNG, 2000b, p.317).

Para Jung, o conhecimento da matéria em si mesma era tão impossível quanto o do espírito. Ao mesmo tempo, observando o indivíduo e a história humana, os dois são igualmente atuantes no psiquismo. Ora, segundo Jung, “aquilo que age, que atua, é real”. (JUNG, 2000b, p.331). A experiência do indivíduo inclui tanto a matéria quanto o fenômeno místico. Aceitar ou negar cada um deles depende da disposição subjetiva que mantém um dos pólos na consciência e o outro em uma “zona de penumbra que podemos chamar de irreal”. (JUNG, 2000b, p.331). Dessa forma, o conceito de *fonction du réel* de Jung coincide com o de adaptação psicológica, por via de qualquer dos dois modelos de atitude, e qualquer das quatro funções.

A conseqüência foi a crítica generalizada que recebeu, em sua época, por adotar um posicionamento supostamente místico. Freud confirmou essa crítica, como bem expressa o texto de Japiassu: “[Freud] **deserdou** Jung porque enraizou o movimento da dessexualização num cristianismo mítico, privando a psicanálise de sua novidade científica e vinculando-a a alquimia, ciência do imaginário”. (1998, p.41). Jung foi criticado por se deixar contaminar pela “lama negra do ocultismo”, à qual se opunha a ciência da época, o que, aliás, ele próprio considerava psicologicamente esperado.

Do ponto de vista de Freud, sua acusação é válida, pois ele participava do espírito materialista. É isso o que atesta Japiassu, ao afirmar que o método de Freud se pautava por um *determinismo-causalista físico*. Paul Laurent Assoun, por sua vez, fornece confirmação ainda mais cabal. Para ele, Freud se vinculava ao postulado reducionista de Brücke e Du Bois-Reymond, cujo primeiro princípio era o de que “só há forças, isto é, manifestações materiais (em virtude da equivalência força matéria) físico-químicas” e que também afirmava que “a única tarefa científica é a de descobrir o modo específico ou a forma de ação dessas forças físico-químicas”. (ASSOUN, 1983, p.54). Além disso, Assoun também evidenciou a idéia de que, para Freud

O determinante químico é subjacente ao determinante psíquico. E Freud colocava seriamente todo o saber psicológico sob o rótulo do provisório, aguardando que o saber químico tome seu lugar, fornecendo-lhe seu substrato. Uma química integral seria, pois, o futuro da Psicanálise. (ASSOUN, 1983, p.65).

Nesse sentido, Freud chegou a afirmar em *O Eu e o Isso* (2007) a existência de uma *oposição entre o real e o psíquico*, que, para ele, era sinônima do antagonismo entre os mundos externo e interno, respectivamente. Segundo a leitura de Jung, tal indicava que Freud abdicara que Freud abdicara de conferir valor *real* ao fenômeno místico. Jung reconheceu, decorrentemente, a Psicanálise como extrovertida, o que, *de seu ponto de vista*, é perfeitamente acertado e coerente.

Demarcamos com essa digressão a incomensurabilidade das idéias de realidade segundo os dois autores. Jung criticava de excessivamente restrita a posição de Freud, e este considerava incorretamente ampla a de Jung. Além disso, o que é mais importante, a divergência metodológica que se esboça é ainda mais severa do que a teórica. O modelo fenomênico de Jung o afastava do espírito científico da época, sustentado pelo método materialista reduutivo-causal. Freud, por sua vez, não abria mão da cientificidade metodológica. Ora, a distância imensa entre seus conceitos de realidade, por si, já implicava a necessidade de entendimentos diversos acerca das relações implicadas em sua perda.

Retomamos a discussão acerca da libido, considerando que Jung já indicara, em outros trabalhos, que tanto ele quanto Freud reconheciam a necessidade de ampliar o conceito de libido. Que Freud concordava, ao menos parcialmente, ficou expresso no trecho citado das *Notas* ao caso Schreber. Jung, porém, acusou invalidade na expansão da idéia de sexualidade operada por Freud. Segundo seu ponto de vista,

Embora haja repressões muito características da libido sexual no campo da neurose, nunca se verificou a perda da realidade, típica da demência precoce. Falta na demência precoce um número tão grande de funções da realidade que é preciso incluir,

nesta perda, também as forças instintivas¹³⁹ cujo caráter sexual deve ser negado sem mais, pois ninguém afirmaria que a realidade é uma função sexual. (1989, p.130).

Para Jung, a sexualidade não poderia ser tomada como princípio, mas como uma força específica do psiquismo. O complexo era sexual porque deslocava a função adaptativa em relação ao campo que fenomenologicamente era descrito como sexual. Explicar tudo pela sexualidade seria reduzir toda a variedade dinâmica a uma forma de manifestação psíquica, a somente uma componente instintiva dentre tantas, o que logicamente poderia ser feito em relação a qualquer outro instinto ou força psíquica particular.

Jung viu, portanto, a necessidade de abandonar o conceito de libido no sentido sexual e desenvolver a noção energética que se podia encontrar nele *in nuce*. Afirmou:

Creio não estar errado, se acho que o valor do conceito de libido não está em sua definição sexual, mas no seu ponto de vista energético, graças ao qual estamos de posse de uma concepção heurística extremamente valiosa. Graças também à concepção energética, temos a possibilidade de imagens dinâmicas e relações que são de valor incalculável no caos do mundo psíquico. (JUNG, 1989, 128).

Para desenvolver esse ponto de vista, Jung elaborou, nas páginas de *Transformações e símbolos da libido*, uma concepção genética da libido, que deveria substituir a descritiva. As conseqüências desse ponto de vista são muito longas. Por ora basta-nos apresentar sua idéia geral:

*It regards the multiplicity of instincts as issuing from a relative unity, the primal libido; it recognizes that definite amounts of the primal libido are split off, as it were, associated with newly formed functions and finally merged with them. As a result of this it is impossible, from the genetic standpoint, to hold to the strictly limited conception of libido of the descriptive standpoint; it leads inevitably to a broadening of the conception.*¹⁴⁰ (JUNG, 2001, p.134).

Adicionalmente devemos citar a seguinte conclusão:

*When I speak of libido, I associate with it the genetic conception which contains not only the immediate sexual but also an amount of desexualized primal libido. When I say a sick person takes his libido away from the outer world, in order to take possession of the inner world with it, I do not mean that he takes away merely the affluxes from the function of reality, but he takes away merely the affluxes from the function of reality, but he takes energy away, according to my view, from those desexualized instincts which regularly and properly support the function of reality.*¹⁴¹ (JUNG, 2001, p.134).

139 A comunidade psicanalítica poderá objetar que o uso do termo instinto, por Jung, no lugar de pulsão, em si, já é problemático. Concordamos parcialmente, pois, acreditamos, ele é problemático para a compreensão, mas preferimos utilizar aqui os termos como ficaram sedimentados nas tradições dos dois sistemas, sem traduzir um pelo outro. Neste ponto, é necessário pedirmos do leitor um esforço adicional para seguir a linha argumentativa e se prender o menos possível na diferença terminológica.

140 [O ponto de vista] se refere à multiplicidade de instintos como ganhando forma com base em uma unidade relativa, a libido primitiva; ele reconhece que certas quantidades de libido primitiva se dividem ao se associarem com funções recém formadas e finalmente se combina com elas. Em resultado, é impossível, do ponto de vista genético, assumir que a concepção estrita e limitada de libido do ponto de vista descritivo; ele leva inevitavelmente a uma ampliação da concepção. (Traduzimos).

141 Quando falo de libido, associo com ela a concepção genética que contém não apenas o imediatamente sexual, mas uma quota de libido primitiva dessexualizada. Quando digo que uma pessoa doente retira a libido do mundo externo para se apoderar do mundo interno com ela, não quero dizer que ela retira simplesmente seus afluxos da função da realidade, mas

A energia, para Jung, não se identifica unicamente com uma ou com outra força psíquica, mas trata-se de um conceito hipotético abstraído das relações de movimento do sistema psíquico. Segundo esse modelo, não são as forças específicas que se transmutam umas nas outras, mas a energia que muda suas formas de manifestação por via da atuação simbólica. Como conceito puramente quantitativo, diz-se que a energia *abandona uma determinada manifestação e a intensidade correspondente ressurge em uma nova função ou conjunto de funções*. A energia, para Jung, se torna “não somente não-concreta ou desconhecida, mas também uma incógnita absoluta, uma pura hipótese, uma imagem ou uma ficha de jogo, tão intangível quanto a energia do mundo das concepções físicas”. (1989, p.132). O ponto de vista descritivo é preservado, mas trata especificamente das imagens psíquicas, fenomenológicas.

Essa mudança da posição arranca também Jung da posição reducionista, pois não há como eleger uma força específica na raiz de todos os fenômenos, uma substância, ou conjunto de substâncias, que se metamorfoseiem. Para ele, a energia resulta da diferença de potencial dos pares de opostos. Em última instância, a energia é resultante da tensão entre os pólos do par instinto/arquétipo. Isso faz com que Jung seja obrigado a relativizar também o modelo mecanicista causal, tão caro a Freud.

Jung explicou que o ponto de vista energético é essencialmente finalista. Os fenômenos do presente, portanto, não podem ser considerados simplesmente resultado de causas passadas, mas da reativação regressiva de funções antigas, pela energia investida na função de realidade que se destina a um avanço. A importância da observação da condição presente é tão importante, segundo Jung, que se as bases da *função de realidade* fossem completamente desfeitas, como na catatonia, não haveria mais nada no campo fenomênico, exceto uma latência interminável. Não é difícil observar como essas considerações se aplicam ao que foi discutido no capítulo anterior.

Vejamos agora o ponto de vista de Freud. Ele afirmou em *À Guisa de Introdução ao Narcisismo*, que

É possível que a energia sexual, a libido – em seu substrato mais profundo e longínquo –, seja apenas um produto da diferenciação de uma energia que opera em geral na psique; entretanto, uma afirmação como esta não teria grande relevância para nós. Ela se referiria a eventos tão afastados dos problemas que ocupam nossa observação, e sobre os quais conhecemos tão pouco que seria até mesmo ocioso contestá-la ou defendê-la. (FREUD, 2004, p.103).

Freud posiciona-se aqui com seu interesse prático sempre presente. Não há necessidade de especular acerca de uma energia mais primitiva, como parecia propor Jung. Isto é a mesma coisa que dizer que o conceito de *libido sexualis* se mostrava suficiente para explicar todos os fenômenos observados até ali, inclusive a paranóia em Schreber. Logo adiante, no mesmo texto, Freud pormenoriza sua retaliação ao posicionamento de Jung:

retira a energia, de acordo com meu ver, daqueles instintos dessexualizados que regularmente e propriamente suportam a função da realidade. (Tradução nossa).

Eu teria preferido seguir até o final o caminho que inicial com a análise do caso Schreber sem ter que discutir expressamente as premissas da teoria da libido. A afirmação de Jung é, no mínimo, precipitada. Suas justificativas são pobres. Ele se refere primeiramente à minha própria admissão de que, em vista das dificuldades de análise de Schreber, eu me teria visto obrigado a ampliar o conceito de libido, isto é, de desistir de seu conteúdo sexual e a fazer coincidir libido com interesse psíquico em geral. [...] Só posso [...] repetir que não declarei semelhante renúncia à teoria da libido. **Outro argumento de Jung** – de que não seria concebível que a perda da função normal de realidade pudesse ser causada apenas pelo fato de a libido ser recolhida – **não é um argumento, mas um decreto; it begs the question**, antecipa a conclusão e poupa a discussão, pois **o que deveria ser investigado é se isso é possível e de que maneira**. Jung quase resvala na solução apontada há muito tempo por mim: “Com relação a isto, resta considerar – um ponto ao qual, aliás, Freud se refere em seu trabalho sobre o caso Schreber – que a introversão da *libido sexualis* leva a um investimento do ‘Eu’, e que é possível que por essa via se produza aquele efeito de perda da realidade. De fato, é uma possibilidade tentadora explicar a psicologia da perda da realidade dessa maneira”. Entretanto, Jung simplesmente não prossegue na discussão dessa possibilidade. Poucas linhas abaixo, ele a exclui, observando que, se partirmos de tal condição, teremos “a psicologia de um anacoreta [ascético]¹⁴², mas não de uma *daementia praecox*”. A inconsistência dessa comparação fica evidente se pensarmos que um anacoreta como esse, que “procura apagar qualquer traço de interesse sexual” (mas apenas no sentido popular da palavra “sexual”), nem sequer teria de realizar uma realocação patogênica da libido. **Ele poderia ter afastado inteiramente seu interesse sexual dos seres humanos e, mesmo assim, tê-lo sublimado em um interesse intensificado pelo divino, pelo natural e pelo animal, sem que houvesse ocorrido uma introversão da libido em direção às suas fantasias ou um retorno desta ao seu Eu**. Essa comparação parece desprezar de antemão **a possível distinção entre o interesse oriundo de fontes eróticas e de outras fontes**. Ademais, recordemos que as investigações da escola suíça, apesar de seus méritos, elucidaram apenas dois pontos no quadro da *dementia praecox*: a presença dos conhecidos complexos, tanto em pessoas sadias quanto em neuróticos, e a semelhança das formações de suas fantasias com os mitos populares; todavia, **não conseguiram lançar luz nenhuma sobre o mecanismo da doença**. Portanto, podemos recusar a afirmação de Jung de que a teoria da libido teria fracassado em tentar lidar com a *dementia praecox* e de que com isso também estaria descartado seu emprego para explicar outras neuroses”. (FREUD, 2004, pp.102-103, grifamos).

Pormenorizemos algumas das questões aí indicadas.

Quando Freud argumenta que Jung fizera um decreto, indica que ele não estabeleceu uma questão válida de acordo com os princípios psicanalíticos e, portanto, deveria ser descartada. Freud demarca acertadamente, a noção de que se trata de uma tomada de posição, pois Jung sequer consegue adentrar o apontado nas afirmações das *Notas*. Uma crítica válida, segundo o argumento de Freud, deveria fundamentar-se sobre saber se a retirada da libido seria, de fato, possível e como esse processo ocorreria. Seria necessário considerar os termos segundo as premissas da Psicanálise e operar consoante seu método. O que Jung faz é negar o método e, conseqüentemente, como Freud afirmara alhures, *falar de qualquer outra coisa, exceto de Psicanálise*. Freud reconhece a diferença de pressupos-

142 O termo está errado na tradução do texto de Freud. Lá se encontra “cético”, no texto de Jung, “ascético”, que são coisas diferentes.

tos e demarca sua posição: a Psicanálise se interessa por problemas psicanalíticos! Reconhecemos a justeza da declaração de diferença de pressupostos com o que, aliás, Jung também concordava.

Outro problema apontado por Freud apenas confirma essa observação. Para Freud, os sintomas e sublimações são expressões do próprio desejo, ou seja, são resultado da sexualidade. Freud afirmou com precisão que Jung não considerou apropriadamente a possibilidade de diferença real entre o interesse erótico e aqueles que se originavam de outras pulsões. A crítica de Freud lê com precisão a posição de Jung: este deveria compreender que a sexualidade era qualitativamente igual às outras, o que para a Psicanálise era muito provável erro.

De acordo com Freud, a pulsão é dotada da característica de não ter objeto fixo. Dessa variabilidade, deriva a diversidade das formações sintomáticas, dependendo de qual é o objeto do desejo. Em compromisso com a realidade, o Eu seria a instância de julgamento se um determinado destino poderia ser assumido pela pulsão, sem provocar danos severos ao organismo. Caso esse perigo se apresentasse, a via de satisfação era bloqueada e a libido deveria encontrar outras formas de satisfação, fosse pela via da sublimação – ou dos sintomas neuróticos –, fosse pela via alucinatoria. Esse mecanismo seria o responsável pela aplicabilidade da libido ao sentimento religioso, à dedicação acadêmica, às instituições sociais, aos sonhos e várias outras. Podemos dizer que esses fenômenos são vias de satisfação indireta do desejo sexual. Os sintomas são, também, formas de investimento da libido, mas que escapam às estratégias do Eu, atuando por via inconsciente.

Freud acerta em cheio ao garantir que Jung “desprezara” essas características da pulsão sexual. A implicação inaceitável para o ponto de vista de Jung era que todas essas manifestações psíquicas nada mais fossem que sucedâneos do impulso sexual, ou seja, simplesmente uma sexualidade modificada pela alteração de algumas qualidades. Segundo ele, a lógica desse argumento também permitiria derivar toda a atividade psíquica do impulso da fome ou de poder (como o fizera Adler), por exemplo. Para esclarecer o ponto de vista de Jung, a explicação de Vasconcelos Jr. é valiosa:

A partir do enfoque energético contemporâneo, Jung verá na teoria da libido o mesmo substancialismo que o pesquisador da eletricidade, após 1780, viu na concepção de fluido elétrico de seus antecessores (a comparação entre a teoria do *flogisto* e a teoria da libido em Freud é feita explicitamente por Jung [1989, §199]). A ênfase nas qualidades gerais leva ao pressuposto de um princípio substancial comum. Todavia, como existem certos aspectos em que os efeitos diferem, considera-se a eletricidade como fogo sim, mas como *fogo modificado*. Outrossim, para a teoria da libido, a fruição experimentada em outros campos que não o sexual *stricto sensu*, guardam, porém, nítidas relações com esta fruição. Trata-se da mesma *qualitas* sexual, de modo que o dinamismo presente nas construções culturais como a arte e a religião (cf. FREUD, 1970, pp. 71-72 e 1974, pp. 76 ss.), por exemplo, derivam ainda do mesmo princípio, pois seus efeitos gerais são os mesmos. É ainda libido sexual, mesmo que, dada a diferença em alguns aspectos, se trate de uma libido *modificada, i.e.*, sublimada. O conceito de sublimação da energia é completamente estranho ao enfoque energético, pois para este *não existe uma energia substancial a ser modificada*. (2007).

De acordo com a compreensão de Jung, a libido freudiana era não apenas resultado do apego ao modelo mecanicista-causal, como também era uma noção substancial de energia. Assoun é

totalmente contrário a essa posição. Ele garante que é ilegítimo pensar a pulsão como energia substancial e explica, lembrando Freud, que a pulsão nada mais é do que uma exigência de trabalho imposta ao aparelho psíquico, “mais precisamente um distúrbio econômico, uma insatisfação que se manifesta como devendo ser superada, como déficit a ser reparado”. (ASSOUN, 1983, p.211). Quanto a isso faremos uma indicação das afirmações de Freud. No *Esboço de Psicanálise*, ele assinala que “depois de muito hesitar e vacilar decidimos presumir a existência de apenas [duas pulsões] básicas, Eros e [a pulsão] destrutiva”. (1975e, p.173); ao que acrescentou, ainda:

Podemos imaginar um estado inicial como sendo o estado em que a energia total disponível de Eros, a qual, doravante, mencionaremos como “libido”, acha-se presente no Eu-Isso ainda indiferenciado e serve para neutralizar as tendências destrutivas que estão simultaneamente presentes. (**Não dispomos de um termo análogo a “libido” para descrever a energia [da pulsão destrutiva].**) Num estágio posterior, **torna-se relativamente fácil acompanhar as vicissitudes da libido, mas isto é mais difícil com [a pulsão destrutiva].** (FREUD, 1975e, p.175).

Tais asseverações, em primeiro plano, parecem questionar a afirmação de Assoun como de que a pulsão seja somente um deficit generalizado, pois Freud atesta a existência de dois grupos de pulsões parciais. A ambas correspondem as características indicadas por Assoun. São exigências ao aparelho psíquico, sendo que o seu primeiro representante no aparelho é o Isso. Assoun não deixa passar despercebido esse detalhe e complementa que “o Isso da segunda tópica, mesmo que pareça significativamente hipostasiar o pólo pulsional, no fundo só faz personalizar esse princípio de turbulência energética”. (ASSOUN, 1983, p.212). A afirmação de Assoun é condizente e esclarecedora, entretanto existe ainda outro problema diferente do que ele indica: existem dois grupos de pulsões com qualidades e metas distintas, tão diversas que somente as vicissitudes de uma delas podem ser acompanhadas com clareza.

Os grupos de pulsão sustentam o ponto de vista econômico na segunda tópica e não se pode abrir mão deles em nome de “a pulsão”. Toda pulsão é sempre a combinação das duas pulsões, visto que elas ocorrem sempre e em toda parte, de forma combinada. A idéia de pulsão apresentada por Assoun, em si mesma, já abole a possibilidade de pensar uma pulsão anterior àquelas que não sejam o corpo e as condições ambientais. A libido permanece sexual, pois é a energia de Eros, não da pulsão destrutiva.

Essas afirmações nos fazem retornar ao texto de Freud publicado em 1920: *Além do Princípio do Prazer*. Ali, por consequência da constatação de que a libido do Eu também se origina de fontes sexuais, Freud asseverou:

Concluiremos então que temos de dar razão aos críticos que desde o início achavam que a psicanálise explicava *tudo* pela sexualidade, bem como concordaremos com inovadores, como Jung, que não hesitaram em utilizar o termo *libido* no sentido de “força pulsional” em geral. (FREUD, 2006, p.173).

Ainda no mesmo texto, Freud reconhece que, desde o princípio, as pulsões de vida e de morte devem estar atadas, pois somente assim se pode preservar a sobrevivência do indivíduo e

também da espécie e, portanto, a *libido* deve permanecer como o impulso dominante para que o organismo não se encaminhe para a morte. A libido mantém sua primazia.

Devemos acrescentar que Freud explicava que a proposição dos dois grupos pulsionais era suficiente para preservar a dualidade da teoria. Mantinha-se, dessa forma, afastado na concepção de libido segundo Jung que, ao seu entender, seria monista. Mais uma vez há um acerto, mas apenas quando olhado do ponto de vista freudiano. A energia segundo Jung não é dual, mas única. Não porque tem uma só qualidade, mas porque, por definição, não tem qualidade nenhuma. Sua qualidade é dada por suas formas de manifestação, que são inumeráveis. A dualidade em Jung é pressuposto para que haja energia, pois esta é resultado da tensão dos opostos. Para Jung, instinto e arquétipo são limites, a energia psíquica não se identifica nem com um nem com o outro, oscila entre os opostos. Adicionalmente, afastando-nos do conceito puro e observando a ocorrência dinâmica da energia, percebe-se que ela sempre se manifesta como polaridades. Conseqüentemente, quando nos referimos aos conflitos entre vida e morte, consciente e inconsciente, união e desunião, propagação e contração, consideramos os aspectos dinâmicos. Do ponto de vista puramente quantitativo, em todas essas polaridades, energia enfrenta energia.

A pulsão em Freud, também se origina de uma tensão, mas daquela que se estabelece entre o corpo e o meio. Além disso, existe ainda um outro dualismo, dessa vez interno da própria definição de pulsão. O conceito de pulsão para Freud é, ele mesmo, dual, haja vista a existência de dois grupos pulsionais qualitativamente diferenciados que se combinam em diversos arranjos e podem assumir diversos destinos.

Freud critica Jung por ter dessexualizado a libido, compreendendo-a como uma energia primitiva que compreende a sexualidade no mesmo nível de outras forças psíquicas. Jung critica Freud por não fazê-lo. Este reconhece o valor da crítica e aperfeiçoa sua teoria, mantendo as qualidades da pulsão e a primazia de Eros; recusa-se a dar o passo de Jung, pois o método reutivo requer redução a algo, e a energia de Jung, a rigor, não se presta à redução, não é uma coisa ou causa de nada. Jung, por sua vez, não dá o passo de Freud, pois diz que o ponto de vista puramente reutivo é arbitrário e pobre. Deparamo-nos novamente com o diálogo de surdos e não temos a intenção de seguir por essa via; apenas elucidá-la.

É verdade que a importância atribuída por Jung à contribuição de Freud não pode ser negada, pois o conceito de libido se tornou alicerce de sua teoria psicológica; entretanto, não erramos ao dizer que nunca houve concordância entre as concepções. Ao mesmo tempo em que os dois concordavam ao admitir a necessidade de uma teoria que permitisse a quantificação dos processos, com um mínimo de aprofundamento, é possível perceber que a própria noção de quantidade dos dois é diferente, pois suas premissas são fundamentalmente diversas, seus pressupostos incomensuráveis e seus métodos antagônicos.

Esta configura a primeira constatação importante deste capítulo. A contribuição ocorreu de fato em virtude da importância adquirida pela idéia de libido. O que se obteve, entretanto, foi um

conceito traduzido desde o princípio em novos termos, transcrito. A idéia de Freud, portanto, parece mais ter fornecido a Jung um *insight* criativo do que propriamente um conceito. Adicionalmente, podemos conferir que a contribuição sucedeu por outra via que não podemos ignorar: a divergência.

Freud se viu obrigado a revisar sua teoria da libido diante das críticas de Jung e, no futuro, a contraposição teórico-metodológica ainda se fazia ouvir quando Freud dizia que Jung estava correto em suas críticas. Jung, por outro lado, demonstrou, *pari passu*, o que considerava limitado na noção freudiana, apoiando-se nessa crítica para a elaboração e aperfeiçoamento de seu próprio conceito.

6.2 Sobre os Complexos

O tema dos complexos, não à toa, foi considerado por Freud como uma das duas maiores contribuições da escola de Jung à Psicanálise¹⁴³. Também não foi por acaso que o discriminamos como importante aditamento à elaboração da teoria freudiana do delírio: o desenvolvimento das idéias de delírio e paranóia na teoria freudiana, desde as *Notas Psicanalíticas* ao caso Schreber, está aliado à noção de complexo.

A idéia jungiana do complexo associativo autônomo e inconsciente, que determina uma série de sintomas, foi bem incorporada pela Psicanálise, até mesmo porque surgira da verificação experimental do inconsciente, promovida por Jung. Os dois autores concordaram que os complexos podiam ser definidos como um conjunto de conteúdos inconscientes que se organiza na forma de um tema discernível pela avaliação das interferências na continuidade da consciência. Os complexos podem ser delimitados mediante a análise dos sonhos, do teste de associação de palavras e se tornam muito evidentes em casos de patologias graves. De forma geral, eles são núcleos inconscientes que determinam um campo provável de manifestações do inconsciente. Adicionalmente, é possível delimitar certo número de ocorrências humanas típicas em virtude da recorrência de certos tipos de complexos, em um número significativo de indivíduos.

O modelo de funcionamento do complexo em relação ao delírio permaneceu semelhante, ao longo da obra de Freud. O delírio surgia como resultado da incapacidade do indivíduo incluir a verdade do complexo, seu modelo de atuação, em suas estratégias de desejo. Assim, anota Chaim Samuel Katz, Freud entendia o delírio em Schreber como “restos e realizações equivocadas de um ‘complexo’” (1991, p.31), ou seja, tentativas malfadadas de reposição de um complexo não realizado à realidade¹⁴⁴;

¹⁴³ O outro ponto, acerca das heranças arcaicas, é matéria do tópico seguinte.

¹⁴⁴ Katz considera daninha ao trabalho de Freud a contribuição trazida por Jung, com a idéia de complexo. Em razão de sua leitura de Jung, que nos parece um tanto equivocada, não incluímos, aqui, esse ponto de vista. Devemos citá-lo, porém, em respeito à *bona fides* acadêmica, visto que, malgrado as discordâncias, trata-se de pesquisa sólida.

guardadas as diferenças, pois naquela época se enfatizava o ‘complexo paterno’, o argumento é equivalente àquele que Freud apresentou com sua teoria da não-aceitação da realidade da castração.

Também, Jung considerava que a “não-realização”, em grau relativamente profundo e compreensivo de determinados aspectos potenciais do psiquismo, resultaria em primitivismo e amplitude do campo de ação do complexo patológico, correlativamente a uma consciência muito estreita para realizar as manifestações do arquétipo. Em termos puramente teóricos, esse seria o caso de uma psicose latente, ou seja, de uma via de ocorrência dos delírios patológicos. Novamente assemelham-se as definições de complexo, mas há uma grande divergência, decorrente, em especial, das teorias energéticas dessemelhantes.

Para Freud, o conceito de complexo delimita um conjunto de experiências impostas pela fantasia no decorrer da vida. O indivíduo, anteriormente ao estágio de latência, deve se confrontar com essa experiência e integrá-la ao sistema coerente de sua personalidade. Nesse caso, uma parte do complexo se converte em todo tipo de sublimações, e uma outra, sob influência do recalque, retorna em algum momento, com a possibilidade de se integrar à realidade como sublimações. No caso da psicose, é negada realidade a essa experiência. As relações implicadas no complexo não são integradas às estratégias de desejo, em compromisso com a realidade, e permanecem em seu estado livre e caótico inconsciente. Em virtude da separação entre as realidades, isso implica a *falha do desejo* que já discutimos.

O complexo, nesses termos, é uma experiência (imposta pela fantasia) do indivíduo em tenra idade, e o resultado da experiência do complexo, que Freud chama de resolução do complexo, determinará as possibilidades de ocorrência dos diversos tipos de neurose e de psicose. O complexo, nesse caso, permanece como princípio explicativo, situado na infância, ao qual a explicação recorrerá, pois ele tem efeito não causativo, mas condicionante. O complexo, em última instância, com a maneira como ele se resolve, estabelece um modelo para toda a história econômica futura do indivíduo. Este vive com a possibilidade que lhe foi conferida pela experiência infantil do complexo. O delírio resulta de uma dessas possibilidades.

A compreensão de Freud, portanto, está de acordo com seu ponto de vista determinista-causal e redutivo. A redução do arranjo dinâmico é redução ao reconhecimento da realidade do complexo, supedâneo explicativo da teoria psicanalítica de Freud. Com efeito, é ao dizer que a realidade da castração foi abjurada que Freud dá a significação final do delírio: ele é uma tentativa de conciliação entre o Eu e essa realidade. O conflito do presente é um sucedâneo do conflito ocorrido na infância.

Ora, o ponto de vista de Jung é demasiado diverso. Lembramos apenas que, para ele, os complexos são a porção dinâmica da energia, pois são unidades funcionais de relações entre conteúdos que compartilham entre si uma certa tonalidade. Os complexos se influenciam e podem assumir a posição de sujeito ou objeto nessa relação. O potencial assimilativo do complexo depende de dois fatores fundamentais: primeiro, da quantidade de relações que ele agrega, ou seja, de sua intensidade, e, em segundo lugar, da sua associação com uma experiência imediata, i.e., de que ele seja constelado.

Destacamos, pois, que, para Jung, o *eu é um complexo*, enquanto, para Freud, a forma como o eu se constitui já depende do modelo determinado pela reação ao complexo. Isso leva a outra divergência, esta fundamental.

Jung diz que a situação presente é o fator determinante para a ocorrência dos sintomas, pois o obstáculo adaptativo gera um deficit que propicia o deslocamento do eu de sua posição pelo complexo. Além disso, a imagem do complexo deriva de uma reavivação regressiva pelos conteúdos que se dissimilam do eu. Por esta razão, ele explica a respeito dos sintomas

Quanto mais nos afastarmos, em pesquisas analíticas, da época da neurose manifesta, menos esperança temos de encontrar a verdadeira *causa efficiens* da neurose, pois a desproporção dinâmica se dilui mais e mais à medida que entramos no passado. Se nossa teoria busca as causas da neurose no passado remoto, então fazemos o jogo de nossos pacientes que nos querem afastar ao máximo do presente crítico. *O conflito patogênico está sobretudo no presente.* (JUNG, 1981, p.167).

Com essa explicação, Jung demonstra que sua compreensão das relações entre os complexos depende do arranjo dinâmico do presentes, que reaviva modelos de organização do passado que, só então, se fazem presente. A causa eficiente é o conflito adaptativo, enquanto a história do desenvolvimento do indivíduo é condição de ocorrência desse conflito.

Para Freud, porém, a causa eficiente está no passado e, por isso, ele critica Jung em uma carta de 1912, a respeito dessa mesma compreensão de Jung, apresentada noutros termos em *Transformações e símbolos da libido*.

I own a strong antipathy towards [...] the regressive character of the innovation [on the libido]. I believe we have held up to now that anxiety originated in the prohibition of incest; now you say on the contrary that the prohibition of incest originated in anxiety, which is very similar to what was said before the days of Psychoanalysis¹⁴⁵. (FREUD; JUNG; McGUIRE, p.507).

Este argumento de Jung, em relação ao qual Freud se diz tanto antipático quanto confuso, deriva da compreensão das relações dinâmicas segundo a energética. Quando a libido regride em decorrência do represamento, ativa funções antigas que, para o eu que se organiza em um novo patamar simbólico, parecem inaceitáveis. Essa regressão, em última instância, é a imago materna e retorna ao problema do incesto em um grau mais primitivo, o qual, se o indivíduo reconhecer como inaceitável (proibição do incesto), de acordo com suas exigências adaptativas atuais, pode levá-lo a uma transformação. Caso não haja um sacrifício dessa condição primitiva, o indivíduo fica paralisado e se afasta do conflito no adaptativo, substituindo-o por uma neurose.

Para Freud, o problema do incesto está relacionado ao problema inicial complexo de Édipo e a situação contemporânea somente é ansiogênica porque revive a angústia da experiência de proibição sob ameaça de castração. Nesse mesmo sentido, Freud explicou o problema em Schreber

145 “Eu tenho forte antipatia em relação ao caráter regressivo de sua inovação [acerca da libido]. Acredito que sustentamos até agora que a ansiedade se originava na proibição do incesto; agora você diz ao contrário, que a proibição do incesto se origina da ansiedade, que é muito similar ao que foi dito antes dos dias da Psicanálise”.

como produto de uma organização sedimentada no passado. No próprio texto, por exemplo, o sol e Deus eram explicados como substitutos do pai e, por isso, o complexo paterno era sua causa primeira, ou condição determinante¹⁴⁶.

No sentido de Jung, a compreensão da imagem de Deus é, de certo modo, diversa:

Deus é, desde o princípio, apenas nervo e não corpo, portanto algo aparentado à alma humana. Os nervos de Deus, contudo, não existem em número limitado, como no corpo humano, mas são infinitos ou eternos. Possuem as propriedades inerentes aos nervos humanos elevadas a uma potência que ultrapassa tudo o que o homem possa conceber. Têm, em particular, a capacidade de transformar todas as coisas possíveis do mundo criado. (SCHREBER, 1985, p.36).

Podemos asseverar que a imagem de Deus é uma fantasia espontânea produzida pelo reavivamento regressivo do *abaissement* psicótico, e que corresponde à manifestação do si-mesmo psicológico que, para Jung, é um complexo manifesto como a totalidade psíquica. Podemos dizer, em termos teóricos, que é uma imagem que representa a própria energia psíquica, capaz de transformar tudo, de tocar tudo e criar qualquer coisa. Deus, nesse sentido, é “apenas alma” e pode extrair dessa fonte psíquica ilimitada, raios dotados do poder criativo ao atingir qualquer coisa e ao entrar em relação com qualquer alma humana. Daí se relaciona também com a *imago* parental, que é a primeira representante psíquica do aspecto fecundador da energia psíquica.

As interpretações são muito diversas, como se vê, porém, mais uma vez, isso não impediu que a “naturalização” do conceito junguiano por Freud não tenha contribuído em demasia para sua obra. Na verdade, tornou-se um de seus conceitos centrais. Tal valor também lhe é reconhecido por Jung em sentido bem diverso.

Outro detalhe que não podemos omitir em nossa análise é a influência da organização de um sistema psicológico. O sistema promove um contexto no qual um elemento, quando se agrega, confere forma muito específica, de maneira análoga à da apercepção, e isso o modifica. Uma vez informados das diferenças das concepções energéticas, não nos é difícil escutar seu sentido peculiar não compartilhado.

6.3 Heranças arcaicas: Verdade e Criação no Delírio

Chegamos, enfim, ao terceiro elemento da discussão sobre as contribuições mais significativas em torno do conceito de delírio. Trata-se do problema das reminiscências arcaicas, o qual, já sabemos, foi tanto referido por Freud como problema levantado por Jung, quanto por este, como

¹⁴⁶ Binswanger considera que o método freudiano é, sim, redutivo, mas isso não implica que sua teoria seja tanto causal. Não há uma única causa suficiente, pois existem os momentos críticos em que o paciente surta ou desenvolve um sintoma neurótico, isso não é constante a vida inteira e nem em toda a abrangência da psique. Daí, considera que a teoria impõe uma condição que, decerto, é inescapável. (Cf. BINSWANGER, 1996).

legado de Freud. A verdade é que, na sua relação, nos seus grupos de estudo, esse problema foi levantado e não há, aparentemente, como afirmar por quem. Quando Jung publicou sua pesquisa em 1911-12 o tema já levantara discussões em cartas, e não há como saber se já não havia surgido. Avaliemos, de outra forma, como a importância desse tema se destacou.

Ao estudar o problema da demência precoce, ainda no hospital *Bürgholzli*, Jung constatara que muitos dos delírios dos pacientes apresentavam semelhança irrefutável com as produções dos mitos dos povos antigos. Uma vez chamada a atenção, a observação dessa ocorrência foi discriminada. Ambos constataram a ocorrência de temas semelhantes nos sintomas da patologia, nas religiões, nos mitos e na Psicologia Infantil.

Isso levou ao questionamento que impulsionou a pesquisa. Do lado de Jung, perguntou-se quais os fundamentos humanos garantiam essa ocorrência geral, e como seria possível abordá-los psicologicamente. A pergunta análoga de Freud decorria de sua constatação de que esses elementos, uma vez que se apresentavam de maneira semelhante, podiam ser todos reduzidos aos mesmos complexos que já desvendara na Psicologia Individual. A grande questão era o porquê da ocorrência universal desses complexos.

Foi no pós-escrito do caso Schreber que Freud fundou oficialmente suas linhas de investigação sobre o assunto.

Desde que publiquei meu trabalho sobre Schreber, uma aquisição fortuita de conhecimento colocou-me em posição de apreciar mais adequadamente uma de suas crenças delirantes e de reconhecer a riqueza de sua relação com a *mitologia*. (1975f, p.106).

Freud analisou a relação de Schreber com fundamento nas culturas primitivas. As tribos consideradas por Freud se diziam filiadas a um determinado totem, ao qual honravam e pelo qual, em contrapartida, eram protegidas. Assim, os “filhos” de um determinado totem gozavam de certos privilégios. De modo similar, Schreber relatava que tinha o privilégio de olhar para o sol, ficando apenas levemente ofuscado, o que outrora lhe fora impossível e que também não era possível aos demais. Todas essas manifestações Freud reduziu ao conhecido “complexo paterno”. Os resultados de análise conquistados com a semelhança entre o material do delírio e das culturas primitivas levaram-no a assinalar que

Jung tinha excelentes fundamentos para sua asserção de que **as forças criadoras de mitos da humanidade não se acham extintas**, mas que, **até o dia de hoje, originam nas neuroses os mesmos produtos psíquicos que originaram nas mais remotas eras passadas**. Gostaria de retomar uma sugestão que eu próprio fiz há algum tempo, e acrescentar que o mesmo é válido para as forças que constroem as religiões. E sou de opinião que em breve chegará a hora propícia para efetuarmos a ampliação de uma tese que há muito tempo foi sustentada por psicanalistas, e completar o que até aqui teve apenas aplicação individual e ontogenética acrescentando-lhe o correspondente antropológico, que deve ser concebido filogeneticamente. ‘Nos sonhos e nas neuroses’, assim dizia nossa tese, ‘deparamos mais uma vez com a *criança* e as peculiaridades que caracterizam suas modalidades de pensamento e sua

vida emocional.’ ‘E deparamos também com o *selvagem*’, podemos agora acrescentar, ‘com o homem *primitivo*, tal como se nos revela à luz das pesquisas da arqueologia e da etnologia.’ (FREUD, 1975f, p107, destaque nosso).

De acordo com seu método, deveria ser possível reduzir todas as retrocitadas ocorrências às determinantes pulsionais, o que de fato foi feito por Freud.

Em discussão com Jung, Freud apresentara um método segundo o qual lhe parecia acertado lidar com o material advindo da cultura, sobretudo das religiões e dos mitos. Foi assim que Freud admoestou e orientou Jung:

*I hold that the surface version myths cannot be used uncritically for comparison with our psychoanalytical findings. We must find our way back to their latent, original forms by a comparative method that eliminates the distortions they have undergone in the course of their history.*¹⁴⁷ (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1974, p.473).

Freud deu como exemplo a citação da história da maçã, do Gênesis, que havia sido mencionada em um debate, como exemplo de sedução do homem pela mulher. Freud levantou a hipótese de que *poderia* haver, *na verdade*, duas árvores sagradas e que, ao invés de Eva ter sido criada do homem, *poderia ter sido*, na verdade, mãe do homem. Da mesma maneira, seria Adão a ter-lhe dado o fruto, e não o contrário. Caso essas modificações fossem assim operadas, concluiu Freud, “*we should be dealing with the well known motif of mother incest, the punishment for which etc.*”¹⁴⁸ (FREUD; JUNG; McGUIRE, 1974, p.473).

Esse foi, aproximadamente, o mesmo modelo que Freud seguiu ao longo de suas pesquisas. Permanecia o modelo de redução às causas até chegar às formas latentes. A transposição desse procedimento, entretanto, de início analítico para o julgamento do material cultural, deixava uma lacuna de custosa ou impossível transposição. Em análise, era o próprio paciente quem fornecia os seus elementos. As distorções do discurso, promovidas pela resistência, se revelavam no relato de sonhos, nos sintomas e nos atos sintomáticos. A chave para a significação no método psicanalítico era, por excelência, a associação livre. Era esse o procedimento que permitia revelar as causas, de início, latentes, dos sonhos e sintomas. Foi daí que Freud colheu elementos para formular seus conceitos fundamentais, como o complexo paterno – presente no núcleo do sistema totêmico e da paranóia de Schreber – e de Édipo.

A lacuna deixada pela associação livre, levava Freud a remover, ele mesmo, as distorções. Do ponto de vista fenomenológico, poder-se-ia dizer que ele ajustava o fenômeno ao seu modelo explicativo, como, por exemplo, no início de *Moisés e o Monoteísmo*, última de suas obras acerca do tema, na qual defende o posicionamento de que Moisés, na verdade fosse egípcio. Sustentado por essa proposição, deu continuidade à elaboração de sua tese, segundo a qual o monoteísmo cristão resulta da culpa pelo assassinato de Moisés.

¹⁴⁷ “Minha posição é a de que as versões superficiais dos mitos não podem ser utilizadas de maneira acrítica em comparação com nossos achados psicanalíticos. **Devemos encontrar o caminho de volta às suas formas latentes e originais por um método comparativo que elimina as distorções que elas sofreram no curso de sua história**”. (Traduzimos).

¹⁴⁸ “Estariamos lidando com o conhecido motivo do incesto com a mãe, a punição por ele etc.” (Tradução nossa).

Esse modelo utilizado por Freud foi alvo de todo tipo de críticas, até mesmo de acusação de que a história que Freud analisava era uma “história inventada”¹⁴⁹. Não obstante, a maioria dessas críticas advém do campo da Antropologia e, em geral, não nos interessam, a não ser por indicar que a teoria de Freud, de fato, resultou em uma tese psico-antropológica, se assim podemos classificar. Do ponto de vista psicológico, pouco interessa se é verdadeira ou falsa a descendência hebraica de Moisés. O que importa é verificar que a tradição cristã milenar sempre admitira o mito dessa maneira. A substituição de uma possível distorção por outra resultava da exigência metodológica causal-redutivista de Freud. Japiassu nos informa da posição de Freud diante da polêmica de se debruçar sobre o material religioso e mitológico:

O interessante, nessa polêmica, é que ele [Freud] parece ver-se condenado a oscilar entre sacrificar o rigor à riqueza e sacrificar a riqueza ao rigor. Opta decididamente pelo rigor científico e pelo determinismo-causalista, muito embora seja por seus aspectos não-científicos que a psicanálise apresenta seus resultados mais ricos, mais fecundos, originais e interessantes. (1998, p.40).

Freud ateu-se estreitamente ao método redutivo, fazendo com que sacrificasse a riqueza da teoria, chegando a resultados muito semelhantes ao que encontrava na clínica. Japiassu complementa:

Se, do ponto de vista do conteúdo das teorias, não se pode falar da cientificidade da psicanálise, o mesmo não pode ser dito a respeito de seu método. Porque o rigor do método freudiano aparece claramente em estrito e fiel respeito às regras do jogo social da pesquisa científica, onde a psicanálise fala com a ajuda da linguagem reconhecida pela comunidade científica ou, então, com uma linguagem *ad hoc*, mas forjada em continuidade com a precedente. (1998, pp.40-41).

Freud manteve sua linha argumentativa e metodológica na diretriz de seu processo de investigação, ainda que a lacuna não fosse preenchida. Em seus principais estudos sobre as tradições culturais e religiosas, iniciando em *Totem e Tabu*, demonstrou que as religiões são derivadas do complexo de Édipo. Sua abordagem dos materiais culturais não apenas explicava o fenômeno religioso como também reforçava a posição diante das patologias.

A teoria que Freud elaborou para explicar a necessidade da atuação do complexo complementa sua tese. Os argumentos essenciais foram apresentados em *Totem e Tabu* (FREUD, 1913) e não mais foram abandonados. Na verdade, a segunda tópica lhe dá lugar de direito na constituição do aparelho psíquico. Ele toma como ponto de partida a tese de Charles Darwin sobre a origem das culturas totêmicas.

De acordo com essa teoria, os homens primitivos se organizavam em pequenos grupos, as hordas, regidos por um pai, o indivíduo mais forte, que monopolizava as mulheres, inclusive as próprias filhas, e tinha privilégios sobre os produtos da colheita e da caça. Nessa organização, os muitos filhos desse pai se organizaram para assassiná-lo e depois comê-lo. A culpa gerada por esse

¹⁴⁹ Cf. PALMER, Michael. **Freud e Jung sobre a religião**. São Paulo: Loyola, 2001. p.85. O autor cita aí essa crítica que teria sido proferida por Evans-Pichard.

crime hediondo levou ao estabelecimento do totem, cuja função era lembrar o trágico evento e a culpa por tê-lo praticado. Com essa lembrança surgiu não apenas a tradição religiosa, como a proibição do incesto, pois a exogamia evitava a formação de novas hordas e, assim, a repetição do crime terrível.

Esse modelo foi facilmente explicado por Freud, segundo a relação ambivalente com o pai, implicada no complexo de Édipo. Para que essa teoria se sustentasse, entretanto, era necessário que o sentimento de culpa se preservasse ao longo de numerosas gerações, e isso foi explicado para ele como uma espécie de herança filogenética dessa culpa. Essa transmissão chegaria mesmo àqueles que não tivessem contato externo com tal experiência; então, seria fator de herança endógena, na constituição psíquica de todos os indivíduos. A fantasia da relação edípica seria, portanto, uma espécie de atuação da característica herdada filogeneticamente no contexto ontogenético.

Freud trata, pois, de herança de características adquiridas pela experiência. O aparelho psíquico segundo o modelo da segunda tópica inclui esse juízo na instância do Isso. Freud asseverou:

[...] uma nova compilação surge quando nos damos conta da probabilidade de que aquilo que pode ser operante na vida psíquica de um indivíduo pode incluir não apenas o que ele próprio experimentou, mas também coisas que estão inatamente presentes nele, quando de seu nascimento, elementos com uma origem filogenética - uma *herança arcaica*. (FREUD, 1975c, p.193).

Freud considera que, anteriormente, sua posição fora imprecisa em relação a esse ponto e que, em alguns momentos, dera a entender que poderia se tratar de heranças adquiridas externamente, como os sistemas lingüísticos. Arrematou a questão, acentuando:

Quando falei da sobrevivência de uma tradição entre um povo ou da formação do caráter de um povo, tinha principalmente em mente uma tradição herdada desse tipo, e não uma tradição transmitida pela comunicação. Ou, pelo menos, não fiz distinção entre as duas e não me dei claramente conta de minha audácia em negligenciar fazê-lo. Minha posição, sem dúvida, é tornada mais difícil pela atitude atual da ciência biológica, que se recusa a ouvir falar na herança dos caracteres adquiridos por gerações sucessivas. Devo, contudo, com toda modéstia, confessar que, todavia, não posso passar sem esse fator na evolução biológica. (FREUD, 1975c, p.121).

Tal posição, de fato, já havia sido praticamente abandonada na Biologia, muito embora existissem correntes que a admitiam até mesmo fora desta ciência, como, por exemplo, a corrente antropológica da qual fazia parte James Frazer. A idéia de Freud reavivava a teoria dos caracteres adquiridos, de João Batista de Monet de Lamarck, cuja segunda lei pode ser quase perfeitamente aplicada ao pensamento de Freud, bastando para isso substituir os construtos biológicos pelos psicológicos:

Todo lo que la Natureza hizo adquirir ó perder à los individuos por influencia de las circunstancias en que su raza se ha encontrado colocada derante largo tiempo, y conseqüentemente por la influencia del empleo predominante de tal órgano, ó por la de su desuso, la Naturaleza lo conserva por la generación en los nuevos individuos, con tal de que los cambios adquiridos sean comunes á los dos sexos, ó á los que han producido estos nuevos individuos.¹⁵⁰ (LAMARCK, 1986, p.175).

150 “Tudo o que a Natureza fez adquirir ou perder nos indivíduos pela influência das circunstâncias nas quais sua raça foi inserida durante longo tempo, e conseqüentemente pela influência dos emprego predominante de tal órgão, ou pelo seu

A idéia de que uma experiência suficientemente intensa e repetida fica impressa na constituição e, decorrentemente, é transmitida às gerações seguintes corresponde ao argumento defendido por Freud. Ainda outra característica deve ser destacada na semelhança com Freud: as modificações adquiridas derivam da ação do meio, o que está de acordo com a posição materialista do Pai da Psicanálise. Para explicar as heranças psíquicas, porém, Freud ainda acrescentou *uma teoria de recapitulação* (PALMER, 2001), segundo a qual a atuação da função adquirida é necessária. Não obstante, “necessita receber alguma espécie de ímpeto na vida do indivíduo antes de poderem ser despertadas para o fundamento real” (FREUD, 1975e, p.187). Dessa maneira, a herança permitia também que o indivíduo fosse capaz de reconhecer os construtos culturais derivados do conteúdo da herança e se reconhecer neles.

O complexo de Édipo, pois, era uma herança deixada pelos ancestrais, assim como os complexos paterno, de incesto e da castração. Considerava-os, pois, como verdades históricas (FREUD, v.23) que, por sua atuação necessária, deveriam ser realizadas de alguma maneira. Careciam de reconhecimento pela consciência, ainda que daí derivasse o recalque. A não-submissão das verdades ao princípio de realidade faria com que essa verdade adviesse novamente como segunda realidade, como sucede na ocorrência dos delírios. Com isso, a teoria dos delírios assumia definitivamente a afirmação de que esse sintoma é uma tentativa de cura ou de reconciliação da verdade histórica com o Eu.

Retornando ao caso Schreber, ficam explicadas as razões pelas quais seus delírios são muito mais evidentemente semelhantes aos mitos primitivos: a herança não foi submetida ao princípio de realidade, como na neurose, e, por isso, não se configurou de acordo com as situações presentes. Manifestou-se, portanto, na forma de uma realidade secundária que o delírio tentou dizer sem sucesso. Essa realidade que deriva da ação direta do Isso é, portanto, muito mais próxima das formações, como foram herdadas.

Jung, por sua vez, apresentou suas primeiras concepções teóricas para o problema das heranças arcaicas em *Transformações e Símbolos da Libido*, no qual desenvolveu a concepção própria de energia. Desde então, deu motivos às críticas de Freud por considerar o conteúdo das religiões e dos mitos positivamente, e não como subterfúgio. A admoestação freudiana retrocitada deriva da primazia irrestrita que Jung conferia aos fenômenos, não admitindo que o fenômeno religioso fosse uma ilusão ou o produto de uma resistência, mas um fenômeno psicológico autêntico.

Em sua primeira abordagem do problema, Jung reconheceu que as imagens arcaicas se manifestavam espontaneamente como uma espécie de “visão”. Recusou desde o princípio a hipótese de que a psique fosse uma *tabula rasa* na qual simplesmente seriam impressas as percepções do mundo exterior. Para ele, a energia era capaz de produzir a própria imagem de algum tipo de disposição endógena a organizar a experiência do mundo externo sob determinadas configurações. Jung concedia,

desuso, a Natureza o conserva pela geração nos novos indivíduos, desde que as mudanças adquiridas sejam comuns aos dois sexos, ou aos que produziram estes novos indivíduos”. (Traduzimos).

assim, prioridade à espontaneidade da formação da fantasia. Não sabia ainda o que garantia a formação dessas representações e inicialmente postulou a noção de que o homem devia trazer herdadas, em sua constituição, certas “imagens primordiais” ou “dominantes psíquicas”. Essa noção deixava margem para a compreensão semelhante à de Freud, mas não ficava ainda clara a relação entre as disposições *a priori* e a experiência *a posteriori*.

Novamente somos levados a problemas de método e encontramos, na relativização do ponto de vista redutivista-causal pelo acréscimo da posição energético-finalista, o modelo que levou Jung a encontrar sua resposta. Sua crítica o posicionou contrariamente à análise apresentada por Freud no exame do caso Schreber. Julgava que o método de Freud se restringia a encontrar um conceito geral para fatos particulares, o que resulta apenas em “redução do desconhecido ao conhecido e do complexo ao simples”. (JUNG, 1990, p.163). Não questionou a cientificidade do método, mas afirmou que tal modelo falhava em fornecer entendimento para o problema individual. A esse respeito exprimiu: “Penso aqui na judiciosa definição de Kant, segundo a qual ‘entender’ nada mais é do que ‘reconhecer uma coisa na medida suficiente de nossa intenção”. (JUNG, 1990, p.164).

Jung asseverou, ainda, que compreender uma obra como o *Fausto* de Goethe – ou as *Memórias de um Doente dos Nervos*, de Schreber – do ponto de vista puramente redutivo ou retrospectivo, “é semelhante ao homem que procura entender uma catedral gótica – para dar um exemplo drástico – a partir da perspectiva histórica, técnica e, por fim, mineralógica. Contudo, em que repousa o sentido dessa obra maravilhosa?”. (JUNG, 1990, p.163).

O modelo redutivo-causal não fornecia o reconhecimento na medida da intenção de Jung porque simplesmente desfaria o fenômeno em suas componentes básicas. Para ele, seria necessário buscar, além disso, o sentido do fenômeno. Tal ponto de vista, como o próprio Jung reconheceu, remete à necessidade de um entendimento subjetivo, o que certamente entra em choque com o modelo explicativo causal e com a ciência contemporânea. Não obstante, “se pretendermos conhecer mais profundamente a questão psicológica, devemos ter em mente que todo conhecimento, no fundo, é condicionado pela subjetividade”. (JUNG, 1990, p.165). A visão de Jung era de que, ao reduzir às causas ou às componentes básicas uma obra como o *Fausto*, produzir-se-ia simplesmente um conhecimento secundário, mas inquestionavelmente científico. Exigia o cientista que a imagem psíquica fosse “compreendida como algo em contínuo devir e sempre de novo vivenciável”. (JUNG, 1990, p.166)

Para alcançar esse objetivo, Jung propôs o método sintético, ou construtivo, que “alcança os objetivos universais por meio de síntese de tendências individuais” (JUNG, 1990, p.167). De acordo com seu entendimento energético, além de compreender a psique no sentido do que foi, também é necessário entendê-la no sentido do que é e do que será; neste último caso, apenas de maneira potencial.

Ao observar o caso Schreber, Jung se perguntava: “que objetivo o paciente tentou alcançar com a construção de seu sintoma?”. (JUNG, 1998, p.168). Jung assinalou que, quando se observava o decurso do caso, era possível verificar que o delírio realmente queria alguma coisa, que se tratava de

um movimento obviamente finalista e intencional. De acordo com o método construtivo-finalista, “o material não é nem infantil nem em si mesmo patológico, mas subjetivo”. (JUNG, 1990, p.169).

Com isso o trabalho construtivo dá tanto valor ao subjetivo quanto ao conceito científico geral, o que Jung reconhecia ser uma “escandalosa violação da razão”. (JUNG, 1990, p.169). Neste ponto, com intuito de fornecer um critério racional, Jung atribui validade a um modelo de análise que não reduz às causas, mas a modelos típicos encontrados pelo método de comparação analógica entre as diversas formas de manifestação da energia psíquica, sejam sonhos, delírios, fantasias, mitos ou dogmas. De acordo com Jung, “esse paralelo entre várias formações típicas serve somente para ampliar a base sobre a qual a construção se funda” (JUNG, 1990, p.169), além de fornecer um critério objetivo para a observação do caso. Conseguiu, por via desse método, chegar à delimitação de certas formas típicas de apreensão da experiência.

Trata-se dos arquétipos que determinam os rumos da atividade da fantasia, produzindo desse modo nas imagens fantásticas dos sonhos infantis, bem como nos delírios esquizofrênicos, surpreendentes paralelos mitológicos, como os que também encontramos de forma algo atenuada nas pessoas normais e neuróticas. Não se trata portanto de idéias *herdadas*, mas de suas *possibilidades*. Não se trata também de heranças individuais, mas gerais, como se pode verificar pela ocorrência universal dos arquétipos. (JUNG, 2000a, p.78).

Quando não há um núcleo de consciência que seja capaz de integrar o material advindo da fantasia coletiva, ela se manifesta em modo mais indiferenciado e coletivo. Assim se manifestam espontaneamente as imagens que dão origem aos mitos dos povos primitivos, cuja consciência era ainda muito pouco intensa e abrangente. O mesmo acontece em todos os fenômenos citados por Jung, sobretudo os da psicose, quando a adaptação foi perdida e os conteúdos se manifestam de maneira caótica e muito mais primitiva do que nos próprios mitos, pois estes são refinados ao longo dos séculos.

O método genético que Jung propôs para a energética também se apresenta na delimitação do conceito de arquétipo. Em vez de buscar as causas na história da humanidade e tentar chegar a um ponto de partida, Jung formulou um modelo abstrato baseado nas observações dessas mesmas ocorrências humanas, tanto individuais quanto coletivas. Não se dando por satisfeito com a redução causal, buscava o sentido do fenômeno, o que, evidentemente, só é possível pelo seu método de redução aos tipos. Foi isso que sua teoria dos arquétipos lhe garantiu.

Assim, haja vista o material de análise, devem ser investigadas as associações pessoais, pois elas correspondem ao modelo específico de atuação. Quando não são possíveis, entretanto, porque o paciente não consegue associar com elas nada de sua história, ou por outras razões, como tradição cultural ou texto como as memórias de Schreber, Jung diz que somente lhe resta o recurso ao método construtivo, cuja investigação acontece pelo método de *ampliação*. Deve-se primeiro investigar tudo o que for possível quanto ao contexto em que a imagem se apresenta, depois, buscar as analogias em outros casos, nos mitos, lendas, contos de fada, criações artísticas e tudo o mais que for possível, observando todos os elementos que se assemelharem ao caso que se procura entender, e avaliando,

também, os elementos distintos. Com isso, procura-se delimitar que função humana se apresenta naquela imagem e, também, o que é peculiar daquele indivíduo, que marca o processo como único. Assim é possível circunscrever ao mesmo tempo o tipo humano geral e o que faz parte do drama único daquele indivíduo.

Neste sentido, o delírio faz parte inquestionável das organizações psíquicas que, desde tempos muito transatos delimitam as possibilidades do destino humano e, como todo fenômeno psíquico, é via para a realização de algo. Sua semelhança com os processos das religiões, das artes, dos mitos e das demais manifestações culturais mostram o quanto são manifestações das mesmas forças que promovem o desenvolvimento das maiores realizações do homem. A consciência, porém, é um fator crítico. Como disse von Franz, a desestruturação promovida pelo afeto patológico cede relativamente, quando é possível para o paciente expressar sua experiência para alguém. Para isso, a pessoa precisa ter recursos e, por essa razão, de acordo com Jung, às vezes a única opção é fornecer os meios para a expressão do delírio e material cultural para que a pessoa disponha de imagens das tradições que possam fornecer algum alento, servindo como ponto de apoio para uma reorganização parcial.

Abordar as memórias de Schreber sob esse ponto de vista seria um trabalho muito exigente e não caberia neste texto, já tão extenso. Podemos fornecer alguns indícios de como realizar esse processo, recordando do delírio de Deus que indicamos pouco antes. Observamos que a imagem de Deus correspondia a uma representação da libido como um todo, ou seja, ao somatório de todas as relações psíquicas com referência ao trabalho de avaliação da *imago Dei* realizada no texto *Símbolos da Transformação*, no qual Jung define Deus psicologicamente, como um símbolo do si-mesmo. O percurso normal exigiria observação zelosa do material das memórias e pesquisa de seu contexto, para, somente então, buscar paralelos. Imagens divinas dotadas dos atributos indicados por Schreber podem ser encontradas na tradição cristã e no zoroastrismo, religiões referidas constantemente pelo próprio Schreber. Além disso, a emissão de raios eram características também de Zeus e de Wotan, que também tinham o dom da criatividade e de produzir os chamados “homens feitos às pressas”. Daí seria possível buscar tantos mais paralelos quantos fossem possíveis e necessários e, então, delimitar a predisposição funcional humana e o que estava sendo preparado na alma do indivíduo no contexto de sua atual configuração dinâmica.

Mais uma vez, constatamos a diferença que já existia desde o início da argumentação de Freud e Jung em torno do tema, o que de forma alguma impediu o diálogo proveitoso. Tão útil foi que permitiu o florescimento dos problemas cuja investigação expusemos aqui, como tentativa de apresentar quão fecunda foi a colaboração entre os dois autores para a compreensão do delírio, e, mais ainda, como essas contribuições foram assimiladas, elaboradas, desenvolvidas, e como foram postas em prática, como o queria William James. Tal produtividade demarca o quanto sua relação foi influente sobre a elaboração de suas teorias a respeito do delírio até em suas minúcias. No percurso decorrente, muito foi descoberto e elaborado acerca das problemáticas que iniciaram o processo, entretanto, caímos sempre no problema dos pressupostos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS

Em consequência do confronto das concepções freudiana e junguiana do delírio e da avaliação de suas contribuições mútuas, é possível tecer algumas considerações de cunho mais geral com apoio em solo menos instável. Quando observamos o plano e a consecução de nosso percurso, constatamos que, quando montamos nosso modelo metodológico, já previmos, de certa forma, os resultados.

Observamos o conceito psiquiátrico de delírio ser reescrito em sentido psicológico, tanto por Freud quanto por Jung, sem cessar de ser aperfeiçoado e refinado. Quando admitimos que as teorias devem servir de apoio e operar uma meta de mais trabalho, como preconizou William James, os dois sistemas que aqui confrontamos somente podem ser considerados bem-sucedidos. Cada um deles trabalhou sobre o conceito descritivo e forneceu-lhe entendimento de acordo com seus próprios interesses, premissas e métodos. Isso nos interessa destacar.

Tanto para a Psicanálise quanto para a Psicologia Analítica, o entendimento do delírio estava condicionado à demarcação de um modelo do psiquismo. De fato, cada um fundou um sistema que distinguiu problemas, métodos de investigação e uma teoria que apresentava seus pontos de vista particulares e tão solidamente fundamentados quanto possível. Somente no contexto desses próprios sistemas, seria possível compreender o delírio, não como um *fato* ou *entidade* que se explicasse por si. Quando os dois pensadores deram início à sua correspondência, colidiram modelos já em formação. Daí, cada um reconheceu no outro a possibilidade de ampliar o entendimento das patologias e da vida anímica em geral. Surgiu, pois, profícua colaboração.

Existe um prejulgamento geral de que Jung tenha sido um discípulo dissidente da Psicanálise, um psicanalista que se transviou. De acordo com esse argumento, Jung inicialmente seguia as premissas psicanalíticas de modo integral, tomando impulso nela. Tal juízo é insustentável diante do mínimo esforço de pesquisa histórica e epistemológica. Concordamos inteiramente com a afirmação de Jung:

Afirma-se que eu parti dos ensinamentos de Freud. Não parti de Freud, parti de Eugen Bleuler e Pierre Janet, que foram meus mestres diretos. Quando tomei abertamente a defesa de Freud, minha posição científica já era reconhecida em geral, posição que consegui graças às minhas pesquisas sobre as associações e à teoria dos complexos que nelas se baseiam e que desenvolvi independentemente de Freud. Minha colaboração decorreu sob a reserva de uma objeção em princípio contra a teoria sexual. (2003, p.20).

O reconhecimento referido por Jung lhe foi atribuído, dentre outros, pelo próprio Freud, cujo regozijo de ter encontrado um colaborador que confirmava a Psicanálise “com a força de sua própria experiência” não poucas vezes foi reiterado. Jung conseguira explicar psicologicamente alguns

dos fenômenos patológicos mais abstrusos e sua teoria, além disso, incluía a admissão da hipótese inconsciente. Em contrapartida, Jung reconhecera em Freud uma autoridade intelectual cujas idéias, com certas reservas, mereciam ser defendidas, pois, a seu ver, contribuía enormemente para a formação de uma Psicologia não fisiológica e, também, não filosófica. Existiam recíprocas confirmações de posições teóricas, especialmente da hipótese necessária do inconsciente.

Confirmamos, no último capítulo, a pertinência de algumas das contribuições mútuas mais estreitamente vinculadas ao conceito de delírio que, ao mesmo tempo, também influenciaram amplamente a consolidação de seus sistemas. Além disso, também foi demonstrada a particularização do conceito pelo sistema que o assimilou, tornando-o muito diverso do que era no sistema original, pois o contexto de assimilação era ele mesmo muito diverso. Verificamos, por fim, que as contribuições foram efetivas, mas muito diferentes de transposições passivas, mas de “trans-criações”, naturalizações. Devemos, aqui, explicitar as principais vias pelas quais estas se realizaram.

Chamamos de *reação positiva* ao conceito a primeira das formas segundo as quais a influência foi possível, como aconteceu nas assimilações dos conceitos de libido por Jung e de complexo por Freud. Essa via decorre do reconhecimento de possibilidades de inovações trazidas para um sistema pelas idéias do outro. Essas podem ser novas questões, abordagens metodológicas e soluções de problemas. É necessário recordar que, mesmo a primeira aproximação, por mais superficial que seja, já é integrada ao contexto interno do sistema que assimila, analogamente ao processo de *apercepção*. Uma proposição só interessava à teoria de Freud se fizesse sentido nos seus próprios termos, como ele bem referiu acerca da crítica de Jung ao seu conceito de libido: somente seria uma questão válida se pudesse ser reconhecida como problema psicanalítico. Da mesma forma, ocorria no caso de Jung, cujos preceitos teóricos também discriminavam aquilo que lhe parecia válido. A leitura das proposições de um sistema pelo outro sempre é recriação.

Quando observamos, porém, que Freud encontrou em algumas das críticas de Jung a necessidade de rever sua teoria da libido, não se trata mais de uma apreciação positiva. Era necessário aperfeiçoar a definição do conceito para *afastar* as idéias de Jung, tornando-as não apenas dispensáveis, mas inofensivas. De modo análogo, Jung tratou pormenorizadamente, em suas palestras de 1913, da compreensão freudiana dos complexos e demarcou seu próprio entendimento energético-finalista por contraste. Constatamos, em decorrência, que é necessário adicionar à aproximação *positiva* com o conceito a reação *negativa* a ele, uma delimitação por contraste e exclusão. Ajuizamos a noção de que tal processo se desenvolve de modo semelhante ao do anterior.

A tradução do conceito externo para o contexto interno do sistema pode promover uma *crise*, ou seja, uma distinção problemática de desdobramentos possíveis das noções que desde antes vigoravam. Quando as questões que daí surgem distam demasiadamente dos princípios teóricos e metodológicos até então vigentes no sistema, pode ocorrer uma crise, mas agora em sentido próximo ao que lhe confere Thomas Kuhn, i.e., um ponto de ruptura. Decorrem daí algumas possíveis reações:

desprezar as modificações indicadas, o que normalmente não resulta em qualquer contribuição; refinar os conceitos para excluir as possibilidades que observamos, o que corresponde à reação negativa ou, enfim, modificar o sistema para incluir as inovações aventadas, o que se refere à apreciação positiva. A reação que aqui chamamos heurísticamente de *negativa* é semelhante à positiva porque exige autocrítica e impulsiona o sistema em seu *fieri*.

Chegamos agora à terceira forma de contribuição constatada, e as peculiaridades da ciência psicológica se revelam de maneira evidente. Trata-se do diálogo estabelecido entre os dois autores quanto à hipótese das reminiscências arcaicas. Ao acompanhar casos patológicos e sonhos de seus pacientes, Freud e Jung observaram semelhanças de muitos desses fenômenos com os mitos e as religiões. Concordaram com a hipótese de que o inconsciente devia trazer como herança as mesmas propriedades que atuavam também no homem primitivo. Até esse ponto, houve acordo. Verificamos, todavia, que os caminhos divergiram em seguida.

A concordância durou apenas até certo ponto e isso já garantiu a gênese de hipóteses, importantes motores de pesquisa. Foi como resultado do aprofundamento das definições que as diferenças entre seus métodos e teorias se evidenciaram. Apenas no nível mais superficial, os discursos caminhavam *pari passu*. As proposições que surgiram do estudo em conjunto¹⁵¹ eram semelhantes, enquanto os pressupostos peculiares não fossem trazidos à tona. Da mesma maneira, ambos acordavam quanto à necessidade de se postular uma *libido*, os complexos e o próprio inconsciente. Também compartilhavam das idéias de que a história psicológica do indivíduo era um fator determinante das neuroses e psicoses, de que na psicose havia uma perda da realidade e de que o delírio trazia um material que era importante para a cura, mas que a conjuntura da própria paranóia era um complicador para que esta fosse levada a termo. Observamos o quanto a maior parte de tais conceitos comuns, idéias concordantes, encontram sentido um tanto diverso em cada um dos dois sistemas, o quanto, em nível mais profundo, dizer que Jung e Freud adotavam o conceito de *libido* é apontar uma semelhança pequena diante de uma divergência ímpar.

Remetemo-nos, com essas considerações, a um problema análogo àquele que William James se referiu em seu texto “*On a certain blindness in the human being*”¹⁵², no qual defende a posição de que toda apreensão do ponto de vista do outro é sempre condicionada em certo grau por metas, funções e sentimentos subjetivos. Por essa razão, é sempre um olhar superficial, uma vez que, em profundidade, vemos tudo do ponto de vista mais pessoal. James tratava, no seu texto, de ideais de vida, mas sua contribuição nos é valiosa.

Na metodologia, assumimos a posição de que cada sistema tem dignidade própria, e que devemos compreender cada conceito de cada sistema como expressão única de entendimento, abandonando a idéia primitiva de fatos estanque e objetivos. O estudo comparado das teorias de Jung e

¹⁵¹ Lembremos que Freud mencionou a existência de um grupo para discussão e pesquisa acerca da psicose, do qual tanto ele quanto Jung faziam parte.

¹⁵² “Sobre uma certa cegueira no ser humano”. (Traduzimos).

Freud quanto ao delírio nos mostrou que não há um conceito sequer, um fenômeno que, em certo nível, não apresenta uma divergência crítica. Já fazíamos referência ao fragmento de texto de Jung em que ele garante que as diferenças mais fundamentais entre seu pensamento e o de Freud repousavam nos pressupostos. Com efeito, foi possível observar, quanto aos conceitos estudados no capítulo anterior e quanto ao delírio em geral, que essa diferença se fazia notar não apenas pelo contexto fornecido pelas teorias, mas também pelos métodos e interesses pessoais, o que remete a problemas bem sutis.

Para que seja possível aquilatar não apenas as peculiaridades de um sistema, como também distinguir as suas implicações, é necessário que os pressupostos sejam explicitados em minúcia, discriminados com zelo, e que os conceitos estejam abertos a transformações e que possam ser modificados continuamente. Tal procedimento, tão caro à Psicanálise freudiana e à Psicologia Analítica de Jung, esbarra na dificuldade característica à Psicologia em geral. As diversas correntes desta não dispõem de um ponto de apoio objetivo, de medidas escalares ou, sequer, da possibilidade de reconstruir seu objeto em um meio diferente. Seu objeto é um fenômeno volátil, dotado de irrestrita variabilidades e que inclui o processo cognitivo e, em último grau, a própria teoria.

Por não existir esse ponto de apoio, esse critério último de decisão entre os sistemas, como é a Matemática para a Física, a realidade da Psicologia é uma profusão de sistemas e teorias muitas vezes efêmeras. Freud e Jung se esforçavam para que as suas fossem ferramentas valiosas, pois a necessidade urgia; eram clínicos. Para alcançar suas metas, esforçavam-se na precisão conceitual, na revisão contínua e expansão de seus modelos. Nem mesmo assim, porém, é possível escapar da subjetividade inerente aos sistemas e, por isso, diferenças de temperamento e pressupostos de base, muitos dos quais foram trazidos desde a infância, atuam na escolha do método, no caminho a ser tomado, na elaboração de juízos.

Considerada tal inevitabilidade, A.G. Penna (1997) reconhece a multiplicidade de teorias como algo de bastante saudável. Não apenas concordamos com esse ponto de vista como também esperamos haver sido capaz de demonstrar este estudo. E é por isso que a terceira via de contribuição entre Freud e Jung é tão importante. Muito embora uma *certa cegueira* seja imanente aos pontos de vista, é possível haver contribuições recíprocas mediante um *diálogo possível*. Cabe a nós compreendê-lo.

Esse diálogo é sempre superficial e só duram ao passo que as diferenças de pressupostos, muitas vezes inconscientes, não são problematizadas. Enquanto há aparente concordância, as noções se igualam e o diálogo é possível. Não à toa Freud e Jung acordavam em suas observações acerca das reminiscências arcaicas, visto que ainda era constatação rudimentar, visto que “o conhecimento comum é inconsciência de si” e “essa compreensão pode atingir também pensamentos científicos”. (BACHELARD, 1996, p.51). Na medida em que os conceitos se aprofundam, afloram suas implicações práticas, suas minúcias e sua riqueza. Uma simples constatação inicial conduziu Jung ao conceito, central em sua obra, de arquétipo. Pelo outro lado, possibilitou que Freud chegar à hipótese herança das experiências adquiridas sem a qual “não poderia passar”. No grau mais desenvolvido, maturado, em que os conceitos se encontram acomodados aos sistemas, as peculiaridades se evidenciam. Neste ponto, manifestam-se posicionamentos ao invés de “descobertas”, decretos alternativamente às críticas.

Enquanto dura o acordo, no legítimo patamar da superficialidade, a troca é possível e o diálogo é real. Verificamos a importância disso para as duas teorias aqui estudadas, pois a contribuição sempre parte desse nível de articulação. Quando chega o momento em que é impossível admitir o ponto de vista do outro, há separação ou uma transformação profunda dos prismas – uma metanóia científica – em resultado da qual os princípios se modificam. Para aquele que leva suas pesquisas a sério, isso acontece em certo momento. Concordamos com Thomas Kuhn (2003) nesse pormenor: não existe adição passiva de novas idéias, o sistema deve se transformar. Conseqüentemente, obstáculos, nocivos ao avanço do conhecimento, são destruídos e velhas concepções são substituídas por um novo entendimento. O campo do saber é reordenado, aperfeiçoado.

Os sistemas psicológicos resultam de um esforço por demonstrar, o melhor possível, todas as premissas teórico-metodológicas, ponto de vistas e pressupostos. Neste sentido, porém, a advertência de Barreto e Mesquita (1997) é notável: “Como toda produção literária, também esta possui suas particularidades. De algumas, temos consciência; de outras, não. As primeiras serão aqui apontadas, ficando para o leitor o trabalho de localizar as de que não tratamos”. (1997, p.24).

O pesquisador esbarra no limite de sua consciência. É impossível observar com precisão todos os pressupostos, livrar-se deles ou modificá-los ao bel-prazer. Os pressupostos são *inevitáveis*. Como Bachelard (1996) atesta: “o que existe de mais imediato na experiência primeira somos nós mesmos, nossas surdas paixões, nossos desejos inconscientes”. (P.57). Conhecer ou relativizar pressupostos, portanto, requer autocrítica, auto-análise, e isso sempre será parcial, uma vez que não se pode desfazer completamente o inconsciente.

Enaltecemos aqui a importância do diálogo entre os sistemas: ao esforçar-se por compreender a idéia do outro, que necessariamente se posiciona em um ponto de vista diverso, é possível ao trabalhador de um sistema vislumbrar novas possibilidades para as próprias idéias, reconhecer, ainda que em um lampejo, o frescor de novas hipóteses. Isso somente é possível porque o pesquisador esbarra em seus próprios limites, nas suas impossibilidades e nas secretas suposições até então implícitas e desconhecidas de suas próprias afirmações. E este é apenas o início do trabalho, pois, daí por diante, pesquisas e observações cuidadosas se fazem necessárias exigindo, muitas das vezes, um confronto com as próprias pressuposições. Nossa concordância com Penna nos leva a acentuar que o diálogo abre possibilidades de crescimento e aprofundamento para as psicologias, pois o auxilia a fazer uma leitura renovada de seu objeto e de seu modo de conhecer.

Os sistemas que aqui estudamos apresentam peculiaridade significativa: Psicanálise e “idéias de Freud” se confundem, da mesma forma que Jung e a “Psicologia Analítica”, pois eles fundaram seus sistemas. Julgar os pressupostos seria avaliar as idiosincrasias subjetivas, superá-los, um trabalho de análise pessoal intensa. Em nossos dias, quando somos herdeiros de alguns sistemas que sobreviveram ao curso das décadas (e do século!) há ainda um problema adicional. O próprio estudioso traz consigo os interesses pessoais, os próprios pressupostos, que confrontam aqueles do

sistema. Caso não haja uma análise dos valores pessoais, sempre restará apenas uma compreensão rasa, somente a concordância do indivíduo com o sistema, ou, ainda, uma legítima deturpação, em que os conceitos perdem a vivacidade de sua conjuntura inicial e se tornam meros termos vazios. Tais complicações são material para outro estudo, que pode muito bem se fundamentar nos excelentes textos de Bachelard, Piaget e Jung, quanto à necessidade de crise e revolução subjetivas para a aproximação de um modelo de pensamento.

Ainda outra consideração é necessária. Verificamos hodiernamente a ascensão de uma perniciosa “psicologia geral”, segundo a qual todos os discursos são válidos *a priori* e os conceitos não são problemáticos, pois “todos sabem o que significam”. Nesse caso, não há sentido em questionar a noção de delírio ou a definição de libido, pois, quando se usam esses termos, parece já haver um entendimento instantâneo. O problema é que as palavras, nesse caso, atingem meta oposta àquela que movia Freud e Jung em sua relação, pois correm o risco de se tornarem “meros chavões” que, na verdade, nada significam. Bachelard já alertava contra esse risco freqüente: “É preciso, pois, evitar o desgaste das verdades racionais que têm tendência a perder a apodicidade e a tornar-se hábitos intelectuais”. (1996, p.303). Este, por certo, é um dos riscos do diálogo entre os modelos: contentar-se com ele. Não foi isso que verificamos na relação de Freud e Jung, mas sim uma troca estabelecida entre dois espíritos investigativos para os quais a definição de um conceito *nunca* era suficiente ou acabada, jamais era *clara* ou *evidente*.

A concordância subjacente ao discurso generalista é sinal de pouca profundidade. Jung explica que, “numa multidão, as qualidades que todos possuem multiplicam-se, acumulam-se e tornam-se as características dominantes da multidão inteira”. (McGUIRE; HULL, 1982, p.132). O conhecimento geral representa, segundo Bachelard, “uma suspensão da experiência, um fracasso do empirismo inventivo” (1996, p.69) e isso ameaça a Psicologia desde dentro. Justamente quando se exige da Psicologia o confronto com os avanços da neuropsiquiatria e da psicofarmacologia, participar de equipes inter, trans e multidisciplinares e do debate acadêmico, nossa disciplina se vê ameaçada da dissolução em uma *communis opinio* travestida de belos termos vazios. Faz-se necessário, mais do que nunca, o rigor. Somente com o aperfeiçoamento e o aprofundamento das noções, que exige autocrítica, reflexão, diferenciação moral e esforço, a Psicologia pode oferecer ao vasto campo do conhecimento mais do que um jogo de conceitos rasos. Afinal, se não se apropriam e delimitam seus conceitos, o que lhe resta? Se todos os conceitos são claros e evidentes para todos, qual o sentido de uma formação em Psicologia?

O outro aspecto, correlato da generalização dos conceitos, é o perigo do subjetivismo radical, segundo o qual somente o ponto de vista pessoal é válido, todo o resto é tolice. Ele apregoa a noção de que, se não se pode dispor de uma idéia válida para todos, qualquer argumento serve. Esse procedimento não promove contribuição alguma, pois não considera nada externo a si como positivo ou ao menos digno de respeito, no que se aproxima muito com o fenômeno da “perda da realidade” sem o ser necessariamente. Tal isolamento não apenas anula as possibilidades de auto-superação como também denota severa inconsciência elevada de si e do mundo.

O tema do delírio mostrou-se um argumento de superfície que favoreceu o diálogo e a vantajosa cooperação entre Freud e Jung. Acreditamos que muito embora as atitudes e os pressupostos fossem expressivamente diversos foi possível, pelas vias apresentadas, o refinamento de ambas as noções do delírio e da paranóia. Mais uma vez a riqueza referida por Penna pôde ser evidenciada. Cada um dos autores fornecia ao outro um ponto de referência, um espelho no qual via refletido ora suas idéias mais caras, ora as mais reprováveis. Com isso determina-se o alcance de seu próprio conceito, aquilo que se quer ou não afirmar e mesmo o que é possível afirmar. Além disso, destacou-se no diálogo entre Freud e Jung que as noções de paranóia e delírio requerem a avaliação de um número significativo de outros conceitos que, eles mesmos, já são incomensuráveis. Isso tudo pela necessidade da precisão e do rigor conceitual.

Nessa perspectiva, os modelos de dedicação de Freud e Jung e de suas contribuições mútuas constituem grande legado, pois são exemplos de trabalho sobre um método e um interesse em estabelecer um conhecimento sólido, a despeito das dificuldades. Ambos, mesmo após evidenciadas as diferenças e realizada a ruptura, depois das críticas ferrenhas e ironias, ainda reconheciam mutuamente o valor dos trabalhos um do outro. Consideramos que isso é exigência tanto de rigor quanto de proficiência no sistema psicológico que se toma por seu. O *fieri* exige não apenas que firmemos conceitos, mas também que sejamos capazes de observar o mundo desde nossa posição peculiar. O belo discurso de William James, com o qual concluímos nossos argumentos, sintetiza de forma suntuosa tal modo de proceder:

And now what is the result of all these considerations and quotations? It is negative in one sense, but positive in another. It absolutely forbids us to be forward in pronouncing on the meaninglessness of forms of existence other than our own; and it commands us to tolerate, respect, and indulge those whom we see harmlessly interested and happy in their own ways, however unintelligible these may be to us. Hands off: neither the whole of truth nor the whole of good is revealed to any single observer, although each observer gains a partial superiority of insight from the peculiar position in which he stands. Even prisons and sick-rooms have their special revelations. It is enough to ask of each of us that he should be faithful to his own opportunities and make the most of his own blessings, without presuming to regulate the rest of the vast field¹⁵³. (1958, p.169).

153 Ora, qual é o resultado de todas essas considerações e citações? É negativo por um lado, mas positivo pelo outro. Somos terminantemente proibidos de ser incisivos ao nos pronunciar sobre a insignificância das formas de existência diferentes da nossa; somos obrigados a tolerar, respeitar e indulgir aqueles que percebemos inofensivamente interessados e felizes à sua própria maneira, não importa o quão ininteligível esta nos pareça. Que isso permaneça intacto! Nem o todo da verdade, tampouco a totalidade do bem, são revelados para qualquer observador particular, embora cada um possa dispor de uma compreensão superior e parcial, desde a posição peculiar em que se encontra. Até mesmo prisões e enfermarias contêm suas revelações especiais. É suficiente solicitar a cada um ser fiel às próprias oportunidades e aproveitar ao máximo as próprias dádivas, sem pretender regular o resto do vasto horizonte. (Traduzimos).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C.E.R.de. Psicanálise e psicologia analítica: a psicologia profunda e a sua disposição neurótica. **Redepsi**. 2 abr., 2007. Disponível em: < <http://www.redepsi.com.br/portal/modules/smartsection/item.php?itemid=412>>. Acesso em 18 ago. 2007.
- ASSOUN, Paul-Laurent. Corps et symptôme. Paris: Anthropos, 1997. 2vols.
- _____. **Introdução à Epistemologia Freudiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- BACHELARD, Gaston. **A Filosofia do não**. In: Os Pensadores XXXVIII. São Paulo: Abril Cultural, 1974.
- _____. **A Formação do espírito científico**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BALLONE, GJ. Delírios In: PsiqWeb - <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?art=271&sec=47>. Revisto em 2005. Acessado em 29.07.2007.
- BARRETO, José Anchieta; MESQUITA, Vianney. **A escrita acadêmica: acertos e desacertos**. Fortaleza: Casa José de Alencar / Programa editorial, 1997.
- BARROCAS, R.L.L. A relação entre uma ordem das homossexualidades masculinas e a heterossexualidade atípica da histeria de angústia. In: VALE & PAIVA (orgs.). **Estilísticas da sexualidade**. Fortaleza: Pontes, 2007.
- BINSWANGER, Ludwig. **Analyse existentielle et psychanalyse freudienne: discourse, parcours, et Freud**. Paris: Gallimard, 1996.
- BLEULER, Eugen. **Textbook of Psychiatry**. New York: Arno Press, (1924)1976.
- CAMPOS, Haroldo de. **Deus e o diabo no Fausto de Goethe**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- _____. **Ilíada de Homero**. v.II. São Paulo: Arx, 2002.
- DILTHEY. **Introduction to human science**. New Jersey: Princeton University Press, 1989.
- ECO, Humberto. **Como escrever uma tese**. Lisboa: Editorial Presença, 1977.
- ENDO, Paulo. Freud, Jung e o homem dos lobos: percalços da Psicanálise aplicada. **Ágora**. v. IV, n. 1, 115-130, jan/jun 2001.
- ELKIS, Helio. A evolução do conceito de esquizofrenia neste século. In: **Revista Brasileira de Psiquiatria**. v.22, s.1, São Paulo, Maio, 2000. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000500009&lng=in&nrm=iso&tlng=in. Consultado em 27.08.2007.
- FORDHAM, M. **Freud, Jung, Klein: the fenceless field**. London: Routledge, 1998.
- FOULCAULT. **A História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

FREEMAN, Daniel & GARETY, Philippa A. **Paranoia: the psychology of persecutory delusions**. New York: Psychology Press, 2004.

FREUD, Sigmund. **Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud (ESBSF)**. Rio de Janeiro: Imago, 1975. XXIV vols.

_____. **A interpretação dos sonhos**. ESBSF, v.IV e V. 1975a.

_____. **Cinco lições de Psicanálise, Leonardo da Vinci e outros trabalhos**. ESBSF, v.XI. 1975b.

_____. **Estudos sobre a histeria**. ESBSF, v.II. 1975c.

_____. **Gradiva de Jensen e outros trabalhos**. ESBSF, v.IX. 1975d.

_____. **História do movimento psicanalítico, artigos sobre a metapsicologia e outros trabalhos**. ESBSF, v.XIV, 1975p.

_____. **Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos**. ESBSF, v. XXIII. 1975e.

_____. **O caso Schreber, artigos sobre a técnica e outros trabalhos**. ESBSF, v.XII. 1975f.

_____. **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos**. ESBSF, v.XVIII. 1975g.

_____. **O Eu e o ID e outros trabalhos**. ESBSF, v.XIX. 1975h.

_____. **Novas conferências introdutórias sobre Psicanálise e outros trabalhos**. ESBSF, v.XX. 1975i.

_____. **Primeiras publicações psicanalíticas**. ESBSF, v.III. 1975j.

_____. **Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos**. ESBSF, v.I. 1975k.

_____. **Um caso de histeria, três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos**. ESBSF, v.VII. 1975m.

_____. **Um estudo autobiográfico, inibições, sintomas e ansiedades, a questão da análise leiga e outros trabalhos**. ESBSF, v.XX. 1975n.

_____. **Totem e tabu e outros escritos**. ESBF, v.XIII. Rio de Janeiro: Imago, 1975o.

FREUD, Sigmund. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente, v.I**. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente, v.II**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

_____. **Escritos sobre a psicologia do inconsciente, v.III**. Rio de Janeiro: Imago, 2007.

FREUD; JUNG; McGUIRE. **The Freud/Jung Letters: The Correspondence Between Sigmund Freud and C.G. Jung**. USA: Princeton University Press, 1976.

FREEMAN, Daniel & GARETY, Philippa A. **Paranoia: the psychology of persecutory delusions**. New York: Psychology Press, 2004.

HENDERSON; GILLESPIE. **Textbook of Psychiatry**. Oxford: Oxford University Press, 1962.

IONESCU, S. **Quatorze abordagens de psicopatologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

JAMES, W. **Pragmatismo e outros textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **Talks to teachers on Psychology and to students on some life ideals.** New York: Norton & Company, 1958.

JANET, Pierre. **La Médecine psychologique.** Paris: La Société Pierre Janet et du Laboratoire de Psychologie Pathologique de la Sorbonne du CNRS, 1980.

_____. **Les Nevroses.** Paris : Ernest Flammarion, Éditeur, 1919.

JAPIASSÚ, H. **Psicanálise: ciência ou contraciência?** Rio de Janeiro: Imago, 1998.

JUNG, C.G. **Analytical Psychology: notes on the seminar given in 1925.** New Jersey: Princeton Universe Press, 1991a.

_____. **Aquétipos e o inconsciente coletivo.** Petrópolis: Vozes, 2000a.

_____. **Desenvolvimento da personalidade, o.** Petrópolis: Vozes, 1986a.

_____. **Energia psíquica.** Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Escritos diversos.** Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Estudos experimentais.** Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **Estudos psiquiátricos.** Petrópolis: Vozes, 1994.

_____. **Freud e a psicanálise.** Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. **Fundamentos de Psicologia Analítica.** Petrópolis: Vozes. 1985a.

_____. **Memórias, Sonhos, Reflexões.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986b.

_____. **Natureza da psique, A.** Petrópolis: Vozes, 2000b.

_____. **Mysterium coniunctionis.** Petrópolis: Vozes, 1985b.

_____. **O eu e o inconsciente.** Petrópolis: Vozes, 2000c.

_____. **Prática da Psicoterapia, A.** Petrópolis: Vozes, 1999b.

_____. **Psychology of the Unconscious: A Study of the Transformations and Symbolisms of the Libido. (1912-13).** [Transformações e símbolos da libido]. New Jersey: Princeton University Press, 2001.

_____. **Psicogênese das Doenças Mentais.** Petrópolis: Vozes, 1990.

_____. **Psicologia e religião.** Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **Símbolos da Transformação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Tipos psicológicos.** Petrópolis: Vozes, 1991b.

JUNG, C.G. e McGUIRE, W (editor). **Analytical Psychology: Notes of the Seminar Given in 1925.** New Jersey: Princeton University Press, 1991.

KATZ, C. S. O caso Schreber, algumas questões acerca da teoria das psicoses na obra de Freud. In: KATZ (org.) **Psicose: uma leitura psicanalítica.** 2ed. São Paulo: Escuta, 1991.

KOYRÉ, A. Da influência das concepções filosóficas sobre a evolução das teorias científicas. In: **Estudos de história do pensamento filosófico.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991b.

- _____. **Do mundo fechado ao universo infinito**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1979.
- _____. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.
- KRAMER & SPRENGER. *Malleus maleficarum*. Disponível em: <<http://www.malleusmaleficarum.org/downloads/index.html>>. Acesso em: 23/08/2007. 2002.
- KUHN, T.S. **Estrutura das revoluções científicas, A**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- LAMARCK. **Filosofia zoológica**. Barcelona: Editorial Alta Fulla: 1986.
- MARX, M.H. & HILLIX, W.A. **Sistemas e teorias em Psicologia**. São Paulo: Cultrix, 1990.
- MATOS, Julio de. **A paranóia: ensaio pathogenico sobre o delírios sistematizados**. Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão, 1898.
- McGUIRE,W.; HULL,R.F.C(Org), **C.G.Jung: Entrevistas e Encontros**, Cultrix: São Paulo, 1982.
- MEIER, C.A. **Sonho e ritual de cura**. São Paulo: Paulus, 1999.
- PALMER, Michael. **Freud e Jung sobre a religião**. São Paulo: Loyola, 2001.
- PENNA, Antonio Gomes. **História das idéias psicológicas**. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- _____. **Repensando a Psicologia**. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- PESSOTI, I. **A loucura e as épocas**. Rio de Janeiro: Edições 34, 1994.
- PIAGET, Jean. **Psicologia e epistemologia: para uma ciência do conhecimento**. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1983.
- PINTO, J.A. **Fúria**. Fortaleza: IOCE, 1986.
- POINCARÉ, Henry. **O valor da ciência**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.
- SAMUELS, Andrew. **Jung and the post-jungians**. Hove & New York: Brunner-Routledge, 1985.
- SANTNER, E. L. **A Alemanha de Schreber**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 1997.
- SCHREBER, Daniel Paul. **Memoirs of my nervous illness**. New York: New York Review Books, 2000.
- _____. **Memórias de um doente dos nervos**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- SHORTER, Edward. **A History of Psychiatry: from the era of the Asylum to the age of Prozac**.
- SIED, Ibrahim. **Islamic Medicine: 1000 years ahead of its time**. In: *Journal of the International Society for the History of Islamic Medicine*. 2002 (2): 2-9 [7-8].
- SILVA, V. A. da. **A história da loucura**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1979.
- SILVEIRA, Nise da. **Imagens do inconsciente**. Rio de Janeiro: Alhambra, 1981.
- SIMANKE, R.T. **Formação da teoria freudiana das psicoses**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994.
- THUILLIER, Pierre. **De Arquimedes a Einstein: a face oculta da investigação científica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- VASCONCELOS JR. J.W. Alma e energia I: o não substancialismo da noção de energia em Psicologia Analítica. In: **Virtus: estudos de psicologia analítica**. (No prelo)

_____. Projeção e identidade arcaica: dualidade na unidade. In: **Revista Psicologia argumento**. Paraná: Ano 17, v.25, pp.109-132, 1999.

_____. O estado de identidade e o processo de projeção. In: **Revista Psicologia argumento**. Paraná: Ano 16, v.23, pp.103-124, 1998.

VIEIRA, Trajano. **As bacantes de Eurípedes**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

VON FRANZ, M.L. **Alquimia: introdução ao simbolismo e à psicologia**. São Paulo: Cultrix, 1999.

_____. Highlights of the historical dimension of analysis. In: **Archetypal dimensions of the psyche**. Massachussets: Shamballa, 1994.

_____. **Number and time: reflections leading toward a unification of depth psychology and physics**. London: Northwestern University Press, 1974.

_____. **C.G. Jung: seu mito em nossa época**. São Paulo: Cultrix, 1997.

Dicionários Consultados

HORNBY, A.S. **Oxford's advanced learner's dictionary**. New York: Oxford University Press, 2000.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.

PORTO Editora. **Dicionário acadêmico de português-grego/grego-português**. Porto: Porto Editora, 1997.

ROBERT. **Nouveau petit Robert: dictionnaire alphabétique et phonétique de la langue française**. Paris: Dictionnaires le Robet, 2001.

SARAIVA, F.R. dos Santos. **Dicionário latino português**. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Garnier, 2000.